

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA

JÉSSICA MAIRA APARECIDA DE CASTRO

**“QUEREMOS A REPÚBLICA, MESMO QUE TARDIA:
A CAMPANHA REPUBLICANA NA IMPRENSA DE MINAS GERAIS” (1871-1889)**

Juiz de Fora, MG.

2020.

JÉSSICA MAIRA APARECIDA DE CASTRO

**“QUEREMOS A REPÚBLICA, MESMO QUE TARDIA:
A CAMPANHA REPUBLICANA NA IMPRENSA DE MINAS GERAIS” (1871-1889)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História,
da Universidade Federal de Juiz de Fora, linha: Poder, Mercado e
Trabalho, como requisito para obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Cláudia Maria Ribeiro Viscardi

Juiz de Fora, MG.

2020.

JÉSSICA MAIRA APARECIDA DE CASTRO

**“QUEREMOS A REPÚBLICA, MESMO QUE TARDIA:
A CAMPANHA REPUBLICANA NA IMPRENSA DE MINAS GERAIS” (1871-1889)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História,
da Universidade Federal de Juiz de Fora, linha: Poder, Mercado e
Trabalho, como requisito para obtenção do título de Mestre em História.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Cláudia Maria Ribeiro Viscardi (UFJF) – Orientadora

Prof.^{ta}. Dr.^a. Carla Maria de Almeida (UFJF)

Prof. Dr. William Gaia Farias (UFPA)

Aprovada em 30 de setembro de 2020.

Dedico este trabalho à memória da minha querida vó Heloísa que, apesar de ter partido no meio deste percurso, me motivou, pela mulher forte que sempre foi e que tanto me amou.

Ao Fábio, por todo amor e carinho, e a todo brasileiro que ainda luta e acredita no futuro do país, mesmo neste momento de tantas incertezas.

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho não seria possível sem o esforço de muitas pessoas. Desse modo, quero manifestar minha gratidão a todos que, de alguma forma, contribuíram com esta pesquisa.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer à Universidade Federal de Juiz de Fora, instituição de ensino superior pública e de qualidade. Em um momento em que as universidades sofrem seguidas tentativas de sucateamento e descrédito, é dever da sociedade acadêmica lutar pela manutenção da produção e divulgação do conhecimento científico em prol de um país menos desigual e mais justo.

À CAPES que, por meio da bolsa de pesquisa, possibilitou a elaboração desta dissertação, e ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, por receber o que já foi um projeto de pesquisa e que agora toma esta forma de dissertação.

Este trabalho não seria possível sem o apoio da minha querida orientadora, a professora Claudia Viscardi; obrigada por todo companheirismo nessa caminhada, pela paciência, disponibilidade, inúmeros livros emprestados e ensinamentos, desde a Iniciação Científica, que me foram e serão sempre úteis. De suas aulas sobre a Primeira República nasceu a ideia central que inspirou este trabalho, e, contando com sua orientação e incentivo, pude fazer dessa ideia uma pesquisa. Reforço aqui meu muito obrigado.

Agradeço aos professores que passaram em minha vida desde o ensino primário. Em especial ao Vagner, Carla e ao Erivelton, que me ensinaram a amar História. Aos professores do Departamento de História da Universidade Federal de Juiz de Fora, em especial Beatriz, Luiz Antônio e Fernando Perllato, principalmente pela amizade e pelas discussões sobre o ofício do historiador, que irão me acompanhar por toda a vida profissional. Bons professores nascem através de grandes mestres.

Agradeço à professora Carla Maria de Almeida e ao professor William Gaia Farias, primeiro, por terem aceitado o convite para compor minha banca de qualificação, e segundo, pelo empenho de ambos na leitura cuidadosa do meu texto e nas sugestões de necessárias modificações que foram importantes na continuidade do trabalho.

Agradeço, em memória, à minha vó, Dona Luiza, por permanecer ao meu lado em uma cama de hospital enquanto escrevia esse trabalho e por hoje permanecer viva em minha mente e coração e por fazer a saudade se transformar em incentivo cotidiano. Tenho certeza de que todas as conquistas até aqui estão sendo vibradas em qualquer lugar que você esteja. Obrigada por ter sido minha mãe.

À toda minha família, que esteve presente durante esse caminho e de alguma forma viveu esse sonho comigo: sintam-se abraçados.

Sou especialmente grata ao meu companheiro da vida Fábio Alves, por ser incentivo e base em momentos tão difíceis. Obrigada por participar de todo esse processo e por vibrar comigo a cada conquista, obrigada também por ouvir minhas constantes crises e apoiar todas as minhas escolhas. O seu amor diário me deu forças para terminar tudo isso. Agradeço também pela paciência, amor e companheirismo que tornou esta jornada mais leve e a minha vida mais doce.

Por fim, agradeço a Deus, que tem sua infinita bondade permanecendo em meu coração, como um sopro de vida e esperança.

RESUMO

A quebra dos pilares de sustentação do regime monárquico brasileiro veio acompanhada do surgimento e da expansão de campanhas republicanas no final do século XIX. Nesse contexto, a imprensa cumpriu um papel de suma importância, uma vez que todo movimento se articulou por meio dela. Nas localidades em que se encontra a publicação de um jornal republicano, sabe-se que naquela região existia um movimento em prol da República. Partimos do princípio de que a imprensa foi o principal meio de divulgação das ideias republicanas e de construção de um discurso de desestabilização e crise da monarquia. Este trabalho busca interligar o movimento republicano mineiro com a imprensa, palco das redes de sociabilidade nas quais estavam inseridos os jornalistas políticos. Para isso, analisamos as notícias veiculadas em jornais republicanos publicados na província de Minas Gerais que tinham grande circulação. Procuramos identificar nos jornais o conjunto de normas e valores compartilhados pelos republicanos, para que fosse possível ter um melhor entendimento de suas propostas, os desejos e esperanças que esses homens buscavam em um novo regime político. Entendemos que os periódicos representam expressão de interesses e projetos, como de motivações sociais desse grupo emergente que buscava espaço e poder. Assim, a pesquisa identificou as trajetórias dos editores e redatores desses jornais republicanos mineiros, resultando em um estudo prosopográfico desse grupo, que nos possibilitou compreender se esses atores históricos tinham algo em comum que justificasse suas posições e tomadas de decisões. A biografia coletiva permitiu também a compreensão dos variados posicionamentos políticos e posições adotadas em relação aos temas pungentes da época e ao republicanismo local, que esteve vinculado a um discurso político de resignificação histórica embutida no próprio sentido da República.

Palavras-chave: Movimento Republicano; Minas Gerais; Imprensa e Cultura Política Republicana.

ABSTRACT

The rupture with the pillars supporting the Brazilian monarchical regime was accompanied by the emergence and expansion of republican campaigns in the late 19th century. In this context, the press played an extremely important role, since every movement was articulated through it. In the locations where the publication of a republican newspaper is found, it is known that in that region there was a movement in favor of the Republic. We assume that the press was the main means of disseminating republican ideas and building a discourse of destabilization and crisis of the monarchy. This work seeks to connect the republican movement of Minas Gerais with the press, the stage of the sociability networks in which political journalists were inserted. For that, we analyzed the related news in the republican newspapers published in the province of Minas Gerais and which had a great circulation. We tried to identify in the newspapers the set of rules and values shared by the Republicans, so that it will be possible to have a better understanding of the proposals, the desires and hopes that these men were looking for in a new political regime. We understand that journals represent the expression of interests and projects, as well as the social motivations of this emerging group that sought space and power. Thus, the research identified the trajectories of the editors and writers of these republican newspapers from Minas Gerais, resulting in a prosopographic study of this group, which enabled us to understand whether these historical actors have something in common that justifies their positions and decision-making. The collective biography also allowed the understanding of the varied political positions and positions adopted in relation to the poignant themes of the time and to local republicanism, which was linked to a political discourse of historical resignification embedded in the very sense of the Republic.

Keywords: Republican Movement; Minas Gerais; Press and Republican Political Culture.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Teses e dissertações sobre o movimento republicano.....	44
Gráfico 02: Longevidade dos jornais republicanos na província de Minas Gerais (1871-1889).....	54
Gráfico 03: Jornais Republicanos em Minas Gerais (1871-1889)	98
Gráfico 04: Tema da Abolição da Escravatura nos Jornais republicanos mineiros (1871-1889).....	102
Gráfico 05: Redatores de jornais republicanos em Minas Gerais (1871-1889) – ano de nascimento.....	139
Gráfico 06: Redatores de jornais republicanos em Minas Gerais (1871–1889) – local de nascimento.....	140
Gráfico 07: Os redatores republicanos de Minas Gerais pertenciam a uma família com influência local?.....	141
Gráfico 08: Redatores de jornais republicanos em Minas Gerais (1871–1889) – escolarização.....	142
Gráfico 09: Redatores de jornais republicanos em Minas Gerais (1871–1889) – curso e instituição de ensino.....	143
Gráfico 10: Redatores de jornais republicanos em Minas Gerais (1871-1889) – produção intelectual.....	144
Gráfico 11: Redatores de jornais republicanos em Minas Gerais (1871–1889) – filiação partidária.....	145
Gráfico 12: Redatores de jornais republicanos em Minas Gerais (1871-1920) – atuação política.....	146
Gráfico 13: Redatores de jornais republicanos em Minas Gerais (1871-1889) – orientações ideológicas em relação à escravidão.....	147

LISTA DE TABELAS E FLUXOGRAMA

Tabela 01: Jornais republicanos em Minas Gerais (1871-1889)	59
Tabela 02: Periódicos republicanos mineiros e seus principais redatores (1871-1889)	108
Tabela 03: Redatores analisados.....	138
Tabela 04: Propagandistas por profissões.....	143
Fluxograma 01: Cronologia dos jornais republicanos mineiros.....	56

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1 O TRONO EM MOVIMENTO: HISTORIOGRAFIA E MOVIMENTO REPUBLICANO.....	22
1.1 O Movimento Republicano em Perspectiva.....	23
1.2 Estudos regionais do movimento republicano em perspectivas historiográficas.....	37
1.3 A historiografia do republicanismo em Minas Gerais.....	45
2 O PENSAMENTO REPUBLICANO E A IMPRENSA MINEIRA.....	51
2.1 O Universo chamado Minas Gerais e a imprensa republicana.....	57
2.2 Norte e Nordeste de Minas	60
2.3 Campos das Vertentes.....	69
2.4 Triângulo Mineiro.....	76
2.5 Zona da Mata.....	80
2.6 A Região Central.....	87
2.7 Sul de Minas	92
2.8 Esboço geral de uma cultura política republicana presente nos jornais de Minas.....	98
3 ENTRE OS PROPAGANDISTAS E A IMPRENSA: PROSOPOGRAFIA DOS REDATORES E EDITORES REPUBLICANOS.....	106
3.1 Comparação de perfis: análise prosopográfica dos redatores republicanos.....	106
3.2 A República através da família: origem social e familiar.....	111
3.3 A República através dos letrados: instituições de ensino e ocupações profissionais...	119
3.4 A República através dos jornais e clubes: propaganda e defesa republicana.....	129
3.5 Esboço geral da análise prosopográfica.....	138
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	149
REFERÊNCIAS.....	154

INTRODUÇÃO

“Os amigos que compõem a redação do Jequitinhonha resolverão aderir explicitamente ao programa do Club republicano, recentemente creado no Rio de Janeiro”¹ anunciava o jornal “*O Jequitinhonha*”, em sua edição do dia 01 de janeiro de 1871, sob a direção de Joaquim Antônio Felício dos Santos e do proprietário Herculano C. de Magalhães. O periódico de Diamantina declarava apoio ao Manifesto de 1870, publicado no Rio de Janeiro, no jornal “*A República*”, que foi assinado por 58 políticos, jornalistas e profissionais liberais e que inaugurou oficialmente a propaganda e a divulgação dos ideais republicanos.

Vários fatores são apontados na historiografia como determinantes pela queda da monarquia, entre eles a Questão Religiosa, a Abolição da Escravatura e a Questão Militar. Sem dúvida, são fenômenos que, associados, corroboraram para o declínio do prestígio monárquico. Mas não seriam fatores determinantes da implantação do novo regime político, se não fosse a persistência do movimento que advogava em prol da República. As propostas do republicanismo só tomaram forma e se organizaram mais sistematicamente com a publicação do Manifesto Republicano, em 1870. O documento foi idealizado pelos chamados evolucionistas, liderados principalmente por Quintino Bocaiúva, e almejava que o país se transformasse em uma República que garantisse uma relativa autonomia das províncias em relação ao governo central.

O movimento republicano ocorreu em várias províncias do país. Através dele, formou-se uma geração que se comprometeu com o projeto republicano, que se manifestava através da imprensa, das conferências e dos comícios e que denunciava as falácias da monarquia e a falta de soberania do povo. Em Minas Gerais, Oiliam José destaca o começo de uma grande propaganda na província, devido à publicação do Manifesto e à adesão de alguns mineiros de influência². Boehrer destaca que o Manifesto foi bem recebido em Minas, com diversas assinaturas em todo território e uma intensiva propaganda que se espalhou rapidamente³.

As adesões ao manifesto pelos mineiros se iniciaram ainda em dezembro de 1870, com a criação de clubes republicanos de Diamantina, Campanha e Juiz de Fora. Em 1871, vinte e nove republicanos de Juiz de Fora hipotecaram apoio ao manifesto; São Vicente de Minas enviou documento com vinte assinaturas. Os jornais liberais começaram a formular adesões à

¹ O JEQUITINHONHA, Diamantina, ano X, ed. 62, 01 jan. 1871.

² JOSÉ, Oiliam. **A Propaganda Republicana em Minas**. Belo Horizonte; Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais, 1960. p. 29.

³ BOEHRER, George C. A. **Da Monarquia a República: História do Partido Republicano do Brasil**. Tradução Berenice Xavier. Belo Horizonte: Itatiaia, vol. 164. 2000. p. 131

campanha republicana, a exemplo de “O *Pharol*” de Juiz de Fora, sob a direção de Tomas Cameron, seguido pelo jornal “O Liberal Campanhense”, da cidade de Campanha⁴. A região central contou com a publicação de dez jornais republicanos, seguido pelo Sul da província e a região da Mata, com a publicação de sete e nove jornais, respectivamente. No Norte, identificamos a publicação de seis jornais, concentrados na cidade de Diamantina, acompanhado de quatro jornais no Campos das vertentes e três no triângulo mineiro – região que teve uma incorporação mais tardia à província.

Apesar de observarmos uma intensa movimentação com a publicação do Manifesto Republicano, que se alastrou até 1889, o movimento republicano em Minas Gerais foi, por muito tempo, considerado pela historiografia como diminuto, fraco e marcado pelo pouco número de fontes, cuja análise não resultaria em nada original. Além disso, conta-se com um reduzido número de estudos que se dedicaram à temática, principalmente sobre a ótica das publicações na imprensa periódica. Os propagandistas republicanos se utilizavam da imprensa com a intenção, para além de formar uma opinião favorável à República, de divulgar uma nova cultura política. Entender quem eram esses propagandistas que advogavam em prol da República, o conjunto de normas e valores transmitidos através da imprensa, seus objetivos políticos, suas propostas, seus desejos e esperanças esboçados nos jornais republicanos mineiros é a proposta central deste trabalho.

Antes de detalhar as perspectivas teóricas e metodológicas adotadas, é importante expor brevemente como se deu o processo de construção do objeto de pesquisa. As ideias principais presentes neste trabalho são uma continuação da temática que vinha sendo pensada e desenvolvida desde a graduação, por meio de bolsas de pesquisa. As possibilidades de aprofundamento aqui apresentadas trazem uma importância muito grande, por dar continuidade a uma série de renovações historiográficas que vêm sendo realizadas nos estudos do século XIX, que buscam entender as dinâmicas do Império, não só pelo seu centro administrativo, mas a partir das diversas províncias que compunham o Estado brasileiro. Este estudo não tem como objetivo final ser uma análise puramente regionalista, pois compreendemos que não existe região sem o todo. Nosso objetivo é entender a articulação do movimento republicano na província de Minas Gerais, sem perder a caracterização geral do que foi o republicanismo em nosso país.

Devido às limitações inerentes a uma pesquisa de dissertação de mestrado, elegemos os jornais como fontes privilegiadas para a apreensão dos ideários, afinal, a imprensa foi central

⁴ Ibidem, p. 67.

para a propaganda do novo regime. Foi através dela que os jornalistas, sendo os “produtores” ou “divulgadores” desses ideários, enquanto porta-vozes de interesses diversos, procuraram formar uma opinião favorável à República. Existe uma rica documentação disponível, digitalizada e presencial, nos acervos como o Arquivo Público Mineiro e no site da Hemeroteca Nacional, além dos periódicos encontrados nos arquivos das cidades de Juiz de Fora, Barbacena e São João del-Rei. Com a necessidade de um recorte temporal, estabelecemos como marco cronológico o período compreendido entre o dia 1 de janeiro 1871, data em que o proprietário Herculano C. Magalhães Castro declarou o apoio nas páginas do jornal “O Jequitinhonha” ao Manifesto de 1870, ocasionando posteriormente uma intensa propaganda republicana em favor do regime, até o dia 21 de novembro de 1889, quando chegou a notícia da Proclamação da República na província mineira, com a publicação do jornal “Pátria Mineira” sobre o título da “Independência do Estado de Minas Geraes”.

Nesta dissertação, procuramos refletir como ou em que medida a Imprensa Republicana Mineira foi importante, enquanto veículo de comunicação, como porta-voz de interesses de um grupo que almejava espaço no poder para o Movimento Republicano Mineiro e, posteriormente, na implantação da República em nosso país. Esse questionamento se torna fundamental para entender, de fato, se os republicanos entendiam e viam os jornais como um importante veículo de convencimento e divulgação de sua causa. Acreditamos que, devido ao crescente número de periódicos e à sua utilização durante todo o período de propaganda republicana, e mesmo posteriormente à Proclamação da República, os propagandistas acreditavam e cada vez mais visualizavam a propaganda feita através dos jornais como um instrumento fundamental para a criação de um clima favorável à República, o que implicou na apropriação e na construção dos meios de uma relação pedagógica em busca do consentimento ativo da sociedade mineira.

Além da importância da imprensa republicana mineira, outra questão central se faz presente neste trabalho: quem eram esses propagandistas? Qual seu posicionamento no campo do poder? Para tanto, elaborou-se uma biografia coletiva desses redatores, na busca de características comuns que auxiliassem na construção de um perfil social desse grupo em Minas Gerais. Para isso, utilizamos uma variada gama de fontes, seja nos almanaques republicanos ou nos próprios jornais, à medida que utilizamos o “método da prosopografia”, que permite revelar características comuns de determinado grupo social em dado período histórico, permitindo observar os grupos sociais em suas dinâmicas internas e em seus relacionamentos com outros

grupos e com o espaço de poder e, portanto, auxiliar na compreensão de redes e configurações que foram formadas⁵.

Por muitos anos, a História foi regida por paradigmas diferentes, voltada para a temática política, que privilegiava uma história voltada para as minorias, que retratava os grandes eventos e os heróis. Hoje, temos a escolha de poder optar por um leque imenso de objetos de estudo, de inclusive estudar política com um novo olhar, sob a ótica de uma nova perspectiva⁶. Essa “renovação da História Política” veio acompanhada de debates sobre as vantagens e desvantagens do uso de levantamentos prosopográficos. Neithard Bulst (2005) afirma que apesar das múltiplas definições de prosopografia, um elemento comum perpassa todas elas: é a análise do indivíduo em função da totalidade da qual ele faz parte⁷.

Na perspectiva de Lawrence Stone: “a prosopografia é a investigação das características subjacentes comuns a um grupo de atores na história mediante o estudo coletivo das suas vidas”⁸. O método da prosopografia ajuda a identificar a realidade social e o grau e a natureza dos movimentos da estrutura social. De acordo com esse pesquisador, a grande proposta desse tipo de pesquisa consiste em demonstrar a 'força coesiva do grupo' em análise, junto com a questão do sangue comum, da experiência, educação, interesses econômicos, ideais e ideologias.

Para compreender melhor quem foram esses propagandistas e suas formas de pensar, especialmente suas ideologias republicanas, elaboramos uma biografia dos editores e redatores que estavam à frente das publicações dos jornais republicanos, entre os anos de 1871 e 1889. Interessam especialmente os redatores e editores, pois eram os responsáveis pelo conteúdo do jornal e pelas ideias que ali circulavam. Assim, buscou-se detectar homogeneidades que justificassem tomadas de posições semelhantes como forma de construir um perfil desse subgrupo atuante no campo político. O método prosopográfico propiciou-nos traçar um perfil baseado na dinâmica social, ideológica e política desse grupo.

Os propagandistas republicanos mineiros utilizavam a imprensa para além de formadora de uma opinião favorável à República, mas também como uma divulgadora de uma nova cultura política. Com essa premissa em mente, a interpretação das fontes foi orientada por uma

⁵ ALMEIDA, Carla Beatriz de. **A prosopografia ou biografia coletiva: limites, desafios e possibilidades**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300892678_ARQUIVO_anpuhsp2011.pdf>. Acesso em: 15 de abr. 2019.

⁶ RÉMOND, René (org). **Por uma História Política**. Rio de Janeiro, UFRJ/FGV, 1996. p. 92.

⁷BULST, Neithard. **Sobre o objeto e o método da prosopografia**. In: *Revista Politéia: História e Sociedade*. Vitória da Conquista, vol. 5, nº 1, 2005, p. 52.

⁸ STONE, Lawrence. **Prosopografia**. *Revista de Sociologia e Política*. v. 19, nº 39: 115-137 jun. 2011. p. 46.

perspectiva influenciada pelo conceito de cultura política. O objetivo é tentar compreender as culturas políticas que compunham o cenário no qual esses atores estavam imersos e como, a partir delas, poderiam criar alternativas a uma cultura política dominante e transformar a realidade em que estavam inseridos. Desse modo, outras questões podem ser trazidas, com a finalidade de contribuir com o esforço de pesquisa: qual era o conjunto de normas e valores compartilhados por esses propagandistas? Qual era o repertório de ações que esses homens desenvolveram para tentar alcançar seus objetivos políticos? Quais as estratégias para convencer a opinião pública e conseguir adesão à sua causa? Quais os objetivos políticos e as propostas transmitidas através dos jornais para o movimento e para a província de Minas Gerais, e em relação ao republicanismo? Quais tratamentos foram dados aos temas que estavam em pauta na época? Para se posicionarem diante dos acontecimentos que os cercam, os propagandistas republicanos fizeram uso de um conjunto de referentes anteriores a eles, aplicando-os à situação inédita que se apresentava, transformando tanto suas referências quanto a própria realidade social. Esta pesquisa entende que é necessário atentar-se para o conteúdo das representações que construíram sobre a realidade social de seu tempo, as quais impulsionaram a postura de um determinado grupo.

O conceito de cultura política aplicado ao conjunto de fontes disponíveis, em nosso caso, os jornais republicanos, possibilita-nos entender o que aqueles homens almejavam e esperavam de um novo sistema político. Entende-se por cultura política “conjunto de atitudes, normas, crenças e valores políticos partilhados pela maioria dos membros de uma determinada sociedade ou grupo em um dado momento histórico”⁹. Ela se apresenta como um produto de uma história e é importante para percebermos como os indivíduos interiorizam certos valores, e modificavam seus comportamentos políticos dentro de seus canais de socialização, seja a escola, igreja, exército, grupos políticos e outros. Além da análise dos jornais, utilizaremos a bibliografia disponível sobre a cultura política do movimento republicano em Minas Gerais. Entre a bibliografia disponível, utilizaremos o texto de Oliveira e Almeida (2010), que analisou o impacto na cultura política e social das elites e da classe popular juiz-forana à entrada de uma nova cultura política republicana, e o trabalho de Viscardi (2011), que analisa a cultura política compartilhada pelos republicanos, através do periódico “O Movimento”. O intuito é poder investigar as culturas políticas em disputa, a formação e transformação nesse momento transitório de sistema político.

⁹ GOULART, Bárbara. **O conceito de cultura política nas ciências sociais e as especificidades brasileiras.** Século XXI: *Revista de Ciências Sociais*. v. 5, n. 1. 2015. Disponível em: < <https://periodicos.ufsm.br/seculoxxi/article/view/19651> >. Acesso em: 27 nov. 2018.

Todavia, tem-se em vista aqui que, além de apontar o conjunto de valores e opiniões desses propagandistas, é necessário que se atente também para o repertório de ações que esses homens desenvolveram para tentar alcançar seus objetivos políticos. Como o movimento republicano, em sua totalidade, era um movimento antimonárquico dentro de um sistema monárquico, esses propagandistas tiveram que desenvolver estratégias para convencer a opinião pública e conseguir adesão à sua causa. Nesse sentido, os republicanos utilizaram, principalmente, um grande instrumento de seu repertório: os jornais republicanos, nos quais produziram seus discursos, seus anseios, suas angústias, suas esperanças e seus desejos. É o lugar de produção dos repertórios mobilizados na relação entre o passado e o futuro, vivenciado pelos propagandistas.

A partir dessas premissas, nos inspiraremos no método da análise de Repertório de Ação Coletiva, do sociólogo Charles Tilly que, através da metáfora da música, utilizou o termo “repertório” para designar um conjunto de maneiras possíveis de agir em um determinado período histórico. Os repertórios seriam um conjunto de ações, recursos intelectuais apropriados e compartilhados, segundo um processo deliberado de escolha, conforme a necessidade de compreender certas situações e definir linhas de atuação. Eles surgem quando existe uma oportunidade, que também determina o repertório utilizado pelos atores envolvidos, ou quando estes precisam criar novas estratégias que irão compor esse repertório¹⁰. A partir de uma compreensão das possibilidades e entraves existentes no contexto que esses grupos sociais vivem, eles se veem obrigados a escolher entre o repertório de ações possíveis, tendo como parâmetro a conjuntura sociopolítica vigente, em esquemas que são apreendidos, compartilhados e postos em prática, por meio de um processo seletivo, para compreender certas situações e definir linhas de ação¹¹.

Os repertórios seriam, dessa forma, os instrumentos utilizados pelos propagandistas republicanos mineiros para compreender o cenário no qual estavam inseridos, e definirem suas práticas políticas. Muitas vezes, esses homens reproduziram e produziram repertórios para alcançarem a tão almejada República. Esses homens utilizaram de recursos teóricos e retóricos disponíveis no “repertório político-intelectual de fins do oitocentos conforme suas possibilidades de explicar a conjuntura” mineira e evidenciar linhas de ação para nela intervir.¹²

¹⁰ TILLY, Charles. **Movimentos sociais como política**. Revista Brasileira de Ciência Política, n.3, Brasília, 2010.

¹¹ ALONSO, Ângela. **Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito**. Sociologia e Antropologia: v. 2, n.3, Rio de Jan/Jun 2012. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238-38752012000300021 > Acesso em: 12 dez. 2018.

¹² ALONSO, A. **Idéias em movimento. A geração 1870 na crise do Brasil Império**. Rio de Janeiro, Paz & Terra/Graal, 2002. P. 44.

Para catalogar os repertórios dos propagandistas republicanos mineiros, construiremos um banco de dados, identificando as performances utilizadas. Ou seja, ao lermos as notícias de jornais que traziam informações sobre as ações republicanas, estaremos atentos para o que esses homens estavam fazendo. Posteriormente, compararemos as performances utilizadas pelos propagandistas ao longo de toda a propaganda republicana, o que nos permitirá identificar o repertório herdado dos movimentos monárquicos, bem como, averiguar se houve inovação.

Esse é o panorama que se monta inicialmente, as contribuições que este estudo pretende fazer ao solucionar perguntas, ou ao menos trazer contribuições relevantes em questões que ainda não foram respondidas. Também é importante destacar a originalidade desta pesquisa, o movimento republicano é um assunto muito estudado na historiografia, na qual se destacam nomes consagrados do campo. Entretanto, poucos trabalhos se debruçaram a estudar especificamente o republicanismo na província mineira, principalmente sob a ótica exclusiva das publicações na imprensa periódica. Defendemos a importância da utilização da imprensa enquanto fonte de nossa análise, uma vez que todo movimento se articula por meio de uma imprensa. Nas localidades em que se encontra a publicação de um jornal republicano, sabe-se que naquela região existiu um movimento em prol da República. Nesse sentido, a importância da análise dos jornais se amplia consideravelmente, principalmente pelo seu caráter de formadores de opinião. Nos periódicos, é possível encontrar projetos políticos e visões de mundo representativos de diversos setores da sociedade. A própria nação brasileira nasce e cresce com a imprensa, os impressos que circularam há mais de duzentos anos em solo brasileiro não são somente testemunhas, mas registram e veiculam nossa história, fazem parte da formação do país¹³. Os republicanos utilizavam-se dos jornais que eram lidos nas praças e vilas para a construção de uma opinião pública favorável à república. Eles eram portadores e divulgadores de uma nova cultura política, que, aos poucos, legitimou-se como hegemônica.

A escolha da Imprensa Republicana em Minas Gerais se deve, inicialmente, a três razões, a começar pelo potencial de análise descrito acima e de uma maior contribuição para entendermos como se construíram as estratégias do movimento republicano na província. A segunda razão se deve ao papel de destaque que Minas ocupou durante todo o século XIX no contexto nacional. Revisitar a história do movimento republicano em Minas Gerais através dos periódicos é navegar em discursos aficcionados que buscavam uma ligação da própria história com a tradição iniciada com apontamentos referentes ao povoamento da província. Antes de buscar um republicanismo em terras mineiras, é necessário entendermos o histórico da própria

¹³ MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina. **História da imprensa no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2013. p.12

província, que serviu por muito tempo como justificativa na historiografia de uma “tradição mineira” que sempre esteve à frente e propensa às atividades liberais. A ocupação efetiva do atual território de Minas Gerais, pelos portugueses, começou a partir do final do século XVII, com a descoberta das primeiras jazidas de ouro. Com o declínio da produção aurífera em meados do século XVIII e a busca de arrecadação de impostos por parte de Portugal, as articulações e conversas de cunho separatistas acabaram por consagrar o episódio conhecido como Inconfidência Mineira em 1789, tomado como marco de apropriação pelos republicanos mineiros para afirmar que Minas teria sido a primeira província a se opor à monarquia.

A crise do ouro foi superada com o surgimento de uma nova dinâmica exportadora, o café. O deslocamento das famílias e seus escravos para outras regiões para se adequar à nova dinâmica acabou por expandir as fronteiras com a ocupação das atuais regiões da Zona da Mata, Norte de Minas, Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Minas tornou-se uma província majoritariamente cafeeicultora, reunia o maior número de escravos do Brasil, além de ter sido entre as províncias mais importantes do Império aquela que mais leis demandou à Assembleia Geral. Possuía um expressivo colegiado eleitoral que resultava no maior número de representantes na Câmara e no Senado.

Wirth identificou muito apropriadamente no estado de Minas Gerais a existência de uma diversidade regional, a qual nomeou de “mosaico mineiro”, dada a existência de uma unidade composta de sub-regiões, que tiveram um crescimento desarticulado e descontínuo diferentes entre si, que se articularam muito mais com a sua “vizinhança”¹⁴. Devido a esse fato, a crise e crescimento da província mineira não eram homogêneos em toda a região do território. Como destaca Viscardi (2001), o centro da província foi marcado por forte ímpeto metalúrgico e, junto com o Campo das Vertentes, foi gravemente afetado pela crise aurífera. A Zona da Mata e a Região Sul de Minas, com o auge da exportação de café, alcançaram, em meados do século XIX, o patamar de principais polos econômicos da província. O Triângulo Mineiro identificava-se muito mais com São Paulo do que com a província mineira, tinha pouca participação na política do estado, era pouco povoado e dedicava-se ao mercado interno com atividades pastoris. As demais regiões viviam de atividades econômicas diversificadas ou constituíam-se em vazios populacionais. Tendo por base essa peculiaridade do território mineiro, acreditamos na importância de se estudar como se deu a publicação da imprensa republicana mineira em cada uma dessas regiões, procurando identificar se houve uma homogeneidade do movimento,

¹⁴ WIRTH, John D. **O fiel da Balança: Minas Gerais na Federação Brasileira 1889/1937**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1892.

uma vez que os propagandistas mineiros objetivavam a disseminação de suas ideias por meio das publicações nos jornais.

Seria possível argumentar também que a adequação da província de Minas Gerais ao tema proposto se deve à trajetória de seus políticos e a relevância do movimento em número e poder de articulação. Acreditamos que, para além de sua importância e influência política e econômica, o movimento republicano de Minas contribuiu para o nível de inserção do estado no modelo federativo então implantado¹⁵. Este trabalho busca, com um olhar inovador para as fontes, trilhar novos caminhos para um melhor entendimento do processo e da expansão da imprensa republicana mineira e seus objetivos para o republicanismo na província de Minas Gerais.

Para desenvolver o que se propõe, esta dissertação se organiza em três capítulos. O primeiro se dedica a expor com maior precisão as linhas do objeto aqui tratado. Começamos por uma discussão historiográfica mais detalhada sobre o movimento republicano, inserindo-a no contexto da produção nacional, a partir de uma análise crítica. O debate historiográfico travado nesse capítulo elucida nossa pesquisa, à medida que traça um panorama do Movimento Republicano no Brasil, e trabalhos regionais que acompanharam as reflexões surgidas nacionalmente. Pretendemos nos apoiar em tais trabalhos para a construção de nossa análise, por construírem sínteses elaboradas e abrirem portas de pesquisa, tanto metodologicamente quanto historiograficamente, o que irá nos permitir uma abordagem mais satisfatória sobre a temática. O objetivo do capítulo, além de descrever o objeto com mais detalhes, é apontar a possibilidade de contribuição deste trabalho, diante de obras já consagradas sobre o tema.

O segundo capítulo apresenta um esforço no sentido de interligar o movimento republicano mineiro com a imprensa, palco das redes de sociabilidade nas quais estavam inseridos os jornalistas políticos. O texto se dedica a uma contextualização do histórico dos jornais frente aos acontecimentos da própria província, uma ligação texto e contexto. Para tanto, destacamos os objetivos políticos, o conjunto de normas e valores compartilhados, suas propostas, seus desejos, esperanças e formas de organização esboçadas nos jornais republicanos. A fim de reconstituir seus repertórios de ações, suas estratégias e articulações para convencer da necessidade de um novo sistema político. É sabido que a imprensa da época era uma imprensa de opinião, com comentários partidários, que obrigavam os jornalistas a se posicionarem, descrevendo seus anseios, propostas, esperanças, heróis e frustrações com o

¹⁵ VISCARDI, Cláudia M. R. **O movimento republicano: formas de estruturação e valores políticos**. In: RESENDE, Maria Efigênia Lafe. **História de Minas Gerais: A província de Minas 2**. Belo Horizonte: Autêntica Editora; Companhia do Tempo, 2013. p. 117.

regime monárquico. Esse capítulo procurou identificar as discussões, articulações, o tratamento dado aos temas da época, as propostas e estratégias defendidas e o ideário republicano apresentado nos jornais.

O terceiro capítulo analisa propriamente as trajetórias dos redatores desses jornais, buscando compreender como esses atores se relacionaram com o universo da cultura e da política e quais papéis desempenharam no movimento que advogavam à República, resultando num estudo prosopográfico desse grupo de republicanos. O objetivo do capítulo é elaborar uma biografia dos principais redatores que escreveram sobre a questão republicana em Minas Gerais durante o movimento republicano, compreender se esses atores históricos tinham algo em comum que justificasse posições e tomadas de decisão.

Por fim, entendemos que este trabalho pretende realizar uma análise histórica da imprensa republicana mineira. A contribuição desta pesquisa perpassa para uma maior compreensão do papel da imprensa mineira e a articulação do movimento, que objetivava a implantação da República no Brasil. Buscamos entender as propostas dos republicanos, seus desejos e esperanças que esses homens buscavam em um novo regime político, suas formas de organização e estratégias para alcançar a sonhada República.

1 O TRONO EM MOVIMENTO: HISTORIOGRAFIA E MOVIMENTO REPUBLICANO

A página brilhante que o partido republicano está acrescentando à história brasileira há de ser lida pela posteridade com reconhecimento [...] Nela dirá o historiador que a voz desse partido foi a voz da esperança e que os ecos que ela acordava no coração da pátria sempre foram os da invocação dos seus precedentes da raça americana, dos exemplos de sacrifícios no passado, sempre a invocação dos destinos fatais do novo mundo.¹⁶

“A função do historiador é lembrar a sociedade daquilo que ela quer esquecer”. Essa frase de Peter Burke já se tornou obrigatória nas publicações em redes sociais do dia 19 de agosto, quando comemoramos nossa profissão, ou quando ocorre um fato de destaque e a sociedade lembra que precisa de nós. Seja como for, as primeiras décadas do século XXI já diz muito sobre nosso ofício, principalmente em solo brasileiro, onde temos enfrentado crises institucionais graves. Nem o mais jovem pessimista imaginou que, ao escolher cursar História, seria condenado a julgamentos posteriores de inimigo e criador de uma “verdade inverossímil”, por mais que isso possa parecer estranho. Sempre tivemos dualidades internas sobre o compromisso com a verdade, caso contrário, historiadores e, sobretudo, filósofos não teriam refletido sobre essa questão à exaustão. Esse é um questionamento tradicional da teoria da história, provavelmente daria para se montar uma biblioteca sobre o assunto, com nomes consagrados como: Hegel, Ranke, Dilthey, Marx, Weber, Ricoeur, Gadamer, Aron, Goldmann, Collingwood, Febvre, Bloch, Veyne, De Certeau, Furet, Koselleck e vários outros.

Uma das grandes questões fulcrais de nossa profissão é o que e como escolhemos escrever sobre o passado, talvez por isso seja tão difícil escolher nossos objetos de pesquisa ao longo da graduação. Em certa medida, nossa preocupação também deveria ser como os historiadores do futuro vão escrever sobre nós. Essa foi uma das preocupações de João Pinheiro da Silva, declarado historiador e participante ativo do movimento republicano em Minas Gerais, que demonstra indícios de preocupação na epígrafe citada no início do capítulo, com o que a posterioridade e nós historiadores iríamos escrever sobre o Partido Republicano Mineiro e sua campanha.

Sobre a primeira questão levantada nessas linhas iniciais, de como nós historiadores vamos explicar e tratar sobre o momento conturbado que nossa geração e o mundo tem enfrentado ao longo deste século, a resposta é simples: da mesma forma que temos feito ao longo dos últimos anos, com rigor e método. Talvez as perguntas não sejam essas, mas sim:

¹⁶ O MOVIMENTO. Ouro Preto. Ano I, ed. 20. 01 de jun. 1889.

quem vai nos ouvir? Quem vai financiar nossas pesquisas? Neste ponto, talvez estejamos preocupados com o futuro e como nossas ações serão vistas como João Pinheiro estava em sua época. Especulações que essa proposta de pesquisa não pode responder. Em relação às indagações de Pinheiro, estas sim, podemos discorrer e estudar. Em certa medida, é isso que esse trabalho busca, contribuir para as discussões da movimentação em prol da troca de sistema monárquico para o republicano em solo mineiro, e, especificamente, neste capítulo, refletir e analisar como o Movimento Republicano foi tratado pela historiografia nos últimos anos.

Não é nosso objetivo nesta breve explanação, traçar a trajetória historiográfica sobre as causas do “colapso” do sistema monárquico e nem recuperar os estudos desde o século XIX que escreveram do período das campanhas republicanas. Tal fato já foi feito em trabalhos que se dedicaram a investigar o movimento republicano e os primeiros anos do novo regime instituído em 1889. Algumas dessas obras são relatos contemporâneos, dentre as quais estão tanto as versões que exaltavam a República, como também as versões dos defensores da monarquia sobre os fatos¹⁷. Nosso objetivo é bem menos despretensioso, é esquadriñar os autores que escreveram sobre as campanhas republicanas nos últimos anos. Procuramos entender como a movimentação que queria uma república em solo brasileira foi tratada por esses autores e em que medida nosso trabalho pode contribuir para a discussão. Em um primeiro momento, voltamos nosso enfoque para as obras publicadas em formato de livro ou em teses de doutorado, por acreditarmos sintetizar os principais argumentos que vem sendo levantados em relação ao movimento republicano. Posteriormente, discutiremos como a campanha republicana foi tratada nas demais regiões do Brasil e exclusivamente na província de Minas Gerais, o que nos possibilitará dialogar sobre as contribuições de nosso trabalho para a temática.

1.1 O Movimento Republicano em Perspectiva

Emília Viotti da Costa alertou em seu trabalho que, “ao estudar um golpe de Estado ou uma Revolução é necessário que o historiador procure além dos fatos aparentes as razões de ordem estrutural que o motivaram, e que frequentemente escapam à consciência dos contemporâneos”¹⁸. Vários trabalhos dedicaram-se ao estudar o movimento que resultou na república brasileira, seja através de seus intelectuais, dos manifestos, da propaganda, da

¹⁷ Refiro-me as obras como o capítulo: “Sobre as origens da República” de: COSTA, Maria E.V. **Da Monarquia à república: momentos decisivos**, 5ed, São Paulo, Brasiliense, 1991; e OTTONI, Christiano. **O advento da República no Brasil**. Rio de Janeiro: Typ. Perseverança, 1890.

¹⁸ COSTA, Maria E.V. **Da Monarquia à república: momentos decisivos**, 5ed, São Paulo, Brasiliense, 1991. p. 386.

imprensa. Todos tinham o mesmo objetivo: analisar, entender como os fatos levaram a uma troca de forma de governo, que se encontrava presente em solo brasileiro há mais de trezentos anos.

Com o aumento dos programas de pós-graduação nas décadas de 1980 e 1990, os estudos de uma forma geral intensificaram-se visivelmente. O mesmo ocorreu com os novos estudos sobre a propaganda republicana. Com análises voltadas para entender a significação da República no cenário político regional e os arranjos políticos que surgiram junto ao novo regime, destacando o papel da circulação impressa, a dinâmica das elites políticas, as novas composições partidárias e a emergência de uma nova cultura política. Esses trabalhos são de suma importância e relevância para quem busca estudar esse período de rupturas e continuidade no do século XIX.

Dentre as novas perspectivas para a investigação sobre o movimento republicano no Brasil, destaca-se aqui a importância dos estudos de José Murilo de Carvalho do cenário da propaganda republicana. Na obra “Os bestializados”¹⁹, o autor mostrou a participação popular, ou melhor a falta dela, na Proclamação da República e nos anos subsequentes. Carvalho descarta a participação do povo no processo de transição política, mesmo não aceitando passivamente o que se passava ao seu redor, e põe em cheque o que naquele período entendia-se sobre cidadania. “Formação das Almas”²⁰ nasce da inquietação do autor da simbologia em relação à construção do novo regime. O questionamento que Carvalho realiza no texto é se o novo regime teria se consolidado apenas por base da força e por arranjos oligárquicos ou se houve tentativas e esforços de legitimação perante a população.

O enfoque do livro é no processo que a República busca sua consolidação, seja na criação de mitos, heróis, e uma cultura de fácil absorção. E é dessa forma que o autor procura compreender quais foram os elementos apropriados pela elite, tal qual a criação de heróis, hinos, bandeiras e simbologias, que criassem um sentimento de nacionalidade, um imaginário republicano. O tema central do livro é a batalha pelo imaginário popular recriados dentro dos valores republicanos:

A elaboração de um imaginário é parte integrante da legitimação de qualquer regime político. É por meio desse imaginário que se podem atingir não só a cabeça, mas de modo especial, o coração, isto é, as aspirações, os medos e as esperanças de um povo. É nele que as sociedades definem suas identidades e objetivos, definem seus inimigos, organizam seu passado, presente e futuro.²¹

¹⁹ CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

²⁰ CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

²¹ *Ibidem*, p. 10.

A proposta da obra parte desde a apresentação de personagens e símbolos até a existência de diferentes modelos de República, que resultou em distintos projetos políticos acompanhados, segundo o autor, de uma desorganização política generalizada. O estudo evidencia que os modelos de pensamentos difundidos no fim dos oitocentos travaram intensas lutas no interior de um regime que buscava um norte, uma afirmação no que se refere a aspectos de poder e variavam entre os que apoiavam o individualismo da democracia formal, influenciados pela República americana; os positivistas, defendendo um Estado centralizador; os influenciados pela fase jacobinista da Revolução Francesa, preocupados com a igualdade social. Seja pelas vivas à Marselhesa, as referências à alegoria feminina da República, na criação da figura do “cidadão”, ambos os grupos se mostraram conscientes da importância do uso dos símbolos e dos mitos na batalha pela vitória de sua visão de república.

O autor discutiu o conteúdo de alguns dos principais símbolos utilizados pelos republicanos brasileiros e sua eficácia em promover a legitimação do novo regime. A ideia de herói nacional é muito mobilizada por Carvalho, que discorre sobre as dificuldades que o novo sistema de governo encontrara para construir a imagem do herói nacional, apesar dos vários esforços em consolidar os nomes que participaram da transição do governo. Entre os motivos, o autor aponta desde fatores estéticos, até mesmo a questões morais. Exemplificando que a figura de Tiradentes presente na Inconfidência Mineira ganhou destaque devido à tradição cristã de Minas Gerais, que facilitou a criação de um Cristo cívico que serviu de contraponto a Pedro I e aos monarquistas. Assim como a figura da mulher foi mobilizada tanto na República francesa como na brasileira, com a ideia de liberdade que estava guiando o povo, a bandeira com as indicações positivas de “Ordem e progresso” e o hino, de fato indicavam a transição do regime.

Carvalho analisa talvez uma das principais influências mobilizadas pelos propagandistas republicanos positivistas. Segundo o autor, foram os positivistas os mais articulados manipuladores de símbolos do novo regime. O texto descreve August Comte com pensamentos que não se limitavam unicamente a elementos científicos. Para o autor, a ortodoxia brasileira e o ideário comtista tinham como objetivo o convencimento da população. Enquanto os setores médios tinham acesso aos livros e aos jornais, os demais setores da sociedade eram mobilizados através do uso de simbologias e rituais. Dessa maneira, José Murilo de Carvalho, expõe, em sua obra, a busca pela legitimação de um novo sistema político através do imaginário e das simbologias.

Uma das grandes contribuições da obra além do estudo das simbologias, foi a percepção da formação de um tripé em torno do qual se construiu o discurso republicano: “república-

democracia-federação”. Para os republicanos, todos os conceitos estavam relacionados e se completavam no novo sistema político. Analisando manifestos e obras de republicanos do período, Carvalho aponta que essas ideias e esses conceitos foram evoluindo dentro da própria propaganda, feita por radicais liberais que perceberam a impossibilidade de realizar as reformas que defendiam dentro do regime monárquico, tendo o federalismo se constituído como a única demanda unânime dentro do movimento.

O autor buscou apresentar nessa obra aquilo que considerou como sendo os principais pontos responsáveis pela transformação de mentalidade de um povo. Entretanto, para o autor, os esforços republicanos falharam. “Não foram capazes de criar um imaginário popular republicano. Nos aspectos que tiveram algum êxito, este se deveu ao compromisso com a tradição imperial ou a valores religiosos”. E acrescenta, argumentando que “o esforço despendido não foi suficiente para quebrar a barreira criada pela ausência de envolvimento popular na implementação do regime”. Para ele, o desafio da identidade republicana era da “absorção de novos saberes, e conseqüentemente a formação da alma”. O autor conclui que, devido ao fato de tais simbologias não terem tido suas bases enraizadas no cotidiano da sociedade dos oitocentos, a simbologia republicana acabou por cair no vazio e não resultando nos frutos desejados do convencimento da causa republicana.

Opondo-se a essa ideia, Maria Tereza Chaves de Mello, no livro “República Consentida”²², ressalta que era nas ruas que se realizavam as grandes campanhas, tanto de abolição como favoráveis à República. Assim, a autora inicia seu texto com uma crítica sobre a visão da República como o povo bestializado:

Essa interpretação de raiz monarquista foi posteriormente esposada e difundida pelos intelectuais desiludidos com a República, quando então se reforçou o que, no tal artigo, se seguia ao bestializado, ou seja, que, sem conhecer o que significava, o povo acreditou "estar vendo uma parada". Foi o próprio Aristides que classificou o evento, "por ora", como um governo puramente militar.²³

O objetivo do estudo é conhecer o sistema simbólico que legitimava e emprestava sentido às instituições monárquicas. A autora explica que a crise do Império foi resultado da conjugação de diversos fatores de ordem econômica, social e política.

O emperramento da máquina estatal, o apego aos privilégios deu ensejo à noção de que as reformas eram impossíveis sob o regime monárquico, posto que, para sobreviver, este precisava abrir suas instituições e acabar com a escravidão, o que logo

²² MELLO, Maria T. C. de. **A República Consentida: Cultura Democrática e Científica no Final do Império**, Rio de Janeiro, FGV, EDUR, 2007.

²³ *Ibidem*, p. 9.

se percebeu como seu selo de morte, daí em diante o sistema só poderia se manter pela força — inclusive cios seus símbolos.²⁴

Para a autora, a Proclamação da República é um episódio da modernização brasileira que estabeleceu relações dispares entre a república vista como liberdade, progresso e ciências, que apontava para o futuro desejado e a monarquia, vista como atraso e incapacidade de resolver as questões mais atuais do Império. Uma das contribuições de Mello foi o estudo do conceito de República a partir da sua penetração social. Assim, a autora procurou analisar os instrumentos de construção da opinião pública como os jornais, revistas, livros, panfletos, opúsculos, que atingiam a população alfabetizada e era transmitida através de conversas, nos clubes, nas ruas, nas conferências ou nos jornais lidos em praças públicas. A autora busca entender a percepção da crise da Monarquia pelo conjunto da população, que resultou no afastamento da mesma.

Se em um primeiro momento, o protagonismo da tese da autora é a rua, cujo estrelato de fazer política é o povo, que tem contato com as causas republicanas e as absorve, de certa maneira, a segunda análise trata como personagem a intelectualidade, que age por meio da imprensa, literatura e os livros. A autora também ressalta a politização da sociedade fluminense, e identifica as discussões mobilizadas nas ruas. Como a distribuição de cargos e concessões, que através de uma prática do sistema colonial distribuía títulos, condecorações às pessoas próximas à Corte. Essa prática, como afirma Mello, foi vista de forma problemática nas ruas e nos jornais, que demonstravam a incapacidade do velho sistema em se adaptar às novas práticas que estavam acontecendo em várias regiões da América.

A autora utiliza, em sua obra, a ideia de que o período imperial privilegiou os espaços do governo em detrimento de outros, e foi, somente nos anos finais do Império, que a sociedade passou por um processo de politização de forma mais energética, que através de comícios e das palestras defendia a causa republicana, assim como a abolicionista. Para a autora, as novas ideias que penetraram na sociedade a partir de 1870, foram capazes de renovar a mentalidade através da mobilização de categorias como o tempo e culto a ciência. Ao contrário de José Murilo de Carvalho, a autora defende que as ideologias implantadas nesse período, com influências no exterior, apesar de não terem sido completamente assimiladas, foram importantes, à medida que se fizeram pensar questões como da identidade nacional.

A imprensa também é vista como *locus* privilegiado das discussões republicanas, principalmente após 1880, com a multiplicação dos periódicos independentes que auxiliaram

²⁴ Ibidem, p. 12.

na difusão de uma nova cultura política, unidas às conferências e exemplificadas da literatura nas praças públicas. A obra traz um novo enfoque sobre o tema, de ressaltar a participação popular, e mesmo que excluída dos meios formais de discussão como o parlamento, expunha seus anseios e angústias na rua, fazendo desse, um novo espaço político. O cenário escolhido pela autora para essa incursão é a cidade do Rio de Janeiro, rua do Ouvidor e suas adjacências, vista como elemento centralizador de difusão dessa nova cultura.

A República descrita por Maria Tereza Chaves de Mello veio através de um progressivo consentimento. A autora cita a obra “Esaú e Jacó” de Machado de Assis e conclui que havia espanto, mas não havia susto” por parte da população, que consente em relação ao novo sistema político. Com efeito, entendia-se a república como o governo da opinião pública, e com certeza a grande vitória da propaganda republicana foi estabelecer uma sinonímia entre democracia e república. Assim, a causa republicana procurou associar a ideia de república com a de democracia e fez dessa aproximação o grande instrumento mobilizador da opinião pública.

José Ênio Casalecchi também contribuiu para a análise da trajetória proeminente do republicanismo em São Paulo²⁵. Com o objetivo de compreender como o regime monárquico brasileiro começou a ruir, o autor identifica que a monarquia já não era mais capaz de responder as questões que estavam surgindo no Império como: a nova dinâmica social, a incapacidade promover as reformas necessárias referentes à expansão do mercado interno e da vida urbana, a presença de novos empresários rurais, a ação do trabalho livre imigrante, entre outros, que levou ao surgimento do republicanismo que cresceu devido à ausência de respostas eficazes em relação às propostas de mudanças pela monarquia. Para o autor, devido à ineficiência de respostas monárquicas, tanto os republicanos como os militares uniram-se em um movimento de defesa de interesses mútuos. Um grupo acabou por aceitar o outro através do ressentimento com as ordens monárquicas e efetuaram um golpe de caráter e predominância militar, que acabou por atender, em certa medida, ao interesse dos republicanos.

Os escritos de Ângela Alonso²⁶ também destacam o contexto político que antecede o advento da República. Em estudo sobre a geração de 1870, a autora estuda essa nova geração que estava nascendo no fim do século XIX. Seu argumento principal aponta para a ligação entre o discurso e a prática na conformação da atuação reformista do grupo. A autora procura mostrar que as atividades intelectuais e políticas dos grupos que compunham o movimento eram indissociáveis e que os sentidos de seus estudos devem ser buscados na conjuntura de crise do

²⁵ CASALECCHI, José E. **A Proclamação da República**, 5ed, São Paulo: Brasiliense, 1992.

²⁶ ALONSO, Ângela. **Idéias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

Império. Alonso destaca que esses homens foram tratados por muitos anos com um olhar preconceituoso de imitadores das correntes europeias sem analisar o contexto brasileiro e interpretar a realidade nacional, como se fossem um intelectual imitativo. O texto nos traz uma nova abordagem até dos menores dessa geração, a experiência social compartilhada pelos seus membros. Nesse quesito, entra uma grande contribuição de Alonso: tal movimento não era só intelectual, mas político.

Para a autora, esses homens não eram alheios à realidade nacional e tampouco estavam interessados em recriar teorias universais. Essas apropriações do repertório estrangeiro sofriam um processo de triagem, um critério político de seleção. Devido à conjuntura política do Império, esses homens estavam sendo excluídos do cenário político e usavam do repertório disponível para atacar o sistema vigente. A tese da autora parte do princípio de que o movimento está associado à busca desses intelectuais por poder e espaço político. Para tanto, esses homens apropriaram-se do liberalismo e das demais doutrinas disponíveis em seu repertório de ações para conseguir poder. Como toda incorporação recebe modificações, Alonso discorre que é impossível separar a categoria de intelectual de político em fins dos oitocentos, seria o mesmo que separar o indivíduo de suas ideias. A autora analisa os agentes sociais, são eles responsáveis e produtores das ideias, são eles que selecionam, tomam como orientação e produzem o movimento.

Dois argumentos são destacados para exemplificar como esses movimentos sociais surgem nesse período. O primeiro, pela cisão da elite política imperial, seguido de uma modernização conservadora incompleta. A elite monárquica começou uma reforma política controlada, mas não a concluíram. Com os avanços de técnicas, novos grupos alfabetizados geraram manifestações, dando à população capacidade de agir politicamente pela redistribuição de recursos materiais, políticos e simbólicos. Com a quebra das bases do regime imperial, como a escravidão, a religião, monarquia representativa, abriu-se espaço para esses novos agentes. Nesse sentido, a autora destaca que o movimento intelectual da geração de 1870 foi uma dessas formas coletivas de contestação à ordem imperial, formados por marginalizados da ordem monárquica. Um grupo de homens pertencentes às camadas altas da sociedade, heterogêneos não alocados no mundo da elite política, profissionais liberais urbanos, pequenos comerciantes, médicos, professores, bacharéis, ligados por uma situação, de marginalizados frente ao poder do Império. Assim, o olhar de Alonso volta-se para os comícios, os novos jornais e os manifestos que se multiplicavam e teriam possibilitado a articulação de um movimento heterogêneo que compartilhava como princípio identitário apenas um antagonista. Na interpretação da autora, a geração de 1870 faz parte da experiência de marginalização e o

aprofundamento do capitalismo no país (com a conseqüente introdução de novos personagens e tipos sociais) teria forçado a abertura de novos lugares sociais para o fazer político.

Outro ponto importante apontado na obra é o tipo de ação política realizada pelo movimento. A produção intelectual de 1870 era de contestação política. Combatia as instituições e valores essenciais da ordem imperial. Para enfatizar a face política e intelectual da contestação, Alonso chama o movimento de reformista, que tinha saído das entranhas da crise da sociedade imperial e procurava, fora da esfera parlamentar, os seus interlocutores e o seu público. Através de uma seleção apreendida, esses homens incorporavam questões correspondentes à tradição política imperial e almejavam a reforma das instituições, a reforma do estado, a secularização das instituições, extensão da cidadania, questão social e a política externa. Alonso discorre que, apesar de esses homens terem pautas diferentes, todos entenderam que a conseqüência lógica da Abolição acabaria sendo a República. Por fim, a autora destaca que esse grupo é um movimento reformista de contestação ligado por um inimigo comum: o Império. Com a queda desse inimigo, esse movimento se desfez e seus membros passaram a lutar entre si por disputas políticas.

Com enfoque nos “momentos decisivos” da estruturação da sociedade brasileira, do processo da Independência até as primeiras décadas da República, Emilia Viotti da Costa estabelece um fio condutor que perpassa os capítulos de seu livro²⁷, sendo ele a tentativa de entender a fraqueza das instituições democráticas e da ideologia liberal, assim como a marginalização política, econômica e cultural de amplos setores da população brasileira, examinando o comportamento das elites brasileiras em alguns momentos decisivos da nossa história. Seu trabalho parte da premissa de que, após 1822, a tradição agrária foi reafirmada na economia brasileira, excluindo as tentativas de alguns grupos em promover o desenvolvimento da indústria nacional e o pensamento liberal, e apoiarem-se em uma postura conservadora e antidemocrática. “Graças a um sistema de clientela e patronagem desde a época colonial que redefiniram as lutas políticas no seio da família e da clientela”. Sendo assim, o favor prevalecia sobre a ética competitiva e acabou por alavancar obstáculos ao sistema capitalista.

Discutindo as interpretações até então existentes para a queda do regime monárquico, Emilia Viotti da Costa faz uma revisão crítica da historiografia, começando desde a República vista pelos republicanos e monarquistas até as novas concepções do estudo da transição do regime monárquico para o republicano. A autora destaca que duas linhas de interpretação surgiram logo nos primeiros anos do novo regime: a dos vencedores republicanos que

²⁷ COSTA, Maria E.V. **Da Monarquia à república: momentos decisivos**, 5ed, São Paulo, Brasiliense, 1991.

acreditavam que República sempre foi uma aspiração nacional, uma vez que a monarquia era uma anomalia nas américas, e a do que achavam que a proclamação da República não passava de um levante militar unido do descontentamento dos fazendeiros, em virtude da abolição e de alguns republicanos, que souberam explorar a situação. Segundo a autora, tais análises apoiavam-se nas primeiras versões que surgiram após a proclamação – a monarquista e a republicana – que, focando-se nos personagens e sua atuação, não apresentavam uma análise do processo que levou ao fim da Monarquia. Para a autora, o “movimento resultou da conjugação de três forças: uma parcela do exército, fazendeiros do Oeste Paulista e representantes das classes médias urbanas (...) momentaneamente unidas em torno do ideal republicano”²⁸.

A autora destaca outras interpretações, como a do viajante francês de Max Leclerc, as teorias civilistas e militaristas, de Oliveira Viana, de vários historiadores que sofreram influências positivistas, como Euclides da Cunha, João Ribeiro e Vicente Licínio Cardoso, da teoria marxista de Caio Prado Junior, do economista J. F. Normano e as sínteses de Nelson Werneck Sodré e Leôncio Basbaum. A nova historiografia, ao lado das interpretações sugeridas pelos autores marxistas, apareceu, nos últimos anos, com uma série de monografias que forneceram dados valiosos para o estudo da história do Império e das origens da República.

A autora destaca que a história da Proclamação da República foi vista, em um primeiro momento, por meio de testemunhos subjetivos de quem viveu os grandes acontecimentos. A Proclamação foi tratada como resultado das crises do Segundo Reinado tais como: a religiosa, militar e da abolição. Se, por um lado, havia a defesa da República pelo desprestígio da monarquia, graças aos próprios monarquistas, do outro havia o advento da República por uma consequência natural dos vícios do antigo regime. Com o revisionismo destacado pela autora, novas fontes de análise foram incorporadas; se antes os fazendeiros descontentes com a abolição apoiaram, por despeito ou vingança o novo regime, Viotti discorre que a abolição finalizou o golpe na classe senhorial ligada ao modo tradicional, incapaz de se modernizar economicamente frente às novas condições surgidas a partir de 1850 no país. Assim, a abolição e a república são vistas como sinônimos de mudanças ocorridas na estrutura social do país, que provocaram a destruição de esquemas tradicionais.

A questão religiosa também é destacada pela autora como uma crise desencadeada pela própria divisão da Igreja. A autora esclarece que a interferência do Estado na Igreja sempre esteve na pauta do dia. Seria um exagero muito grande supor que o conflito momentâneo entre

²⁸ Ibidem, p. 489.

o a Igreja e a monarquia fossem primordiais para colocar um fim no regime. Apesar de o Partido Republicano ter se difundido em todo o país, não contava com um grande número de adeptos, exceto em SP, MG, RJ e RS. Entretanto, não é por ser minoria, que não ocupou papel significativo no movimento, contava com simpatizantes que viam com simpatia a forma republicana. Segundo Costa, a Proclamação só pode ser explicada pelas mudanças ocorridas na estrutura econômica e social do país, já que as ideias republicanas não eram novas, que levaram uma parcela da população a se converter às ideias republicanas e outra a aceitar com indiferença a queda da Monarquia, graças às instituições monárquicas e sua insuficiência em resolver os problemas que estavam emergindo na nação. Assim, a autora conclui que, sem as mudanças ocorridas na estrutura, o Partido Republicano, por si só, provavelmente não teria atingido seus objetivos.

O texto apresenta quais foram os motivos que levaram à eclosão do movimento republicano, dentre eles, podemos citar: as contradições entre os diversos interesses de grupos econômicos distintos; a distância das províncias em relação ao centro do poder e, por fim, a dificuldade de acomodação política das novas forças econômicas, (condicionadas pela nova ordem econômica mundial então vigente) que acabaram por arrastar o regime monárquico a um nível de inércia que o inviabilizou definitivamente como projeto de governo. Entretanto, a autora afirma que a República só foi possível por causa de mudanças nas estruturas econômicas e sociais. O ideal republicano não era novo no país, mas foi a partir de 1870 que a situação se modificou, quando as novas condições sociais e econômicas que se implantavam progressivamente no país conferiram-lhe novo prestígio que, aos poucos, foram enfraquecendo a base do regime monárquico²⁹. “A mudança de um sistema para o outro também implica na reorganização não só política como também social”. Assim, seria necessário a montagem de uma nova memória nacional, novos símbolos de coesão, formas de legitimar o novo regime, apesar do modo como se deu “um golpe por parte dos militares. E na construção desse imaginário social e na divulgação da nova ordem a imprensa tem seu papel”³⁰.

A autora conclui que, apesar dessas tentativas de mobilização popular, a República se faria como a Independência se fizera, sem a colaboração das massas. O novo regime resultaria de um golpe militar. Nos meios republicanos, a estratégia conspiratória prevaleceu sobre a estratégia revolucionária. O Exército apareceu aos olhos das novas elites como o instrumento ideal para derrubar a Monarquia e instituir um novo regime que as colocasse no poder. Desde a Guerra do Paraguai, setores do Exército se indispuseram com o sistema monárquico.

²⁹ Ibidem, p. 479.

³⁰ Ibidem, p. 480.

Convencidos de que os políticos civis eram corruptos, entenderam que cabia aos militares uma missão regeneradora, de salvação nacional. Nada mais natural, pois, do que a aliança entre esses setores militares e os republicanos, aliança que culminou na derrubada da Monarquia.

Outra autora que contribuiu para a produção historiográfica sobre a história política e social da República Brasileira foi Cláudia Viscardi. Em seu livro “Teatro das Oligarquias: uma revisão da política do café com leite”³¹, a autora investigou as alianças constituídas no contexto das sucessões presidenciais, e contesta a tese da alternância de poder somente pelo eixo explicativo de Minas Gerais e São Paulo. Partindo de uma vasta pesquisa histórica em arquivos públicos e privados e utilizando-se de material de imprensa da época, a autora visou a demonstrar que, ao longo da Primeira República, as alianças entre os dois estados brasileiros foram marcadas por mudanças e recorrentes momentos de instabilidade e tensão. O livro “Teatro das Oligarquias” constitui uma importante leitura para o estudo da complexidade e funcionalidade do Estado Republicano no Brasil e, especialmente, em Minas Gerais.

Em trabalho mais recente, Viscardi analisa o projeto político construído durante o movimento republicano brasileiro ao modelo de federalismo da Constituição de 1891 e alterado no governo de Campos Sales³². O objetivo da autora é perceber a lógica e o funcionamento do federalismo nacional, através de seus atores e seus discursos. Para tanto, a obra utilizou metodologias variadas, como a História dos Conceitos e a História dos Discursos Políticos, a análise de Cultura Política e da técnica prosopográfica para um levantamento da biografia coletiva dos constituintes de 1891.

Com um olhar para os agentes políticos, a autora busca articular em sua obra o fato ao discurso. A autora busca romper com esquematismos que vê os primeiros anos da República brasileira através de pragmatismos que empobrecem a análise, em um esforço em perceber como os discursos, orais ou escritos, se constituíram em prática política. Na tentativa de entender as reformas realizadas por Campos Sales, a autora retrocede para acompanhar os governos que o antecederam, a propaganda republicana e a trajetória do republicanismo. O livro é uma análise bem acurada, que busca, em um primeiro momento, delimitar a construção de um projeto republicano que pressuponha o modelo federalista, que estabelecia um contraponto com a centralização imperial.

³¹ VISCARDI, Cláudia Ribeiro. **O Teatro das Oligarquias: Uma revisão da “política do café com leite”**. Belo Horizonte: C/Arte, 2001.

³² VISCARDI, Cláudia M. R. **Unidos perderemos: a construção do federalismo republicano brasileiro**. Curitiba: CRV, 2017.

Em um primeiro momento, a autora analisa o movimento republicano, por meio dos manifestos do Partido Republicano de 1870 e do Manifesto do Partido Republicano do Pará, de 1886. Com o objetivo de perceber como esses manifestos expressaram ideias, valores e projetos que compunham a cultura política republicana, o texto busca analisar as entrelinhas desses documentos, os silêncios, os conceitos vinculados e as figuras de linguagem. A autora percebe, o que também visualizamos na propaganda republicana mineira e apontamos nos próximos capítulos, um endurecimento na linguagem e uma mudança da prática reformista para a revolução, devido ao avanço ainda inexpressivo da propaganda para pôr fim ao sistema centralizador monárquico.

O próximo passo da autora, após discorrer sobre os projetos republicanos no contexto da propaganda, foi a análise da institucionalização desses projetos com o advento da República. Por meio da análise dos textos constitucionais, a autora buscou identificar os limites e os avanços em relação aos diferentes projetos difundidos ao longo da propaganda republicana. Para tanto, o texto apresenta um levantamento prosopográfico dos membros da Constituintes de 1891 e traça um perfil de seus membros. O texto nos revela que, de fato, a Assembleia de 1891 era bastante heterogênea nas questões políticas, unidas pela crítica do regime monárquico, que resultou em um texto negociado, que contemplou de forma ampla as prerrogativas do movimento republicano.

O texto também relata em que ponto se deu a discussão sobre a soberania popular e a compreensão sobre democracia, representação e cidadania. Dadas as limitações do exercício da cidadania, a análise parte da premissa de que os republicanos tenham conseguido viabilizar seu projeto, rompendo com o voto censitário, estabeleceram eleições diretas em todos os níveis e a proibição ao voto do analfabeto e do voto feminino. Assim, como o federalismo que vigorou na Carta de 1891 até 1934, com ligeiras alterações feitas pela reforma de 1926.

“Unidos perderemos” propõe uma nova leitura acerca dos processos eleitorais e uma interpretação alternativa da “política dos estados” de Campos Sales. Supera esquemáticos sobre o período republicano e acrescenta novos itens na agenda de estudos sobre esse período. O trabalho também abre portas da possibilidade de novas análises. Ao propor fugir do “federalismo historiográfico”, e da valorização do discurso político, a autora acabou por influenciar o trabalho de Camila de Freitas Silva Bogéa³³, que propôs em seu estudo uma

³³ BOGÉA, Camila de Freitas Silva. **A Federação, o Paiz e a Provincia: campanhas republicanas na imprensa (1884-1889)**. 220 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. UNIRIO – Centro de Ciências Humanas e Sociais. Rio de Janeiro: 2019.

abordagem mais ampla do movimento republicano e das campanhas por eles realizadas, destacando a importância da imprensa na criação e divulgação dessas ideias.

O trabalho de Bogéa analisa as campanhas republicanas veiculadas nos jornais: “A Federação”, do Rio Grande do Sul, “O Paiz”, do Rio de Janeiro e “A Província de São Paulo”, de São Paulo durante o período de 1884 a 1889. A autora utiliza da noção de intelectuais jornalistas como peças-chave para compreender as ações de convencimento das ideias republicanas. Nesse sentido, os periódicos ocupam papel de destaque no estudo da autora que os sinalizam, como o principal meio para divulgação das ideias republicanas para a construção de uma opinião positiva em relação à República. Foi por meio da análise dos discursos republicanos presentes nos três jornais destacados por Bogéa que o trabalho busca compreender melhor quem eram esses atores à frente das atividades jornalísticas e quais eram os seus propósitos.

Unida a análise de discurso político, Bogéa discorre para além das intenções, do vocabulário, do contexto, da articulação, das interlocuções presentes nas campanhas republicanas. A autora utiliza o conceito de cultura política para aprender as ideias, suas especificidades e ações em circulação entre os republicanos em suas campanhas. A autora procura situar a imprensa como um lugar de sociabilidade política e intelectual e um importante canal de discussão política. A imprensa é tratada no trabalho como um dos principais órgãos divulgadores das ideias republicanas. Com a escolha de três províncias e seus respectivos jornais, Bogéa realizou um exame tanto dos jornais como de seus editores, com destaque para as principais questões levantadas pelos periódicos, suas opções retóricas e o discurso presente em suas edições, que acabou por construir uma nova cultura política republicana.

Outro tema que a autora mobiliza é sobre a questão da abolição da escravidão presente no movimento republicano. Não é surpresa que a historiografia, por vezes, acusou tanto o Partido Republicano como a campanha republicana como omissos em relação à abolição. Bogéa destaca, em seu trabalho, que ainda que com diferente intensidade e grau de comprometimento ao longo dos anos, os republicanos defenderam a abolição, como mostram os principais jornais republicanos daquele período. Apesar das discordâncias que existiam sobre o fim da escravidão, como a existência de membros do movimento republicano que eram fazendeiros e acreditavam que a Lei do Ventre Livre era suficiente para encaminhar o processo, ou a questão da província de São Paulo, que agregava grande número de fazendeiros, o que tornava a discussão em torno da substituição da mão de obra ainda mais delicada. Os republicanos de uma forma geral, viam a abolição como necessária, e as notícias dos jornais sobre a libertação de escravos, datas e

reuniões dos grupos abolicionistas eram constantemente registradas nos jornais analisados pela autora.

A conclusão a que a autora chega é que, apesar de os republicanos serem acusados de omissos em relação ao tema, a partir de 1884, os jornais passaram a se posicionar de forma mais direta em defesa da abolição, apesar de diferentes setores do Partido Republicano já defenderem abertamente, apoiar e lutar pelas leis emancipacionistas antes dessa data. A conclusão do estudo parte do pressuposto de que o partido republicano e seus candidatos eram, de certa forma, abolicionistas, e assumiram o discurso em 1884, um momento crucial no avanço do movimento abolicionista, com o debate sobre o projeto Dantas, que proporcionou a defesa da causa nas publicações dos jornais republicanos, o que possibilitou, entre 1887 e 1888, que os republicanos se apropriassem da vitória abolicionista como sua e passassem a entender o abolicionismo como um movimento social do qual foram grandes defensores.

Bogéa também analisa como a imprensa republicana construiu um discurso de crise e de necessidade de mudança do sistema de governo. A imprensa era tratada como um dos principais meios de atuação dos republicanos. Foi através dela que a campanha republicana projetou a ideia de uma grave crise do sistema monárquico e apresentou a República como solução. Os jornais se utilizaram de diferentes opções retóricas para apoiar o republicanismo e tinham suas próprias estratégias para defender o novo regime. De modo geral, os jornais alimentavam debates convergentes, criticavam o governo, exploravam atitudes impopulares, discutiam formas de concretizar a tão esperada República. Outro tema mobilizado pela autora é a discussão em torno do federalismo e do separatismo.

Outra questão analisada nos jornais foi sobre a atuação institucional do partido republicano durante o período eleitoral e no parlamento. A autora destaca que, com a campanha republicana, a opção de um terceiro reinado foi se apresentando como foco de preocupação para os republicanos. “Na luta pela nova forma de regime, dois caminhos foram explorados: a crítica à família real e a atuação republicana no Parlamento”. Nesse caso, os republicanos deveriam mostrar, desde aquele momento, como seria sua atuação prática como representantes dos ideais de República. Sendo assim, a autora abordou, em seu estudo, os acordos políticos, períodos eleitorais e ações defendidas por deputados republicanos nas assembleias provinciais e na assembleia geral. A autora também ressalta como a família real figurava no discurso republicano, as críticas ao imperador e sua família e, principalmente, o debate em torno da sucessão real, que ganhou grande proporção com a doença do imperador D. Pedro II, em 1887.

Bogéa ressaltou, em seu trabalho, como o discurso político republicano ajudou a construir uma cultura política republicana que acabou por ressignificar a história nacional, que

buscou construir uma tradição republicana, desde o período colonial sobre o ímpeto da liberdade, com a reinterpretação de fatos e heróis que buscaram imprimir em seus leitores a ideia de que a República era inevitável porque sempre foi desejada. Elemento importante na análise da autora é sobre a ideia de a campanha republicana seguir uma perspectiva pedagógica, que ensinava seus leitores a agirem e qual o resultado a ser buscado. “Fornecia também razões para a ação republicana e abria um espaço de ação no presente. O passado guia para a República, então o presente é o momento de lutar por ela”³⁴.

Como podemos observar através desse breve exercício de síntese historiográfica, o movimento republicano foi estudado por diferentes autores e por perspectivas diversas. Os trabalhos citados acima elucidam nossa pesquisa, na medida que traçaram um panorama do republicanismo brasileiro e abrem porta de pesquisa para diversas pesquisas. Pretendemos nos apoiar em tais trabalhos para a construção de nossa análise, por construírem sínteses elaboradas, que irá nos permitir uma abordagem mais satisfatória sobre a temática. Pretendemos, ao final de nosso trabalho, contribuir para uma maior compreensão e para o debate do papel da imprensa republicana mineira no movimento que eclodiu na República do país.

1.2 Estudos regionais do movimento republicano em perspectivas historiográficas

As obras dos brasilianistas John Wirth (1982), Joseph Love (1982) e Robert Levine (1980), que estudaram, respectivamente, os estados de Minas Gerais, São Paulo e Pernambuco, são citados em diversos trabalhos, como exemplos de estudos regionalistas de grande destaque. Juntos, os três autores desenvolveram um projeto comparativo dos três estados da federação desde o período da Proclamação da República até o Estado Novo, ampliando o conhecimento da história regional. Em relação aos últimos anos do Império e à movimentação republicana, os estudos centravam nos estados que demonstraram maior destaque político durante a consolidação da República. Nas últimas décadas, esse quadro analítico vem sofrendo alterações com a publicação de teses e dissertações que analisam a iniciativa republicana em variadas províncias do país, o que tem levantado questões importantes para o republicanismo brasileiro.

Marieta de Moraes Ferreira apontou, em seu estudo³⁵, que em um país com a extensão territorial de dimensões continentais, como o Brasil, é de suma importância estudos de políticas regionais para compreendermos as relações do poder central com os estados. Para a autora, “o

³⁴ Ibidem, p. 173.

³⁵ FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). **A República na velha Província: oligarquias e crise do estado do Rio de Janeiro (1889-1930)**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989.

ênfoque regionalista supõe a utilização de fontes de informação variadas e de equipamento conceitual refinado³⁶. Tal fato acaba ampliando os conhecimentos das formas como se deram as mudanças na estrutura política e social do país e ajudam a perceber como se dá a identificação dos diversos grupos e classes com a nação. Diante dessas premissas, a autora voltou seu olhar para a província do Rio de Janeiro, a fim de aprofundar a investigação sobre os conflitos pelo poder e as diferentes propostas políticas naquela localidade a partir de 1889.

Em um primeiro momento, a historiografia concentrou-se em províncias dotadas de um republicanismo mais dinâmicos como as ações do Rio de Janeiro, de São Paulo e Rio Grande do Sul. No Rio de Janeiro, a ação propagandística dos republicanos exercia forte influência. Esses homens almejavam a construção da opinião pública, que busca disseminar os ideais que pretendiam derrubar o regime monárquico. Marieta de Moraes Ferreira defende que na província do Rio a maioria dos homens ligados ao movimento republicano era de representantes das zonas urbanas, ao contrário do que ocorria o caso paulista. A autora esclarece que, apesar de a retórica republicana ser a do poder na mão do povo, o republicanismo não representava, naquele momento, um desejo popular; a grande maioria de seus representantes concentrava-se nas camadas intelectualizadas e nos profissionais liberais. Entretanto, as conferências e os comícios contavam com a participação popular, além dos grupos que liam os jornais em público e espalhavam os comentários sobre a crise e aumentavam as críticas contra a monarquia³⁷.

Na província de São Paulo, o PRP – Partido Republicano Paulista, que consagrou os ideais e interesses dos cafeicultores, almejava a descentralização do poder para aplicar os seus recursos na própria província, incrementando a construção de estradas de ferro e a imigração. O projeto republicano em São Paulo foi estudado, por exemplo, por José Ênio Casalecchi³⁸ e Milene Ribas da Costa³⁹ que analisaram o contexto político e social do movimento republicano paulista. A autora constatou, em sua obra, que a província de São Paulo se destacou em relação às demais províncias do Império na movimentação republicana, devido à sua proeminência econômica, que se sentiu sufocada pela ordem imperial, elegendo o federalismo como a solução para os problemas da província, com destaque para as ações de Alberto Sales. Ainda sobre o

³⁶ Ibidem, p. 12.

³⁷ Ibidem, p. 13.

³⁸ CASALECCHI, José Ênio. *O Partido republicano paulista: 1889-1926*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

³⁹ COSTA, Milene Ribas da. **A implosão da ordem: a crise final do Império e o Movimento republicano paulista**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-28052007-141852/>>. Acesso em: 24/10/2015.

movimento em São Paulo, mas através do estudo de municípios, Silvana Mota Barbosa⁴⁰ propôs investigação acerca da dinâmica política e das especificidades do município de Campinas, durante a propaganda republicana por meio dos impressos. A cidade de Franca foi estudada por Anderson Camelucci⁴¹, que demonstrou as especificidades daquele município diante da propaganda republicana em São Paulo. De modo geral, esses estudos procuraram esquadrihar o movimento republicano paulista, e mostraram como o movimento contou com estratégias e propostas políticas diferentes.

Já na província do Rio grande do Sul, o programa dos republicanos gaúchos era divulgado pelo jornal “A Federação”, órgão oficial criado em janeiro de 1884. Sêga e Perissinotto⁴² destacam que, diferentemente do Partido Republicano Paulista, entre os anos de 1870 a 1889, era claramente um partido de classe dominante paulista. A proliferação do ideário republicano do Manifesto de 1870 chegou ao Rio Grande do Sul com certo atraso, e estava estritamente ligado com o Partido Liberal, ao qual os militantes republicanos precisavam engajar-se para obter espaço na política local. Outro trabalho que analisa o jornal “A Federação” é de Tuane Ludwig Dihl⁴³, que através do movimento abolicionista, investiga a forma como o Partido Republicano Rio Grandense (PRR) representou em seu órgão de imprensa as bases de uma nova ordem social que se anunciava em fins do século XIX. O projeto republicano positivista do Rio Grande do Sul, por sua vez, foi estudado por Celi Regina Pinto⁴⁴. Outros dois trabalhos, focados em analisar a trajetória de Joaquim Francisco de Assis Brasil, destacam o movimento republicano no Rio Grande do Sul. O primeiro, de Fábio Caetano Tovo⁴⁵, analisa a figura de Assis centrado na figura intelectual que defendeu o republicanismo e o federalismo

⁴⁰ BARBOSA, Silvana Mota. **República das Letras: Discursos republicanos na província de São Paulo (1870-1889)**. 1995. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História- UNICAMP, Campinas, 1995.

⁴¹ CAMELUCCI, Anderson Luis. **Crise Monárquica e as experiências de República no Município de Franca (1880-1906)**. 2008. Dissertação de Mestrado- Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Franca, 2008.

⁴² SÊGA, Rafael Augustus; PERISSINOTTO, Renato Monseff. **Republicanism Paulista e Republicanismo Gaúcho, entre o partido de classe e o partido de Estado: aproximações e distinções (1873-1930)**. Almanack. Guarulhos, n.02, p.101-113, 2º semestre de 2011. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/alm/n2/2236-4633-alm-02-00101.pdf> >. Acesso em: 20 nov. 2018.

⁴³ DIHL, Tuane Ludwig, **Plurais (in) visibilidades: representações republicanas sobre o negro (jornal A Federação – RS, 1884-1903)**. 170 f. dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, 2017.

⁴⁴ PINTO, Céli Regina. **Positivismo: um Projeto político Alternativo (RS:1889-1930)**. Porto Alegre: L&PM, 1986.

⁴⁵ TOVO, Fábio Caetano. **“Aceitamos a causa dos vencidos como bandeira de futuras vitórias”: a memória da Revolução Farroupilha na propaganda republicana de Joaquim Francisco de Assis Brasil**. 244 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de pós-graduação em História, 2019.

como modelos a serem seguidos pelos sul-rio-grandenses. Já Juliano Francesco Antonioli⁴⁶, através da história dos conceitos, ressalta que o vocabulário utilizado pelos jovens republicanos era moderno, centrado de expectativas a serem concretizadas no futuro para superar o atraso nacional. O autor busca compreender de que forma a propaganda republicana mobilizou conceitos fundamentais na construção de seus projetos políticos e elaborou expectativas para o futuro da nação.

Com o desenvolvimento dos Programas de Pós-Graduação, vários trabalhos começaram a serem produzidos e a identificar diferentes possibilidades de análise. Se antes o anacronismo produziu estudos regionais sobre o republicanismo. Como a República foi federalista e estadualizada, os estudos deram enfoque ao fim do Império com recorte provincial, e assim, poucos trabalhos deram um enfoque nacional, e a maioria deles foram provinciais/regionais. A partir de novas temáticas, os pesquisadores também passaram a revisitar as discussões sobre as localidades onde o republicanismo havia alcançado êxito. Um desses trabalhos é de William Gaia Farias⁴⁷, que analisou as disputas político-partidárias no Pará do final do século XIX. Preocupado em assimilar alguns caminhos fundamentais para a explicação sobre o estabelecimento do novo regime no estado do Pará, o autor considera que o ato proclamador não pode explicar todo o movimento em prol da República. Segundo ele, é preciso olhar as relações sociais, o campo de disputas políticas, tanto no aspecto ideológico como no uso da força física e persuasão. Assim, a palavra “construção” utilizada em seu título, representa um processo marcado por propagandas políticas, discursos, acordos, conflitos, tensões sociais e outras experiências, que vistas em conjuntos, foram fundamentais para consolidação do regime. Os primeiros anos da República do Pará foram analisados por Daniella de Almeida Moura⁴⁸, que estudou as festas nos anos pós-proclamação, quando se realizaram banquetes e reuniões políticas promovidas pela elite da época. A autora estudou os discursos, as intrigas, os personagens, as ideias e alianças promovidas pelos que estavam presentes nessas comemorações que tinham como objetivo fortalecer um novo governo. Moura discutiu, ao longo de seu trabalho, a formação do poder simbólico da República Paraense, com destaque da propagação do discurso através dos jornais, entendido pela autora como um campo constante de política e divulgação de ideologias.

⁴⁶ ANTONIOLLI, Juliano Francesco "Tão longe quanto a previsão científica possa alcançar": a experiência do tempo da geração republicana da Faculdade de Direito de São Paulo (1878-1882) / Juliano Francesco Antonioli. -- 2017. 247 f.

⁴⁷ FARIAS, William Gaia. *A Construção da República no Pará (1886-1897)*. Belém: Açai, 2016.

⁴⁸ MOURA, Daniella de Almeida. *A República paraense em Festa*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará, 2008.

A província do Amazonas foi objeto de estudo de João Rozendo Neto Tavares⁴⁹, que analisou as relações políticas estabelecidas no Amazonas durante a transição do regime imperial para o regime republicano em dois tempos: o primeiro antes no regime imperial, e posteriormente, como esses homens se comportaram após o anúncio da República. O autor apresenta, em seu trabalho, a conduta, articulações e estratégias utilizadas pelos representantes políticos locais em construir novas alianças com o novo regime político. A análise da província do Piauí ficou por conta dos estudos de Ana Regina Barros Rego Leal⁵⁰. A autora realiza um mapeamento da imprensa piauiense do século XIX e investiga as relações entre a imprensa e a elite política local, ressaltando que as publicações dos periódicos eram marcadas pelos interesses flutuantes dos partidos que os coordenava.

Foi através da imprensa que Gleudson Passos Cardoso⁵¹ estudou a província do Ceará, com o objetivo de perceber o movimento intelectual cearense a partir de 1873 e as suas relações com o âmbito nacional. O autor destaca, em sua obra, as relações entre os campos de ação e os grupos dos letrados no fim do período imperial e início da República, concluindo que as relações de poder são agenciadas no cotidiano e as práticas letradas, muitas vezes, utilizam-se de meios como as narrativas discursivas, para favorecer os interesses individuais, que podem legitimar instituições. Já Matheus Gato Jesus⁵² utilizou os contos de Astolfo Marques, para analisar o movimento republicano no Maranhão. O autor investigou a trajetória intelectual de Raul Astolfo Marques, fruto da geração de ex-escravos nascida sobre a égide da Lei do Ventre Livre (1871), e as transformações que levaram ao fim do trabalho servil e a capitulação da monarquia, concluindo que o movimento republicano no Maranhão foi muito tardio e apenas ganhou vulto entre os setores mais expressivos da elite após a lei de 13 de maio de 1888.

Com enfoque na geração dos positivistas, Flávia Ribeiro da Silva Braga⁵³ estudou o grupo de jovens composto em sua maioria por positivistas, que lutaram pela República a partir

⁴⁹ TAVARES, João Rozendo Neto. **A república no Amazonas: disputas políticas e relações de poder (1888-1896)**. 133 F. Dissertação (Mestrado em História) - Manaus: UFAM / Instituto de Ciências Humanas e Letras, 2011.

⁵⁰ LEAL, Ana Regina Barros Rego. **Imprensa Piauiense e os Ideais Republicanos: A atuação do Jornalista David Moreira Caldas no Piauí**. *Anais do II Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho*. Florianópolis, 2004.

⁵¹ CARDOSO, Gleudson Passos. **As repúblicas das letras cearenses: literatura, imprensa e política (1873 – 1904)**. 272 F. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo Programa de Pós-Graduação em história, 2000.

⁵² JESUS, Matheus Gato. **Negro, porém republicano: investigações sobre a trajetória intelectual de Raul Astolfo Marques (1876-1918)**. 131 f. (Dissertação de Mestrado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. São Paulo, 2010.

⁵³ BRAGA, Flávia Ribeiro da Silva Braga. **DITADURA, ABOLIÇÃO E REPÚBLICA: A propaganda da geração positivista em Pernambuco (1875-1889)**. 265 f. dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2017.

de Pernambuco, entre 1875 e 1889. A autora destacou, em seu trabalho, a peculiaridade da província de Pernambuco, que defendeu abertamente a implementação de uma república positivista, com a defesa, por parte do Partido Republicano de Pernambuco, à Ditadura Positivista. Também pelo viés da análise do positivismo, Almir Bueno⁵⁴, por exemplo, dedicou-se a entender a disputa entre projetos divergentes em meio à propaganda republicana no Rio Grande do Norte, onde se confirmou a existência de seguidores da ala mais radical liderada por Silva Jardim, como também de uma vertente moderada, baseada nas ideias de Quintino Bocaiúva. Já a análise do republicanismo na Bahia ficou por conta de Dilton Oliveira Araújo⁵⁵, que estudou o grupo social que assumiu a luta pela República na Bahia, como a composição social, as aspirações ideológicas, a relação com o estado escravista e a mobilização em torno do abolicionismo. Assim, o autor estudou a trajetória histórica dos republicanos baianos e a concepção de república que almejavam.

Dois trabalhos se dedicaram à análise da província do Espírito Santo. O primeiro deles, de Adilson Santos⁵⁶, analisou a trajetória política do republicano histórico Bernardo Horta, que atuou como protagonista no processo de implantação do regime republicano, tendo participação decisiva nos principais acontecimentos políticos desse período. Outra obra que mobilizou a temática foi de Karulliny Silverol Siqueira⁵⁷, que procurou ao longo de seu trabalho identificar como as correntes republicanas foram recebidas no Espírito Santo. Através da imprensa, a autora buscou compreender a ressignificação desses novos ideais, assim como os diferentes projetos político da época. Em contrapartida, a província de Goiás ressurte de estudos mais detalhados sobre a temática. Encontramos somente dois artigos de Aline da Costa Luz, que se dedicou a discutir sobre a temática⁵⁸. Os artigos de Luz são importantes, à medida que demonstram a possibilidade de análise do desejo republicano presente de Goiás, através do estudo da trajetória

⁵⁴ BUENO, Almir. **Visões de República: idéias e práticas políticas no Rio Grande do Norte (1880-1895)**. 1999. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1999.

⁵⁵ ARAUJO, Dilton Oliveira. **Republicanism e classe média em salvador (1870 – 1889)**. 207 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. 2006.

⁵⁶ SANTOS, Adilson. **Um republicano histórico no Espírito Santo da primeira república: a carreira De Bernardo Horta De Araújo (1887-1913)**. 2009. 142 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009

⁵⁷ SIQUEIRA, Karulliny Silverol. **O Império das Repúblicas: projetos políticos republicanos no Espírito Santo, 1870-1908**. 2016. 313 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Espírito Santo, Belo Horizonte, 2016.

⁵⁸ Ver: LUZ, Aline da Costa. **Contribuições dos viajantes para a construção da história regional: um enfoque aos relatos de Oscar Leal**. Disponível em: < [http://www.congressohistoriajatai.org/anais2008/doc%20\(3\).pdf](http://www.congressohistoriajatai.org/anais2008/doc%20(3).pdf) >. Acesso em: 15 maio 2020. LUZ, Aline da Costa. Goiás e o desejo pela República: movimentos favoráveis ao republicanismo nos relatos de Oscar Leal (1889-92). XVIII Encontro Regional (ANPUH-MG). Ed. 1. 2013. Disponível em: < http://www.encontro2012.mg.anpuh.org/resources/anais/24/1340713125_ARQUIVO_GoiaseodesejopelaRepublica-anpuhmg.pdf >. Acesso em: 15 maio 2020.

do viajante Oscar Leal, a autora busca mostrar a exigência dos movimentos republicanos no interior do Brasil.

A imprensa também foi mobilizada por Mário Luiz Fernandes⁵⁹, ao investigar os modos de operação da ideologia republicana catarinense entre 1885 e 1889. O autor identificou, ao longo de sua obra, diferentes modos de operação e estratégias de ideologia nas construções discursivas dos 20 jornais analisados pelo autor. A província de Santa Catarina também foi objeto de estudo Felipe Carlos de Oliveira⁶⁰, que estudou a transição da Monarquia para a República, com foco no discurso construído pelas lideranças políticas republicanas que buscaram legitimar a República como um regime político com ampla participação popular e pacifista. O autor busca investigar se essa afirmativa é verdadeira, assim como o lugar atribuído ao povo na política republicana e o modo como as lideranças do novo regime assimilaram os discursos republicanos.

Por fim, o último estudo identificado em nosso levantamento recuperou os modelos de República que circularam nos periódicos paranaenses⁶¹. Através de um levantamento prosopográfico dos redatores e editores dos jornais republicanos publicanos no Paraná, Amélia Siegel Corrêa buscou compreender as redes e as configurações que difundiam os ideários republicanos e a compreensão dos posicionamentos políticos, através dos periódicos que influenciaram o republicanismo local. De todo modo, fica evidente o aumento significativo das publicações referentes ao movimento republicano nos últimos anos, como mostra o **Gráfico 01**.

⁵⁹ FERNANDES, Mario Luiz, **1962- República de penas e espadas: o discurso da imprensa republicana catarinense (1885-1889)**, 2007. 265 f. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Faculdade de Comunicação Social, 2007.

⁶⁰ OLIVEIRA, Felipe Carlos de. **A aclamação da república: imagens do ideário político catarinense**. 2008. 211 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina. Santa Catarina: 2008.

⁶¹ CORREA, Amélia Siegel. **Imprensa e política no Paraná: prosopografia dos redatores e pensamento republicanos no final do século XIX**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná, 2006.

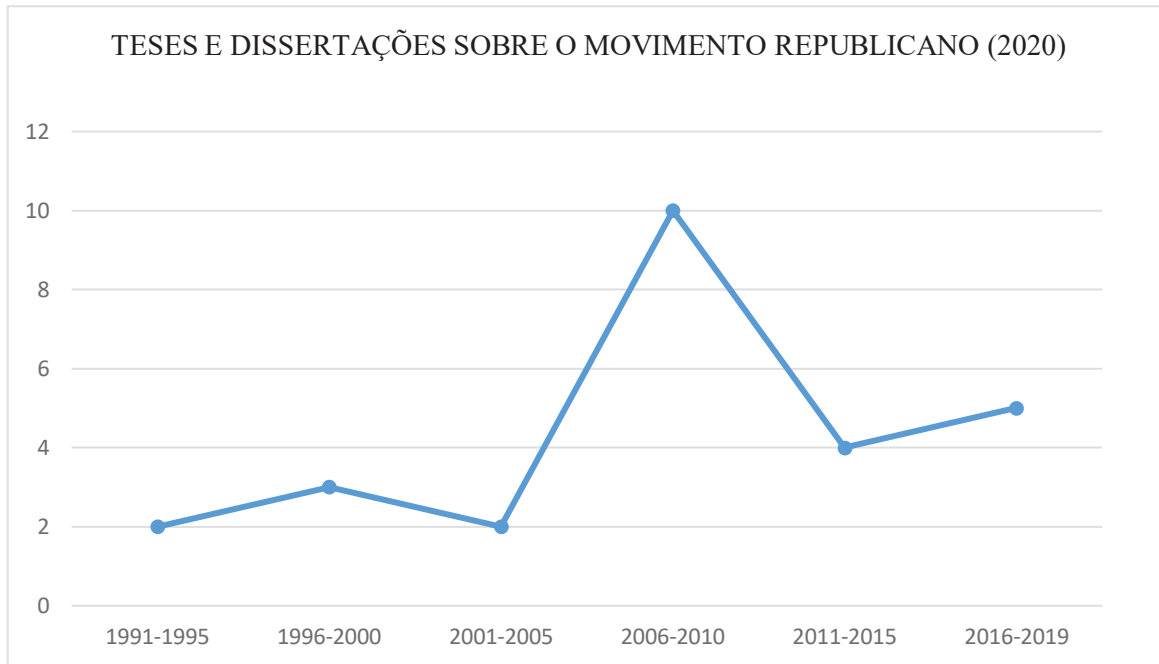


Gráfico 01

Fonte: Levantamento de dados próprio. Elaborado por: Jéssica Castro, 2019.

É importante ressaltarmos que a amostra acima destaca somente os estudos analisados e levantados para a realização deste tópico. O número pode e deve ser maior, principalmente se formos dimensionar os estudos voltados para o movimento republicano em nível municipal ou os estudos que analisam as campanhas republicanas comparadas a outros países⁶². Mesmo sendo um número provisório, nos leva à percepção de como os estudos que buscam a relação do republicanismo local em comparação à Corte tem obtido destaque na historiografia. Os trabalhos citados abrem porta de pesquisa e nos ajudam a dimensionar como a República foi recebida em um país com dimensões continentais, como o Brasil, as especificidades e os pontos de uniformidade entre as ações dos propagandistas republicanos. Uma das maiores contribuições desses trabalhos publicados ao longo das últimas décadas, além de levantarem questões para o republicanismo, é a utilização de fontes e metodologias variadas, que expandiram o leque conceitual para a compreensão do republicanismo. Apesar da ampliação desse quadro analítico, tais trabalhos são enfáticos ao dizer que seus trabalhos não esgotaram o assunto. O republicanismo em solo brasileiro pode e deve ser ainda mais visitado pela historiografia, os atuais acontecimentos em nosso país demonstram como as rupturas institucionais ocorridas ao longo de nossa história são complexas e merecem ser revisitadas.

⁶² Referimo-nos aqui às dissertações: MARTINS, Camila Pereira. **Republicanismos: Rio de Janeiro e Lisboa (1870-1891)**. 151 f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de pós-graduação em História UFJF. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2015. VITAL, Dievani Lopes. **Illuminismo e Revolução nas ideias e nas práticas políticas da “ilustração” brasileira**. 220 f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de pós-graduação em História UFJF. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2015.

1.3 A historiografia do republicanismo em Minas Gerais

A história do republicanismo brasileiro tem sido estudada em diferentes províncias com perspectivas variadas que têm mostrado a emergência e a circulação de projetos distintos que indicavam a luta por demandas locais. Esses estudos, além de apontarem para a construção do republicanismo em uma perspectiva nacional, discorrem sobre as ações dos grupos políticos divergentes dentro de uma mesma província. Deseja-se, nessa perspectiva, inserir o contexto político da província de Minas Gerais. Como já apontado, não é nosso objetivo, ao longo deste estudo, propor uma análise puramente regionalista, pois compreendemos que não existe região sem o todo. Nosso objetivo é entender a articulação do movimento republicano na província de Minas Gerais, sem perder a caracterização geral do que foi o republicanismo em nosso país.

Como demonstrado, o movimento republicano é um assunto muito estudado na historiografia, com nomes consagrados sobre o assunto. Entretanto, poucos trabalhos se debruçaram a estudar especificamente o republicanismo na província mineira, principalmente sobre a ótica exclusiva das publicações na imprensa periódica. Por muito tempo, alguns trabalhos que se dedicaram à temática, consideram o republicanismo em Minas como diminuto, fraco e marcado pelo pouco número de fontes, cuja análise não resultaria em nada original. Nossa análise busca compreender o contexto da movimentação republicana em Minas Gerais. O republicanismo teria sido uma ideia homogênea na província mineira? Quais elementos faziam parte dos projetos de República vivenciados pelos mineiros? Quem eram essas propagandistas? Quais eram seus planos de ação, desejos e esperança no novo sistema político?

Um dos clássicos sobre a temática é o livro de Boehrer⁶³, que representou importante mapeamento do republicanismo no Brasil a partir da caracterização regional. O autor, ao refazer a trajetória do Partido Republicano nas províncias, identificou especificidades da propaganda em diferentes regiões. O estudo desenvolvido por Boehrer discutiu ainda o alcance do ideário nas diversas localidades do Império, com destaque para o movimento republicano paulista, citado pelo autor como o mais coeso e organizado. No capítulo que trata especificamente sobre o Movimento Republicano na província de Minas Gerais, Boehrer descreve a tarefa exercida pelo Partido Republicano Paulista ao longo de seus anos de existência, até alcançar seu objetivo final com a Proclamação da República. O autor, em sua pesquisa, apresenta a organização formal do Partido Republicano, seu processo de formação, atuação política e social, sua fase de

⁶³ BOEHRER, George C. A. **Da Monarquia a Republica: História do Partido Republicano do Brasil**. Tradução Berenice Xavier. Belo Horizonte: Itatiaia, vol. 164. 2000.

propaganda, com enfoque considerável na imprensa republicana e eclodindo em sua vitória final.

Boehrer analisa o processo de formação do Partido Republicano e suas ramificações pelas Províncias do Império, entre eles a de Minas Gerais, e a partir daí destaca o papel dos periódicos espalhados em todo território mineiro, que buscavam convencer a população sobre o novo regime. Para o autor, com a propaganda, os republicanos de Minas Gerais tornaram-se numerosos e importantes. Contudo, a maior parte da província ainda era monarquista no momento da chegada da República:

Minas Gerais era a mais republicana, não porque o Partido tivesse ali maioria esmagadora, mas, evidentemente porque o Partido tinha ali as melhores oportunidades de êxitos políticos. De fato, de acordo com os resultados eleitorais, Minas Gerais era ainda monarquista, no entanto na queda do Império, nesse tempo, os republicanos contavam apenas com trinta por cento do eleitorado.⁶⁴

O autor afirma que, devido à ligação dos republicanos mineiros com o Partido Liberal, a criação de um partido próprio republicano foi adiada até 1888. Foi nos dois últimos anos que houve um crescimento exponencial e rápido do Partido republicano, que teria sido motivado pela visão do autor, pela adesão dos proprietários de escravos, que depois da abolição assumiram a República por vingança. Boehrer, no entanto, afirma que, apesar de que fossem grandes as possibilidades do triunfo e de convencimento da causa republicana na província mineira, não seria possível afirmar que essas possibilidades fossem suficientes para alcançar a República por meios legais ao invés de fazê-lo por vias revolucionárias. O trabalho de Boehrer é importante por ser um dos primeiros a descrever o potencial mobilizador que a propaganda republicana alcançou em solo mineiro, além de destacar a importância da província de Minas Gerais no contexto imperial.

Outra obra de suma importância para o estudo do republicanismo em Minas Gerais, é o trabalho de Oíliam José⁶⁵, que analisou a propaganda republicana especificamente na província mineira. Por meio do estudo dos periódicos, o autor defende que desde a Inconfidência Mineira, em 1789, a província esteve à frente das atividades liberais e revolucionárias. Porém, no período Imperial, segundo o autor, os propagandistas mineiros tinham ação semelhante aos seus vizinhos de outros estados, pois teriam concordado com a República, por vingança em relação à abolição, e não por motivações ideológicas. O autor destaca tanto a escassez das fontes como a incapacidade dos republicanos mineiros em criar ou discorrer sobre teorias do republicanismo.

⁶⁴ Ibidem, 2000, p. 155.

⁶⁵ JOSÉ, Oíliam. **A Propaganda Republicana em Minas**. Belo Horizonte; Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais, 1960.

Apesar da existência de 13 jornais republicanos destacados pelo autor, que tentaram divulgar a causa em solo mineiro, José defende que foi somente com a publicação do Manifesto Republicano em 1870, que se iniciou em Minas Gerais uma propaganda republicana, mesmo assim, de forma tímida.

Apesar dos esforços, José afirma que não houve nenhuma participação popular no golpe de 15 de novembro de 1889, e destaca que os mineiros foram excluídos das decisões da Corte, seja por serem considerados indispensáveis, ou por não terem sido avisados por medo do plano ser descoberto: “o certo é que o Partido Republicano Mineiro só foi tomar conhecimento da instalação da República quando a mesma se consumou”⁶⁶. O autor até descreve uma suposta tentativa de uma carta enviada para João Pinheiro da Silva no dia 12 de novembro, alertando sobre os planos, mas a carta nunca foi entregue. Para o autor, o fato é que a Proclamação foi assistida com espanto pelos mineiros, e Minas teria se conformado com a nova ordem das coisas. Assim, o autor chega à conclusão de que a propaganda e a imprensa em Minas foram tão fracas, que sequer teriam convencido os mineiros da necessidade de substituir o antigo regime. Oiliam José afirma que, além do pouco número de fontes, o estudo sobre o tema não resultaria em nada original. Dessa forma, buscamos, em nosso trabalho, revisarmos algumas dessas questões deixadas em aberto pelo autor. Acreditamos que um novo estudo com novas fontes pode elucidar e contribuir para um novo debate sobre a questão.

Emilia Viotti da Costa observa que uma das tarefas mais difíceis do historiador é a crítica dos testemunhos concedidos pelos agentes históricos que, efetivamente, presenciaram determinado acontecimento⁶⁷. Ao utilizarmos periódicos como fontes, esse problema torna-se mais evidente, no sentido de que os jornais, na sua grande maioria veículos oficiais de informações partidárias, prezavam pela parcialidade e possuíam suas próprias interpretações dos fatos ocorridos. Quando empreendemos a análise do movimento republicano, esta premissa ficou muito evidente. Em sua página inicial, o jornal “O Movimento” declara que “se dedica principalmente ao serviço do partido republicano, à divulgação de seus princípios, à propaganda de suas ideias, à determinação de seus legítimos fins [...]”⁶⁸, fato este que nos demonstra que o jornal foi criado exclusivamente para servir ao interesse partidário dos republicanos. Estudar a chegada e propagação do Movimento Republicano através dos jornais mineiros é levar em consideração o teor partidário e propagandistas de tais jornais.

⁶⁶ Ibidem, p. 143.

⁶⁷ COSTA, Emilia Viotti da. **Da Monarquia à República. Momentos decisivos**. São Paulo: Editora UNESP, 1999. P. 395.

⁶⁸ **O MOVIMENTO**, Ouro Preto, ano I, ed. 1, 23 Jan. 1889.

A partir dessas observações preliminares, importa-nos entender como ou em que medida a *Imprensa Republicana Mineira* foi importante enquanto veículo de comunicação, como porta voz de interesse desse grupo que almejava espaço no poder para o Movimento Republicano Mineiro e posteriormente na implantação da República em nosso país? Esse questionamento se torna fundamental para entender, de fato, se os republicanos entendiam e viam os jornais como um importante veículo de convencimento e divulgação de sua causa. Acreditamos que, devido ao crescente número de periódicos e à sua utilização durante todo o período de propaganda republicana e mesmo posteriormente à Proclamação da República, os propagandistas acreditavam e cada vez mais visualizavam a propaganda feita através dos jornais para a criação de um clima favorável à República, o que implicou na apropriação e na construção dos meios de uma relação pedagógica em busca do consentimento ativo da sociedade mineira.

Além da importância da imprensa republicana mineira, outra questão central se faz presente nesse trabalho: como ocorreu e com que frequência a publicações dos jornais republicanos nas distintas regiões mineiras. Como a província de Minas possuía uma extensão territorial considerável, com enorme diversidade regional, composta de sub-regiões, que tiveram crescimentos desarticulados e descontínuos diferentes entre si, acreditamos na importância de estudar como se deu a publicação da imprensa republicana mineira em cada uma dessas regiões, procurando uma homogeneidade do movimento.

A ideia da pouca abrangência e do pequeno número de publicações da *Imprensa Republicana Mineira* começou a ser refutada nas publicações da *Revista do Arquivo Público Mineiro - APM*. Entre elas destacamos a obra das autoras Hanriot e Andrade, que discorrem sobre o papel da imprensa mineira do fim do século XIX, que se caracteriza como fonte privilegiada de estudos, tanto pelo volume como pela variedade de temas. No artigo, a imprensa é tratada como fonte fundamental para a propaganda republicana na província de Minas Gerais, pois é nela que aparecem os principais debates em torno de questões que acirram os ânimos políticos e partidários nos últimos anos do Império. Hanriot e Andrade consideram o jornal um polo aglutinador importante da luta política, principalmente em uma época que havia o isolamento de municípios e dificuldade de comunicação, que tendia a ser superada por uma imprensa combativa. Ao longo do estudo, percebemos dados precisos sobre a imprensa mineira, como filiações partidárias e um levantamento detalhado sobre o título dos periódicos republicanos mineiros⁶⁹.

⁶⁹ ANDRADE, Marize G. de e HANRIOT, Renata da Veiga. **Notas sobre a Imprensa Mineira**. In: **O Debate e a Propaganda Republicana na Imprensa Mineira (1869-1889)**. Revista do Arquivo Público Mineiro. Edição

Muito próximo da análise de Hanriot e Andrade, está o trabalho de Antônio de Paiva Moura. O artigo busca fornecer ao pesquisador subsídios documentais em torno do processo republicano na Província de Minas Gerais, uma divulgação do acervo do arquivo. O autor ressalta a conjuntura política através da imprensa, o debate da propaganda republicana, a formação do partido republicano mineiro, assim como suas postulações, vinculações, divulgações e repercussão de ideias. O estudo apresenta Minas Gerais como uma das províncias que mais se destacaram na vanguarda republicana. Nascida de tradição liberal, teve uma intensa propaganda no final do Império⁷⁰.

Em trabalho mais recente sobre o tema, Viscardi analisa o movimento republicano mineiro por meio de dois alicerces distintos⁷¹. Primeiro, a autora busca ressaltar como o movimento republicano mineiro se estruturou, mapeando suas organizações e manifestações. Posteriormente, a autora nos mostra, a partir das vozes das lideranças do movimento, o conjunto de valores políticos compartilhados pelo grupo que compunha a militância republicana mineira. A autora destaca a dinamicidade do movimento republicano, através da intensa propaganda, com os jornais republicanos, os clubes, as conferências e comícios, os partidos e as eleições. O trabalho apresenta um estudo acurado sobre o movimento republicano na província de Minas, com a existência de um volumoso e significativo conjunto de fontes. E em um esforço preliminar, a autora destaca um esboço geral da cultura política compartilhada pelos republicanos e suas formas de ação, normas e valores transmitidos para a propagação da ideia republicana. Em outro artigo intitulado “Elites políticas mineiras na Primeira República Brasileira: um levantamento prosopográfico”⁷², Cláudia Viscardi acompanhou a trajetória dos políticos mineiros presentes na Primeira República, através de um levantamento prosopográfico. Com o objetivo de perceber o comportamento político desses homens pertencentes à elite mineira, a autora selecionou 50 políticos, pertencentes à primeira e à segunda geração republicana, e acompanhou seus comportamentos diante dos acontecimentos que estavam na pauta de discussão da época. O trabalho é importante, por ser uma primeira apresentação com a utilização de novas técnicas e métodos do republicanismo em Minas Gerais,

comemorativa: Inconfidência e Republica. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, ano 38, 1990, p. 140.

⁷⁰ MOURA, Antônio de P. *et al.* **O debate e a propaganda republicana na imprensa mineira (1869-1889)**. Revista do Arquivo Público Mineiro, Edição comemorativa: Inconfidência e República: Belo Horizonte, v. 38, 1990.

⁷¹ VISCARDI, Cláudia M. R. **O movimento republicano: formas de estruturação e valores políticos**. In: RESENDE, Maria Efigênia Lafe. **História de Minas Gerais: A província de Minas 2**. Belo Horizonte: Autêntica Editora; Companhia do Tempo, 2013.

⁷² VISCARDI, Cláudia M. R. **Elites políticas mineras na Primeira República Brasileira: um levantamento prosopográfico**. História Unisinos. Centro de Ciências Humanas, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, v. 5, n. 4. São Leopoldo: Unisinos, 2001.

além de apresentar a lógica presentes nas opções políticas realizadas pela elite mineira, marcada por um republicanismo “discreto” que optaram pela adesão do novo regime.

Como se percebe, tanto as análises sobre o caráter geral do republicanismo mineiro, quanto aquelas voltadas especificamente para a imprensa revelam a ausência de análises mais aprofundadas sobre o tema, o que nos motivou a realizar a presente pesquisa. Por meio delas, será possível não só resolver alguns problemas expostos acima, como outras questões podem ser trazidas de modo a contribuir com o esforço de pesquisa, com novas perguntas a serem definidas. Assim, além desse problema primordial, serão buscadas também outras respostas. Partimos da premissa de que os propagandistas republicanos mineiros utilizavam a imprensa para além de formadora de uma opinião favorável à República, também como uma divulgadora de uma nova cultura política. Questionamo-nos qual era o conjunto de normas e valores compartilhados por esses propagandistas. Qual era o repertório de ações que esses homens desenvolveram para tentar alcançar seus objetivos políticos? Quais as estratégias para convencer a opinião pública e conseguir adesão a sua causa? Quais os objetivos políticos e as propostas transmitidas através dos jornais para o Movimento e para a província de Minas Gerais, e em relação ao republicanismo? Quais tratamentos foram dados aos temas que estavam em pauta na época? Como se dirigiam e quem era o público-leitor alvo? Trata-se de perceber e questionar durante a análise de nossas fontes, se a propaganda realmente trazia para esses homens o fruto almejado. Esse é o panorama que se monta inicialmente, as contribuições que esse estudo pretende fazer ao solucionar perguntas, ou ao menos trazer contribuições relevantes em questões que ainda não foram respondidas. Para que possibilite um melhor entendimento das propostas dos republicanos, seus desejos e esperanças que esses homens buscavam em um novo regime político.

2 O PENSAMENTO REPUBLICANO E A IMPRENSA MINEIRA

A história da imprensa mineira começa de forma tímida e tardia, principalmente se compararmos a do Rio de Janeiro, a da Bahia e a do Pernambuco, que já tinham publicações bastante atuantes nas primeiras décadas dos oitocentos. Minas teve seu primeiro jornal em 1823, o “*Compilador Mineiro*”, fundado pelo padre José Joaquim Viegas de Meneses, e circulou por três meses, sendo substituído pelo “*Abelha do Itacolomy*”⁷³. Mesmo depois de criado o primeiro jornal, ainda passaram alguns anos para que o jornalismo se consolidasse na província. De 1830 a 1897, foram criadas centenas de publicações, em 87 cidades mineiras⁷⁴. A imprensa acompanhou o movimento da população mineira; as publicações, em um primeiro momento, se concentravam em Ouro Preto; a partir de 1827, em cidades em que a mineração era forte. Com o surgimento de uma nova dinâmica exportadora na província, outras regiões começaram a ganhar importância, como a Zona da Mata e o Sul das Minas.

Já a imprensa especificamente republicana, em Minas Gerais, teve seu início em 1871, com a publicação do jornal “*O Jequitinhonha*”, no Norte de Minas, que se firmou como um órgão voltado aos interesses da República. O periódico de Diamantina declarava apoio ao Manifesto de 1870, publicado no Rio de Janeiro, que deu início oficialmente à propaganda e à divulgação dos ideais republicanos. Logo que o Manifesto recebeu divulgação na província mineira, começaram a surgir adesões públicas ao mesmo e ao regime republicano com diversas assinaturas e em todo o território. As adesões ao manifesto pelos mineiros iniciaram ainda em dezembro de 1870, com a criação de clubes republicanos de Diamantina, Campanha e Juiz de Fora. Em 1871, vinte e nove republicanos de Juiz de Fora hipotecaram apoio ao manifesto; São Vicente de Minas enviou documento com vinte assinaturas⁷⁵. Foi o mesmo ano em que o jornal “*O Pharol*” de Juiz de Fora, criado em Paraíba do Sul em 1866 e transferido para a cidade mineira em 1870, hipotecou seu apoio à esperança de um novo regime. Os jornais liberais começaram a formular adesões à Campanha republicana, e de forma mais ampla essas ações começaram a refletir nas publicações da própria imprensa.

⁷³SILVA, Wlamir. **A abelha sinalagmática e hiperbólica: o periódico mineiro *Abelha do Itacolomy* (1824-1825)**. *XVII Simpósio Nacional de História*. Natal: 22 a 29 jul. 2013. Disponível em: <http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364887864_ARQUIVO_AAabelhasinalagmaticaehiperbolica,WlamirSilva.pdf>. Acesso em 15 maio 2019.

⁷⁴GOMES, Cristiano; MAIA, Marta R. **Da prensa à imprensa na região dos Inconfidentes**. Encontro Nacional de História da Mídia. Ouro Preto: 30 de maio a 1 jun. 2013. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/9o-encontro-2013/artigos/gt-historia-da-midia-impressa/da-prensa-a-imprensa-na-regiao-dos-inconfidentes>>. Acesso em: 15 maio 2019.

⁷⁵BOEHRER, George C. A. **Da Monarquia a República: História do Partido Republicano do Brasil**. Tradução Berenice Xavier. Belo Horizonte: Itatiaia, vol. 164. 2000. P. 131.

As adesões continuaram, e em 1873 foi publicado, em Diamantina, o jornal “O Estudante”; no mesmo ano, na cidade de Campanha, “O Colombo” foi criado. Apesar do surgimento de alguns jornais republicanos, nesse primeiro momento e da conversão de outros já existentes, como o caso do jornal “O Jequitinhonha” e do “Pharol”, o movimento mineiro não se apresentava de forma unificada e com estratégias mais formuladas que levassem à criação de um partido. É interessante relativizarmos e percebermos que apesar do recorte temporal desse trabalho, demarcar o ano de 1871 como seu ponto inicial, essa data em Minas não representa o início do Movimento Republicano, mas de sua sistematização, uma vez que nas próprias publicações dos jornais, como é o caso do jornal “O Jequitinhonha”, já encontramos apelos ao fim da monarquia e uma descaracterização da figura do Imperador anos antes, como é o caso de uma de suas publicações de 1870, intitulada “Paginas da historia do Brasil escripta nos anno de 2000”⁷⁶. A reportagem relata uma conversa entre dois homens, um descrito como S. M. (possível referência a sua majestade) e o atual presidente da República senhor Purgirá, uma conversa na biblioteca pública de Penedo que supostamente aconteceria nos anos 2000. Percebemos, através do diálogo, a desvalorização da figura do Imperador, acusando-o de plágio e o seu total esquecimento da História.

Em 1879, os republicanos fundaram, na cidade de Diamantina, como uma forma de substituir “O Jequitinhonha”, que teve seu fim em 1873, o órgão chamado “A Idéa Nova”. No ano de 1882, o periódico “Echos do Povo” foi publicado em Juiz de Fora, sendo considerado o primeiro “órgão francamente republicano que apareceu na cidade”⁷⁷. Três anos depois, surgiram mais dois jornais: “A Gazeta Sul Mineira”, publicada em São Gonzalo do Sapucaí, e “O Povo”, que teve várias aparições durante os anos do movimento republicano, nas cidades de Campo Limpo (1885), Sacramento (1889) e Cataguases (1888), sobre a direção de Estevão de Oliveira.

O movimento republicano sofre com uma perda muito grande em 1885, o fim do jornal “O Colombo”, que apesar de passar por duas fases – (1873-1880) sobre a direção de Francisco Honório Brandão e de (1880-1885) na direção de Lucio de Mendonça, ficou conhecido como o órgão republicano que nunca se desviou das doutrinas do partido e sempre se comprometeu com as causas do mesmo.⁷⁸ Nos últimos anos do regime monárquico, a propaganda republicana

⁷⁶ O JEQUITINHONHA, Diamantina, ano IX, ed. 23, 03 abri. 1870.

⁷⁷ MUSSE, Christina Ferraz. **A imprensa e a memória do lugar: Juiz de Fora (1870/1940)**. Intercom - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação da Região Sudeste, MG. 2012. Disponível em: <<http://intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2007/resumos/R0083-1.pdf>>. Acesso em 08 set. 2019.

⁷⁸ BOEHRER, Op. cit. p. 143.

se intensificou de forma considerável, fato que também pode ser observado na imprensa mineira. No ano de 1886, tivemos a publicação de mais dois jornais, “O Mineiro” da cidade de Barbacena, e “A Conjuração”, de Campanha do Sul. Em 1887, a cidade de Lavras publicou seu periódico republicano “O Lavrense”. Já no ano de 1888, surgiu o “Correio do Machado”, publicado em Machado, que afirma sua adesão à causa republicana, como fez, igualmente “A propaganda”, de Diamantina, e o jornal a “Irradiação”, de Leopoldina.

No último ano do regime imperial, o movimento republicano já havia feito progressos significativos em termos de divulgação do novo regime na imprensa. Com a aproximação da proclamação, surgiram novos jornais como: “O Tambor”, de Diamantina, “A Revolução”, de Campanha do Sul, e a “A Pátria Mineira”, de São João del-Rei. Na capital da província, destacou-se “O Contemporâneo”, e o “O Movimento”, um órgão do recém-fundado Partido Republicano Mineiro (PRM), que se manteve, até ano de 1892, como o periódico de maior tiragem na província. Em levantamento realizado em diversas fontes, primárias e secundárias, ao longo de todo o período (1870-1889), encontramos em Minas Gerais a existência de 39 jornais republicanos distribuídos geograficamente em toda a província. Tal levantamento foi realizado ao longo da graduação e finalizado no primeiro ano do mestrado. Chegamos ao número de 23 periódicos disponíveis nos sites da biblioteca nacional e do A.P.M – Arquivo Público Mineiro, além dos periódicos que foram analisados nos arquivos públicos e municipais nas cidades de Juiz de Fora (O Pharol), Barbacena (O Mineiro) e São João Del-Rei (A Pátria Mineira).

Se usarmos o número de jornais como critério de representação da força do movimento republicano, observamos que Minas desfrutou de um movimento republicano razoavelmente forte. Claro que essa premissa deve ser relativizada, pelo próprio discurso do jornal que superestimava seu próprio potencial. Mas, de fato, esses jornais existiram na província mineira, eles circularam em um quantitativo considerável, foram lidos e, conseqüentemente, divulgavam o ideal de um novo regime. Não podemos simplesmente descartar a existência desses 39 periódicos e continuar julgando o movimento como diminuto, fraco e sem importância. Apesar do fato de que muitos desses periódicos tiveram uma existência curta **Gráfico 02**, a maioria permaneceu em funcionamento durante o período de propaganda republicana como ilustra o **Fluxograma 1**.

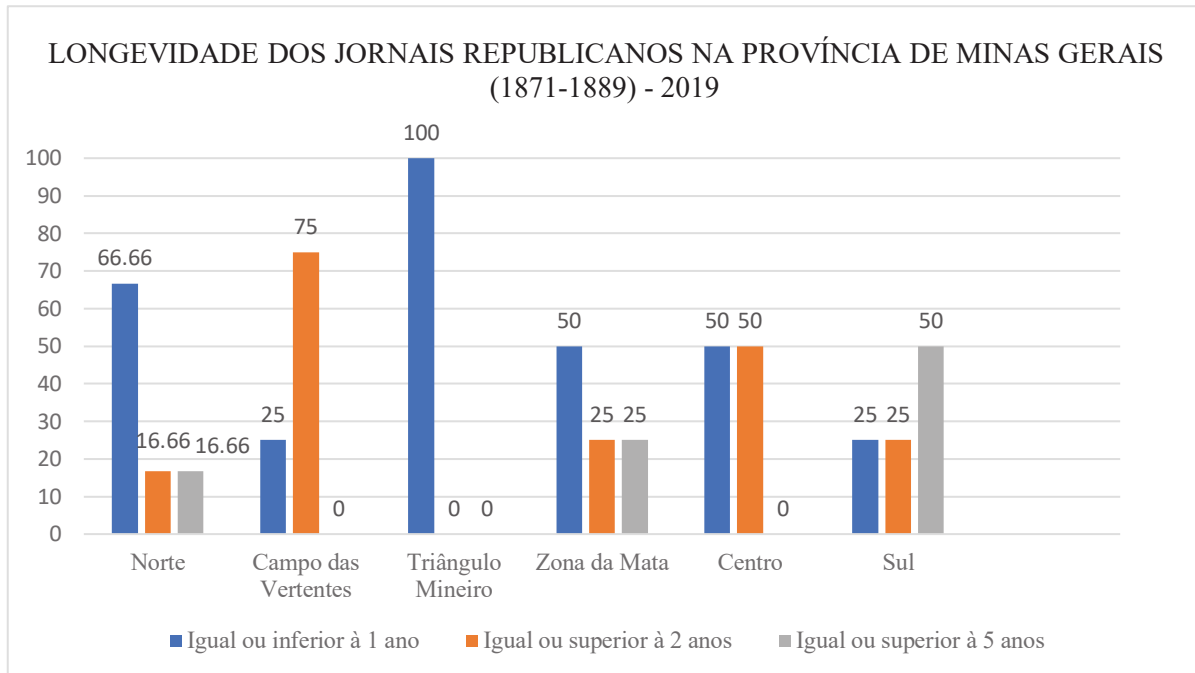


Gráfico 02

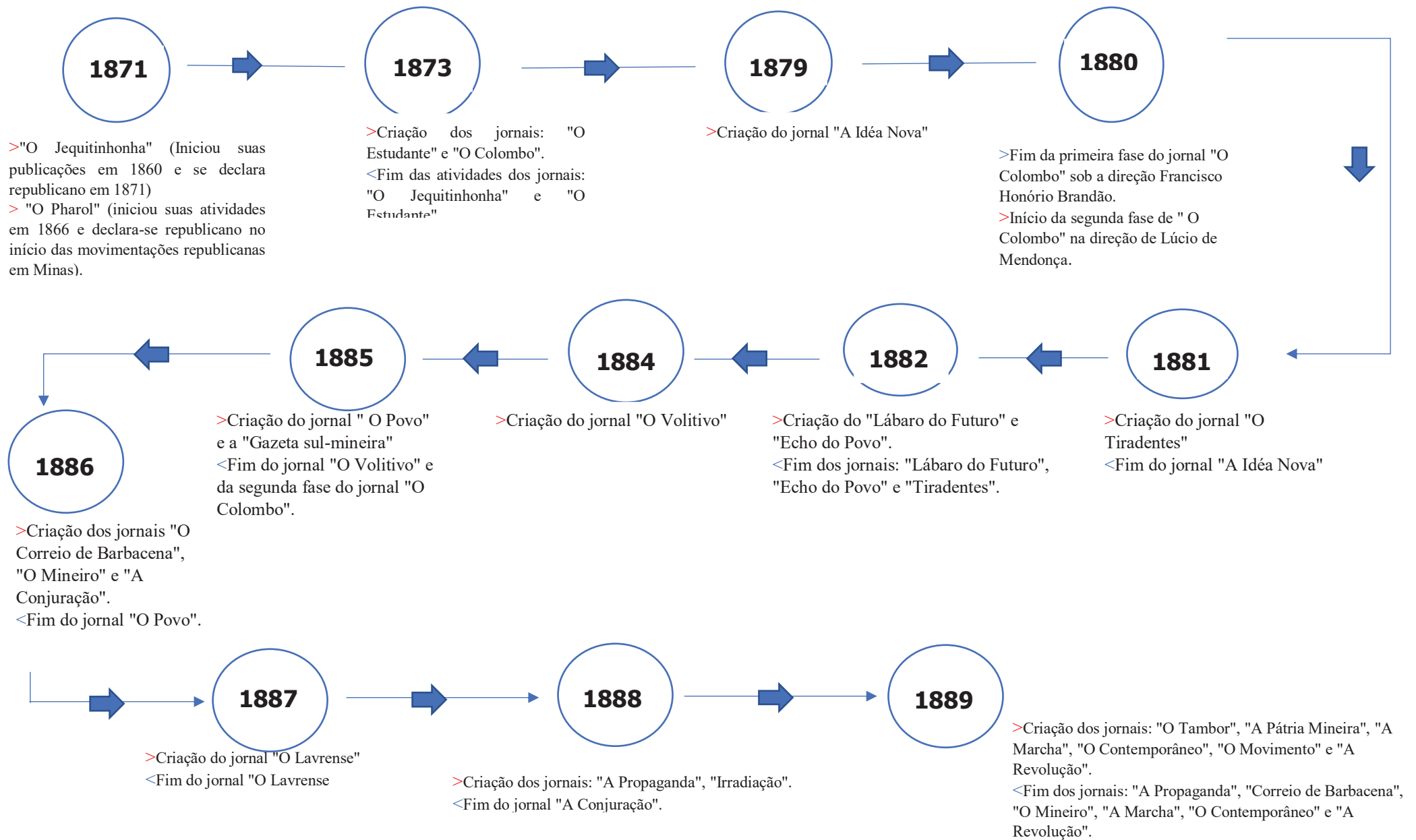
Fonte: Levantamento de dados próprio. Elaborado por: Jéssica Castro, 2019.

Em uma mostra de 23 jornais analisados, 52% possuíam durabilidade inferior ou igual a um ano, e 18 % durabilidade maior que cinco anos, alguns chegando a mais de nove anos de duração, como é caso da “Gazeta sul-mineira”; outros perpassaram todo o período de propaganda, como “O Pharol”. Um dos fatores apresentados pelos próprios periódicos da curta duração de algumas folhas eram as dificuldades financeiras. Não era difícil encontrar um mesmo nome como editor ou redator de jornais diferentes. Se falissem ou decepcionassem com o posicionamento de determinada região, mudavam de região e fundavam um novo jornal. Mas, a maioria permaneceu em funcionamento, como mostra o fluxograma 1; desde 1871, mesmo com o surgimento e fim de muitos jornais republicanos, a província mineira não ficou, entre os 18 anos de movimento republicano, sem ter um jornal que advogava em sua causa, além de ter conseguido alcançar todas as regiões da província, com publicações distribuídas entre o Norte, Sul, Centro, Triângulo, Zona da Mata e Campos das Vertentes. Esse dado é relevante para catalogarmos a propaganda em terras mineras; esses jornais estavam mobilizando pessoas para um novo projeto de país, que estava sendo construído através desses veículos de comunicação.

Em geral, os jornais que eram publicados em diferentes regiões mineiras se apresentavam em 4 páginas, dívidas em 2 ou 3 colunas por página. Como alguns não possuíam tipografia própria, era comum uma mesma tipografia publicar mais de um jornal. As publicações geralmente eram semanais, alguns jornais eram lançados em datas comemorativas e faziam um apelo muito grande para conseguirem assinaturas. As duas primeiras páginas

geralmente eram dedicadas ao posicionamento político que o jornal seguia, alguns de forma mais energética, outros de forma mais contida, evitando tocar em determinados assuntos. A partir da terceira página, eram tratadas de notícias diversas, como poesias, notícias gerais da Corte e da província, ou informações e artigos que estavam em outros jornais importantes que também advogavam em favor da causa, como é o caso do jornal “A República” do Rio de Janeiro. As publicações, apesar de se dirigirem ao povo, possuíam muita erudição, com expressões latinas que estavam sempre presentes. Na última página, geralmente vinham anúncios diversos, como casas comerciais, serviços de advogados, de médico, notas de falecimento, espetáculos de teatro etc. Alguns jornais, que se declaravam abertamente contra a escravidão, traziam notícias da libertação de escravos quando o dono morria, como uma forma de incentivo.

Fluxograma 1 – Cronologia dos jornais republicanos mineiros



Nos oitocentos a presença dos periódicos estava interligada a uma imprensa de opinião, que tinha como um de seus eixos os comentários partidários. A grande maioria dos jornais era vinculada a movimentos estudantis, partidos políticos, folhas noticiosas dedicadas à lavoura e o comércio. Fato que permitia aos periódicos e os jornalistas, se posicionarem no campo político. As colunas dos jornais eram usadas para escrever anonimamente o que não podia ser dito publicamente por medo de represálias, constituindo um fórum de discussão alternativo importante principalmente para a oposição republicana.

O objeto deste capítulo situa-se no momento em que a imprensa passa a ser vista e entendida como um importante veículo de comunicação para a causa republicana na província mineira. É importante ressaltarmos que a imprensa não foi a única forma de ação dos republicanos na província de Minas. Como destaca Viscardi, diversas estratégias de ação foram utilizadas pelos republicanos afim de afirmar o projeto de um novo sistema político, como: a organização de clubes, os partidos políticos, as eleições, as conferências e os congressos⁷⁹. Tais ações se uniam a uma forte campanha de convencimento por parte da imprensa republicana, foco desse estudo. Nesse sentido, busca-se recuperar o ideário republicano que circulava na imprensa mineira, os objetivos políticos, o conjunto de normas e valores compartilhados, suas propostas, seus desejos, esperanças e formas de organização esboçadas nos jornais republicanos. A fim de reconstituir seus repertórios de ações, suas estratégias e articulações para convencer os leitores da necessidade de um novo sistema político.

2.1 O Universo chamado Minas Gerais e a imprensa republicana

“Todos iam aprender o Brasil lá”, foi a frase escolhida por Antônio de Paiva e Moura para descrever como era a relação dos artistas e escritores que deveriam se submeter aos cânones impostos pela província do Rio de Janeiro. Nessa lógica, por muitos anos os críticos e os historiadores navegaram no estereótipo de que Minas Gerais esteve em recesso e excluída das posições de relevo. O autor faz um apelo, que deixássemos de ver Minas somente pela ótica colonial e barroca. A província havia sofrido enormes transformações tanto econômica,

⁷⁹ Em seu trabalho “O Movimento republicano: formas de estruturação e valores políticos”, Viscardi argumenta da importância dessas estratégias diversas no convencimento da causa republicana. A autora destaca que uma das formas de agregar municípios ou simpatizantes da república era a criação dos clubes. A autora identificou em sua pesquisa a existência de 57 clubes em 57 municípios, que corresponde a aproximadamente 50% do número de cidades existentes na província. Assim, como os partidos políticos, que dos cento e treze municípios, no mínimo sessenta e um possuíam partidos.

política, social e culturalmente. Segundo o autor, as primeiras décadas do século XIX haviam sido dedicadas à reformulação das bases políticas e das estratégias econômicas⁸⁰.

Por muito tempo, a historiografia analisou as relações do estado brasileiro a partir de seu centro de poder, como se o Rio de Janeiro sempre tivesse um projeto pronto e acabado que teria sido imposto às demais províncias. Nosso exercício, ao longo desse estudo, foi de voltarmos nossos olhares para a dinâmica provincial, como esses redatores e editores dos jornais se relacionavam com as articulações da Corte e criavam estratégias para alcançar o sonho republicano na província mineira.

Minas Gerais foi ocupada por exploradores bandeirantes paulistas que se dirigiram ao interior do Brasil. As expedições ocorreram no século XVI, quando os grupos estavam em busca de metais e pedras preciosas. Minas Gerais corresponde ao território onde encontraram abundante ouro e metais preciosos, o que justifica seu nome. Entender o território mineiro sobrepõe analisar sua divisão territorial. Afinal, qual é o intuito em segmentar um espaço para análise? Não é o objetivo deste trabalho apresentar uma discussão mais detalhada sobre o conceito de região. Basta definirmos que tratamos o conceito no âmbito da articulação entre a História, a Geografia e as Ciências Sociais, que agrega o espaço natural, o espaço econômico, o espaço político, o espaço cultural e o processo histórico. Podemos definir região como uma delimitação, uma área estabelecida, é uma parte do todo que se diferencia de suas outras partes, uma resposta espacial entendida através de uma perspectiva histórica.

Um importante estudo sobre regionalização mineira é o trabalho de J. Wirth (1982), que delimita o espaço para Minas dos finais do século XIX, em sete grandes regiões econômicas: Norte, Sul, Triângulo, Leste, Oeste, Central, Mata. Sua tese parte do princípio de que Minas Gerais constituía-se num grande mosaico, com várias regiões sem articulação econômica, mas interligadas por uma unidade político-administrativa, sub-regiões, que tiveram um crescimento desarticulado e descontínuo diferentes entre si, que se articularam muito mais com o seu entorno⁸¹. Saraiva (2004) argumenta que a proposta de regionalização de Wirth foi amplamente utilizada tanto por estudiosos que abordaram Minas Gerais no século XIX, como nos períodos seguintes⁸². Foi a partir desse conceito de regionalização que, ao longo do século XX, surgiram

⁸⁰ MOURA, Antônio de Paiva. **As minas gerais. As Minas Gerais.** 2005. Disponível em: <<http://www.asminasgerais.com.br/index.asp?item=CONTEUDO&codConteudoRaiz=91>>. Acesso em: 16 maio 2019.

⁸¹ WIRTH, John D. **O fiel da balança: Minas Gerais na federação brasileira 1889 – 1937.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 39-42.

⁸² SARAIVA, Luiz Fernando. **Império nas Minas Gerais. O Império em Minas Gerais: economia e poder na Zona da Mata mineira do século XIX.** p. 17-18. 2004. Disponível em: <http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2008/D08A075.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2019.

diferentes propostas de divisão do território mineiro que levaram em consideração diversos processos históricos, como a ocupação, o povoamento e a urbanização. Diante de diferentes propostas de regionalização, a opção aqui é por uma regionalização da província que, em alguma medida, contemple analisar a difusão e frequência das publicações republicanas durante o período de propaganda republicana. Como um de nossos objetivos é verificar tanto a importância como a frequência da propaganda republicana mineira e sua abrangência pelas zonas mineiras, optamos por uma regionalização da província mineira em 5 regiões (Norte e nordeste, Centro, Triângulo, Campos das Vertentes, Zona da Mata e Sul de Minas), que pode ser analisada na **Tabela 1**.

Jornais Republicanos em Minas Gerais (1871-1889)						
Região	Norte/Nordeste	Vertentes	Triângulo	Mata	Centro	Sul
Jornais	-O Jequitinhonha -O Estudante -A Idéia Nova -O Lábaro do Futuro -A Propaganda -O Tambor	-Correio de Barbacena -O Mineiro -A Pátria Mineira -O Lavrense	-Tiradentes - O Volitivo - A Marcha	-O Pharol -Echo do povo - Irradiação -O Povo -A Ideia Nova -Regeneração -A Propaganda -Diário de Minas -Transformação	- Contemporâneo -O Movimento -O Rebate -O Itacolomy -O Estado de Minas Gerais -O Apóstolo -Centro de Minas -O Povo -A Província de Minas -O Tiradentes	-O Colombo -A Gazeta Sul Mineira -A Conjuração -A Revolução -O Liberal -Campanhense -A Propaganda -O Correio do Machado

Tabela 1

Fonte: Dados coletados a partir da imprensa republicana mineira (Site: Hemeroteca Nacional e Arquivo Público Mineiro) e da bibliografia especializada (Camisasca e Venâncio, 2017); (Hanriot e Andrade, 1990); (Moura et al, 1990); (Viscardi, 2013).

Como apresentado na tabela 1, foram localizados 39 periódicos republicanos na província mineira. Destes, empreendemos nossa análise em 23 periódicos, que encontramos disponíveis e legíveis, sendo eles: *O Jequitinhonha*, *O Estudante*, *A Idéia Nova*, *Lábaro do Futuro*, *A Propaganda*, *O Tambor*, *Correio de Barbacena*, *O Mineiro*, *A Pátria Mineira*, *O Lavrense*, *O Tiradentes*, *O Volitivo*, *A Marcha*, *O Pharol*, *Echos do Povo*, *Irradiação*, *O Povo*, *O Movimento*, *O Contemporâneo*, *O Colombo*, *A Gazeta Sul-mineira*, *A Conjuração e A Revolução*. Infelizmente, foi inviável a análise dos periódicos em sua totalidade, devido a alguns fatores que assolaram a pesquisa. Entre eles, o estado de conservação de alguns desses periódicos que estão ilegíveis, devido à ação do tempo. Ao longo desta pesquisa, também identificamos que muitos desses jornais se perderam com o tempo; só sabemos de sua existência devido a trabalhos como de Boehrer (1927) e Veiga (1898). Acreditamos que, apesar dessas inviabilidades, nosso estudo não será prejudicado, uma vez que possuímos uma amostra

considerável que nos possibilitou esquadrihar a propaganda no território mineiro. Destacamos também a importância de um número considerável desses jornais republicanos, até então quase que desconhecidos por parte da historiografia, que atesta que, de fato, o movimento republicano mineiro não foi nem tão marginal e nem uma cópia acrítica das diretrizes do Rio de Janeiro.

2.2 Norte e Nordeste de Minas

As primeiras populações que habitaram a região do Norte de Minas Gerais foram os indígenas Tapuias e Caiapós. Foi no final do século XVII, através dos movimentos populacionais de Pernambuco, Bahia e dos bandeirantes paulistas, que o território passou a ter uma ocupação mais efetiva. Como destaca Mata Machado (1991): “O sertão Noroeste de Minas foi ocupado simultaneamente pelos vaqueiros que seguiram o curso do rio desde a Bahia e Pernambuco, e pelos bandeirantes paulistas que, movendo guerra ao gentio, fundaram povoados e se estabeleceram, como grandes criadores”⁸³. Uma região com solo pouco fértil, que foi favorecida pelas extensas pastagens naturais, presença de água e terrenos salinos, acabou por favorecer o surgimento de fazendas de gado. A pecuária, alcançando o sertão de Minas, somada com essas demais condições, foi outro meio eficiente para a ocupação e estruturação da região.

O Norte e o Nordeste de Minas, até as duas primeiras décadas do século XVIII pertenciam à Bahia e receberam fortes influências daquela capitania, com reflexos até os dias atuais. Antônio de Paiva e Moura (2005) destaca que, até o século XIX, a região estava totalmente isolada do restante da província mineira. Sem ferrovias e estradas, com navegação incerta e precária, que dificultou um maior engajamento com o restante de Minas. Para Moura, esse isolamento permitiu a formação de um universo cultural autônomo, composto de realidades distintas, que proporcionou a interação entre os valores “eruditos e folclóricos”, com destaque para a cultura do vaqueiro, do remeiro e da mulher rendeira e dos artesanatos feitos com couro⁸⁴.

Foi em meio às mudanças ocorridas na região, durante o século XIX, que a imprensa surgiu, em 1832, com a publicação do jornal “O Diamantino”⁸⁵. Devido às riquezas mineiras de Diamantina, a cidade se tornou muito importante, tanto economicamente como estrategicamente, o que possibilitou as suas primeiras publicações periódicas na cidade. Moura

⁸³ MATA-MACHADO, Bernardo. *História do Sertão Noroeste de Minas Gerais 1690-1930*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991. P. 24.

⁸⁴ MOURA, Antônio de Paiva. *A poesia das mãos do norte-mineiro. As Minas Gerais*. 2005. Disponível em: <<http://www.asminasgerais.com.br/index.asp?item=CONTEUDO&codConteudoRaiz=91>>. Acesso em: 16 maio 2019.

⁸⁵ Ver em: *ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL*, vol. 117, 1997, p. 124.

destaca que a campanha republicana no Norte foi liderada por Diamantina, com a influência de Alberto Cassimiro de Azevedo Pereira que atuou também em Montes Claros, presidindo o Clube republicano, premissa que pode ser confirmada pelas publicações de jornais republicanos na cidade. Em nossa pesquisa, identificamos seis jornais republicanos na região do norte mineiro; são eles: “O Jequitinhonha” (1860-1875), “O Estudante” (1873), “A Idéa Nova” (1879), “O Lábaro do Futuro” (1882), “A Propaganda” (1888-1889) e “O Tambor” (1889), todos pertencentes à cidade de Diamantina, os quais contribuíram para criar um clima e sentimento favorável à causa republicana na região.

Seguindo uma ordem cronológica, o primeiro periódico analisado é “O Jequitinhonha”, que se declarava político, literário, comercial e noticioso. O periódico circulou de 1860 a 1875 e, em seus dez primeiros anos de vida, seguia a linha política liberal monárquica. Somente após 1871, um mês depois da publicação do Manifesto Republicano, no Rio de Janeiro, o jornal passou a defender a causa republicana de forma mais enfática. Novaes ressalta que o periódico foi o mais importante jornal de Diamantina e de maior duração ao longo do século XIX⁸⁶. Seu proprietário era Josephino Vieira Machado, o Barão de Guaicuhy, até 1869; depois tornou-se proprietário o Comendador Herculano Carlos de Magalhães Castro, sob a redação dos irmãos Joaquim Felício dos Santos e Antônio Felício dos Santos⁸⁷.

Tratava-se de uma folha política, que em sua primeira fase apresentava-se como um “sustentáculo de ideias liberais que visam à progressiva democratização das instituições pátrias, porém através de um radicalismo pouco caracterizado”⁸⁸. Desde sua primeira edição teceu críticas ao poder centralizado e a figura do imperador. A monarquia é apresentada no jornal como um mal e responsável de todos os problemas que assolam a pátria: “[...] nós indicamos a monarquia como a causa de todos os nossos males, do atraso em que vivemos”⁸⁹ Mesmo antes da adesão do jornal ao movimento republicano em 1871, já demonstrava total desconforto com o sistema vigente:

O sr. D. Pedro carrega a responsabilidade de nosso desastre, oculta a verdade ao povo para que trazer-nos sempre iludidos com vão promessas, com falsas notícias, que o povo já não crê. Esqueçamos de que estamos debaixo do systema chamado representativo: systema de ficções, onde a mentira é a regra e a verdade exepção.⁹⁰

⁸⁶ NOVAES, Eder Liz. **Joaquim Felício dos Santos: Republicanismo e Cultura Historiográfica** (1860-1871). Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. 2014. 196f

⁸⁷ As informações sobre os jornais podem ser vistas em: **ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL**, vol. 117, 1997, p. 125. Os exemplares do jornal estão disponíveis no site da Hemeroteca Nacional e do Arquivo Público Mineiro.

⁸⁸ **O JEQUITINHONHA**, Diamantina, ano I, ed. 01, 30 dez. 1860.

⁸⁹ **O JEQUITINHONHA**, Diamantina, ano XI, ed. 158, 25 jun. 1872.

⁹⁰ **O JEQUITINHONHA**, Diamantina, ano VIII, ed. 37. 9 maio 1869, p. 1.

Desde sua primeira edição em 1860, a centralização política era vista como um problema para a nação. A República apresentada nas páginas do periódico era sinônimo de federalismo, ou seja, se Minas fosse separada da vontade da Corte iria prosperar, uma vez que os decretos estabelecidos estavam longe de conhecer e atender as necessidades da província. O novo sistema seria melhor pois não iria conter os vícios da monarquia, como o poder moderador e a hereditariedade. A República é apresentada de forma mais genérica, com palavras como fraternidade, igualdade e liberdade: “Nós, os republicanos, queremos a liberdade, igualdade e fraternidade: queremos o sincero desenvolvimento d’essa trindade, única que merece a idolatria dos povos”⁹¹. A evocação da palavra liberdade era corriqueira ao longo dos jornais, entretanto, não deixa claro para quem seria essa liberdade. Apesar dos redatores se declararem abolicionistas, o jornal manteve-se neutro na maioria de suas edições. Acreditamos que isso se deve ao fato da própria abolição não ser um consenso entre os republicanos, além de uma estratégia editorial para conseguir a simpatia de seus leitores. Antes da sistematização do movimento republicano o periódico em uma de suas colunas anunciava fuga de escravos. Após a adesão ao republicanismo, a coluna deu lugar a um novo tópico intitulado “Libertação”, onde anunciava o nome dos fazendeiros e os parabenizava pela libertação dos escravos.

O próprio lema da Revolução Francesa repetido diversas vezes pelo jornal, mostra a influência de outros países, como a França, Estados Unidos e a Argentina na construção do que seria uma república ideal. Apesar de mostrar exemplos de outras republicas, uma de suas principais estratégias era descaracterizar a figura da monarquia e estabelecer um contraponto com a República. Se por um lado “de convicção não há, não pode haver nenhum monarchista” a não ser por “interesse, de parasitas que vivem a sombra da monarchia”, ou por “superstição, e sentimento de família”, os republicanos deixavam claro que “nada temos com essas questões domesticas da monarchia, nós queremos reformas ainda mais radicais, sendo a primeira d’ellas a suspensão do regime dynastico”⁹². Uma proposta concreta de como seria esse sistema e quem deveria ter direito ao voto, nunca foi descrita nas páginas do jornal, a República seria boa, pois a Monarquia era ruim. O Imperador esbanjava com viagens e presentes para quem não merecia, não conseguia mais sanar os problemas da nação e ainda possuía um problema de sucessão, só isso já bastava mudar o sistema político na opinião dos republicanos. Unidos a tais fatos, ainda tinha a questão da falta de autonomia da província que talvez seja um dos principais ressentimentos apresentados no jornal.

⁹¹ O JEQUITINHONHA, Diamantina, ano XI, ed. 138, 25 jun. 1872

⁹² O JEQUITINHONHA, Diamantina, ano XI, ed. 144, 4 ago. 1872

Percebemos que a principal estratégia dos redatores foi de mostrar e tentar convencer ao público tudo que havia de errado no sistema monárquico, como: o poder moderador, a troca pela hereditariedade, a falta de diálogo da Corte com as províncias, a distância do Brasil e relação a outras nações republicanas. Uma das estratégias editoriais utilizadas, era as perguntas frequentes ao longo de todo o texto: “O que é um presidente da província?” A explicação logo mostrava como no sistema monárquico o presidente da província não conseguia cumprir seu papel. Uma das grandes conquistas que viriam com a República seria o federalismo, assim, Minas teria seu comércio alavancado, a república iria trazer tudo de grandiosa que Minas estava aguardando desde a época que Tiradentes queria a libertação. Com referências a Auguste Comte e acreditando no progresso de Diamantina o jornal exercia um papel de guia da opinião pública e de educadores das classes subalternas, publicando artigos que constituíam uma espécie de “pedagogia” que objetivava civilizar a população da cidade e do Norte de Minas a favor da causa republicana.

Contudo, foi “A Idéa Nova” que apresentou uma visão sistemática de uma República pela evolução. O periódico foi fundado na cidade de Diamantina em 1879 por Josefino Pires e Aurélio Egydio dos Santos Pires. O jornal dedicava suas três primeiras páginas às denúncias do caminho perigoso e de ambição que a pátria brasileira estava seguindo⁹³. “Há um dualismo de sentimentos na alma dos povos: às vezes a pátria tem instantes de reflexão para seguir o dever, e personifica a honra; outras vezes abaixa-se tanto até tocar à tona, senão o próprio fundo, d’esse país imundo, a hipocrisia”⁹⁴. Fica evidente que o jornal acreditava que o Brasil estava se inspirado no caminho errado, um caminho de ambição e de destruição. Apesar disso, o jornal mostrava um discurso brando em relações as instituições monárquicas: “Não somos d’aqueles que atacam os seus adversários simplesmente por não comungam com as suas ideias, nem tão pouco pertencemos a esse grupo que não admite a reforma da opinião”⁹⁵. Essa postura pode ser explicada pelo próprio ideal de república que os redatores acreditavam, para eles, a república viria através de uma conscientização de forma natural da sociedade, toda ideia e crença viria a evoluir pelo progresso.

Com uma linguagem bem mais erudita que “O Jequitinhonha”, não realiza o clamor a população para adesão do sistema republicano. Mostra em suas páginas notícias variadas como festejos do centenário de camões, o prêmio acumulado da loteria provincial ou a cobrança de algum vendedor aos seus inquilinos. Na última página, havia a parte destinada à sessão livre e

⁹³ A IDÉA NOVA, Diamantina, ano I, ed. 10, 31 maio 1880, p. 1.

⁹⁴ A IDÉA NOVA. Diamantina, ano I ed. 10, 31 maio 1880, p. 2.

⁹⁵ A IDÉA NOVA. Diamantina, ano I ed. 10, 31 maio 1880, p. 2.

às notícias gerais da província. A estratégia da folha parece mais centrada em mostrar como seria uma evolução natural do progresso até chegada da república, ir na contramão desse pensamento significava estar vinculado as práticas ultrapassadas do sistema monárquico.

É interessante notar que o discurso de uma república pela evolução e convencimento do pensamento da população não era regra no Norte mineiro. O jornal “O Estudante” se declarava como um órgão republicano, enfático e adversário da monarquia. Não acreditava que todos se conscientizariam da necessidade da República e uma revolução seria necessária. O Imperador estava longe do interesse do povo “apresenta-se todo enfeitado [...] parece um verdadeiro mascarado em dia de carnaval”. Assim, “Enquanto existir a monarchia devemos bate-la com todas as nossas forças enquanto correr um pingo de sangue em nossas veias”⁹⁶

A primeira edição do “O Estudante” foi em junho de 1873, na cidade de Diamantina. Teve sua periodicidade semanal, com impressão na tipografia de Luiz Antônio dos Reis. Sua assinatura por Semestre era de 2\$000 (dois mil reis); avulso, custava \$100 réis, com pagamento adiantado. Boehrer (1921) destaca o jornal como um órgão estudantil. Seu fundador era Olímpio Mourão e os editores apareciam como J. Santos; R. Rabello; J.R.M. Junior. Os colaboradores eram: L. Coelho; Achilles e Camargo⁹⁷. José Carlos Dias afirma que nenhum desses homens assinavam suas colunas, ora dizendo-se *** (3 asteriscos), ou sob pseudônimo: *Pigmalião Argos*, com medo de receberem represálias. Caso divulgassem seus nomes e suas vidas poderiam ser perturbadas pelos adversários⁹⁸.

A estratégia do jornal apresentava em formas de textos simples divididos em duas colunas dedicados a falas políticas. Uma das formas de divulgar a república era pela oposição dos termos, enquanto a República era apresentada como o bom senso, o direito, a pureza, o patriotismo e o amor ao progresso, a monarquia era seu oposto, uma perfídia, crime, corrupção, egoísmo e obscurantismo. Olímpio Mourão apesar de ser declaradamente abolicionista também evitou tocar na questão nas páginas do jornal, sua tática era bater na monarquia com todas as forças e chamar a todos para a luta e a razão, pois do contrário “o povo nunca estará livre”⁹⁹.

Outro jornal estudantil enfático na defesa da cauda republicana foi o “Lábaro do Futuro”, que surgiu a partir da junção de dois jornais – “O Lábaro” de 1881, “que se declarava um órgão da mocidade diamantinense, e tinha como lema: “É na prática que se leva à perfeição”. Os redatores Pedro da Matta Machado, Josefino Sá e Fonseca Júnior estavam à

⁹⁶ O ESTUDANTE. Diamantina, ano I ed. 10, 21 ago. 1873, p. 2.

⁹⁷ BOEHRER, op. cit, p. 130.

⁹⁸ DIAS, José Carlos. **As Ideias Políticas em Diamantina no séc. XIX: vistas através de seus Jornais. As Ideias Políticas de Diamantina.** Disponível em: <<http://padbatch.blogspot.com/>>. Acesso em: 21 maio 2019.

⁹⁹ O ESTUDANTE. Diamantina, ano I ed. 11, 29 ago. 1873, p. 1.

frente do jornal que circulou apenas quatro números antes da junção com “O Futuro”, também de 1881, que se declarava “Literário e republicano, redigido por estudantes”, o qual circulou em apenas um exemplar, sob responsabilidade dos redatores José Queiroz e Josino Quadros¹⁰⁰.

A partir da fusão nasce “O Lábaro do Futuro”, no dia 15 de janeiro de 1882, com publicações quinzenais e o lema “Nada é impossível para humanidade”. Em suas primeiras páginas, justifica a criação do jornal como a junção de dois órgãos que lutava pelo mesmo objetivo, de defender as ideias democráticas e dar maior viabilidade ao jornal. Como redatores permaneceram Zoroastro Pires, Josino de Quadros e Josefino Sá. O jornal é importante, à medida que a ideia para formação do Partido Republicano do Norte partiu da proposta de Antônio Olinto dos Santos Pires, na edição nº 9, de 16 de maio de 1882, edição especial da execução de Tiradentes, que circulou em várias cidades e distritos, principalmente no norte da província.

O “Lábaro do Futuro” era um dos jornais que dava voz à causa abolicionista, dando divulgação à “Sociedade Abolicionista”. Segundo Dias (2017), era um grupo de cidadãos diamantinenses que se reuniam no Teatro Santa Isabel para discussões sobre política e a necessidade de Proclamação da República. Esses homens faziam manifestações públicas e cantavam pelas ruas de Diamantina, em meio a empolgados discursos e à Marseillaise, com cantos e vivas à República. É importante ressaltar que o próprio Club Abolicionista enfrentava problemas ideológicos e de posicionamento no grupo que transparecia para as publicações do jornal¹⁰¹. Como destaca Dias, inicialmente, a finalidade do clube era realizar ações filantrópicas e não políticas. Por esse motivo, abrigava tanto conservadores como liberais. A situação modificou, quando uma escrava pediu ajuda financeira ao clube para conseguir sua alforria, pedido que foi negado. Posteriormente, a dificuldade foi a escolha do nome para concorrer às eleições entre dois membros, Antônio Felício dos Santos e o Dr. João da Matta Machado. Em decisão contestada, o Club Abolicionista fechou questão no qual deveriam todos os sócios votarem em Antônio Felício dos Santos. Como a decisão não foi unânime, vários sócios proeminentes se desligaram do clube¹⁰². Um fato fica evidente: todos defendiam a liberdade, mas cada qual possuía sua própria ideia de liberdade.

¹⁰⁰ ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL, vol. 117, 1997, p. 124.

¹⁰¹ Nomes dos cidadãos que compunham a mesa diretora da Sociedade Abolicionista: Antônio dos Santos Mourão Josino de Quadros, Antônio Efigênio de Souza, Zoroastro Pires, Propércio, Josefino de Sá, Francisco Correa Rabello, Álvaro da Matta Machado (médico e deputado da Corte, irmão do Dr. João da Matta Machado) João Nepomuceno Kubitschek, (1º. vice-presidente do Estado de Minas Gerais), Cláudio Augusto Ribeiro de Almeida, Clementino Rabello de Campos, Manoel Ricardo Pires Camargo, José Felício dos Santos. Dados extraídos de: DIAS, op. cit. p. 36.

¹⁰² DIAS, op. cit. p. 39.

O jornal mostrava casos de repúblicas em outros países como Estados Unidos e França, mas também destacavam em suas páginas aqueles que aderiram ao fim da escravidão como o Cairo. Em sua segunda edição de 1882 o jornal apresenta um artigo intitulado: “Sim ou Não?” Onde descreve a angústia o problema que a escravidão alcançou no país:

O sim ou o não a respeito do problema intrincado da escravidão. Esta instituição negra e corrupta há-de forçosamente desaparecer com o progredir dos tempos, porque quando a nação chega a atingir um certo grau de civilização, renova suas leis, seus costumes, regenerando-se desde suas bases.¹⁰³

O jornal partia de uma estratégia de descaracterização das instituições monárquicas e um forte apelo contra escravidão. Acusava D. Pedro II de uma imagem pomposa, com falta de energia latente para lutar pelo fim da escravidão. A República apresentada nas páginas do jornal era sinônimo de liberdade e igualdade para todos. A palavra soberania é vinculada com o povo e por tanto, deveria estar nas mãos do povo, inclusive dos escravos e das mulheres que mereciam receber educação adequada¹⁰⁴.

É preciso, portanto, ponderar quem nem todos os jornais do Norte de Minas deixavam claro sua vinculação política, acreditamos que por medo de represálias. É o caso do periódico “A Propaganda”, publicado em Diamantina no dia 16 de junho de 1888 teve seu fim no dia 1º de março de 1889. Com tipografia na Rua Direita, e periodicidade de três vezes ao mês, o jornal se considerava imparcial e noticioso. Descobrir a orientação política dessa folha não foi uma tarefa fácil; apesar de considerar-se imparcial e isento das questões políticas, o jornal não respeitou esse princípio ao longo de suas publicações. A primeira dificuldade que encontramos foi sobre os próprios redatores, que não se identificam no periódico. Dias destaca que esse fato se deve ao medo de represálias que muitos desses editores tinham ao estar contestando o regime monárquico.

A orientação do jornal fica mais confusa ainda quando, em sua terceira edição, o jornal na tentativa de esclarecer sua própria posição, declara-se “[...] órgão imparcial, dedicado aos interesses do partido liberal, porém redigido por um conservador e um republicano”¹⁰⁵. Tudo leva a crer que o outro nome dessa equação seria Manoel Procópio Ribeirão Leão, sobre o qual não obtivemos muita informação. Sabemos, por meio do jornal “A Voz do Povo”, que Manoel Procópio Ribeirão Leão fora eleito tesoureiro do Club abolicionista em 1884, além do mesmo ter sido redator em outro jornal intitulado “Cidade Diamantina”, em 1890, órgão que também

¹⁰³ **O LÁBARO DO FUTURO**. Diamantina, ano I ed. 02, 29 jan. 1882, p.1.

¹⁰⁴ **O LÁBARO DO FUTURO**. Diamantina, ano I ed. 03, 12 fev. 1882, p.2.

¹⁰⁵ **A PROPAGANDA**, *Diamantina*, ano I, ed. III, 7 jul. 1888, p. 2.

se declarava contra a filiação a qualquer partido “[...] e não tem corpo de redação regularmente constituído e solidário, sendo cada um dos redatores apenas responsáveis por sua publicação.”¹⁰⁶

“A Propaganda” demonstrou, em seu curto tempo de funcionamento, várias posições controversas em suas publicações. Mesmo quando o periódico militava a favor do abolicionismo; suas intenções eram dúbias, o que se deve, ao nosso ver, às posições díspares dos redatores. No mesmo artigo em que a folha exalta o abolicionismo como uma conquista da humanidade, encontramos mensagens afinadas à propriedade de escravos, sem que o escritor tenha identificado seu nome no final do artigo, sob o pseudônimo de “Enigmático”. Um jornal que se denominava progressista, incentivador dos empreendimentos e dava destaque para os serviços de navegação do Rio São Francisco e da construção da via férrea Porto da Manga a Diamantina, “A Propaganda” era quase um meio termo dos jornais da época, agia conforme as mudanças no cenário nacional, um jornal que ficava entre as críticas e aos louvores de dois sistemas políticos divergentes.

O último jornal publicado no Norte de Minas e orientação republicana antes de 1889 foi “O Tambor”. Sob a direção de José Sebastião Rodrigues Bago e a redação de Francisco Corrêa Ferreira Rabelo, o periódico manteve suas publicações até julho de 1892. Com publicações semanais aos domingos, sua assinatura por ano era de 5\$000 réis. Seguiu o padrão tradicional de quatro páginas com três colunas por folha. Sua tipografia, no início, era realizada pelo Sete de Setembro; depois, em oficinas próprias, na Rua Direita. Dias destaca que “O Tambor” era escrito com habilidade e com energia em nome de suas ideias republicanas. Em suas páginas, combateu de forma veemente a possível mudança da capital de Minas para Barbacena. Um jornal de cunho mais informativo, não traçou uma estratégia sistemática para convencimento da população, apesar de se denominar republicano, possuía artigos variados inclusive com elogios a monarquia.

Fica evidente que o fio condutor que unia as publicações dos periódicos republicanos no Norte da província era a descaracterização do regime monárquico. A monarquia brasileira era vista como um mal a ser combatido, seja de forma energética pela revolução como acreditava “O Estudantil”, seja pelo progresso das ideias como “A Idéa Nova”. A República para eles, era sinônimo de federalismo, ou seja, se Minas fosse separada da vontade da Corte iriam prosperar, pois faziam decretos sem conhecer as necessidades dos mineiros. As propostas para a província de Minas presentes nas páginas dos jornais eram de eleger o máximo de liberais

¹⁰⁶ CIDADE DE DIAMANTINA, Diamantina, ano I, ed. I, 8 ago. 1890, p.1.

possível, já que os republicanos demoraram a possuir um partido sistematizado e as eleições era demasiadamente competitiva. Os jornais destacavam que decretos do Imperador só prejudicam a região de diamantina, uma vez que o Norte de Minas possuía muitas potencialidades que eram perdidas pela falta de investimento do sistema monárquico que limitava o crescimento da cidade. A premissa era clara, se houvesse um sistema livre, a região iria crescer e a vida de todos melhorar.

O novo sistema seria melhor pois não iria conter os vícios da monarquia. Espaço político iria ser aberto, autonomia conquistada e a liberdade consolidada. Apesar da liberdade não ser para todos, a maioria dos jornais do Norte se mostravam favorável a abolição. Sabemos que a questão muitas vezes era maquiada em tais jornais pela falta de consenso sobre o tema e a necessidade manter colaboradores à folha e um discurso que atraísse leitores. Mas, isso não era regra, como mostramos o jornal “O Lábaro do Futuro” defendia de forma aberta a liberdade irrestrita para todos os indivíduos, inclusive escravos e mulheres. Democracia é apresentada no sentido de ser ter autonomia em escolher quem for melhor para região.

Em relação à Igreja, não havia consenso. A maioria dos jornais não tocaram no assunto como é o caso dos jornais “A Idéa Nova”, “A Propaganda” e o “Tambor”. O jornal “O Jequitinhonha” se limitou a publicar somente anúncios de missas, apesar de uma forte exaltação da maçonaria. Já o jornal “O Lábaro do Futuro” falava bem da Igreja, via nela uma aliada para convencer sobre o mal da escravidão, utilizou em seus editoriais o próprio exemplo de Cristo como um homem aprisionado para defender a abolição. “O Estudante” em suas primeiras edições anunciava missas e denunciava que a questão religiosa foi um artifício de D. Pedro para “não deixar as mentes tranquilas”. Contudo, algumas edições posteriores fala da incompatibilidade de ser jesuíta e republicano: “Todo aquelle que propugnar para as idéas jesuíticas, não pode de maneira alguma classificar-se como republicano”¹⁰⁷.

De modo geral, os jornais analisados pertencentes a microrregião do Norte de Minas, denunciavam a falácia da Monarquia, o poder moderador e a centralização política. Exigiam um novo sistema político que trouxesse autonomia a sua região, liberdade (que nem sempre era para todos), igualdade e fraternidade. Um sistema capaz de fazer reformas necessárias e abrir espaço político. Inspirados em países republicanos, acreditavam que para convencer a população deveriam mostrar tudo de errado que havia na monarquia e apresentar a República como um sistema totalmente oposto. Visavam construir uma opinião pública favorável, através

¹⁰⁷ O ESTUDANTE. Diamantina, ano I ed. 19, 24 out. 1873, p. 2.

de artigos que constituíam uma espécie de “pedagogia” que objetivava civilizar a população da cidade e do Norte de Minas.

2.3 Campos das Vertentes

Os municípios que compõem a mesorregião dos Campos das Vertentes faziam parte de uma das três extensas comarcas em que foi dividido o território das Minas nos primórdios do século XVIII¹⁰⁸. O território começou a ser habitado em 1701, mesmo antes da descoberta do ouro. A região do Rio das Mortes foi explorada pelos bandeirantes ainda em fins do século XVII. Com a descoberta do ouro em pontos centrais da capitania, o Campos das Vertentes tornou-se passagem entre a Serra da Mantiqueira e a cidade de Taubaté em São Paulo. Conhecido como Caminho Velho das minas, foi o fator inicial do estabelecimento dos primeiros povoados na região. Desde as explorações das jazidas de ouro até o século XIX, a região cresceu desordenadamente formando núcleos populacionais próximos. Vários povoados desapareceram em toda Província de Minas com o fim do ciclo do ouro, mas outros se transformaram em arraiais, vilas, alcançando até mesmo a categoria de cidade. Alguns desses povoados mantiveram vigor social, econômico e cultural até a atualidade, como é o caso de duas cidades polos centrais: São João del-Rei e Barbacena.¹⁰⁹

Em relação à imprensa periódica, o Campo das Vertentes seguiu o caráter panfletário e artesanal da imprensa do século XIX. Como afirma Caetano, os primeiros jornais impressos na região eram formado por artigos opinativos, doutrinários, de veiculação de ideias que criticavam a organização ou as figuras políticas dentro do contexto vigente¹¹⁰. São João del-Rei teve seu primeiro jornal “Astro de Minas” publicado em 1827, com impressão em tipografia própria, o primeiro dos 41 periódicos publicados entre os anos de 1827 a 1897¹¹¹. Já em Barbacena, a imprensa foi se desenvolvendo em paralelo com a política, com uma relação estreita entre a atividade jornalística e a afirmação da esfera do poder. Uma imprensa

¹⁰⁸ FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Micro-região dos Campos das Vertentes: estudo preliminar e diretrizes de desenvolvimento**. Belo Horizonte: 1977. vol. 1. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.mg.gov.br/consulta/verDocumento.php?iCodigo=49017&codUsuario=0>>. Acesso em 24 maio 2019.

¹⁰⁹ MOURA, Antônio de Paiva. **Campo das Vertentes: sua origem e sua característica**. As Minas Gerais, 2012. Disponível em: <<http://www.asminasgerais.com.br/?item=CONTEUDO&codConteudoRaiz=87>>. Acesso em: 01 jun. 2019.

¹¹⁰ CAETANO, Raquel Damasceno Gomes Sigaud. **Barbacena: a cidade e o jogo político nas páginas dos jornais**. Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdade de Comunicação Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2008. p. 26.

¹¹¹ MENDES, Jairo. **O silêncio das Gerais: o nascimento tardio e a lenta consolidação dos jornais mineiros**. Tese de Doutorado defendida no Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Metodista de São Paulo. São Bernardo do Campo: 2006. p. 82

inicialmente panfletária e opinativa, que teve seu primeiro jornal “O Paraibuna” lançado em 1836, seguido de 22 periódicos publicados entre 1836 a 1898¹¹².

Com a intensificação do Movimento Republicano Mineiro, as cidades de Barbacena, São Joao del-Rei e, em menor intensidade, Lavras, foram palco de propagandas que advogavam em prol do regime. Em nosso levantamento, encontramos quatro jornais localizados na região do Campo das Vertentes, sendo eles: “Correio de Barbacena”, “O Mineiro”, “Pátria Mineira” e “O Lavrense”.

No início de 1886, foi lançado o quarto jornal na cidade de Barbacena, “O Correio de Barbacena”, que surgiu por meio da “Associação Jornalística de Barbacena”, fundada por Ernesto Antunes de Campos, Carlos Pereira de Sá Fortes e José Augusto Durães Castanheira e Antônio Carlos Ribeiro de Andrada. Com assinatura semanal, aos domingos e assinatura de 8\$000 por ano e \$200 réis avulso, sua impressão era feita em tipografia própria. “O Correio de Barbacena não surgiu como um órgão republicano, estava exemplificando em suas páginas que tratava do interesse público, como afirma: “Este jornal é dedicado a tratar da defesa dos interesses de Barbacena [...] não temos política, isto é, não pertencemos nem defendemos interesses de força política nenhuma”¹¹³.

Foi no dia 30 de janeiro de 1887 que o jornal se declarou como órgão de orientação da política republicana e começa a redigir críticas pungentes contra o sistema monárquico, apesar de nunca ter mencionado nominalmente o nome de D. Pedro II, declarava que: “A degradação moral a que tem chegado o mecanismo político-administrativo do paiz não é mais um sonho, nem o invento imaginativo dos despeitados, é a pura realidade”. Acrescenta: “Os homens que mandam e o povo obedece”¹¹⁴. O jornal passou a denunciar a corrupção e o governo despótico que não conseguia oferecer com eficácia soluções práticas para as questões políticas do país.

O mesmo ocorre quando o jornal passa a dedicar suas folhas a discussão sobre o sistema escravista. Em um primeiro momento o periódico deixa claro que não se envolve com questões que dizem respeito a escravidão. Algumas edições posteriores o jornal começa a publicar elogios aos proprietários de escravos que optaram pela libertação dos cativos de forma voluntária. Em sua edição de 21 de março de 1886, publica um artigo com o aviso aos leitores que o jornal passará a realizar denúncias aos cidadãos que não cumprirem a Lei dos Sexagenários e começa a anunciar reuniões das Sociedades Abolicionistas locais. O jornal cria

¹¹² REIS, Antônio. **A imprensa em Barbacena de 1744 até os dias atuais** CITY10, 2017. Disponível em: <<http://www.city10.com.br/borges/?p=3408>>. Acesso em: 05 jun. 2019.

¹¹³ **O CORREIO DE BARBACENA**, Barbacena, ano I, ed. I, 14 fev. 1886.

¹¹⁴ **O CORREIO DE BARBACENA**, Barbacena, ano I, ed. 7, 4 abr. 1886.

uma coluna intitulada “Escravagismo” com o objetivo de denunciar crimes contra escravos. Uma das denúncias foi sobre uma escrava que andava longos quilômetros com um balaio muito pesado nas costas, a mesma possuía cabelos brancos que apesar de ser registrada com 55 anos, aparentava ter mais de 70. O jornal denunciou o proprietário que mentiu a idade da negra para não libera-la conforme a nova lei¹¹⁵.

Fato que merece ser destacado é que o periódico nunca escreveu a palavra República em suas edições, as palavras que aparecem para anunciar uma mudança são: liberdade, modernidade e progresso, com isso a França passar a ter destaque em várias edições dos jornais. A folha tratava de assuntos variados da cidade: roubo, festas, novelas. Aos poucos, seu discurso fica mais energético e começa a anunciar reuniões do clube republicano local, jornais republicanos e a aliança feita com o jornal “O Pharol” de Juiz de Fora. Por fim, passa a defender o surgimento de um partido republicano que retirasse a dualidade existente entre o Partido Conservador e o Liberal.

A cidade de Barbacena foi centro de mais um jornal republicano que teve importância destacada por vários autores para a divulgação da causa Republicana¹¹⁶. “O Mineiro” teve início no dia 12 de julho de 1886, mesmo ano em que foi lançado “O Correio de Barbacena”. Era um semanário publicado sempre aos sábados, com a assinatura de 8\$000 por ano, e utilizava a tipografia do Largo da Câmara. Os responsáveis pelo jornal, propriedade e edição, eram Lino Marques e Arthur Joviano, que presenciaram a fundação do centro republicano local, na redação do jornal, devido à sua forte projeção na região¹¹⁷.

Moura afirma que “O Mineiro” circulava em toda a região, com palavras calorosas de ordem do Movimento Republicano, e, como consequência, acabou por promover a eleição de deputados republicanos¹¹⁸. Para Reis, o jornal foi muito importante na divulgação da causa republicana na cidade e apontava, logo em suas primeiras páginas, a adesão de novos republicanos barbacenenses e da região¹¹⁹. Pelas publicações e literatura que se dedicou a

¹¹⁵ O CORREIO DE BARBACENA, Barbacena, ano I, ed. 10, 2 maio 1886.

¹¹⁶ CAETANO, Raquel Damasceno Gomes Sigaud. **Barbacena: a cidade e o jogo político nas páginas dos jornais**. Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdade de Comunicação Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2008. MOURA, Antônio de Paiva. *Campo das Vertentes: sua origem e sua característica*. As Minas Gerais. Disponível em: <http://www.asminasgerais.com.br/cidades_offline/vertentes_area.htm>. Acesso em: 05 jun. 2019. REIS, Antônio. *A imprensa em Barbacena de 1744 até os dias atuais* CITY10, 2017. Disponível em: <<http://www.city10.com.br/borges/?p=3408>>. Acesso em: 05 jun. 2019.

¹¹⁷ ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL, op. cit. p. 82.

¹¹⁸ MOURA, Antônio de Paiva. Op. Cit. p. 2.

¹¹⁹ REIS, Antônio. **A imprensa em Barbacena de 1744 até os dias atuais**. CITY10, 2017. Disponível em: <<http://www.city10.com.br/borges/?p=3408>>. Acesso em: 05 jun. 2019.

escrever sobre o jornal barbacenense, temos noção da importância e destaque que ele teve como referência e divulgador da causa republicana na região¹²⁰.

É importante destacarmos o número elevado de periódicos encontrados na província mineira durante esse período, que recebia o nome de “O Mineiro”. O primeiro deles era da cidade de Ouro Preto e foi publicado em 1833, sob a responsabilidade de Francisco de Magalhães Gomes. A segunda aparição que encontramos em nossa pesquisa foi no Sul de Minas, na cidade de Pouso Alegre, em 1875. O jornal advoga a causa Liberal, tendo como editor e redator responsável João Monteiro de Meireles Leite. Outro periódico que se declarava órgão puramente liberal era “O Mineiro” de Juiz de Fora, fundado em 1876, por Alberto Besouchet. Em Uberaba, no Triângulo Mineiro, o jornal “O Mineiro” aparece sob a direção de Eduardo Júnior, em 1881: destacava, em suas páginas, sua imparcialidade política e se dedicava a tratar de assuntos diversos, como se a educação da mulher seria benéfica à sociedade¹²¹. Por fim, com a República proclamada, surgiu novamente em Ouro Preto mais uma versão do Mineiro, dessa vez sobre a direção de Adolpho Guimarães Correa, no ano de 1892. Torna-se fundamental essa breve explanação, pois como foram muitos jornais com o mesmo nome, alguns desses jornais são apresentados como republicanos pela historiografia que escreveu sobre o assunto, sendo que alguns advogavam outras causas e possuíam outros objetivos em sua redação.

“O Mineiro” de Barbacena deixava bem claro em sua página inicial sua vinculação com a causa republicana. Muito se deve ao seu próprio redator e editor responsável, Arthur Joviano, ser assumidamente abolicionista e propagandista da República. O jornal publicava nomes de republicanos em suas listas diárias como uma forma de homenagem, criticavam os vícios da monarquia e apesar de não deixar claro como seria esse novo sistema político pregado, afirmava a incompatibilidade do sistema monárquico no país, que seria necessário um olhar para o progresso.

Com um olhar para o progresso e nas doutrinas positivistas, a campanha republicana recebe um grande incentivo no mesmo ano em que “O Mineiro” publica sua última: as viagens de Silva Jardim em Minas. Oíliam José afirma que as viagens de Silva Jardim à província mineira ajudaram a levar ao interior o incentivo que necessitavam os clubes republicanos. As viagens de Silva Jardim mostram o ardor com que os propagandistas estavam dispostos a disseminar suas ideias. Muitos dos republicanos mineiros chamavam Silva Jardim para

¹²⁰ Ver: REIS, Antônio. **A imprensa em Barbacena de 1744 até os dias atuais**. CITY10, 2017 e FIGUEIREDO, Ivan Vasconcelos *et al.* **Imprensa em Barbacena: traços do percurso histórico**. Encontro Nacional de História e Mídia, 2013.

¹²¹ **O MINEIRO**, Uberaba, ano I, ed. 2, 19 dez. 1881.

propagar o ideário republicano, alguns dos quais tinham sido seus colegas de estudo em São Paulo e Rio de Janeiro. Assim, o republicano convicto passou a visitar localidades que possuíam núcleos republicanos e eram cortadas por estradas de ferro¹²².

As histórias da viagem do propagandista a Minas estão presentes em seu livro “Memória e Viagens”. Sua jornada de propagação do ideal republicano começou em julho de 1888, na cidade de Juiz de Fora. Em 1889, quando retornou à província, foi a Mar de Espanha, Guarani, Rio Novo, Pomba, Rio Pomba, Ubá, Visconde do Rio Branco, Ponta Nova, Cataguases, Leopoldina, Itapiruçu, Palma, Muriaé, Tombos do Carangola, Santa Luzia do Carangola, Patrocínio do Muriaé, Angustura, Além Paraíba, Prados, Ouro Preto, Carandaí, Barbacena e São João del-Rei.

Na cidade de São João del-Rei, Silva Jardim discursou no dia 23 de abril de 1889, tendo encontrado pequeno bloco republicano. Foi acolhido por Sampaio Ferraz, Aristides Araújo Maia, Eloy Reis e Silva, João Américo Soares Baptista, Paulo Teixeira e o professor Sebastião Rodrigues Sette e Câmara. No dia 21 de abril, esses homens republicanos mineiros haviam se envolvido em um sério conflito com monarquistas locais, o que já acalorou as discussões na cidade. Com a notícia da chegada do propagandista republicano, os monarquistas, como uma forma de sabotagem, cortaram os trilhos da estrada de ferro, pouco antes da passagem do trem em que Silva Jardim viajava.

Segundo Oíliam José, as manifestações seguiram de diversas formas, tanto pacíficas como mais violentas, e forçaram Silva Jardim a permanecer isolado da cidade. No dia de sua conferência, a situação se agravou de tal forma, que houve até troca de tiros, como afirma José: “O ambiente agravou-se de tal maneira que houve troca de tiros entre republicanos e anti-republicanos. Já de madrugada pelas três horas, registrou-se nova tentativa de explosão de Silva Jardim, que, ao final, abandonou a cidade pela manhã”¹²³

Apesar das ofensivas dos monarquistas de São João del-Rei, a visita de Silva Jardim rendeu frutos à causa republicana local. Um mês após a visita do propagandista, Sebastião Rodrigues Sette e Câmara fundou e dirigiu “A Pátria Mineira”, primeiro jornal republicano e de suma importância para região¹²⁴. Republicano convicto e tendo a democracia americana como exemplo, Câmara viajou aos Estados Unidos, e posteriormente a outros países, tais como; Inglaterra, França, Alemanha, Itália, Grécia, Egito e o território de Jerusalém. Muitas de suas

¹²² JOSÉ, Oíliam. Op. Cit. p. 110

¹²³ Ibidem, p. 127.

¹²⁴ Em 16 de maio de 1889, Sebastião Sete Câmara fundou o jornal, definindo-o como “Órgão da ideia republicana”. O jornal era composto por quatro páginas, divididas em cinco colunas, sendo a última página, como era costume nos jornais republicanos, dedicadas a anúncios diversos.

viagens estão presentes em seus jornais como forma de exemplos de repúblicas bem-sucedidas. Câmara acreditava que “apesar da anciã do urubu, da guia intemperante do verme, porque a própria putrefação já vai quase terminada: pouca carniça resta”, em referência ao sistema monárquico que estava perto de seu fim, a república era o destino da pátria. “Todos os movimentos autonômicos de nossa história foram sempre feitos no sentido da República: em Minas, Bahia, Pernambuco, S. Paulo, e no Rio Grande”.

O redator também destaca que a própria “Independência de 1822 foi uma satisfação lacunosa: uma conciliação entre os interesses mercantis da família de Bragança e o ódio do regime colonial”. Como se fosse um caminho já traçado “a atitude dos republicanos deve ser a da luta, qualquer que seja a situação dos combatentes”¹²⁵ para alcançar o bem maior da República.

Apesar da postura crítica ao sistema monárquico e o discurso incisivo, o jornal não faz referências ou menção à questão da escravidão e não encontramos indícios que nos leve a crer que Sebastião Rodrigues Sette e Câmara fosse favorável à causa.

Em relação à questão religiosa, o redator dedica uma coluna para exemplificar que “fora do cristianismo não existe uma só república. As nações que adotaram outros cultos, vivem sobre o mais atroz despotismo”¹²⁶. Câmara defende em seu artigo o cristianismo, ao mesmo tempo que destaca que a maçonaria não seria um mal para a nação, o autor parece querer tranquilizar seus leitores, com exemplos de outras repúblicas que não empreenderam prisões contra seus bispos.

Além das questões pungentes da época com artigos doutrinários e noticiosos sobre a ideia republicana, o jornal ainda se propunha a noticiar aos interesses econômicos e industriais do país em geral e em específico da província, totalizando 226 edições circulou semanalmente até 1894.

O último jornal sobre o qual empreendemos nossa análise pertencente ao Campo das Vertentes foi o primeiro jornal de Lavras, intitulado “O Lavrense”. O periódico surgiu antes da Proclamação da República e iniciou os primórdios da imprensa lavrense. O jornal foi fundado em 13 de fevereiro de 1887, por Francisco Martins de Andrade. O periódico era publicado uma vez por semana, sua assinatura era de 8\$000 por ano. Suas publicações eram feitas em quatro folhas, com quatro colunas cada. Contava com um artigo de apresentação, que geralmente era combativo e exemplificava as ideias da República e os males da Monarquia. Como destinava-se a ser um periódico que estivesse a favor da educação, trazia na coluna intitulada

¹²⁵ A PÁTRIA MINEIRA. São João del-Rey. ano I, ed. 18, 12 set. 1889.

¹²⁶ A PÁTRIA MINEIRA. São João del-Rey. ano I, ed. 04, 06 jun. 1889.

“colaboração” medidas educativas, que ajudavam na educação, e conduta para a formação dos homens¹²⁷. O jornal também se dedicava a tratar de variedades, os assuntos da Câmara Municipal, sessões livres destinadas aos colaboradores, e anúncios de forma geral.

É muito significativo que o primeiro jornal de Lavras se intitulasse republicano. Mostra que com o avanço das discussões da República, as propagandas aumentaram consideravelmente. Por ser um jornal voltado para os assuntos da lavoura e do campo, as publicações sobre as estradas de ferro e o modo de vida do lavrador eram constantes. O periódico apresentava a República como sinônimo do progresso, da evolução e do uso da razão, que se concretizaria através do trabalho duro e do tempo.

Nas publicações dos jornais pertencentes ao Campo das Vertentes, procuramos levar em consideração a importância dos propagandistas e da imprensa republicana para a região. É notório que a propaganda trouxe uma movimentação para as cidades que receberam essas publicações periódicas de cunho republicano. Os jornais monárquicos começaram a atacar os jornalistas, como aconteceu com Arthur Joviano na cidade de Barbacena¹²⁸, o que demonstra que, de certo modo, tais propagandistas trouxeram algum tipo de mal estar.

Na região das Vertentes, também não houve consenso em questões primordiais, a ideia de república não estava interligada com a ideia da libertação dos escravos. Os únicos a defenderem a causa, era Arthur Joviano de forma aberta e Antônio Carlos Ribeiro Andrada de forma bem contida ao longo das publicações dos jornais.

Os outros dois propagandistas evitavam tais assuntos em seus jornais ou simplesmente ignoravam a questão. A questão religiosa também era quase que esquecida ao longo das publicações. “A Pátria Mineira” destaca o assunto de forma indireta, que mais parece buscar simpatia dos cristãos para a convivência com os maçons.

De forma geral, a propaganda no campo das vertentes aconteceu de forma tardia; o primeiro jornal foi publicado em 1886, três anos antes do advento da República. Esses homens foram influenciados por propagandistas de outras regiões, quando a propaganda já tinha mais de 10 anos que estava ocorrendo nas demais localidades da província mineira.

Diferente dos jornais publicados no Norte Mineira, não encontramos referências a uma suposta separação do resto de Minas que beneficiasse somente a mesorregião das vertentes. Apesar de nem todos os jornais deixarem claro sua ideia de República, a noção de benefício do novo sistema seria para Minas em sua totalidade e não somente para uma microrregião.

¹²⁷ **O LAVRENSE**, Lavras, ano I, ed. 24. 24 de julho de 1887.

¹²⁸ **GAZETA DE BARBACENA**. Barbacena ano VII, ed. 25, 07 jun. 1887.

2.4 Triângulo Mineiro

A formação do território do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba deu-se no contexto da expansão da coroa portuguesa. O escasseamento das minas de ouro nos Campo das Vertentes e na região central despertou a atenção para outras terras. Dessa forma, ocorreu o movimento migratório para o oeste das Minas, o que possibilitou as primeiras ocupações no então Sertão da Farinha Podre, região hoje conhecida como Triângulo Mineiro¹²⁹. A região recebeu este nome justamente porque tem a forma de um triângulo. Está situada entre os rios Grande e Paranaíba, fazendo divisa com os estados de São Paulo, Goiás e Mato Grosso do Sul.

Região ocupada por índios Caiapós, Inás e Araxás, ofereceram forte resistência aos viajantes e bandeirantes colonizadores, com ataques por todo o caminho, destruindo plantações, incendiando paióis, em resposta às agressões que sofreram durante o processo de ocupação que perdurou entre os anos de 1722 a 1925. O movimento de bandeiras afastou os índios e motivou a exploração do sertão. Rica em minérios, a região passou por intensa atividade de garimpo, considerado o indutor da colonização na região¹³⁰.

Contudo, nem sempre o Triângulo Mineiro fez parte de Minas Gerais. A região já pertenceu a São Paulo e depois Goiás. Foi através do Alvará de 4 de abril de 1816, que Araxá e Desemboque desagregaram-se da capitania de Goiás e se incorporaram à de Minas Gerais, sob a jurisdição da Comarca de Paracatu do Príncipe. O Triângulo tem início em Araxá e Sacramento em 1840. Como o território passou a pertencer a Minas Gerais, foram feitas algumas entradas e alterações, como a criação de distritos, municípios e comarcas. Ao longo de um século, o crescimento econômico e o intenso povoamento desses dois enormes municípios foram-se desdobrando. A cidade de Uberlândia nasceu com a vocação de cidade moderna, diferente das cidades pertencentes ao ciclo do ouro: a cidade nasceu de forma plana, com praças e avenidas¹³¹.

Mendes afirma que em Minas Gerais a imprensa acompanhava o movimento da população mineira. Em um primeiro momento, esteve concentrada nas regiões mineradoras. Com o fim da exploração aurífera, outras regiões conseguiram destaque e, com isso, uma maior

¹²⁹ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE- 2016). **Divisão Territorial Brasileira 2016**. Disponível em: < <https://ibge.gov.br/>>. Acesso em: 15 jul. 2019.

¹³⁰BACELAR, Winston Kleiber de Almeida. **As pequenas cidades no brasil e no triângulo mineiro**. *Observatório Geográfico da América Latina*. Disponível em:<<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal14/Geografiasocioeconomica/Geografiaagraria/07.pf>>. Acesso em: 16 jun. 2019.

¹³¹ MOURA, Antônio de Paiva. **A vocação mineira do Triângulo**. As Minas Gerais, 2002. Disponível em: <<http://www.asminasgerais.com.br/index.asp?item=CONTEUDO&codConteudoRaiz=93>>. Acesso em: 16 jun. 2019.

migração populacional¹³². Assim, os jornais que, na primeira metade do século XIX vão se concentrar em cidades como Ouro Preto, São João Del Rei, Sabará, Mariana, Serro e Diamantina, no final do século XIX, passaram a se concentrar em regiões como o Triângulo Mineiro, a Zona da Mata e, na nova capital, criada em 1897, Belo Horizonte.

Com atraso em relação a outras regiões mineiras, o primeiro jornal impresso que se tem notícia no Triângulo Mineiro foi “O Parahyba”, criado em 1874, pelo médico francês Henrique Des Genettes¹³³. O periódico era dedicado a interesses comerciais, industriais e fabris de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. Após sua publicação, a região presenciou o surgimento de vários outros periódicos como o “Echo do Sertão”, “O Clarim”, “Gazeta de Uberaba” e mais 52 jornais lançados somente em Uberaba entre os anos de 1874 e 1897¹³⁴.

Traçar um panorama da imprensa republicana no Triângulo Mineiro foi uma tarefa árdua, primeiro pela ocupação tardia do território que dificultou uma formação mais sistematizada do Movimento Republicano. Também temos um problema com o número dos jornais republicanos. Nos poucos trabalhos que se dedicaram à temática, o único jornal republicano citado é “O Povo”¹³⁵. Mesmo assim, o periódico foi lançado em 1890, após a Proclamação da República, o que caracterizaria que a região simplesmente não teve nenhuma movimentação *a priori* favorável à República. Como essa premissa poderia destoar muito do que aconteceu em Minas, em nossa pesquisa, fizemos um levantamento geral dos jornais publicados naquela região durante o período estudado e realizamos uma busca de todos os periódicos que encontramos disponíveis para verificarmos sua inclinação política.

O tempo que é nosso maior limitador em uma pesquisa como esta, dificultou uma análise mais apurada, devido à quantidade de jornais que mereciam ser analisados com mais cautela. Entretanto, chegamos ao número provisório de mais três jornais republicanos: “Tiradentes” (1881), “O Volitivo” (1884) e “A Marcha” (1889). É importante destacarmos que nem sempre os jornais republicanos revelavam sua inclinação política na primeira página; alguns deles vão

¹³² MENDES, Jairo. **O silêncio das Gerais: o nascimento tardio e a lenta consolidação dos jornais mineiros**. Tese de Doutorado defendida no Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Metodista de São Paulo. São Bernardo do Campo: 2006. p. 82

¹³³ RICCIOPPO, Thiago. **Breve História da Imprensa: Os primeiros veículos de imprensa no Brasil, Minas e em Uberaba**. Disponível em: <<http://arquivopublicouberaba.blogspot.com/2017/06/a-superintendencia-do-arquivo-publico.html>>. Acesso em: 16 jun. 2019.

¹³⁴ **JORNAL LAVOURA & COMÉRCIO**, 06 de jul. 1999.

¹³⁵ Jornal “O Povo” da cidade de Uberaba, não entrou em nossa análise, primeiro por ter sua primeira edição no ano de 1890, já com a República proclamada, o que não parte dos objetivos desse trabalho que esquadilha a movimentação em prol da República antes de 1889. Seus redatores aparecem como Campos e Gonçalves e nenhuma informação sobre eles foi encontrada. Com periodicidade semanal defendia a liberdade de imprensa e a importância da manutenção da República. Algumas de suas edições estão disponíveis na Biblioteca Nacional e no site do Arquivo Público Mineiro.

argumentando através dos textos e das edições para convencer os leitores. Geralmente, com publicações exaltando o Tiradentes, o modelo francês e americano de sistema político e, em alguns casos, a libertação dos escravos, ou comemorando as frequentes fugas. Por isso, acreditamos que esse número de jornais republicanos seja provisório. Para fins de nossa análise, chegar a quatro jornais republicanos em uma região com ocupação mais tardia já é suficiente para demonstrar a abrangência que alcançou a propaganda republicana.

A cidade de Uberaba foi palco dos quatro jornais republicanos localizados em nossa pesquisa. O primeiro deles que se tem notícia foi o “Tiradentes”, publicado no dia 21 de abril de 1881, um pequeno periódico dedicado à propaganda republicana em homenagem à memória de Tiradentes, considerado um símbolo para causa. O periódico tinha Dário de Paiva, como proprietário, e Gaspar da Silva desempenhando a função de redator. Publicado pela Typographia do Correio, com 4 páginas e duas colunas. Divulgava poemas, versos, charadas, notícias diversas, notas literárias e notícias ligadas à tão sonhada França. Não é por acaso que sua epígrafe usa o lema da Revolução Francesa.

O jornal utilizava-se da figura de Tiradentes, como se o mineiro vivesse naquela época e estivesse lutando em prol da República, como queria no século XVIII, pois para eles, seria a República a única forma de governo racional e compatível com a dignidade humana. Acreditamos que por estratégia editorial o jornal quase não cita assuntos relacionados ao sistema monárquico, seu objetivo era mostrar alternativas aos leitores de outros países que o sistema republicano foi consolidado. A esperança dos redatores era que em Minas vigorasse um modelo de liberdade semelhante ao implantado na Argentina, um exemplo na América, ao lado dos Estados Unidos. Além do teor político, o jornal possui um viés educativo e publicava sobre diversos assuntos, desde a chegada de hóspedes, obituários, artigos sobre a semelhança da mulher com a imprensa ou matérias relacionadas a ensinar as mães procedimentos após o parto.

É importante destacarmos que a mulher foi objeto da escrita de vários jornais republicanos mineiros inclusive quando o assunto era liberdade. Em um século em que a mulher era subjugada como intelectualmente inferior e tinha seus direitos suprimidos, os republicanos publicaram diversos artigos no esforço de educar, doutrinar ou até mesmo discorrer sobre o lugar da mulher nessa nova sociedade que viria com a República.

Em todos os tempos temos visto a mulher apresenta-se como alvo de divergentes opiniões, e sua susceptibilidade intelectual se revelar como um problema difícil. [...]. Não trataremos aqui da mulher encarada pelo lado da estética, em que afirmamos a sua superioridade incontestável sobre o homem. Nós encaramos aqui a mulher somente pelo lado intelectual, ou mesmo moral. ¹³⁶

¹³⁶ O LÁBARO DO FUTURO. Diamantina, ano I, ed. 8, 23 abr. 1882.

O jornal “O Tiradentes” destaca a mulher e a imprensa como produtoras de “revolta contra o gérmen do mal; ambas têm deveres sagrados a cumprir; ambas trabalham pela grandeza da pátria; ambas marcham para o marco sublime a que as gerações sucessivas anseiam chegar [...] uma, porém, atua diretamente sobre os indivíduos, a outra sobre a humanidade”¹³⁷. Já o jornal “O Volitivo”, publicado na cidade de Uberaba em 1884, destacava a beleza da mulher: “A mulher bonita leva infinita vantagem sobre às outras [...] uma bela mulher, dizia Napoleão agrada aos olhos, uma boa mulher agrada ao coração: uma é uma joia, outra um tesouro.” Acrescenta: “O primeiro merecimento da mulher para com a maior parte dos homens, é serem lindas, o maior prazer das mulheres é ouvirem-no dizer.”¹³⁸ Fica evidente que o lugar da mulher nessa nova sociedade não era algo concreto, apesar da fixação com a liberdade e a igualdade de direitos com o soberania na mão do povo pelos republicanos, essa premissa não incluía de forma plena as mulheres.

É interessante que o artigo sobre a beleza das mulheres foi publicado em um jornal que se considerava crítico e intransigente, favorável a liberdade para todos. Diferente dos demais jornais republicanos que, ou seguiam o nome baseado em alguma referência à cidade de origem, ou algo que fizesse uma ligação direta à República, “O Volitivo”, em seu nome, já criticava o poder de escolha, algo que era restrito em um sistema imperial. O jornal também criticava o processo de independência brasileiro, uma “meia liberdade” que não poderia ser admitida pelos republicanos. Com enormes dificuldades financeiras relatadas ao longo das edições, O jornal “O Volitivo” não durou muito depois do fim da Sociedade Dramática Abolicionista da qual fazia parte e defendia a causa abolicionista. Localizamos seu último exemplar em 1885, n. 61 do dia 27 de setembro:

O Volitivo desaparece hoje da arena, mas cede-a ao Tiradentes, jornal republicano que, em sua continuação, publicar-se-á em novembro próxima. [...] Constituindo-se a forma federativa para uma das políticas militantes, afiançamos que, um ou outro dia, nós teremos a nossa victoria.¹³⁹

Em sua despedida, o jornal expressa uma esperança: “Oxalá que o nosso jornal inspire a fundação de um prêmio democrático! Constituindo-se a forma federativa para uma das políticas militantes, afiançamos que, um ou outro dia, nós teremos a nossa victoria”. Para os redatores foi a oposição, que dificultou o sucesso do jornal. Declara que seu adeus é uma

¹³⁷ **O TIRADENTES**. Uberaba, ano I, ed. 23, 10 nov. 1881.

¹³⁸ **O VOLITIVO**. Uberaba, ano II, ed. 9, 28 set. 1884.

¹³⁹ **O VOLITIVO**. Uberaba, ano II, ed. 61, 27 set. 1885.

renascença e que irá continuar auxiliando nas atividades do jornal Tiradentes. Afirma também já visualizar a chegada do partido republicano na região. Seu adeus termina como uma esperança de uma república e de um país livre.

O último jornal republicano localizado antes da Proclamação da República no Triângulo Mineiro foi “A Marcha”, lançado no dia 11 de agosto de 1889, na cidade de Uberaba. O jornal se declarava como um órgão voltado a espalhar e defender a causa republicana. Com periodicidade semanal, publicava aos domingos e recusava publicações consideradas sem importância para o jornal ou que não estavam de acordo com a lei. Sua assinatura semestral era de 4\$000 anual, 6\$000 réis, com pagamento adiantado.

Seus principais redatores eram os médicos: José de Oliveira Ferreira e Manoel Raymundo Mello Menezes, os quais defendiam, que o sistema monárquico estava falido e iria acabar. Para os redatores a República seria um sistema onde todos seriam iguais e votariam como cidadãos, é claro que o jornal não descreve quem seria esse “todos”. Com palavras de progresso e liberdade o jornal descrevia a luta de continuar a propaganda na região e desejava sorte a mocidade “temos fé no futuro, temos fé nessa mocidade que vem vindo, temos fé nos velhos de caráter sincero, temos fé que o nosso Brazil ha-de chegar a altura a que Deus o destinou, de chamar-se [...] Republica Brasileira.”¹⁴⁰ Em sua última edição no dia 22 de setembro de 1889, os redatores mostram estarem desacreditado que o sistema republicano iria ser implantado em curto prazo, fato que demonstra que a República chegou de surpresa em várias regiões de Minas.

2.5 Zona da Mata

Falar da Zona da Mata Mineira sem proferir a relação sobre a expansão da cafeicultura é uma tarefa quase impossível. Existe uma ligação direta entre a expansão da cafeicultura em direção a Minas Gerais e o processo histórico de formação e identidade regional da Zona da Mata mineira no correr do século XIX. Entretanto, não partimos da premissa de que a Zona da Mata tenha seu início somente nesse período. Desde a primeira metade do setecentos, a região não foi somente um vazio devastado. Como destaca Lamas, já em 1708 podemos detectar os

¹⁴⁰ A MARCHA. Uberaba, ano I, ed. 7, 22 set. 1889.

primórdios de um processo de colonização e povoamento que abriu espaços e gerou condições materiais para sua estruturação século XIX¹⁴¹.

A região da Mata recebe esse nome devido às matas virgens que estiveram por anos proibidas de serem atravessadas e ocupadas. No entanto, essa realidade alterou-se com a formação de novos povoados que foram surgindo às margens do Caminho Novo. O efetivo povoamento é datado no início do século XIX. Foi com a decadência da produção aurífera que vários exploradores e suas famílias se deslocaram das vilas mineradoras para a Zona da Mata. Blasenheim afirma que foi a partir de 1870 que a população cresceu consideravelmente, tendo surgido uma identidade regional distinta, baseada na economia do café. Segundo o autor, foi entre os anos de 1870 e 1889, que a região desenvolveu uma identidade baseada no conflito entre interesses econômicos e lealdades políticas. Assim, o café teria atraído a Mata para a zona cafeeira do Centro-Sul do Brasil, ao mesmo tempo que a região também foi atraída para Ouro Preto, pelas decisões políticas que a colocou dentro de Minas e pelos laços emocionais dos fazendeiros com seus antepassados, que tinham migrado de outras regiões da província¹⁴².

Foi no meio dessa formação com laços de pertencimento, migração para novas áreas e a influência cafeeira, que a imprensa no interior de Minas floresceu. Como afirma Wirth “... a imprensa foi um pilar para a política, comércio e cultura no centro de gravidade do estado, a nível local¹⁴³.” Foi justamente isso que percebemos na imprensa da Zona da Mata, principalmente nas cidades de Juiz de Fora, considerada a capital regional, e Leopoldina, definida como um dos municípios cafeeiros “mais típico” por vários historiadores¹⁴⁴.

Juiz de Fora surgiu através do povoado do Santo Antônio do Paraibuna, transformando-se mais tarde num entreposto comercial de grande parte do café da Zona da Mata Mineira. Foi sua proximidade com o Rio de Janeiro que favoreceu o dinamismo cultural na cidade. Devido ao seu ar cosmopolita, recebeu uma série de títulos como “Princesa de Minas” e “Manchester Mineira”¹⁴⁵. O desenvolvimento na cidade na indústria, no comércio e na infraestrutura urbana refletiu no número de jornais, teatros, escolas e instituições culturais. Com uma intensa gama

¹⁴¹LAMAS, Fernando Gaudereto. **Povoamento e colonização da Zona da Mata Mineira no século XVIII**. Disponível em: <<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao08/materia01/texto01.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2019.

¹⁴² BLASENHEIM, Peter. **Uma história regional: a Zona da Mata Mineira (1870-1906)**. *As minas gerais*. 1982. Disponível em: <<http://www.asminasgerais.com.br/zona%20da%20mata/univlrcidades/hist%C3%B3ria/textos/texto4.htm>>. Acesso em: 25 ago. 2019.

¹⁴³ WIRTH, John. **O fiel da balança. Minas Gerais na Federação Brasileira 1889-1937**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975, p.131.

¹⁴⁴ BLASENHEIM, op. cit. p. 1.

¹⁴⁵ Ver: CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. **A fotografia através dos anúncios de jornais**. In: CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. *LOCUS - Revista de História*. Volume 6, número 01. Juiz de Fora: Núcleo de História Regional, UFJF, 2000. Pp 128.

de jornais, localizamos, ao longo de nossa pesquisa, seis jornais declarados republicanos: “O Pharol”, “Echo do Povo”, “Minas Livre”, “A Propaganda”, “O democrático” e “A Regeneração”. Destes, iremos analisar os três primeiros periódicos, sobre os quais encontramos informações mais precisas que se enquadram em nossa pesquisa.

Leopoldina teve sua emancipação política derivada do município de Mar de Espanha, em 1854. Antes disso, a localidade era um distrito denominado São Sebastião do Feijão Cru. Seu nome é uma homenagem à princesa Leopoldina de Bragança e Bourbon, filha do Imperador D. Pedro II. Com o café, a cidade passou a receber vários imigrantes europeus para o trabalho na lavoura e chegou a apresentar a segunda maior população de escravos da província, atrás apenas de Juiz de Fora¹⁴⁶. A história da imprensa na cidade começou, em 1879, com o jornal “O Leopoldinense”. Machado e Cantoni, em um levantamento da imprensa leopoldinense, constaram que o município contou com diversas publicações no final do século XIX, vinte e um títulos lançados, além de um Almanaque¹⁴⁷. Já o movimento republicano contou com a publicação de três periódicos: “O Povo” (distrito de Campo Limpo), “Irradiação” e a “Ideia Nova”.

Com uma gama de estudos a seu respeito, a história do jornal “Pharol” está entrelaçada com a própria história de Juiz de Fora. Fundando em 1866, por Thomaz Camaron na cidade de Paraíba do Sul, e transferido no ano posterior para Juiz de Fora, manteve suas publicações até o ano de 1939. Um periódico de grande relevância dentro do contexto histórico da Zona da Mata que passou por diversas orientações ideológicas ao longo de suas publicações.

Ao longo de seus 73 anos de existência, o periódico passou por vários proprietários. Em 1873, seu proprietário, Tomaz Cameron, antes de se mudar para Petrópolis, vendeu o jornal a Leopodo Augusto de Miranda. No ano seguinte, o jornal deixou de ser um semanário e passou a ter duas edições por semana. Nessa época, tinha como chefe de redação Georges Charles Dupin, o qual se tornou proprietário, em janeiro de 1875. Em 1885, Dupin conseguiu tornar o jornal diário, mas, naquele mesmo ano, por motivos de saúde, ele vendeu o jornal para Lindolfo de Assis, que já era seu redator, e ficou na frente das atividades do jornal até o ano de 1888. A partir desse momento, o jornal passou a ser propriedade de uma associação, e fundiu-se com o jornal “Diário de Minas”, em 1889. Em 1891, o periódico foi incorporado por Alfredo Ferreira

¹⁴⁶ MENEGHITE, João Gabriel Baia. **História do Município de Leopoldina**. Leopoldinense. Disponível em: < <https://leopoldinense.com.br/noticia/15436/historia-do-municipio-de-leopoldina> >. Acesso em: 02 out. 2019.

¹⁴⁷ MACHADO, Luja; CANTONI, Nilza. **Trem de História: Imprensa em Leopoldina**. *Leopoldina – História e Memória*. 2016. Disponível em: < <https://cantoni.pro.br/estudos-sobre-a-historia-de-leopoldina-mg/trem-de-historia/> >. Acesso em 28 ago. 2019.

Lage, passando a ser propriedade de uma Sociedade Anônima, e continuou a trocar de redatores e dono, até o ao de sua extinção, em 1889¹⁴⁸.

Suas publicações eram bem diversificadas e tratavam de diversos assuntos, como os problemas da cidade, o cotidiano, denunciando os roubos, as brigas, a falta de policiais, anunciava os carnavais, festas, os acidentes que ocorriam no centro urbano, comunicava a chegada de pessoas ilustres ao município, e outros temas que envolviam o dia a dia da municipalidade. Sua orientação para a causa republicana teve início em 1871, quando começa a surgir críticas ao sistema vigente. Em um dos artigos publicados no jornal intitulado “Falha do Trono”, relata a viagem de um homem a Europa, que foi buscar tratamento para um problema de saúde de seu neto. No decorrer de seis anos o homem começou a observar as falhas do tona brasileiro e fez algumas considerações que deveriam ser mudadas, uma delas, foi em relação aos países da América que possuíam um sistema republicano, mantinham uma melhor relação diplomática com a Europa, como o caso do Chile. Outra crítica deferida ao longo do capítulo foi sobre a saúde no império ineficiente e insatisfatória, que acarretava aos brasileiros buscarem ajuda em países republicanos. Além do flagelo da seca que assolava várias províncias e o Imperador se mostrou incapaz de resolver, o autor descreve que o principal erro do Império seria a autonomia inexistente nas províncias, que acarretaria em um único fim:

Reconhecida a necessidade de substituir o systema eleitoral vigente pela eleição direta, cumpre que a decreteis mediante reforma constitucional, afim de que o concurso de cidadãos devidamente habilitados a exercer tão importante direito contribua eficazmente para a realidade do sistema representativo.¹⁴⁹

Como “O Pharol” procurava seguir o ar de progresso e evolução da cidade, exaltava constantemente as estradas de ferro e tratava Juiz de Fora como um dos principais municípios do Império. Nesse quesito, a autonomia tanto da província em relação ao Império, como da cidade em relação a província era constantemente enfocada. O jornal não descrevia seu apoio de forma aberta ao sistema republicano, se descrevia como imparcial, mas almejava um novo sistema que trouxesse progresso a cidade de juiz de fora. Com a Proclamação da República, o jornal destaca que a notícia foi bem recebida na cidade, apesar de ser uma grande surpresa para todos. Segundo o jornal, houve festas pelas ruas, foguetes e um grande público entoou o hino Marselhesa na praça¹⁵⁰.

¹⁴⁸ GOODWIN, James William Junior. **A luz do progresso em Juiz de Fora: o jornal Pharol nas décadas de 1870-1880**. Varia História, Belo Horizonte, n.17, Mar/97, p.195-218.

¹⁴⁹ O PHAROL, Juiz de Fora, ano XII, ed. 99, 19 dez. 1878. p. 1.

¹⁵⁰ O PHAROL, Juiz de Fora, ano XXII, ed. 268, 16 nov. 1889. p. 1.

Em relação a abolição, o jornal não era tão enfático. Uma de suas colunas anunciava a fuga de escravos, em edições ocupando quase uma página inteira do jornal. A defesa pela libertação dos escravos só ocorre depois do fato já consumado. O jornal destacava o grande avanço que o país havia dado “Nova Era, está resolvido, finalmente, o magno problema que durante muito tempo preocupou os espíritos de todos os brasileiros antolhando-se lhes como fortíssimo obstáculo ao progresso nacional. Deixou de existir a escravidão no Brazil!”¹⁵¹. Os redatores ainda destacavam que sem o auxílio do movimento abolicionista e o grande papel prestado pela imprensa que lutou pela causa, tal progresso seria impossível. Fato interessante, é que o próprio jornal quase não mencionou a escravidão ao longo de sua existência, sua postura mudou as vésperas da abolição ainda de forma tímida.

Na cidade de Juiz de Fora surgiu em 1880, como redação de Hermes da Fonseca, mais um jornal republicano e que também não defendia de forma aberta o abolicionismo. Pelo menos, não defendia pelo mesmo motivo dos intrigantes do movimento republicano.

[...] A magna questão da abolição da escravatura preocupa seriamente os partidos da nação, medidas sobre medidas, igual dellas a mais extemporânea, são propostas no parlamento quase quotidianamente. Não somos escravagistas, reconhecemos que assim como as nações europas e da América do Norte têm marchado a passos agigantados na senda do progresso, sem o braço do escravo, assim também o Brazil poderia acompanhar-las. Somos adeptos do serviço livre.¹⁵²

O jornal não se mostra aberto ao fim da escravidão por uma postura moral ou em defesa da liberdade e ainda critica os abolicionistas que “empenham todo o poder de suas forças para um verdadeiro golpe fatal nesse sentido, procuram precipitar os acontecimentos.”¹⁵³ A defesa do jornal pela libertação dos escravos, parte do princípio que o trabalho livre daria mais lucro, como tem sido feito nos países mais evoluído e desenvolvidos.

O jornal possuía uma forte ligação com “O Pharol” e segue o mesmo modelo de suas publicações. Com isso, realizava diversos elogios ao jornal, seguia a mesma influência, com publicações sobre os países europeus, principalmente os republicanos e um discurso voltado para o avanço e o progresso. Seu redator discorria que o essencial em um novo sistema político era a liberdade de imprensa, em um século “que o vapor, a eletricidade e os descobrimentos scientificos derrocaram os frágeis castelos dos pessimistas retrógados, e à luz da civilização e do progresso descortinam os vastos horizontes do futuro”¹⁵⁴. A missão do “Echo do povo” nas

¹⁵¹ **O PHAROL**, Juiz de Fora, ano XII, ed. 11, 15 maio 1878. p. 1.

¹⁵² **ECHO DO POVO**. Juiz de Fora, ano I, ed. 20, 14 set. 1882. p.1. BN.

¹⁵³ **ECHO DO POVO**. Juiz de Fora, ano I, ed. 20, 14 set. 1882. p.1. BN.

¹⁵⁴ **ECHO DO POVO**. Juiz de Fora, ano I, ed. 20, 14 set. 1882. p.1. BN.

palavras do redator era a defesa de uma “causa santa e grandiosa, a comunhão dos sentimentos democráticos de um povo e de uma localidade, de uma província e de um paiz”¹⁵⁵.

No Álbum de Juiz de Fora, organizado em 1915, por Albino Esteves, o jornal “Echo do Povo” aparece como o primeiro órgão verdadeiramente republicano da cidade¹⁵⁶. Em sua 12ª edição de 1882, o editorial do jornal mostra preocupação em afirmar-se como imparcial: “Em o nosso artigo-programa de 11 de julho, dissemos que manteríamos absoluta neutralidade nas questões políticas e apreciaríamos severa e imparcialmente os atos governamentais¹⁵⁷”. Porém, ao longo das publicações, vimos que esse tom de neutralidade foi devido às críticas dos assinantes e à tentativa de sobrevivência do jornal, que continuou suas críticas à monarquia.

A Zona da Mata ainda contou com a publicação de mais dois jornais republicanos. O primeiro deles da cidade de Leopoldina denominado “Irradiação”, teve sua primeira publicação no dia 25 de fevereiro 1888, e sabe-se que ele sobreviveu até 1890. Esse jornal era propriedade de Theophilo Filhas e, como redator principal, aparecia o nome de Theophilo Ribeiro. O jornal defendia os princípios republicanos de forma energética. Em todas as suas edições que foram preservadas, encontramos notícias do partido e da ação do movimento em outros lugares. Como os demais periódicos, a folha possuía quatro páginas e, além de advogar por seus princípios, aceitava contribuições literárias de diversos colaboradores. O interesse do jornal estava nas notícias relacionadas à literatura e à ciência, como já indicava em seu expediente e uma forte crítica ao sistema monárquico.

Não há monarchia constitucional. Monarchia e constituição são duas coisas que se rebelam: a monarchia é a vontade do rei, e uma constituição é a vontade do povo. [...] assim toda a monarchia é inconstitucional. Toda a monarchia é absoluta, desde que seja hereditária. [...] não há monarchia representativa, por que monarchia não se pode representar pelos seus deputados¹⁵⁸.

Os redatores destacam que o sistema ideal para Brasil seria aquele em que todos tivessem mais espaço político, que houvesse votação e com maior autonomia provincial. Ao contrário do que a história mostrava do Brasil, principalmente após o poder moderador que deu a D. Pedro o poder de “faz tudo” até mesmo contestar a autoridade do próprio papa “é muito humilhante para um país, muito indigno e sobretudo muito estúpido, haver um homem que faça tanta coisa, sendo sagrado, inviolável”. O jornal seguia suas colunas com a crítica ao poder moderador e anúncio sobre as ações do partido republicano e dos clubes tanto na região como em outras áreas de minas. É interessante observarmos o diálogo que existia entre o jornal com

¹⁵⁵ **ECHO DO POVO**. Juiz de Fora, ano I, ed. 01, 11 jun. 1882. p.1. BN.

¹⁵⁶ PROCÓPIO FILHO, José. *Salvo Erro ou Omissão – Gente Juizforana*. Juiz de Fora: Estevão, 1979.

¹⁵⁷ **ECHO DO POVO**. Juiz de Fora, ano I, ed. 12, 17 ago. 1882. p.1. BN.

¹⁵⁸ **IRRADIAÇÃO**. Leopoldina. Ano I. ed. 39. 14 nov. 1888. p. 1.

os periódicos de outras regiões da província e até mesmo do Rio de Janeiro com publicações e colaborações, sempre procurando incentivar ao público apoiar a causa republicana. Em uma de suas colunas intitulada “adesão”, o jornal passou a parabenizar o surgimento de novos republicanos com nomes e festejos pela cidade¹⁵⁹.

O último jornal de cunho republicano que temos notícia na Zona da Mata mineira antes da Proclamação da República, foi “O Povo” da cidade de Campo Limpo, distrito de Leopoldina, publicado em 1885. Pertencente ao proprietário Bento Xavier, era um semanário com publicação aos domingos com assinatura de 10\$000 por ano, recusava publicações contra a vida privada e religião e também era avesso a “artigos incendiários contra o abolicionismo”¹⁶⁰. Fato curioso, quando o jornal enumera alguns assuntos em pauta na época para não publicar, além de não tecer críticas direta ao sistema monárquico, se declara como um jornal voltado ao interesse da lavoura e do comércio, suas críticas são bem sutis relacionadas a insatisfação do imperador em atender as demandas dessa área. Entretanto, quando analisamos os artigos dos jornais publicados em outros periódicos como “O Povo” e “Minas Livre”, percebemos um árduo defensor da república e da abolição da escravatura. Tal fato nos leva a crer que devido as dificuldades financeiras do jornal e a necessidade de atrair leitores, o redator optou por não aguçar tais debates no periódico. “O Povo” possui cunho educativo em suas publicações, com uma coluna denominada “instrução pública” apresentou vários artigos com o objetivo de informar a população dos mais diversos assuntos, como os resultados da loteria, obras na estação ferroviária, sobre a política local, como a exoneração de empregados ou de cunho moral como o comportamento dos fazendeiros, com destaque para os assuntos que trouxessem um ar de progresso para a cidade.

Os dados levantados nos levam a esquadrihar como se deu a propaganda republicana na região da Mata, um projeto apoiado por um grupo de homens ligados a ideia de progresso e potencialidades de Juiz de Fora e da Mata mineira. Homens que pertenciam a famílias que possuíam grande influência local, como é o caso de Theophilo Domingues Alves Ribeiro, e até mesmo em nível nacional, como a família de Fonseca Hermes. As publicações dos jornais não eram homogêneas; enquanto “O Povo” apresentava uma escrita mais energética e agressiva em suas críticas, queria a República através de uma revolução. Os demais propagandistas eram mais contidos, utilizavam de mecanismos do sistema político para reivindicarem suas pautas. Antes da Proclamação da República, somente Fonseca Hermes ocupou cargo político, e três

¹⁵⁹ **IRRADIAÇÃO**. Leopoldina. Ano II. ed. 74.24 jul. 1889./ **IRRADIAÇÃO**. Leopoldina. Ano II. ed. 62. 21 abr. 1889/ **IRRADIAÇÃO**. Leopoldina. Ano II. ed. 70. 26 jun. 1889.

¹⁶⁰ **O POVO**. Campo Limpo. Ano I, ed. 7. 20 dez.1885.

dos propagandistas eram filiados ao Partido Liberal, em exceção de Theophilo Ribeiro. Outro ponto de convergência entre os propagandistas que atuavam na região da Mata foi em relação à abolição da escravatura, não era um consenso. Estevão de Oliveira foi o único a se declarar abertamente abolicionista, e mesmo assim, no jornal “O Povo”, que foi publicado na região, evitava publicações explícitas à defesa da libertação dos escravos. Em outros jornais, como “A Propaganda”, publicado no Sul da província, sob a redação também de Estevão de Oliveira, as críticas à escravidão já aparecem de forma mais energética. Estevão, como passou na redação de vários jornais no período, com o discurso mais brando que tomou em suas publicações na Zona da Mata, nos leva a crer que a região não aceitava muito bem a libertação dos escravos. O autor pode ter abrandado seu discurso em relação à escravidão para ser aceito na região e convencer sobre a causa República.

2.6 A Região Central

Foi com a exploração das expedições bandeirantes paulistas que se dirigiram ao interior do Brasil no século XVI, em busca de metais e pedras preciosas, que os primeiros povoados começaram a surgir, com grandes concentrações nas regiões de montanhas, onde ocorreram as descobertas de minérios¹⁶¹. Sobrinho afirma que, desde o início da ocupação da colônia, a finalidade de extrair riquezas não existentes na Europa levou os portugueses a darem uma maior importância maior aos produtos a serem exportados do que àqueles a serem por eles consumidos. Assim, com a cana de açúcar e os investimentos que eram precisos, a mão de obra unida com o crescimento populacional e a expansão territorial, se viu cada vez mais a necessidade de produzir e de adaptar-se a essas novas áreas¹⁶². Para o caso de Minas, a efetiva ocupação do território se deu somente em fins do século XVII, e intensificou ainda mais em 1693, um grande volume de pedras preciosas foi encontrado onde hoje está a capital do estado, Belo Horizonte.

Segundo Mafalda Zemella, a entrada para o sertão dos bandeirantes, a partir de 1674, foi fundamental para a descoberta de ouro e a ocupação da região, já que, nesse momento, o caminho para as minas passou a ser aberto, criando-se, assim, as primeiras roças, que seriam

¹⁶¹GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **HISTÓRIA**. Disponível em: <<https://www.mg.gov.br/conhecaminas/historia#targetText=Hist%C3%B3ria,de%20ouro%20e%20pedras%20preciosas>>. Acesso em: 15 set. 2019.

¹⁶²SOBRINHO, Juliano Custó. **Ao sul da capitania das Minas: formação da Freguesia de Itajubá**. 2010. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/virtu/files/2010/05/artigo-3a4.pdf>>. Acesso em: 05 set. 2019.

fundamentais para servirem de suporte às interiorizações¹⁶³. Em pouco tempo, a região das Minas viu nascer povoados e a migração de muitas pessoas para esses locais, em busca de riquezas. Isso não afastou conflitos, como a Guerra dos Emboabas e posteriormente a Inconfidência Mineira.

Com a separação de Minas de São Paulo, em 1720, Vila Rica, atual Ouro Preto, foi escolhida para capital da nova capitania de Minas Gerais. Originária do arraial do Padre Faria, fundado por volta de 1698, tornou-se sede do conselho e foi elevada à categoria de vila em 1711. Perdeu seu posto somente em 1897, quando a sede do governo foi transferida para Belo Horizonte, pela necessidade de criar alternativas viáveis para o desenvolvimento físico e urbano de uma capital¹⁶⁴. Se o povoamento e as modificações de Minas Gerais se deram pelo ouro, seja por sua abundância ou escassez, a premissa é verdadeira, Minas Gerais não foi só ouro e não sobreviveu só de mineração. Alcir Lenharo, em “As tropas da moderação”, investigou a questão do abastecimento interno na província, elucidando a importância do comércio, da expansão do setor cafeeiro, ressaltando a atuação fundamental desses proprietários em influenciar e negociar, tanto no âmbito local como no governo central¹⁶⁵.

A província mineira foi palco privilegiado de intensas movimentações políticas antes mesmo do advento da República, e seus habitantes, aqueles que sabiam ler ou ouviam através da leitura e voz alta nas praças das vilas e cidades, testemunharam um verdadeiro embate nas políticas na segunda metade do século XIX. A propaganda republicana não teve seus resultados mais satisfatórios na região central, principalmente em sua capital, Ouro Preto, como destaca Antônio de Paiva Moura. Nessa região, concentravam-se muitas forças conservadoras, manifestando-se através de jornais, como: “O Conservador Mineiro”, “O Constitucional”, “O Noticiador de Minas” e “A Província de Minas”, o que dificultou em um primeiro momento a propagação do ideal republicano¹⁶⁶. Ainda assim, localizamos alguns jornais republicanos que foram publicados na região, o mais importante deles intitulado “O Movimento”. O periódico foi órgão oficial do Partido Republicano Mineiro, criado um ano antes da Proclamação da República. A região central também contou com outros jornais que advogavam em favor da

¹⁶³ ZEMELLA, Mafalda. **O abastecimento da Capitania das Minas Gerais no século XVIII**. São Paulo: USP/Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1951.

¹⁶⁴ PREFEITURA DE OURO PRETO. **História**. Disponível em: <<https://ouropreto.mg.gov.br/historia>>. Acesso em: 05 set. 2019.

¹⁶⁵ LENHARO, Alcir. **As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil (1808-1842)**. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, ed. 2, v. 25, 1993.

¹⁶⁶ MOURA, Antônio de Paiva. **O Movimento Republicano em Minas Gerais**. *As Minas Gerais*. Belo Horizonte: 14 nov. 1998. Disponível em: <<http://www.asminasgerais.com.br/?item=ALBUM&codAlbum=126>>. Acesso em: 05 set. 2019.

República, como: “O Tiradentes” (1888)¹⁶⁷, “O povo” (1888)¹⁶⁸, “O Contemporâneo” (1889), “O Estado de Minas Gerais” (1891), “O Itacolomy” (1899)¹⁶⁹.

O jornal “O Movimento” foi publicado no dia 23 de janeiro de 1889, com a finalidade de ser o órgão oficial do Partido Republicano. Com periodicidade semanal até dezembro de 1890 e publicações diárias entre 1891 e 1892. Seu redator-chefe foi João Pinheiro da Silva e Antônio Olinto dos Santos Pires, até maio de 1890. Em 1890, Edmundo Lins, assumiu a redação do jornal, saindo em 1892, quando Jorge Pinto e Artur Vieira de Rezende assumiram o cargo. Os principais colaboradores do jornal foram: Francisco Amedée Peret, Rodrigo Bretas de Andrade, padre Joaquim Camilo de Brito e Aristides Maia.

“O Movimento” era impresso na capital da província, além de circular por várias cidades do interior. O veículo foi fundado às vésperas da instituição da República, tal como o partido político de cujas ideias era a expressão. Entre os jornais conhecidos, era o que possuía a maior tiragem: cinco mil cópias, conforme foi divulgado em sua décima quarta edição, em 21 de abril de 1889¹⁷⁰. Segundo Viscardi, o jornal funcionava como um instrumento de agregação dos republicanos mineiros e expressava o conjunto de uma cultura política republicana, “na medida

¹⁶⁷ O jornal “O Tiradentes” não fez parte de nossa análise neste capítulo, por possuir somente um exemplar, disponível no site da Hemeroteca digital, de uma edição comemorativa do dia 21 de abril de 1888, relacionado à figura do inconfidente Joaquim José da Silva Xavier, considerado pelo jornal “o primeiro mártir da liberdade brasileira”. Nessa edição não temos nenhum redator, editor ou proprietário responsável, os colaboradores que publicaram são nomes conhecidos do movimento republicano mineiro, como: João Pinheiro, Luiz Silva, Joaquim Francisco de Paula, Nisio Macedo, Grey Tavares, A. Olinto, Luiz Moreira Ramos, Aurélio Pires, J. Sá e Silva, Carlos Lindeberg, Josafá Belo, Francisco Barcelos, Luiz Ferraz, L. Jobim, Alcides Medrado, Zoroastro Pires, Pedro Luiz Pereira de Souza. Outra dificuldade na análise é a quantidade de folha que se intitulam “Tiradentes” em diferentes regiões de Minas. Ao todo, além dessa edição especial de Ouro Preto, encontramos três títulos que se confundem ao longo de alguns trabalhos que analisaram tais jornais: O primeiro deles já falamos nesse trabalho: “O Tiradentes” da cidade de Uberaba sob direção de Dário de Paiva. O segundo recebe o nome de “Folha de Tiradentes”, de 1891, sem autoria ou cidade definida. Outro encontra-se na lista da Hemeroteca Digital, Ribeiro (1997), com início em 1879, sobre os redatores Ernesto de Lacerda e Biot de Azeredo Coutinho, porém, sem localidade definida; também não localizamos nenhum exemplar desse jornal.

¹⁶⁸ Assim como o jornal “O Povo”, aconteceu algo bem parecido com o jornal “O Tiradentes”, devido às variadas folhas que receberam o mesmo nome. Fica difícil identificar a região e os redatores, uma vez que a prática dessas propagandistas mudarem se cidades ou fundarem folhas com o mesmo nome era algo comum. Identificamos em nossa pesquisa alguns exemplares com o mesmo nome. Os dois primeiros deles foram analisados nesse trabalho: trata-se do jornal “O Povo de Campo Limpo de 1885 e “O Povo” de Uberaba de 1890. Já no caso de “O Povo” de 1888, da cidade de Cataguases, os jornais não estão legíveis, tendo várias partes do jornal sofrido com a ação inexorável do tempo, o que dificulta a leitura e a identificação do redator. Também identificamos outras aparições esporádicas que encontramos tanto no acervo da Hemeroteca Nacional, como do Arquivo Público mineiro, que decidimos não incluir em nossa análise, pelas escassas informações como cidade de publicação ou o nome dos editores.

¹⁶⁹ Os jornais o “Estado de Minas Geraes” e o “Itacolomy” não receberam um tópico em nossa análise, pois são periódicos que tiveram suas publicações após a Proclamação da República, o que ultrapassa os objetivos desse trabalho.

¹⁷⁰ **O MOVIMENTO**. Ouro Preto. Ano I, ed. 14. 21 abr. 1889. APM.

em que recebia a contribuição de articulistas de todo o País, envolvidos com a propaganda do novo regime”¹⁷¹.

Como órgão oficial do partido o jornal dedicou suas edições a anunciar o avanço da causa republicana na província e suas ações. Seu objetivo era “dedicar principalmente no serviço desse partido, à divulgação de seus princípios, à propaganda de suas ideias, [...] à demonstração de sua superioridade teórica, e oportunidade prática, à publicação de seus atos oficiais, como partido organizado que é”¹⁷². Em suas últimas folhas, anunciava notícias diversas da província, como os trabalhos nas estradas de ferro; as viagens de republicanos a província; as eleições em Minas; notícias sobre o avanço do republicanismo em outras províncias e os seus respectivos boletins republicanos como em São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Anúncios do banco provincial da loteria e a publicação cartas de apoiadores da república de outros jornais da província.

Muito embora o jornal fosse uma espécie de porta voz do partido, é bem significativo certos silêncios ao longo das edições. Primeiro, o periódico faz uma crítica bem mais suave as instituições monárquicas, não cita D. Pedro II, Conde d’Eu ou desmoraliza o regime como muitos jornais republicanos, suas críticas dizem mais aos partidos do império: “E o que temos são os velhos chefes viciados dos partidos monarchicos, egoístas e corruptos, embotados na atmosfera palaciana longamente respirada”¹⁷³. A estratégia do periódico parece perpassar pela questão das eleições provinciais, com anúncios dos candidatos provinciais por distrito, orientado a importância de representantes adeptos a causa para o progresso do partido. Outra ausência é em relação a abolição, como um fato consumado no Império desde 1888, o jornal não realiza nenhum comentário, sua preocupação foi em relação ao destino dos milhares de libertos, bem como com a situação econômica dos fazendeiros, que daquela mão de obra dependiam. Em relação à laicização, não se posicionou, assunto que não era consenso entre os republicanos.

“O Movimento” apresentou em suas páginas à República como o destino certo para a nação. Em suas primeiras edições expos aos seus leitores as ações empreendidas pelo movimento desde 1870: “E os resultados obtidos foram os manifestos coletivos, as adesões individuais, os partidos locais que se arregimentaram, de modo a ser ouvir hoje um brunido de esperança e felicidade”¹⁷⁴. Os redatores lembram que até pouco tempo os republicanos eram

¹⁷¹ VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **Federalismo e cidadania na imprensa republicana (1870-1889)**. Tempo, 2011. p. 152 Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/tem/v18n32/v18n32a07.pdf>>. Acesso em: 02 out. 2019.

¹⁷² **O MOVIMENTO**. Ouro Preto. Ano I, n. 1, 23 jan. 1889.

¹⁷³ **O MOVIMENTO**. Ouro Preto. Ano I, n. 9, 17 mar. 1889.

¹⁷⁴ **O MOVIMENTO**. Ouro Preto. Ano I, n. 2, 30 jan. 1889.

vistos como utopistas “uns visionários, que vivíamos a sonhar”, mas agora tem condições de serem tomados como um prenúncio aos partidos da oposição. As estratégias e linha de ação do partido além da eleição dos republicanos era convencer os ainda indecisos “aos que atualmente, vem a situação política sem plena luz e misturada nas sombras”. O objetivo do jornal era convencer essas pessoas do bem da República, uma república “que não é ódio, mas amor, não é ambições, mas sacrifícios, não é imposições, mas submissões honrosas, não é despeito de vaidades, mas o altar das dedicações, não é a escada do egoísmo, mas o culto do bem público, símbolo da augusta religião da pátria que é a nossa religião política”¹⁷⁵. Essa república viria a se concretizar nos moldes da República francesa, com alusões a Marselhesa e comemoração do dia 14 de julho, que segundo o jornal, era a data dos primórdios da revolução que iria ocorrer no Brasil.

Apesar dos esforços presentes no jornal de caracterizar o Partido Republicano como competitivo no sistema monárquico e do angariar adeptos à causa republicana, a Proclamação da República foi anunciada com surpresa pelo jornal. “O mundo assombrado contempla agora o espetáculo estranho de uma profunda revolução, operada sem sangue”¹⁷⁶. No artigo intitulado “Novos horizontes” o jornal deixa claro, que independente dos acontecimentos do futuro “a república, não será sustentada pelo interesse, mas sei-e-há pelas convicções”¹⁷⁷. Pelo menos esse enunciado parece ser a esperança desses homens que assistiram atordoados o sistema que tanto almejavam, chegar depois de 19 anos de forma inesperada. As edições posteriores ao dia 15 de novembro são uma tentativa de sistematizar os novos horizontes, as novas linhas de ação e o futuro dos republicanos agora em um sistema republicano.

A região central de Minas contou com a publicação de mais um jornal de cunho republicano antes da Proclamação da República, O jornal “O Contemporâneo”. Teve duas tiragens em cidades diferentes, mas ambas pertencentes à região central do estado. A primeira delas foi publicada em 1885, do proprietário Tibério Mineiro. Posteriormente, uma outra edição comemorativa do 94º aniversário da morte de Tiradentes foi publicada no dia 21 de abril de 1886, e contou com os colaboradores Artur dos Santos Mourão, João Costa, Carlos Rocha, Artur Guimarães, Aurélio Pires, Zoroastro Pires, Josefino Sá, Antônio Arnaldo de Oliveira Sobrinho e Lucas de Barros. A segunda tiragem aparece na cidade de Sabará, de setembro de 1889 até o ano de 1893. Os redatores responsáveis eram Arthur Lobo e depois por Luís Cassiano

¹⁷⁵ **O MOVIMENTO**. Ouro Preto. Ano I, n. 20, 01 jun. 1889.

¹⁷⁶ **O MOVIMENTO**. Ouro Preto. Ano I, n. 42, 23 nov. 1889.

¹⁷⁷ **O MOVIMENTO**. Ouro Preto. Ano I, n. 45, 11 dez. 1889.

Martins Pereira. Com tipografia própria, periodicidade mensal e assinatura de 5\$000 ao ano, o jornal possuía clara tendência à defesa dos ideais republicanos.

O jornal dedicou toda sua estratégia editorial em evocar o nome e a imagem de Tiradentes para conseguir adeptos à causa republicana. A imagem do inconfidente é transportada para o século XIX, como um republicano presente e símbolo maior do movimento. Segundo o jornal, a ideia da república esteve presente em Minas desde a época da Inconfidência Mineira, e seria o ideal de Tiradentes “libertar este paiz de um julgo infame encravado em sua alma”. Para Os redatores o objetivo de Tiradentes não foi concretizado pelos traidores e pelos escritores monarquistas que “dizem que foi uma felicidade o fracasso da conjuração mineira, porque assim conservou-se integralmente o vasto território que se estende do Oyapok ao Chuy”. A separação na visão do jornal foi uma mentira monarquista para impedir os planos de Tiradentes. Na verdade, o inconfidente queria um sistema republicano que trouxesse liberdade e autonomia à Minas, pouco compreendido em sua época. Os redatores também destacam duas figuras antagônicas de um lado no “regime republicano teria em sua origem Tiradentes, isto é, o desinteresse, a grandeza da alma, a convicção, a bondade”, enquanto o sistema monárquico teria como representante “D. Pedro I, a ausência de todos os instintos benévolos, a proeminência dos sentimentos egoístas, a ambição pessoal satisfeita com atropelo dos procedimentos e da honra”. O jornal concluía que “da diferença entre os dois homens avalia-se a distância que separa um princípio do outro, e a índole constitutiva de dois systemas, que eles representam”¹⁷⁸. O que se destaca é a mudança de estratégia e dos usos do passado para que o projeto republicano fosse justificado, mesmo que para a mudança desse tom tivessem os mineiros de construir uma nova representação de sua História. Os usos de imagens e símbolos do passado se deram a partir dos interesses imediatos de uma luta que se aprofundava: a disputa entre dois projetos distintos, entre duas culturas políticas em choque.

2.7 Sul de Minas

O Sul de Minas ficou uma região conhecida por ser uma grande produtora de café e foi justamente a cafeicultura decisiva na dinamização da vida econômica da região e acelerou mudanças que vinham se operando no território mineiro há muito tempo. Com o ímpeto cafeeiro, a vida econômica da província de deslocou em direção ao sul. Segundo Resende: “o

¹⁷⁸ O TIRADENTES. Ouro Preto. Ano II, n. 18. 21 abr. 1887.

Sul e a Mata mineira, combinando-se com o estado do Rio, e a seguir, com São Paulo e Espírito Santo, iriam integrar um extenso bolsão agrícola, fundamentado na lavoura cafeeira”¹⁷⁹

O povoamento da região teve início no século XVIII, com os bandeirantes paulistas, e cresceu no início do século XIX com a chegada de ondas de imigrantes italianos e comerciantes sírio-libaneses. Moura destaca que, com a descoberta do ouro, abriu-se o Caminho Novo, passando pelo Campo das Vertentes, e atingindo a região central de Minas, o que não anulou o tráfego do Sul de Minas, que continuou intenso, como via de abastecimento da região mineradora¹⁸⁰. Para Castilho, a região do sul passou de uma área de abastecimento para uma área produtora de café, na segunda metade do século XIX, deixando de dedicar-se somente à pecuária¹⁸¹.

Se antes a agricultura diversificada teve grande importância na região, com o fumo, a cana, o algodão, a pecuária bovina e suína, e os cereais, dominando a produção regional, a partir da década de 1870, o café passa a fazer parte da paisagem sul mineira. A cafeicultura passa a ter tanto destaque na região, levando a uma grande expansão da malha ferroviária, que significou uma intensificação na conexão entre a região e o restante do país, com trocas econômicas, sociais e culturais, principalmente com o Rio de Janeiro e São Paulo. Foi esse processo que possibilitou um maior engajamento dos propagandistas republicanos.

O responsável por levar a propaganda à região sul-mineira, foi o periódico “O Colombo”, que deu início aos primeiros passos dos ideais republicanos na região. “O Colombo” foi o ponto de partida para a criação de diversas outras folhas republicanas que surgiram no Sul de Minas, como: a “A Batalha”, “A Gazeta Sul-Mineira”, “O Novo Estado”, “O Minas do Sul”, “O Correio do Machado”¹⁸² e a “A Revolução”¹⁸³. Diversos editores e colaboradores do jornal revezavam na produção desses periódicos e vários deles seguiram carreira política no novo regime. O periódico pretendia atuar como fonte irradiadora das ideias republicanas na região, e

¹⁷⁹ REZENDE, Maria Efigênia Lage de. **Formação da estrutura de dominação em Minas Gerais: o novo PRM – 1889-1906**. Belo Horizonte: UFMG/PROED. 1982

¹⁸⁰ MOURA, Antônio de Paiva. **O Sul de Minas na história das Gerais**. *As Minas Gerais*. 2002. Disponível em: < <http://www.asminasgerais.com.br/index.asp?item=CONTEUDO&codConteudoRaiz=94> >. Acesso em: 10 out. 2019.

¹⁸¹ CASTILHO, Fábio Francisco de Almeida. **As Estradas de Ferro do Sul de Minas**. *Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada* – Vol. 7 Nº 12 Jan-Jun 2012. Disponível em: < <http://www.ufjf.br/heera/files/2009/11/EF-Sul-de-Minas-para-pdf.pdf> >. Acesso em: 10 out. 2019.

¹⁸² O jornal “O Correio do Machado” foi publicado na cidade de Machado, sul de Minas Gerais, uma cidade pequena do interior do estado dedicada ao cultivo de café. O periódico, em seu expediente, se denomina republicano, dedicado aos interesses particulares e sociais do município do Machado, sendo literário, industrial e noticioso. Com tipografia e escritório na Rua da Prata, localizamos somente um exemplar do jornal, do dia 20 de maio de 1888, comemorando a libertação dos negros. O redator aparece como J. J dos Santos Silva, como colaboradores diversos, o proprietário como Silva Filho e Comp. Devido a poucas informações, não conseguimos localizar nenhum dos nomes que aparecem na edição do jornal.

¹⁸³ Os Jornais: “A Batalha”, “O Novo Estado”, “O Minas do Sul”, não encontramos a existência de nenhum exemplar, o periódico é citado no trabalho de Castilho (2012).

recebia as instruções do *Club Republicano Central*, vinda do Rio de Janeiro, para, de mais perto, transmiti-las a seus correligionários da região.

“O Colombo”, fundado em 1873, foi o primeiro jornal republicano de Minas Gerais, publicado três anos após o lançamento do Manifesto de 1870. Editado na cidade de Campanha, apareceu esporadicamente de 1873 até 1879, e, mais regularmente, de 1879 até 1885, quando encerrou suas atividades devidos a problemas financeiros.¹⁸⁴ Fundado por republicanos campanhenses, tendo por editor Manoel de Oliveira Andrade e por redator Francisco Brandão, na primeira página da edição inicial, os jornalistas deixaram clara a linha editorial que o Colombo seguiria:

Vem constituir no sul de Minas um centro, em roda do qual virá naturalmente grupar-se todo o partido republicano sul-mineiro que avulta já em número e em importância. Seu programa político filia-se ao do grande partido nacional do futuro, representado pelo legítimo órgão central – A República- que na corte se publica sob a redacção principal do exímio cidadão patriota Francisco Cunha.¹⁸⁵

Com assinatura anual de 6\$000, em seu expediente, o jornal declarava a distribuição gratuita às pessoas reconhecidamente pobres e que fossem até a tipografia. Recusava-se a publicar anúncios sobre fuga de escravos e sobre a vida privada de forma geral. Suas publicações sempre tiveram um caráter político favorável às causas republicanas e à abolição. O jornal passou por duas etapas distintas, a primeira de 1873 a 1880, sob a redação de Francisco Honório Brandão, e a segunda fase de 1880 a 1885, quando Lucio de Mendonça assumiu a redação do jornal.

“O Colombo” pretendia atuar como fonte irradiadora das ideias republicanas na região, periódico que receberia a “palavra de ordem” do *Club Republicano Central*, vinda do Rio de Janeiro. Com esse propósito, anunciava: “nós, os republicanos, somos um partido do futuro”. Sua missão manifesta era “doutrinar as massas, esclarecer as inteligências menos favorecidas de instrução”, além de “fazer colar na mente e no coração dos brasileiros as ideias de um governo democrático, como única forma compatível com as condições normais de vida”. Eles eram “espectadores indignados”, que não podiam se entender com “os partidos monárquicos: não é ali o nosso lugar”¹⁸⁶.

“O Colombo” além de Brandão e Mendonça, contou com muitos adeptos e colaboradores em suas publicações. Uma das sessões do periódico chamava “O Livro do Povo”,

¹⁸⁴ VEIGA, José Pedro X. da. (dir.) **A Imprensa em Minas Gerais (1807-1897)**. Revista do Arquivo Público Mineiro, Ouro Preto: ano III, 1898, p. 207.

¹⁸⁵ **O COLOMBO**. Campanha, ano I, ed. 1, 01 jan. 1873.

¹⁸⁶ **O COLOMBO**. Campanha, 08 de janeiro de 1873. (O que somos? p.1).

uma espécie de conversão ao republicanismo que publicava obras que se destacavam na propaganda republicana, como: o livro “O Libello do Povo”, “A República Democrática Federal e Universal” de Fernando Garrido, além de publicar o extenso “Manual Republicano” de Júlio Barn. O objetivo dos propagandistas era alcançar a simpatia dos leitores para o partido. Oiliam José destaca que o Colombo foi o jornal mineiro republicano mais intransigente e combativo¹⁸⁷. Por esse motivo, em 1885, a propaganda republicana provincial sofreu um grande abalo, quando Lucio de Mendonça, já atingido por problemas financeiros e decepcionado com as opções surgidas, mudou-se novamente para a província do Rio de Janeiro. Após 1885, seus colaboradores e aliados espalharam-se por diversas localidades do Sul de Minas, produzindo outras folhas continuadoras do ideal republicano.

Um desses jornais foi a folha abolicionista “A Gazeta Sul-Mineira” fundada em São Gonçalo do Sapucaí, importante centro republicano, também ao sul de Minas, folha republicana de propriedade de Francisco Bressane e redação de Américo Werneck. A circulação da folha perdurou de 30 de agosto de 1885 a 06 de junho de 1894. Sua tipografia era localizada no Largo da Inconfidência, com cobrança anual de 10\$000, publicado semanalmente em quatro folhas com quatro colunas cada. Suas publicações eram de cunho político, abolicionista, variadas e comerciais.

O periódico fazia oposição a quase todas as políticas do Império e afirmava que a constante troca no poder entre liberais e conservadores era estratégia do Imperador para manter o trono livre de críticas. Considerava-se um órgão moderno e avesso tanto aos liberais como aos conservadores, tidos como antiquados. Em sua página inicial, destacava o lema que transcenderia às publicações do periódico: “Não pode haver republicano algum que não seja abolicionista e inimigo desta instituição bárbara¹⁸⁸”. No caso mineiro, a Gazeta assinalava que seu principal compromisso deveria ser com uma abolição imediata.

Castilho afirma que, com a Proclamação da República, os republicanos históricos, como o grupo que estava à frente da “Gazeta Mineira”, viram-se desamparados com a indicação de Cesário Alvim¹⁸⁹. Insatisfeitos, promoveram um movimento que tinha o objetivo de separar o sul mineiro e constituir-se em nova federação. O drama da separação movimento as páginas do jornal e aumentou as publicações em prol da autonomia tanto da província mineira como do Sul de Minas. Entretanto, o grupo separatista foi derrotado, e os republicanos do jornal dividiram-se, enquanto o proprietário Francisco Bressane aliou-se ao senador Silviano Brandão

¹⁸⁷ JOSÉ, Oiliam. Op. Cit. p. 45.

¹⁸⁸ **A GAZETA SUL MINEIRA**, São Gonçalo do Sapucaí, ano III, edição 16. 16 maio 1886.

¹⁸⁹ CASTILHO, Fábio Francisco de Almeida. Op. Cit. p. 15.

e aos adesistas. O editor e redator Werneck se mudou para Águas Virtuosas para investir na exploração de águas minerais e buscando novos rumos para sua carreira política.

A cidade de Campanha contou com mais um periódico de destaque, “A Conjuração”, com sua primeira aparição no dia 8 de setembro de 1886, com periodicidade semanal. Seus primeiros proprietários foram Astolfo Monteiro e João Félix de Oliveira. Em 1887, passou à direção de Manoel de Oliveira Andrade e do cônego Teófilo de Vilhena. O jornal contava com diversos colaboradores, como Gouvêa Filho e o professor Júlio Bueno. As informações sobre seus redatores são escassas, até mesmo no próprio jornal que, na maioria das vezes, não nomeia seus escritores, por medo de represálias.

Semelhante ao que acontecia no periódico “A Gazeta Sul-Mineira”, no jornal “A conjuração” além de se declarar republicano, afirmava o compromisso com a abolição da escravidão. Acreditava que as ideias republicanas estavam estritamente ligadas à liberdade plena de todos os homens. Em suas páginas, o apelo à abolição era constante. O jornal comemorou, em uma edição especial, o treze de maio como uma grande festa, “uma nova era pra o futuro do povo brasileiro”¹⁹⁰.

Eram dez horas da manhã do dia 14, quando se recebeu nesta cidade, por telegrama, a notícia da promulgação da lei áurea. E a lei da liberdade veio encontrar a cidade livre! [...] Mais de cem libertos completavam o serviço das ruas quando chegou a notícia. Então todo o trabalho cessou. Centenas de foguetes foram lançados [...] as multidões percorreram as ruas da cidade aclamando os abolicionistas e a república. [...] foram distribuídos impressos o telegrama da Corte, boletins, o programa dos festejos¹⁹¹.

Na mesma edição o jornal alertava sobre o perigo da manutenção do sistema monárquico, concluindo que “o terceiro reinado, que começa às bordas de um túmulo que se fecha, aparece ameaçando as liberdades públicas”. Assim, nem mesmo a abolição estava segura se o sistema não desse lugar a um outro sistema que garantisse a liberdade dos indivíduos de forma plena: “O anjo da abolição pode tronar-se o demônio do despotismo”. Era o aviso deixado pelos redatores pouco antes do jornal encerrar suas atividades em 1888¹⁹².

Com o fim do jornal “A Conjuração”, poucos meses depois, Manoel de Oliveira Andrade e Júlio Bueno Brandão fundaram e dirigiram outro jornal na cidade de Campanha. Foi o jornal “A Revolução”, publicado no dia 3 de janeiro de 1889. Com periodicidade semanal e assinatura de 10\$000 por ano, a folha se denominava republicana, com colunas francas e publicava anúncios dos colaboradores, desde que estivessem voltados para o princípio pregado

¹⁹⁰ **A CONJURAÇÃO**. Campanha, ano I. n. 70, 1888.

¹⁹¹ **A CONJURAÇÃO**. Campanha, ano II. n. 70. 22 maio 1888.

¹⁹² **A CONJURAÇÃO**. Campanha, ano II. n. 70. 22 maio 1888. p. 2.

pelo jornal. O artigo de apresentação do jornal foi escrito por Aristides Lobo, intitulado “A Revolução: o momento”, convidando a todos a uma nova fase de pensamento coletivo para o bem da nação. Assim, “a Revolução aparece na imprensa como o verbo vivificado de sua existência; como mais um tributo poderoso da enorme causa cavada pela ideia republicana através da consciência nacional”. O objetivo dos propagandistas era de alcançar o público, “a grande alma nacional, ao generoso coração do povo brasileiro, em nome dos princípios livres, porque sem liberdade não há garantias, não há progresso nem estabilidade social”. A monarquia e o reinado precisavam “ser combatidos e varridos do solo da pátria, e é tal tarefa que todos nos empreendemos”¹⁹³.

Com o lema: “Em um regime de compreensão e de violência, conspirar seria o nosso direito”, o jornal pregava que a República precisava ser feita o quanto antes, pois a revolução era certa. Para diferenciar a República da Monarquia, os redatores utilizavam termos antagônicos para definir os dois sistemas até mesmo em seus títulos, se de um lado estava a coluna intitulada “A república perseguida” do outro era “A monarquia de assassinos”. Os redatores deixavam claro que o sistema monárquico era o sistema de “UM”, onde o governante em nosso caso o Imperador podia escolher não escutar aqueles que ele escolheu para entrega parte da direção do país. Já a República era um governo público, ou seja, um governo do povo que vive em uma mesma época e decidem juntos seu presidente e o melhor para a nação.

A monarquia é um goveno de privilégios, de vontade de um homem. A república é o governo da opinião pública do desejo de uma nação. Na monarquia o povo é governado, na república o povo se governa, delegando embora os serviços de administração nas mãos de alguns homens que só se ocupam da política. A monarquia é o governo de uma pessoa, impopular. A república é um governo de sociedade popular.¹⁹⁴

A liberdade expressa no jornal era de forma ampla e acessível a todos. Entre os jornais republicanos analisados, o único que descreve quem deveria ter o direito ao voto com o advento da República foi “A Revolução”: O voto deveria ser para todos que nascem em um mesmo país e a república era a personificação do direito na mão do povo. Com influência de Augusto Comte, o jornal pregava o progresso e a modernização, via na república francesa uma inspiração para causa brasileira. Como estratégia editorial apontava os artigos de outros jornais na coluna “dizem de nós” e as ações realizadas na província como as reuniões dos clubes republicanos e as ações que avançavam em outras províncias do império. O jornal apontava a necessidade do advento imediato na República, em um de seus artigos “Armai-vos cidadãos”, apelava pela

¹⁹³ **A REVOLUÇÃO.** Campanha, ano I, ed. 1. 5 de jan. 1889. p. 1.

¹⁹⁴ **A REVOLUÇÃO.** Campanha, ano I, ed. 1. 5 de jan. 1889. p. 3.

revolução de forma imediata, pois somente a propaganda republicana não estava dando mais conta do convencimento dos “corações mais duros”

Se compararmos os primeiros periódicos publicados no sul de Minas até chegarmos no periódico “A Revolução”, percebemos um endurecimento no linguajar e na ação revolucionária. Como o próprio nome do periódico indica, as ideias republicanas avançaram a ponto de abraçarem o intento revolucionário, desacreditado no início da década de 1870. “Creada no alvorecer desse ano, A Revolução teve por única missão propagar intensamente as doutrinas revolucionaras de seus redactores”. Com o objetivo da República alcançado, o discurso do periódico continuou forte, no sentido de estarem atentos para que os homens “corrompidos pelo velho regime”¹⁹⁵ não retirassem o ímpeto da República.

2.8 Esboço geral de uma cultura política republicana presente nos jornais de Minas

Ao longo deste capítulo, procurou-se analisar de que modo a imprensa foi utilizada como um importante veículo de comunicação e campanha para a causa republicana. Nesse sentido, procuramos recuperar o ideário republicano que circulava na imprensa mineira, os objetivos políticos, o conjunto de normas e valores compartilhados, as formas de organização, seus desejos, esperanças, propostas, estratégias e articulações para convencer da necessidade de um novo sistema político. Para tanto, analisamos 23 periódicos distribuídos em seis mesorregiões da província, como aponta o **Gráfico 3** abaixo:

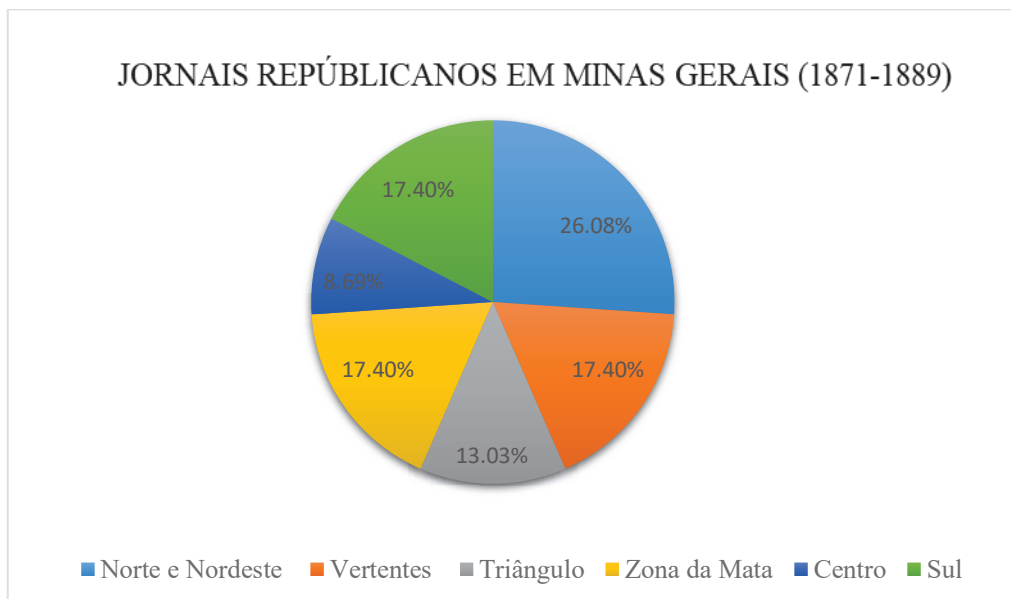


Gráfico 3

Fonte: Levantamento de dados próprio. Elaborado por: Jéssica Castro, 2019.

¹⁹⁵ A REVOLUÇÃO. Campanha, ano I, ed. 37, 23 de novembro de 1889. (Um conselho aproveitável. p.3).

Destaca-se que as regiões mais populosas era a Mata, o Centro e o Sul de Minas. Interessante que a maior parte dos jornais concentrou-se ao norte da província, muito em razão do protagonismo de seus líderes e de seu grande esforço de propaganda. Destes jornais analisados, a maioria 13 deles, declarava como uma folha política, quatro como folha noticiosa, três como folha estudantil, dois como folha dedicada ao interesse da lavoura, comércio e instrução pública e um como órgão oficial do Partido. Uma das premissas que devemos averiguar e tentamos dar um direcionamento para a propaganda na província mineira é sobre a eficácia da mesma e se os próprios propagandistas acreditavam nela. Primeiro, devemos destacar que a propaganda não foi homogênea em todo território mineiro, como apresentamos nos jornais discutidos ao longo desse capítulo, não foi homogênea nem em uma microrregião da província. Os redatores discordavam sobre temas relevantes da época e até mesmo sobre os meios para alcançar seus objetivos políticos. O segundo ponto é sobre a fragilidade econômica que esses periódicos sofriam, o que nos mostra que manter um periódico nessa época não era uma tarefa fácil, uma vez que os jornais que eram ligados ao nome de família influentes da época, como os Felício dos Santos, tinham uma duração maior do que os órgãos estudantis que não elogiavam nomes importantes na política local como o jornal “O Estudante”: “Rogamos aos nossos assinantes o obsequio de pagarem com prontidão a importância de suas assinaturas, para que possamos sustentar nosso humilde periódico.”¹⁹⁶. De fato, os jornais se mostram confiantes na propaganda. E em vários momentos acreditam que é ela que levaria ao advento da República, ou pelo menos seria ela que estaria fortalecendo o ideal republicano, como destaca: “Mostremos que não temos interesse senão pela propaganda: que possuímos convicções, um programa real. Não é pelo presente que nos esforçamos, mas pelo futuro.”¹⁹⁷”

A difusão de ideários republicanos por meio de artigos e textos era uma forma de ação política. A base desses artigos, pelo menos em 78,26% dos jornais, era destinada a crítica ao regime monárquico. A monarquia brasileira era vista como uma 'anomalia' nas Américas, onde todos os outros países eram republicanos. O grande mal estava nas instituições inadequadas, que mantinham privilégios para uma elite incapaz, que por sua vez comandava os partidos monárquicos. Para os republicanos, o regime político em vigor, era o culpado e a causa de todos os males. Estas críticas ocupavam grande parte dos artigos dos jornais, que desqualificavam a imagem do Imperador como algo alegórico, parecido com carnaval, incompatível com nosso país. A centralização política era vista como um problema para a nação, seria uma espécie de fosso da sociedade, um buraco, um abismo de ambição.

¹⁹⁶ **O LÁBARO DO FUTURO**. Diamantina, ano I ed. 04, 23 fev. 1882, p.1.

¹⁹⁷ **O JEQUITINHONHA**, Diamantina, ano XI, ed. 138, 25 jun. 1872.

Os redatores denunciavam a figura pomposa do imperador e de sua falta de energia em solucionar os principais problemas da nação. A monarquia para eles, estava enfraquecida e velha, por mais que o imperador tentasse, já tinha se desgastado e não conseguira governar e trazer os avanços que o país e a província necessitavam. O alvo principal das críticas passa a ser o Poder Moderador. O quarto poder é criticado pelos republicanos não pela sua adoção, mas pelo controle por ele exercido sobre os demais poderes. A Monarquia aparecia comparada ao Antigo Regime francês, cujo tom absolutista era dado pelos abusos cometidos pelo governante no uso do Poder Moderador. Os republicanos ou não conheciam ou omitiam a possibilidade de existir uma Monarquia constitucional como a inglesa, para eles, não poderia existir um governo monárquico democrático. O alvo era o do da III República Francesa, as referências à França, Estados Unidos, Chile Argentina ou a países que aboliram a escravidão estão presentes em todos os jornais analisados. Essa admiração pelos federalistas americanos e pelos líderes mais proeminentes da Revolução Francesa estava presentes nas edições, todas com o fim de enaltecer os avanços por eles provocados com publicações da Marselhesa, comemoravam a Queda da Bastilha todo o dia 14 de julho.

O exemplo francês era constantemente acionado para tratar de temas como revolução, liberdades e direitos do cidadão. A incompatibilidade entre Monarquia e democracia derivava do caráter hereditário da primeira, e distanciava o Brasil do conjunto de países que compunham as Américas. Para eles, a Monarquia estaria necessariamente fundamentada no poder divino dos reis, por ser hereditária. Já na democracia, o poder fundamentava-se no povo. A palavra República não aparecer escrita em todos os jornais, acreditamos que um dos motivos, era que os republicanos a enxergava como sinônimo de democracia, autonomia ou até mesmo federalismo. A República era apresentada em alguns jornais como o direito na mão do povo. Enquanto o sistema monárquico era o sistema de “UM”, a República era um governo público, ou seja, um governo do povo que vive em uma mesma época e decidem juntos seu presidente e o melhor para a nação. Em alguns jornais ela é apresentada como uma liberdade de forma ampla, um sistema onde todos possuíam os mesmos direitos. Nos jornais abolicionistas mais radicais, a República era descrita como sinônimo de igualdade para todos, soberania do povo, inclusive dos escravos e das mulheres. Entretanto, a maioria dos jornais não deixava claro o que seria República e nem como seria o sistema implantado. A constatação era óbvia: o sistema monárquico estava ultrapassado, era necessário olhar para à frente, para a República, sinônimo de liberdade, modernidade e progresso.

Nos jornais que a República aparecia associada intrinsecamente com o federalismo, os redatores pareciam convencidos de que somente dentro do sistema federal republicano poderia

operar o progresso. Esses homens viam no federalismo uma forma de viabilizar suas ideias administrativas, se Minas fosse separada da vontade da Corte logo iriam prosperar, uma vez que, faziam decretos sem conhecer as necessidades dos mineiros. O sentido da autonomia em alguns jornais iria além da liberdade da província, eles queriam liberdade para a própria mesorregião. Exemplo dos redatores do Norte e o Sul de Minas, que reivindicam inclusive a autonomia dessas regiões do restante da província. A República seria a concretização de todos esses anseios e ainda abria espaço político para esses novos atores no campo do poder.

A estratégia de mudança do sistema monárquico para o republicano não era consensual entre os jornais. A maioria dos periódicos analisados, cerca de 78,26%, acreditava na evolução e no progresso dos pensamentos que originariam de forma natural o sistema republicano. Já os jornais que surgiram entre os anos de 1885 a 1889, possuíam uma maior tendência em incentivar a ação revolucionária para a troca do regime político. “Armai-vos cidadãos! O povo precisa ouvir a palavra de seus evangelizadores [...] dos conselhos dos seus apóstolos, para que os verdugos não os apanhe descuidados e inertes. [...] essa palavra tem a urgência de um remédio extremos para a salvação da pátria”¹⁹⁸. Recorriam constantemente à ideia de que o povo estava adormecido e precisava acordar para se posicionar contra o regime que destruíra a Pátria.

A principal estratégia utilizada pelos propagandistas era mostrar tudo de errado que havia na monarquia e estabelecer um contraponto ao sistema republicano. Utilizavam-se de perguntas ao longo dos textos para tornar a ideia republicana mais acessível, com o papel de guias da opinião pública e de educadores das classes subalternas, com artigos que constituíam uma espécie de “pedagogia” que objetivava civilizar seus leitores. Outros jornais optaram por uma crítica mais velada ao sistema vigente, a estratégia era mostrar a evolução do movimento republicano em outros países, e de como ele seria um regime que naturalmente iria ocorrer no Brasil. As estratégias editoriais eram diversas, alguns jornais se declaravam logo na primeira página como republicano. Outros não demonstravam em um primeiro momento sua vinculação política, parece que queriam ganhar primeiro a confiança dos leitores e nas edições posteriores começavam a anunciar as reuniões do clube republicano local, os nomes de novos adeptos do republicanismo, as ações e publicações de outros jornais e em outras províncias como: Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul.

Os jornais também anunciavam as viagens de republicanos a província mineira, as eleições em Minas, cartas de apoiadores da república de outros jornais da província e boletins republicanos de outras regiões. Geralmente na terceira e quarta páginas, como o intitulado era

¹⁹⁸ A REVOLUÇÃO. Campanha. Ano I, n. 3.

atrair o máximo de apoiadores para a causa republicana, os jornais anunciavam notícias diversas para atrair a atenção dos leitores, desde roubos, festas, novelas, chegada e saída de hospedes, os empréstimos municipais, as construções de edifícios, teatro e das estradas de ferro. Outras formas de organização se davam através do Clubes republicanos e abolicionistas, que tinham suas reuniões anunciadas nos jornais. Os republicanos também se organizaram em partidos políticos e passaram a disputar as eleições mesmo que filiados ao Partido Liberal.

De modo geral, havia dois temas controversos e importantes para o movimento republicano presentes nos jornais: a abolição e a laicização. A abolição da escravatura não era um consenso entre os republicanos, muitos dos redatores dos jornais possuíam escravos e eram contrários a libertação. Entrelaçar o movimento republicano à causa abolicionista poderia ser uma estratégia perigosa para os redatores que queriam convencer a seus leitores, muito deles fazendeiros e proprietários de escravos, como demonstrado no **Gráfico 4** a seguir.

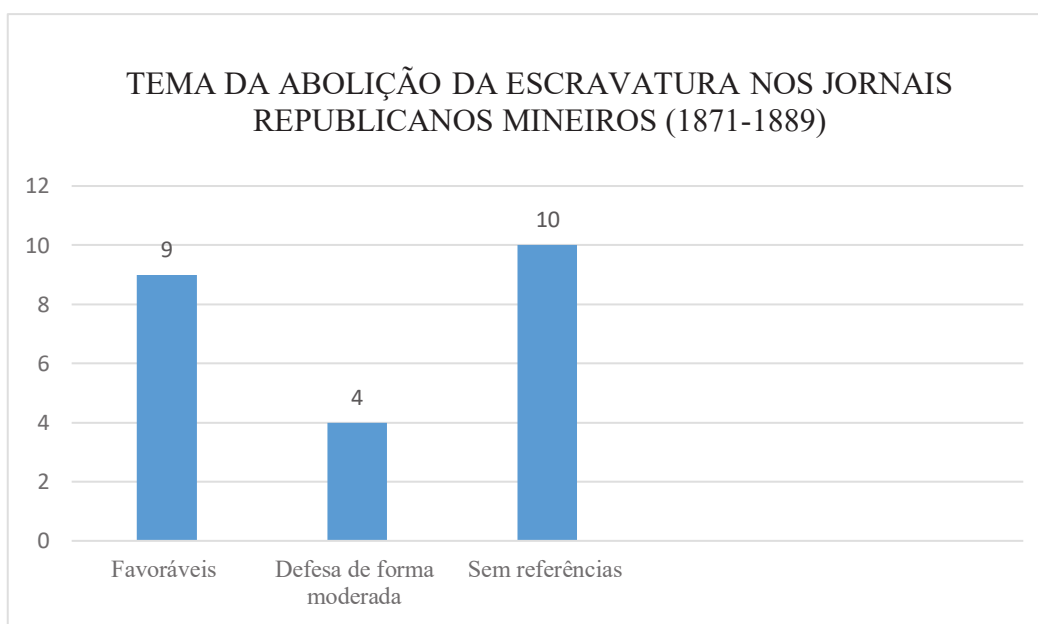


Gráfico 4

Fonte: Levantamento de dados próprio. Elaborado por: Jéssica Castro, 2019.

A maioria dos jornais optou por não fazer nenhuma menção à questão da escravidão, como se não fosse um tema importante na época que estivesse no centro das discussões do Império. Tal fato se deve, a essa falta de consenso dentro do movimento e por se caracterizar como um assunto delicado e que poderia minar o apoio para a causa republicana. Entretanto, encontramos referencias em pelo menos 56,5% dos jornais analisados, seja com uma defesa mais moderada, com elogios a fazendeiros que libertavam seus escravos de forma voluntaria, ou de forma mais energética, que considerava não poder existir república sem a libertação dos

escravos. É importante destacarmos que os jornais que não se declararam ou fizeram campanhas favoráveis à abolição, não necessariamente possuíam redatores contrários ao fim da abolição, como apresentaremos no capítulo 3. Mesmo Minas Gerais sendo a maior província escravista do Império, grande parte dos redatores se declara abertamente abolicionista, mas por estratégia de adesão à causa, optaram pelo silêncio em relação ao tema nos jornais.

Em relação à laicização do Estado, os dados se mostram mais surpreendentes, pois 82,06% dos jornais analisados não se posicionaram, ou seja, para os republicanos mineiros era mais fácil encarar o tema da escravidão do que da separação entre Igreja e Estado. O número é notório, principalmente por ser um tema reivindicado pelos positivistas, um dinâmico setor do movimento republicano. A proposição da liberdade religiosa ou da separação entre Estado e Igreja, uma das bandeiras mais destacadas pelas bases do movimento, permaneceria distante das publicações dos jornais. Novamente entendemos essa omissão como uma estratégia cuidadosa dos republicanos em não afastar do movimento os católicos e suas lideranças, importantes para a composição de uma opinião pública dominante. Também não podemos esquecer que a província mineira sempre teve uma tradição muito católica e devota o que dificultava os redatores sem posicionarem ao longo das edições sem perderem possíveis adeptos.

Não podemos esquecer que o objetivo da maioria dos jornais republicanos era apresentar um sistema político alternativo e melhor que a Monarquia. Os propagandistas estavam tentando criar os pilares de uma nova alternativa política e convencer adeptos para a causa republicana. Daí o caráter ambíguo em relação às principais propostas que dividiam a Nação. Tais propostas, obrigavam o país a se inserir na modernidade liberal europeia, o silêncio em relação a essas questões se explica não só pelo receio em não angariar apoio suficiente para a nova causa, mas, sobretudo, pelos vestígios das relações paternalistas que haviam fundamentado, durante séculos, a cultura política monárquica brasileira.

Os republicanos mineiros estavam construindo uma nova representação de Brasil e, conseqüentemente, de Minas Gerais. Por meio das publicações percebemos a construção de uma nova representação cultural para a província, como revolucionária, herdeira da luta pela liberdade de Tiradentes, e para tanto deveria honrar seu destino. A estratégia dos jornalistas foi a ressignificação dos usos do passado para que o projeto republicano fosse justificado. A estratégia reformista foi substituída por uma proposta revolucionária, em tom mais agressivo. Mesmo que para a mudança desse tom tivessem os mineiros de construir uma nova representação de sua História, que passou a ser narrada a partir da disputa entre dois projetos distintos, entre duas culturas políticas em choque.

A proposta para a província mineira era de autonomia política, com todas as potencialidades que Minas possuía, principalmente voltada para a lavoura e o comércio. Os propagandistas apresentavam a seus leitores que com a República, a província iria prosperar. Os cidadãos teriam direito ao voto, escolheriam seus representantes e não precisariam obedecer de forma insubordinada a Corte que fazia decretos sem conhecer a realidade da província. Para os redatores Minas iria seguir seu destino de liberdade e se colocar como uma das províncias mais importantes, após o advento da República.

De modo geral, a proposta presente nos jornais era a necessidade de convencer o maior número de pessoas da importância e da necessidade de se implantar o republicanismo e deixar o Brasil mais adequado à forma de governo nas Américas. Fica evidente que esses homens almejavam espaço político e não visualizavam tal possibilidade em um sistema monárquico. Tinham esperança em um modelo político que não tivesse os vícios da Monarquia, o autoritarismo do Poder Moderador, o despotismo e a hereditariedade na troca do poder, queriam poder votar e serem votados, queriam alavancar a economia mineira, queriam que todos acreditassem na República por ela ser um sistema perfeito, sem falhas e que todos a ela aderissem por convicção. Os próprios republicanos pareciam querer se convencer que a República era perfeita e sem erros.

Todavia, foi nesse âmbito de desejos e projeções para o futuro, onde a ideia de um sistema republicano era algo que ao mesmo tempo parecia perto, já que em 1871 “O Jequitinhonha” acreditava que a mudança se daria em poucos meses, mas ao mesmo tempo parecia muito distante, quando “O Tambor” em 1889 anunciava que no futuro distante a vitória seria conquistada, que chegou o dia 15 de novembro de 1889. Cinco meses antes da Proclamação da República, João Pinheiro da Silva previu nas páginas no jornal “O Movimento” que “Os historiadores do futuro” iriam escrever que “a voz desse partido foi a voz da esperança e que os ecos que ela acordava no coração da pátria”. Sem dúvidas, duas palavras que podemos utilizar para caracterizar o movimento republicano mineiro são: esperança e perseverança. Ao longo dos 18 anos de propaganda republicana os jornais continuaram a divulgar a causa e os princípios republicanos de forma exaustiva. Sobre “acordar o coração” dos seus leitores, podemos discordar, por mais que a propaganda auxiliou na construção de uma nova cultura política, no convencimento das falhas monárquicas e por criar um clima favorável à República, o que pode ser visualizado nas publicações de jornais de diferentes localidades na província, que anunciaram os festejos populares que tomaram conta das ruas no dia 17 de novembro, quando a notícia chegou na província. Entretanto, a propaganda republicana sozinha não seria capaz a curto prazo de levar à população a uma revolta contra o sistema vigente.

Fato é, que todos os jornais republicanos mineiros anunciaram com espanto a Proclamação da República: “A hora já adiantada da noite do dia 16 do corrente, chegou a esta cidade a notícia da Proclamação da República no Rio de Janeiro. [...]. Não foi com entusiasmos, nem jubilo o sentimento que se apoderou de nós nessa noite memorável. Porém a estupefação, o pasmo”¹⁹⁹. A República de forma inesperada mostrou não só a falta de participação dos mineiros, como a preocupação dos propagandistas com o novo sistema político, no fundo os republicanos sabiam que o sistema republicano não seria a resolução de todos os problemas e males do país. Sua implementação que fugiu do controle e do esperado causou medo em relação ao futuro, de não concretizar aquela esperança que eles tinham: “Destruir é fácil; reconstruir é difícilimo.”²⁰⁰

¹⁹⁹ **O MOVIMENTO**. Ouro Preto. Ano I, ed. 42. 23 nov. 1889.

²⁰⁰ **A REVOLUÇÃO**. Campanha. Ano I, ed. 37. 23 nov. 1889.

3 ENTRE OS PROPAGANDISTAS E A IMPRENSA: PROSOPOGRAFIA DOS REDATORES E EDITORES REPUBLICANOS

Tendo no capítulo anterior apresentado a imprensa republicana mineira e evidenciado sua importância como um veículo de comunicação para a causa republicana na província de Minas Gerais, buscamos interligar a imprensa aos ideários republicanos presentes nos jornais.

Para tanto, destacamos os objetivos políticos, o conjunto de normas e valores compartilhados, suas propostas, seus desejos, esperanças e formas de organização esboçadas nos jornais republicanos, a fim de reconstituir seus repertórios de ações, suas estratégias e articulações para convencer da necessidade de um novo sistema político.

Neste capítulo, procuraremos elaborar uma biografia dos 34 redatores e editores que estavam à frente das publicações desses 23 jornais analisados anteriormente, com a intenção de realizar uma prosopografia desse subgrupo que atuava no campo político mineiro.

3.1 Comparação de perfis: análise prosopográfica dos redatores republicanos

O método prosopográfico ou biografia coletiva, que nos permite observar os grupos sociais em suas dinâmicas internas e em seus relacionamentos com o espaço de poder, tem como base a delimitação de uma população, com a definição de critérios, para, assim, podermos estabelecer uma descrição biográfica, com a finalidade de observarmos as nuances e traçarmos um perfil desse grupo de propagandistas que buscavam espaço político.

A aplicação do método tem como objetivo revelar características comuns, que podem ser permanentes ou transitórias, dentro do grupo de estudo.

Como na pesquisa prosopográfica o objetivo é desvendar os padrões de relações e atividades por meio do estudo da biografia coletiva, escolhemos os editores e redatores que estavam à frente das atividades e publicações desses jornais, quando os mesmos se declararam republicanos ou advogaram em favor da causa antimonárquica.

A prosopografia, ou biografia coletiva torna-se um método útil para a compreensão desses grupos, uma vez que permite a análise organizada e sistemática de um grande emaranhado de informações, sem forçar a massificação ou uniformização dos dados. Uma das vantagens da aplicação do método é a percepção de lacunas que talvez nunca venham a ser preenchidas.

Como destaca Stone:

A prosopografia é a investigação das características comuns de um grupo de atores na história por meio de um estudo coletivo de suas vidas. O método empregado constitui-se em estabelecer um universo a ser estudado e então investigar um conjunto de questões uniformes – a respeito de nascimento e morte, casamento e família, origens sociais e posição econômica herdada, lugar de residência, educação, tamanho e origem da riqueza pessoal, ocupação, religião, experiência em cargos e assim por diante. Os vários tipos de informações sobre os indivíduos no universo são então justapostos, combinados e examinados em busca de variáveis significativas. Eles são testados com o objetivo de encontrar tanto correlações internas quanto correlações com outras formas de comportamento ou ação.²⁰¹

A prosopografia envolve o estudo da carreira de uma pessoa através da informação sobre ela, constante em fontes históricas. Devido a esse fato, dependemos da quantidade e qualidade das fontes, o que pode muitas vezes limitar o trabalho do historiador. As fontes utilizadas são amplas e variadas, como buscas nominais e em trabalhos que se dedicaram à escrita de alguns desses jornais. As obras de base adotadas foram as revistas do Arquivo Público Mineiro como: Antônio Olyntho dos Santos Pires (1927), José Pedro Xavier da Veiga (1898). Também utilizamos o mecanismo de busca no “Almanak Republicano Brasileiro para o ano 1890” disponível no site da hemeroteca nacional e os “Anais da Biblioteca Nacional 1999”.

O objetivo é conhecer um pouco mais a respeito dos redatores e editores republicanos que estiveram à frente dos jornais republicanos mineiros, levando-se em conta aspectos geracionais, escolares, profissionais, de produção intelectual, filiação partidária e de orientação ideológica. A hipótese que se quer testar envolve o posicionamento desses propagandistas e como tomavam suas decisões e posições baseados em pontos de interseção em suas biografias, em um período em que a atividade jornalística estava interligada com o convencimento do seu público leitor. Importante mencionar que a escolha desses escritores se deu através de buscas de categorias específicas, como: nome, nascimento, naturalidade, parentesco, profissão dos pais, participação no jornal, profissão, formação, trajetória política e sua morte. Essa tarefa teve suas dificuldades, pois era uma época em que alguns jornalistas usavam pseudônimos e muitos identificavam-se como “redatores diversos”. Além disso, apesar de tratar-se de um período rico em fontes históricas, há muitas lacunas nos acervos disponíveis para essa discussão. Contudo, acredita-se que será possível analisar minimamente os principais escritores dos jornais aqui propostos.

Para compor esse grupo, selecionamos personagens que atuaram como redatores ou editores dos periódicos republicanos publicados na província entre o período de 1871 a 1889. Interessam especialmente os redatores e editores, pois eram os responsáveis pelo conteúdo do

²⁰¹ STONE, Lawrence. **Prosopografia**. Revista de Sociologia Política, Curitiba, v. 19, n. 39, p. 115-137, jun. 2011. p. 115.

jornal e pelas ideias que ali circulavam. Objetivamos analisar os redatores e editores que estiveram à frente das publicações dos 23 jornais republicanos apresentados e analisados no capítulo anterior. Acreditamos que as trajetórias desses propagandistas completam nosso estudo sobre o pensamento republicano e alguns dos questionamentos de nossa pesquisa. O cruzamento das informações biográficas desse grupo teve por objetivo responder a algumas indagações: 1) Quem eram esses homens que foram contra um sistema político consagrado na sociedade brasileira?; 2) Esses atores históricos tinham algo em comum que justificasse suas posições e tomadas de decisões? A análise foi empreendida sobre 34 redatores, de 23 jornais republicanos, como mostra a **Tabela 2** seguinte:

PERIÓDICOS	REDADORES
O Jequitinhonha	Joaquim Felício dos Santos e Antônio Felício dos Santos
O Estudante	Olímpio Júlio de Oliveira Mourão
A Idéa Nova	Aurélio Egídio dos Santos Pires, Francisco de Sá e Josefino Felício dos Santos
A Propaganda	José Ferreira de Andrada Brant e Manoel Procópio Ribeiro Leão
Lábaro do Futuro	Josefino Sá, Zoroastro Pires e Josefino de Quadros
O Tambor	Francisco Corrêa Ferreira Rabelo e José Sebastião Rodrigues Bago
Correio de Barbacena	Antônio Carlos Ribeiro de Andrade
O Mineiro	Arthur Joviano
A Pátria Mineira	Sebastião Sete Câmara
O Lavrense	Francisco Martins Andrade
Tiradentes	Gaspar da Silva
O Volitivo	Lafayette de Toledo
A Marcha	José de Oliveira Ferreira e Manoel Raymundo de Mello Menezes
O Pharol	George Charles Dupin
Echo do Povo	Fonseca Hermes
Irradiação	Theophilo Domingues Alves Ribeiro
O Povo	Estevão de Oliveira
O Contemporâneo	Arthur Lobo
O Movimento	João Pinheiro da Silva e Antônio Olyntho dos Santos Pires
O Colombo	Francisco Honório Ferreira e Lúcio de Mendonça
A Gazeta Sul-Mineira	Américo Werneck e Francisco Bressane
A Conjuração A Revolução	Manoel de Oliveira Andrade e Júlio Bueno Brandão

Tabela 2 – Periódicos republicanos mineiros e seus principais redatores (1871-1889)

Fonte: Levantamento de dados próprio. Elaborado por: Jéssica Castro, 2019.

Para cada um desses indivíduos e com o objetivo de elucidar os questionamentos dessa pesquisa, procuramos, de forma geral, dados que nos possibilitaram observar aproximações e diferenças entre os personagens, seja sobre suas origens e perfis, seja sobre suas trajetórias. Portanto, procuramos oferecer duas perspectivas de análise: a primeira delas parte de uma descrição das trajetórias e memórias individuais de nossos personagens a partir de seus canais

de socialização. O passo seguinte, efetivamente, foi tratar dos nossos 34 personagens como atores coletivos, estabelecendo critérios comuns para observar em conjunto seus dados biográficos.

É importante ressaltarmos que a socialização é o processo, e como um processo contínuo nunca se dá por terminado, realizando-se através da comunicação da qual o indivíduo se integra em um grupo. É a assimilação de hábitos característicos do seu grupo social, todo o processo através do qual um indivíduo se torna membro de uma comunidade. O processo inicia-se após o nascimento e através, primeiramente, da família ou da escola, e posteriormente dos meios de comunicação de massas e dos grupos de referência. A obra “The Civic Culture” de G. Almond e S. Verba, defende que os valores, conhecimentos e crenças políticas dos indivíduos são fundamentais para a configuração de qualquer sistema político. Entendemos que as crenças e os valores políticos são importantes a partir de como e onde os indivíduos se orientam. Dada essa premissa, o questionamento que realizamos ao longo desta pesquisa é onde ou quando esses indivíduos começam a interagir com agências de socialização e a formar uma nova cultura política.

Socialização política é “o conjunto de experiências que, no processo de formação da identidade social do indivíduo, tem influência na cristalização do seu papel como ator significativo ou não no sistema político e as crenças que ele desenvolve em relação à política e as instituições”²⁰². Essa socialização ocorre através de “agências” que devem ser consideradas como fundamentais na definição de um determinado caráter em nossa cultura política, pois são elas que cumprem a função fundamental de transmitir valores e sentimentos de apoio ou de crítica às instituições e objetos políticos. Ao longo deste capítulo, destacaremos três agências principais de socialização política que se enquadram na trajetória de nossos redatores. A primeira delas é a unidade familiar, considerada a primeira instituição a fazer parte da vida dos indivíduos, que apresenta as primeiras orientações para a vida, como as formas de sentir e ver uma determinada sociedade, que irá levar a determinados comportamentos e influenciar nos anos posteriores da trajetória de uma pessoa. Como a socialização é um processo de aprendizado que tem início ainda nos primeiros anos de vida do indivíduo, separamos nessa categoria aqueles redatores que tiveram contato com o republicanismo através de suas famílias. Muitos desses homens foram influenciados pelos pais, irmãos, tios e avôs simpáticos à causa

²⁰² BAQUERO, M. “O Papel dos Adolescentes no Processo de Construção Democrática no Brasil. Um estudo preliminar de Socialização Política”, *Cadernos de Ciência Política*, n. 8, Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGs, 1997.

republicana, e, a partir daí, tiveram seu primeiro contato com o republicanismo e com uma cultura política divergente da consolidada no país.

A segunda agência de socialização encontrada quando analisamos os redatores republicanos de Minas Gerais foi o espaço escolar e de formação universitária. Segundo Ribeiro e Farina, as instituições de ensino, além da transmissão de conteúdos escolares e profissionais, são responsáveis por transmitir valores cívicos, a exemplo do amor à Pátria e do respeito aos símbolos nacionais, levando os indivíduos a se tornarem adeptos, ou não, de um determinado regime²⁰³. Essas instituições podem, inclusive, despertar nos alunos senso crítico em relação aos sistemas políticos, que pode tanto fortalecer o apoio a um sistema político vigente, como criar uma nova referência de ideias em relação a outras formas de fazer política.

Robert Dahl destaca que as crenças acerca dos objetos políticos são adquiridas nas primeiras duas décadas de vida de uma pessoa, já que nos períodos posteriores, as crenças dos indivíduos tendem a se tornar mais estáveis e menos suscetíveis às mudanças²⁰⁴. Para Almond e Powell, não são somente a família e a escola responsáveis pela incorporação de valores e crenças, também devem ser consideradas como relevantes aquelas experiências que ocorrem na vida adulta, em instituições como os sindicatos, os clubes sociais e esportivos, dentre outros²⁰⁵. Para fins de nossa análise, destacamos mais uma agência de socialização, capaz de interagir os indivíduos em uma coletividade: os meios de comunicação, em nosso caso os próprios jornais republicanos. Neste último tópico, destacaremos aqueles redatores que foram convencidos pela própria propaganda republicana, e através do contato com outros propagandistas, através dos clubes republicanos, abolicionistas e das viagens realizadas por esses indivíduos. Esses homens foram convencidos da causa republicana e, posteriormente, eles próprios fundaram jornais ou mudaram a posição política dos periódicos existentes e passaram a difundir seus ideais. A imprensa foi um instrumento com capacidade incalculável de difundir valores culturais e políticos que orientam as ações dos indivíduos. Os próprios redatores se tornaram agentes socializadores na transmissão de crenças, valores e conhecimentos da causa republicana entre seus leitores. Foi esse momento da mudança, do encontro com o novo, da ideia de advogar um novo sistema político nas bases monárquicas já concretizadas que procuramos analisar nesse primeiro momento.

²⁰³ RIBEIRO, Ednaldo Aparecido; FARINA, Marli Burato. **Cultura Política e Agentes de Socialização**. *Mediações Revista de Ciências Sociais*. V. 9, n. 2/2004.

²⁰⁴ DAHL, Robert. **Poliarquia**. São Paulo: EDEUSP, 1997. p. 163.

²⁰⁵ ALMOND, Gabriel A.; POWELL, JR, Bingham. **Uma Teoria da Política Comparada**. Rio de Janeiro: ed. 2. Zahar editores. 1980. Disponível em: < https://rodrigocantu.weebly.com/uploads/2/3/0/7/23070264/almond_powell_1966_por_uma_teorias_de_desenvolvimento_politico.pdf>. Acesso em: 07 mar. 2020.

Terminadas as análises centradas nas construções de trajetórias e memórias individuais de nossos personagens, o passo seguinte, passaremos efetivamente a tratar dos nossos 34 personagens como atores coletivos, estabelecendo critérios comuns para observar em conjunto seus dados biográficos com as seguintes entradas: nome, data de nascimento (ano), local de nascimento (unidade federativa), local de residência, escolarização, atividade profissional, produção intelectual para além do jornalismo, filiação partidária e as bases ideológicas dos propagandistas. Por vezes, algumas dessas informações não foram encontradas, deixando alguns espaços vazios, mas não a ponto de inviabilizar a pesquisa ou impedir a comparação e análise dos dados. Em muitos outros casos, foram visualizadas informações para além das listadas, oferecendo complementação ao trabalho. E por fim, mesmos os silêncios e espaços vazios; puderam ser aproveitados como elementos significativos da trajetória desses indivíduos. Através desses dados procuraremos investigar o panorama histórico do movimento republicano mineiro e interliga-lo à imprensa, palco das redes de sociabilidade nas quais estavam inseridos os jornalistas políticos através de suas trajetórias, buscando compreender como esses atores se relacionaram com o universo da cultura e da política e quais papéis desempenharam no movimento que advogavam a República, resultando num estudo prosopográfico deste grupo.

3.2 A República através da família: origem social e familiar

A família é a primeira sociedade que convivemos. A vida social é algo fundamental à existência e sobrevivência dos seres humanos enquanto indivíduos, é na família que se dá início ao processo de socialização, educação e formação para o mundo. A instituição familiar, precisa superar conflitos geracionais e gerenciar as diferenças entre seus membros. As instruções são passadas quase sempre dos mais velhos para os mais novos, como um acúmulo constante nas fases de transformação e formação da personalidade.

As influências que sofremos dentro do núcleo da família são múltiplas, e se refletem ao longo de toda a vida, inclusive em relação as nossas posturas políticas. Os estudos que se dedicaram à temática da socialização política, a caracterizaram como um processo permanente, resultante do conjunto das experiências vivenciadas pelos indivíduos, desde a infância até a fase adulta. Esse processo se concretiza através da transmissão e troca e de ideias, de crenças, valores, atitudes e comportamentos. Com base nos estudos de socialização e cultura política busca-se compreender como os redatores republicanos que publicaram na província mineira, internalizaram, decodificaram e construíram suas representações em relação à política e à sua

participação no contexto político. Nosso ponto é mostrar, através das trajetórias dos redatores, aqueles que se convenceram à causa republicana através da influência de seus familiares.

O primeiro redator que merece destaque nesse sentido é Antônio Felício dos Santos, redator do jornal “O Jequitinhonha”, publicado em Diamantina em 1860. Antônio Felício dos Santos nasceu no dia 8 de janeiro de 1843, em Vila do Príncipe, atual cidade do Serro. Era filho de Antônio José dos Santos, funcionário da Real Fundação de Ouro, e de Maria Jesuína Felício dos Santos. Pertencente a uma família tradicional e com forte influência regional, o propagandista doutorou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1863, carreira que lhe deu vários títulos. Foi na faculdade que teve seu primeiro contato com o positivismo, e ingressou na carreira política em 1867, como Deputado Geral por Minas Gerais, pelo Partido Liberal; depois, elegeu-se para a Câmara dos Deputados, onde permaneceu de 1878 até 1885.

Apesar do contato com o positivismo na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, foi com seu irmão Joaquim Felício dos Santos, que o propagandista teve contato com as primeiras ideias de República, ainda aos 13 anos, quando o irmão voltou a Diamantina após bacharelarse em Direito na cidade de São Paulo. Em 1860, Antônio Felício dos Santos juntamente com seu irmão passa a gerenciar o jornal “O Jequitinhonha”, que apesar de não ser um periódico declaradamente republicano naquela época, já mostrava a inclinação política de seus editores. Após sua formação universitária Antônio Felício dos Santos passou, cada vez mais, a estar interligado com a República.

O propagandista atuou no movimento em prol da República e, após a Proclamação, participou do primeiro governo republicano, sendo designado pelo Governo Provisório e nomeado, em 1891, ao cargo de presidente do Banco do Brasil, a convite de Rui Barbosa, então Ministro da Fazenda²⁰⁶. Era contrário ao federalismo, fato que causou frequentes embates com a liderança do regime recém implantado, e o fez afastar-se da vida pública e continuar dedicando-se à medicina e seus escritos²⁰⁷. Médico, político, conferencista, jornalista e escritor, foi um dos nomes reconhecidos no campo da medicina. Participou da Academia Nacional de Medicina, na qual foi eleito Membro Honorário em 1903. Em 1924, fundou a Academia Brasileira de Ciências e publicou diversos artigos sobre medicina na revista da Sociedade

²⁰⁶ As informações de Antônio Felício dos Santos foram extraídas do site da Academia Nacional de Medicina, na qual o mesmo ocupa a cadeira de patrono número 33. Ver em: Academia Nacional de Medicina. Antônio Felício dos Santos: Membro Honorário Nacional. Disponível em: < http://www.anm.org.br/conteudo_view.asp?id=2242>. Acesso em: 20 maio 2019.

²⁰⁷ Dentre as suas publicações na área médica, destacam-se: "Da ação abortiva do sulfato de quinino" (1874); "O beribéri na província de Minas Gerais" (1874); "Aplicação do galvano-caustico à cura radical da hydrocel. Rio de Janeiro" (1874); "Da dismenorrhéa expoliativa: hypothese, apontamentos e observações" (1876), "A eucaristia e a medicina" (1922). Disponível em: < http://www.anm.org.br/conteudo_view.asp?id=2242>. Acesso em: 20 maio 2019.

Médica do Rio de Janeiro. Antônio Felício dos Santos faleceu na cidade do Rio de Janeiro, no dia 6 de setembro de 1931.

O nome de Joaquim Felício dos Santos é de fundamental importância, não só por causa da propaganda republicana, mas pela sua trajetória e feitos após a Proclamação da República. Nome conhecido no Direito e na historiografia brasileira, publicou “Memórias do distrito diamantino” e o primeiro escrito sobre Chica da Silva, personagem muito importante para a cultura nacional²⁰⁸. Felício dos Santos nasceu na Vila do Príncipe, atual cidade do Serro, em fevereiro de 1828. Fez os seus estudos preparatórios no Colégio dos Lazaristas, em Congonhas do Campo. Mudou-se, depois, para a Capital paulista, a fim de cursar Ciências Jurídicas e Sociais na Faculdade de Direito de São Paulo, em 1850. Ainda como estudante, Felício dos Santos publicou artigos e reportagens na imprensa paulistana, levando a conhecer diversas personalidades que se destacaram, posteriormente, na cena liberal e republicana²⁰⁹.

Após bacharelar-se em Direito, em 1850, retornou a Diamantina e casou-se com sua sobrinha Maria Jesuína, com a qual teve seis filhos. O propagandista atuou como advogado, promotor, juiz municipal e como professor de História, Geografia e Francês no Ateneu São Vicente de Paulo de Diamantina. Sua história como jornalista começa em 1860, quando, juntamente com seu cunhado Josefino Vieira Machado, fundou o periódico "O Jequitinhonha". No mesmo ano tentou iniciar sua carreira política como Deputado Provincial de Diamantina, porém não obteve êxito. Em 1863, filiado ao Partido Liberal, concorreu a uma vaga de Deputado Geral por Minas Gerais, elegendo-se para a Legislatura de 1864 a 1866. Em 1870, fundou, com seu irmão Antônio Felício dos Santos, a Sociedade Patrocínio de Nossa Senhora das Mercês em Diamantina, destinada a promover a libertação de escravos, fato que comprova sua participação no movimento abolicionista. Isso que reforça a noção do poder político e econômico que a família detinha na região de Diamantina, já que seu irmão, mesmo que em

²⁰⁸ Outras obras de Joaquim Felício dos Santos foram: o romance “O pântano também reflete estrelas” (1939), o livro infantil “João Bola” (1956), o romance sobre a guerra de Canudos João Abade (1958), o romance histórico Major Calabar (1960), o romance sobre o quilombo dos Palmares Ganga Zumba (1962), Acayaca (1866), Carlota Joaquina - a rainha devassa (1968), Apontamentos para o projeto do código civil brasileiro (1881) e Projeto do código civil brasileiro (1882).

²⁰⁹ Os dados biográficos de Joaquim Felício dos Santos foram extraídos da revisão bibliográfica realizada por: NOVAES, Eder Liz. Joaquim Felício dos Santos: revisão biográfica (1860-1864). *XVIII Encontro Regional (ANPUH-MG)*, 24 A 27 jul. 2012. Também utilizamos em nosso levantamento o livro que descreve os cidadãos ilustres da região do Serro, ver em: PEREIRA, Edmo da Cunha. **Guia do Serro - A capital do norte na Minas colonial**. INAPP e Editora Papel & Virtual, RJ, 2003.

menor proporção, seguiu carreira política tanto antes como depois da Proclamação da República²¹⁰.

Sua vocação política esteve entrelaçada à sua formação jurídica. Abolicionista, liberal e republicano, continuou sua atuação na vida pública após a Proclamação da República. Foi chamado pelo Governo Provisório para integrar a comissão que redigiria a lei eleitoral e elegeu-se Senador Constituinte Federal em 1890, permanecendo até 1893 quando, por motivos de saúde, se afastou na cidade de Diamantina, vindo a falecer no dia 21 de outubro de 1895, no Rio de Janeiro.

A família Felício dos Santos exerceu forte influência, não só no norte de Minas, mas na propaganda republicana, de forma geral. Na frente do periódico “O Jequitinhonha”, os irmãos Felício dos Santos conferiram às suas publicações semanais um teor político e social, no intuito de aumentar seu caráter e influência na formação da opinião popular para, então, conseguirem que mais cidadãos aderissem aos ideais republicanos. Outro membro da família que também esteve à frente das publicações republicanas foi Josefino Felício dos Santos, também conhecido como Josephino Pires, foi redator do jornal “A Idéa Nova”. Nascido no Serro (MG), primogênito de Joaquim Felício dos Santos e Maria Jesuína, veio de uma família tradicional mineira e com tradição nas publicações republicanas. Afinal, seu pai foi redator do primeiro jornal republicano mineiro “O Jequitinhonha”. Seu nome foi inspirado pelo seu tio Josefino Vieira Machado, que auxiliou seu pai a fundar o periódico em Diamantina. Influenciado tanto pelo pai como pelo tio, Josefino aos 17 anos já participava da campanha republicana e esteve ligado ao jornalismo e a política, autor do livro “Ensaio Filosóficos”²¹¹. Formou-se em direito em São Paulo, tornando-se depois um dos grandes propagadores da causa republicana e do positivismo em Minas Gerais; além de republicano, foi promotor e juiz municipal em Leopoldina e advogado no Rio de Janeiro²¹².

Outra família que merece destaque no movimento republicano é a do mineiro Aurélio Egídio dos Santos Pires, irmão de Antônio Egídio dos Santos Pires diretor do jornal “O Movimento” e primo de Francisco de Sá, que esteve à frente das publicações dos jornais “A idéa nova”. Apesar dos todos os três propagandistas terem cursado o ensino superior, a

²¹⁰ FERREIRA, Raína de Castro. **Utopia e prognóstico na história do Brasil imaginada por Joaquim Felício dos Santos (1860-1873)**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Ouro Preto, Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Ouro Preto: 2017, 148f.

²¹¹ Ver: RODRIGUES, José Carlos. **Idéias filosóficas e políticas em Minas Gerais no século XIX**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1986.

²¹² GOMES, Maysa. **Notas sobre positivismo e educação em Minas Gerais, entre o império e a república**. *Anais do IX Congresso Brasileiro de História da Educação João Pessoa*. Universidade Federal da Paraíba – 15 a 18 de agosto de 2017.

influência e adesão a causa republicana parece ter começado com o avô de Francisco de Sá, descrito no artigo: “Francisco de Sá: o homem e a cidade” como um ferrenho abolicionista e republicano, o que parece ter influenciado alguns membros da família posteriormente.

O primeiro deles foi Aurélio Egídio dos Santos Pires, nascido no dia 23 de março de 1862, na cidade do Serro (MG), filho de Aurélio Pires de Figueiredo Camargo e de Maria Josefina dos Santos Pires. Suas atividades à frente dos jornais começaram bem cedo, quando Aurélio Pires ainda tinha 17 anos e fundou o jornal estudante “A Mocidade”. Realizou grande parte de seus estudos em Sete Lagoas e em Diamantina. Formou-se em farmácia pela Escola de Farmácia de Ouro Preto (EFOP) no ano de 1894, e fundou sua primeira farmácia três anos depois em Belo Horizonte, onde foi Reitor do Ginásio Mineiro, diretor e professor de Geografia, História e Educação Moral e Cívica na Escola Normal Oficial. Aurélio Pires tentou cursar medicina na cidade do Rio de Janeiro, mas, devido à sua situação financeira e por problemas de saúde agravados, teve que abandonar o sonho de ser médico.

Em 1885, o farmacêutico e professor retornou e começou uma intensa atividade política, abolicionista e republicana, escrevendo para o jornal “O Movimento”. Após o advento da República, Aurélio Pires teve uma curta participação na vida pública, primeiro em 1890, como Chefe do Serviço de Estatística, e entre os anos de 1910 a 1913, no Rio de Janeiro, onde desempenhou o cargo de Diretor de Seção do Ministério da Viação e Obras Públicas. Os últimos registros encontrados mostram que, nos anos de 1913 a 1933, Aurélio Pires entrou para o corpo docente da então Faculdade Livre de Medicina, onde regeu as cadeiras de Toxicologia e Farmacologia, na cidade de Belo Horizonte, mesmo período que, a convite do Presidente Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, dirigiu o Arquivo Público Mineiro e publicou as seguintes obras: “Evangelina”; “Sinonímia química”; “Homenagem ao Dr. João Pinheiro da Silva”; Subsídios para a história da fundação da Faculdade de Medicina de Belo Horizonte; Compêndio de farmácia galênica e Homens e fatos de meu tempo. Almeida (2018) destaca que Aurélio Pires era um “Paladino da Cultura e da Ciência, extrovertido, de palavra fácil, lógica, bem medida, convencia e contaminava com suas ideias aqueles que tinham sentimentos cívicos e de progresso.”²¹³ Pires fundou o jornal “A Idéa Nova” no ano de 1879, quando tinha 17 anos. Faleceu no Rio de Janeiro no dia 25 de fevereiro de 1937.

Seu irmão mais novo, Antônio Olyntho dos Santos Pires, também natural do Serro (MG), nasceu no dia 15 de dezembro de 1860, e faleceu em Belo Horizonte (MG), em 25

²¹³ ALMEIDA, Christobaldo Motta de. **Aurélio Egídio dos Santos Pires: o patrono da Cadeira 29**. Academia Mineira de Medicina. Disponível em: < <http://www.acadmedmg.org.br/ocupante/cadeira-29-patrono-aurelio-egidio-dos-santos-pires/>>. Acesso em: 23 maio 2019.

fevereiro de 1925. Graduou-se engenheiro pela Escola de Minas de Ouro Preto (EMOP) no ano de 1882. Em 1884, Antônio Olyntho dos Santos Pires, exerceu a profissão de professor de matemática e de agrimensura, topografia e cosmografia, na escola em que se diplomara.

Foi chefe do partido constitucional e participou do 1º congresso republicano realizado em ouro preto no ano de 1888. Na mesma época, assumiu a direção do órgão republicano “O Movimento. Após a Proclamação da República elegeu-se deputado federal constituinte para o período de 1891 a 1896, porém, renunciou ao mandato em novembro de 1894. retornou ao jornalismo ao fundar e dirigir “O Estado de Minas”, durante o período de 1893 e 1894.

Dentre as diversas funções que exerceu ao longo de sua trajetória, foi chefe da missão brasileira junto à exposição de Saint-Louis nos Estados Unidos, no ano de 1904. Deixou numerosos estudos sobre problemas históricos e científicos, publicados em revistas, e escreveu silhuetas parlamentares, com o pseudônimo de “Lúcio Floro”. Faleceu em Belo Horizonte no dia 25 de fevereiro de 1925.

Já a trajetória de Francisco Sá pode ser encarada como típica dos jovens republicanos. Nascido em Brejo das Almas, em 14 de setembro de 1862, foi um engenheiro, jornalista e político brasileiro. Era filho de Francisco José de Sá Filho, rico fazendeiro e criador de gados, e de Dona Agustinha Josefina Vieira Machado dos Santos Sá. Casou-se com Olga Nogueira Pinto Accioli. Seus estudos foram feitos em Diamantina, e depois em Ouro Preto, onde se formou em engenharia, pela Escola de Minas de Ouro Preto, em 1884. Logo após a sua formatura, elegeu-se Deputado Provincial pelo Estado de Minas, e depois Deputado Geral pelo Ceará²¹⁴.

Com a República, regressou a Minas, e desempenhou as funções de Diretor do Serviço de Terra e Colonização. Fez parte do Governo do Estado de Minas, como Secretário da Agricultura, na presidência Bias Fortes. Foi deputado provincial, ministro de Viação e Obras Públicas dos governos Nilo Peçanha e Artur Bernardes. Em 1909, assumiu o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Foi deputado geral, deputado federal e senador, entre os anos de 1906 e 1927. Em sua homenagem à cidade de seu nascimento, Brejo das Almas, em 1938, mudou seu nome para Francisco de Sá. Faleceu no Rio de Janeiro, no dia 23 de abril de 1936, aos 73 anos. As ideias republicanas na família de fato parecem ter começado a surgir na fazenda de Brejo de Santo André de propriedade de seu avô Francisco José de Sá, pertencida ao município de Grão Mogol, hoje pertence ao município de Francisco Sá, antigo Brejo das Almas.

²¹⁴ PORTAL ACERVO FRANCISCO DE SÁ. Francisco Sá - **O homem a cidade**. Disponível em: <<http://acervofsa.blogspot.com/p/francisco-sa.html>>. Acesso em: 23 maio 2018.

Sobretudo, se observamos que o período de defesa da causa republicana tanto Aurélio Egídio, como Antônio Olyntho e Francisco de Sá, começou antes do acesso ao ensino superior.

O último propagandista analisado que teve o primeiro contato com o republicanismo através da família foi o mineiro Olímpio Júlio de Oliveira Mourão. Mourão nasceu em Diamantina, no dia 8 de março de 1857. Filho dos diamantinenses, o advogado João Raymundo Mourão e Bernardina Flora de Azeredo Mourão. Concluiu seus estudos em Diamantina, quando, aos dezesseis anos, Olímpio Mourão fundou “O Estudante”, com forte influência de seu pai, que era um político liberal respeitado na cidade. Trabalhou, no foro diamantinense, ao lado de João Raymundo e dos drs. Joaquim Felício dos Santos e Francisco Ferreira Corrêa Rabello. Uma de suas tarefas foi passar a limpo o Projeto do Código Civil²¹⁵.

Olímpio Mourão se casou com Marianna Corrêa de Oliveira Mourão, em 1877, ano que passou a ocupar o cargo de secretário da Câmara Municipal, sendo, posteriormente, nomeado professor da antiga Escola Normal, onde lecionou por dois anos. Assumiu a promotoria pública da comarca durante os próximos cinco anos. Através da união de Mourão com sua esposa, contabilizamos cerca de pelo menos 15 filhos; a maioria seguiu na vida pública como o pai, e formaram-se em direito²¹⁶. Algumas filhas dedicaram-se à vida religiosa e outras seguiram como professoras. Um de seus filhos, Olímpio Mourão Filho, pertencente ao Exército Nacional, participou posteriormente do movimento integralista. Já uma de suas filhas, D. Maria Mercedes Corrêa Mourão, seguiu os primeiros passos do pai como redatora-chefe do jornalzinho noticioso local "Esperança". Em 1883, a Tribuna da Relação o concedeu a carta de advogado. Militante do Partido Liberal, do qual era secretário, foi eleito vereador e vice-presidente da Câmara Municipal; depois, exerceu as funções de contador dos Correios de Diamantina, das mesmas se exonerando para voltar à Câmara Municipal como seu presidente e agente executivo; cargo para o qual o se elegeu quatro vezes consecutiva.

Boehrer discorre, em sua obra, que havia uma tradição radical e republicana mineira, que fazia os republicanos mineiros identificarem no Partido Liberal um meio de alcançar suas desejadas reformas. Foi justamente esse fato que proporcionou o surgimento tardio do Partido Republicano Mineiro. Olímpio Mourão foi um desses casos. Advogou desde muito novo, devido às influências de seu pai no Partido Liberal. Quando fundou “O Estudante”, estava cheio de energia e ameaças ao governo. Uma delas foi publicada na 10ª ed. de 1873, em que chamava

²¹⁵ Ver em: **Verbetes CPDOC**, disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/mourao-filho-olimpio>>. Acesso em: 21 maio 2019 e Genealogia da Nossa Gente, Disponível em: <<https://www.nggenealogia.com.br/tree/individual.php?pid=I86>>. Acesso em: 21 maio 2019.

²¹⁶ **Livro de Registro de Batismo**. Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Diamantina. Nossa Gente. Disponível em: <https://www.nggenealogia.com.br/tree/source.php?sid=S3>. Acesso em: 22 maio 2019.

D. Pedro para prestar atenção naquele pequeno periódico que estava surgindo e debochava da figura do Imperador, que se apresentava todo enfeitado, mas que na verdade fazia tudo que seus ministros mandavam, um verdadeiro “boneco de cera” nas palavras do próprio jornal.²¹⁷

Mourão declarava-se abolicionista e investia nas campanhas pelo fim da escravidão. De acordo com o jornal “Voz de Diamantina”, Mourão fundou, sob o patrocínio do Bispo D. João A. dos Santos, uma das primeiras sociedades emancipadoras que houve no Brasil, que conseguiu libertar milhares de escravos. Como advogado, em uma de suas viagens pelos distritos, conseguiu obter, de uma única vez, oitocentas cartas para libertar os escravos²¹⁸. Após a Proclamação da República, Olímpio Mourão se candidatou na eleição de Agente Executivo Municipal, pelo Partido Republicano Constitucional, em 1896, e em várias outras eleições que se seguiram, tendo permanecido na vida pública até sua morte, em 5 de setembro de 1933, aos 76 anos em Belo Horizonte.

Os processos de transmissão e formação de opiniões políticas chamado de Socialização Política, via de regra não pode ser separado dos processos gerais de formação de crenças, valores e atitudes presentes na existência humana, à relação com o outro, às hierarquias sociais e às regras de comportamento, bem como à significação moral e religiosa dos atos. No entanto, não se pode negar que seja possível apreender, de diferentes formas, os processos de transmissão que concernem especificamente ao mundo da política.

Nesse sentido, a socialização política que ocorre no núcleo familiar é de suma importância. Não é o objetivo deste trabalho fazer um estudo mais detalhado como fazem os historiadores da família, nosso objetivo é bem singelo: mostrar as diferentes agências de socialização política que podem ter influenciado ou permitido um primeiro contato com o republicanismo. A família do século XIX era composta por um grupo, ao qual se incorporavam parentes, afilhados e agregados. O sistema de parentesco era a forma pela qual os indivíduos se reconheciam no mundo: ser filho, parente, compadre, escravo do senhor proprietário, conferia os limites e possibilidades para cada indivíduo. As famílias influentes, aquelas que possuíam algum poderio local e econômico, influenciavam de forma direta na atividade jornalística dos redatores republicanos. Apesar da curta duração de alguns periódicos, os propagandistas oriundos dessas famílias permaneciam com suas publicações por um período mais longo que os demais.

²¹⁷ **O ESTUDANTE**, Diamantina, ano I, ed. 10, 21 ago. 1873, p. 2.

²¹⁸ **A VOZ DO POVO**, Diamantina, ano V, ed 46, 24 ago. 1884, p. 1.

Sem dúvida, um parente próximo que havia tido contato com a causa republicana ou com o meio político liberal, acaba por influenciar na aquisição de valores, na resignificação de atitudes em função de determinadas experiências individuais, conjunturas econômicas e políticas. Entretanto, não podemos afirmar que foi somente através da influência familiar que os redatores tiveram contato com a causa republicana. O caso exemplar, nesse sentido, é do republicano Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, que, apesar de a família ser reconhecidamente monarquista, e de participar ativamente nas questões políticas do período, Antônio Andrade se declarou republicano e começou a advogar a causa como apresentado no próximo tópico, o que constata que o processo de socialização é contínuo e possui várias agências difusoras ao longo da vida de cada indivíduo.

3.3 A República através dos letrados: instituições de ensino e ocupações profissionais

Destacamos que a família, primeira estrutura de socialização encontrada pelo indivíduo, tem desempenhado importante papel na socialização política. Entretanto, ela não foi a única a influenciar os propagandistas republicanos que publicaram em Minas Gerais. Cerca de 42,85% dos propagandistas tiveram o primeiro contato com as ideias republicanas através das instituições de ensino, seja no ensino primário ou superior. Nessas instituições, surge a oportunidade de adquirir conhecimento político e ampliar as experiências de participação. O indivíduo passa a ter acesso ao conhecimento e informação política e pode realizar a socialização política por meio das discussões realizadas tanto na sala de aula, como através das relações entre colegas, professor/aluno e das atividades práticas de ensino.

A História de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada redator e proprietário do Jornal “O Correio de Barbacena” é exemplar no sentido. O propagandista pertenceu à segunda geração dos Andradas e é o terceiro político desse nome²¹⁹. Conhecido como “o senador”, nasceu em 1835, filho do conselheiro Martim Francisco Ribeiro de Andrada e de Gabriela Frederica Ribeiro de Andrada. Era sobrinho-neto de José Bonifácio de Andrada e Silva. Casou-se em Barbacena com Adelaide de Lima Duarte. Em 1862, formou-se em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo. Dois anos depois, mudou-se para Barbacena e começou

²¹⁹ A família dos “Andradas”, possui uma influência histórica na cidade de Barbacena. Uma família que está no Congresso há 190 anos, já produziu mais de 15 deputados e senadores, quatro presidentes da Câmara, oito ministros de Estado e dois ministros do STF, além de governadores, prefeitos e vereadores. Ao todo, rendeu mais de 20 políticos e ocupantes de altos cargos públicos. Ver: LADEIRA, Francisco Fernandes. **As relações políticas entre as famílias Bias Fortes e Andrada na cidade de Barbacena: da formação da poderosa aliança à criação do mito da acirrada rivalidade.** *Mal-Estar e Sociedade* - Ano II - n. 3 - Barbacena - nov. 2009 - p. 55-76. Disponível em: <<http://revista.uemg.br/index.php/malestar/article/viewFile/20/48>>. Acesso em: 03 jun. 2019.

as atividades como jornalista. Além de exercer sua profissão como advogado e jornalista, Andrada desenvolveu as funções de juiz municipal e de órfãos, vereador e presidente da Câmara Municipal de Barbacena e deputado geral no Império.

Sua trajetória teve uma grande mudança quando, em 1886, Andrada se declarou republicano, fato que provocou repercussão em razão da projeção tradicional de sua família. Andrada teve contato com as ideias republicanas em 1862, quando cursou ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo, o que demonstra que a família não é a única responsável pela socialização política de um indivíduo. A partir desse momento, Andrada esteve à frente das atividades e direção da associação e do jornal “O Correio de Barbacena”. Antônio de Paiva Moura descreve que a participação dos políticos de Barbacena foi destaque importante no Movimento Republicano Mineiro, principalmente a adesão à causa de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada²²⁰. Com o advento da República, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada tentou concorrer, em 1890, à Constituinte Federal, sem sucesso, tendo recebido 12.785 votos²²¹. Em janeiro de 1891, foi eleito senador constituinte estadual e participou, com voto favorável, da sessão do Congresso mineiro que decidiu pela mudança da capital de Minas Gerais de Ouro Preto para Belo Horizonte. Já o jornal “Correio de Barbacena” teve vida curta, como a maioria dos periódicos da época. Após dois anos de publicações, as atividades dos jornais se encerraram antes da Proclamação da República em 1888²²².

Outros redatores foram influenciados pelas suas instituições de ensino e tiveram o primeiro contato com a causa republicana. O primeiro deles, Francisco Honório Ferreira Brandão foi o responsável pelos primeiros editoriais do jornal “O Colombo”, um campanhense, filho de Martiniano da Silva Reis Brandão e de Bárbara Ferreira Lopes. Fundou o jornal juntamente com seus amigos Lúcio Mendonça e Manuel Oliveira de Andrade. Um republicano histórico, lutou a favor da causa republicana e saiu da redação do jornal em 1880, quando Lúcio de Mendonça assumiu o cargo.

Brandão era médico, professor, jornalista e historiador. Formou-se na Academia de Medicina do Rio em 1864, aos 17 anos, momento que teve contato com as primeiras ideias republicanas. Brandão fixou-se na cidade do Rio de Janeiro, instalando ali sua primeira clínica médica onde desempenhava o papel de médico, cirurgião e parteiro. Devido a essa atividade,

²²⁰ MOURA, Antônio de Paiva. **Campo das Vertentes: sua origem e sua característica**. As Minas Gerais, 2012. Disponível em: <<http://www.asminasgerais.com.br/?item=CONTEUDO&codConteudoRaiz=87>>. Acesso em: 01 jun. 2019.

²²¹ MASSENA, Nestor. **Barbacena. A Terra e o Homem** (Primeira Parte). Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1985, pg. 123.

²²² ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL, vol. 117, 1997, p. 82.

notabilizou-se por toda região e logo passou a ter seu nome associado também às causas políticas, a essa época já se encontrava envolvido na imprensa periódica. Antes de desposar a causa republicana Ferreira Brandão trabalhara na redação do Planeta Sul, junto de Américo Lobo, entre 1865 e 1867, órgão do Partido Liberal. Em 1869 figurava entre os editores do Radical Sul-Mineiro, primeira folha ostensivamente republicana do estado, mas de exígua duração.

Ferreira Brandão militara no Partido Liberal, mas ao abraçar o republicanismo ao final da década de 1860 tornou-se um dos mais denodados propagandistas da República, organizando no município o Partido Republicano local. Devido sua participação na causa republicana foi eleito deputado à Constituinte logo depois de proclamada a República. Entre 1899 a 1906, voltou ao cenário político como deputado estadual em Minas, onde permaneceu até sua morte.

Na segunda etapa do jornal “O Colombo”, Lúcio de Mendonça assumiu a redação. Com morte de seu pai com apenas 5 anos, o propagandista foi mandado para São Gonçalo do Sapucaí (MG). Ali aprendeu a ler sozinho, sem professores. Em 1871 ingressa na Faculdade de Direito de São Paulo, e começa a ter contato com literatura e ideias de República. Este período foi-lhe de suma importância, com a suspensão da faculdade por participar de um protesto contra os professores, Mendonça foi para o Rio de Janeiro onde, junto ao irmão, trabalhou na redação de do jornal “A República”, e passou a conviver com Quintino Bocaiúva, Joaquim Serra, Salvador de Mendonça, Francisco Otaviano, Machado de Assis, Joaquim Nabuco. Em 1872, publicou, com prefácio de Machado de Assis, o seu livro de estreia, “Névoas matutinas”.

Em 1873, estava de novo em São Paulo, novamente matriculado na Faculdade de Direito. Publicou seu segundo livro, “Alvoradas”, e entrou para a redação do jornal “A Província de São Paulo”. Após a colação de grau, em 1878, regressou ao Rio. Foi para São Gonçalo de Sapucaí. Em 1880, casou-se com D. Marieta, filha do solicitador João Batista Pinto. Com a nomeação de delegado da Inspeção Geral da Instrução Pública da Província de Minas no Distrito de São Gonçalo. Foi eleito vereador da Câmara de São Gonçalo, exercendo a vereança até 1885. Foi nesse período que Mendonça passou a colaborar no “Colombo” e fez a maior parte de sua pregação republicana.

Mendonça era considerado um republicano radical, ortodoxo, doutrinário e inflexível crítico ferrenho dos "apostatas" de Minas e defensor da disciplina partidária e da coerência de princípios²²³. Não admitia a conciliação, nem as alianças com os antigos monarquistas. Com a

²²³ CASTILHO, Fábio Francisco de Almeida. **O republicanismo histórico no sul de minas: a linhagem dos periódicos republicanos locais. VIII Encontro regional (ANPUH- MG).** 24 a 27 jul. 2012. Disponível em: <http://www.encontro2012.mg.anpuh.org/site/anaiscomplementares> . Acesso em 10 out. 2019.

Proclamação da República, já no governo de Campos Sales, Lúcio de Mendonça foi eleito Ministro da Justiça e ficou conhecido como um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras. Destacou-se seu romance “O marido da adúltera”, publicado no próprio jornal. Veio a falecer aos 55 anos, em sua terra natal.

Outro propagandista que publicou na região de Campanha e foi teve contato com a causa através de seus estudos, foi Américo Werneck, o principal redator da “Gazeta Sul Mineira”, era engenheiro fluminense que se mudou para o Sul de Minas Gerais com o objetivo de construir sua carreira política. Ainda no tempo do Império, militou pela abolição e pela república em inúmeros periódicos. Mais tarde, com a república, ocupou alguns cargos públicos, mas sem grande destaque. Nascido na província do Rio de Janeiro, em 1855, Werneck cursou a Escola Politécnica do Rio de Janeiro, diplomando-se em 1877. Chegou ao Sul de Minas no início da década de 1880, onde sua família possuía propriedades. Werneck revelou-se um convicto republicano, e passou a defender a causa através da imprensa logo após seu contato com o ensino superior.

Já Francisco Bressane Azevedo era natural de Sapucaí, estudou humanidades em Portugal, adquirindo o título de doutor em ciências jurídicas. Republicano histórico, lutou pela causa republicana e conseguiu variados cargos públicos após a proclamação, entre eles, como vereador de São Gonzalo do Sapucaí (1890), onde também foi presidente da Câmara e agente municipal. Deputado estadual (1898), fez parte da Comissão de Instrução Pública, prefeito de Belo Horizonte (1902), deputado federal no Rio de Janeiro (1905 até 1918, com sucessivas reeleições). Foi ainda inspetor das Escolas Normais do Estado de Minas Gerais, durante o governo de Fernando de Melo Viana (1924-1926), vindo a falecer no dia 6 de novembro de 1927²²⁴.

Em nossas pesquisas, também encontramos o nome de Manoel de Oliveira Andrade, que foi citado no Almanach Sul-Mineiro (1884, p. 82,85,92) como trabalhador de gráfica em oficina de encadernação na Typographia do Colombo e como membro do eleitorado do 13º distrito de eleitores da Freguesia da Cidade de Campanha. Andrade exercia a função de advogado, em lugares onde não houvesse doutores ou bacharéis em número suficiente, sendo nomeado pelo presidente do Tribunal da Relação, que lhe concedia provisão de até três anos.

O redator do jornal, Manuel de Oliveira Andrade, já fazia parte da propaganda republicana desde o início da década de 1870, ao lado de seu antigo sócio, Francisco Honório

²²⁴ BARBOSA, W. História; BENJAMIM, F. Silvano; BIOG. **Francisco Bressane Azevedo**. Disponível em: <<http://www.dicion%C3%A1rio/Francisco%20Bressane%20AZEVEDO/comunidade.do.htm>>. Acesso em 15 out. 2019.

Ferreira Brandão. Os dois haviam iniciado, em 1873, a produção do semanário “O Colombo”, e depois, juntamente com Júlio Bueno, fundaram “A Conjuração”. O jornal “A Revolução” comparado aos outros dois, fazia parte de uma imprensa mais radical e combativa. Talvez por esse fato, o semanário tenha durado do dia 5 de janeiro de 1889 a 15 de dezembro do mesmo ano. Quando proclamada a República, não viram mais motivos para sua circulação e encerrou-se sua produção. Outras colaborações encontradas ao longo das edições, além de Aristides Lobo, foram dos republicanos históricos Jonas Olinto, Américo Werneck e Aristides Maia.

Nome de suma importância para propaganda republicana mineira e principalmente pelos feitos pós proclamação é de Júlio Bueno Brandão. O republicano nasceu em 1858, em Ouro Fino, filho do comerciante e coronel da Guarda Nacional, Francisco de Paiva Bueno e de Francisca de Paiva Bueno. Em 1879, depois de prestar exame de qualificação, passou a advogar na comarca de Ouro fino. Foi Juiz de Direito de Camanducaia e Juiz municipal de Ouro Fino, de 1882 a 1883. Na mesma cidade, exerceu o cargo de delegado, em 1883. Participou do movimento republicano mineiro, desde o manifesto de 1870 até a proclamação da República em 1889, tendo sido propagandista entusiasmado. Proclamado o novo regime, foi nomeado pelo presidente do Estado de Minas Gerais. Em 1893, elegeu-se deputado estadual. Cumpriu na Assembleia Legislativa dois mandatos até 1898. Na Assembleia, foi líder do governo, relator da Comissão de orçamento e presidente da Comissão de Assuntos Municipais. Da política Estadual, passou para o plano federal, elegendendo-se senador por Minas Gerais, de 1897 a 1899, e reeleito para o mandato de 1900 a 1908. Brandão continuou na vida política até seu falecimento, em março de 1931, no Rio de Janeiro.

Quando se fala em movimento republicano mineiro, a referência ao nome de João Pinheiro da Silva é obrigatória. Tanto pelos feitos pós Proclamação da República, quando assumiu como presidente interino do estado de Minas em 1890, como pelas suas atividades no jornal “O Movimento”. João Pinheiro da Silva, filho de Giuseppe Pignataro e Carolina Augusta de Moraes, nasceu no Serro – MG, no dia 16 de dezembro de 1860. Diplomou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1887, quando começou a advogar pela causa republicana de forma mais energética. Para ajudar a custear seus estudos, tornou-se professor da Escola Normal de São Paulo, onde conheceu Helena de Barros, sua futura esposa. Paralelamente aos estudos, dedicou-se a outras atividades, como o jornalismo, o magistério e a política. João Pinheiro mudou-se para Ouro Preto, local onde estabeleceu um escritório de advocacia. Na cidade, foi um dos organizadores do Clube Republicano e, em julho de 1888, liderou a organização do primeiro Partido Republicano Mineiro, passando para a direção do jornal. Retornou à vida política em 1889, quando assumiu a presidência da câmara municipal de Caeté e exerceu

também a função de Agente Executivo nessa cidade. Dedicou-se à carreira política e empenhou-se também na solução das questões políticas, sociais e educacionais do estado. Deu início à Reforma do Ensino Primário e Técnico-Profissional, criou a Escola Normal de Belo Horizonte e fundou o Instituto histórico e Geográfico de Minas Gerais. João Pinheiro morreu aos 47 anos, no auge da carreira política²²⁵.

Segundo Silva, João Pinheiro deslumbrava alcançar o avanço por meio da ciência e da técnica, tendo em vista atingir o progresso social. Assim, João Pinheiro da Silva, acreditava que a reforma social e política após a República deveria passar, necessariamente, pela mudança dos costumes e da mentalidade. Com ideias de progresso e avanço, muito influenciado pelo contato com o positivismo, quando se graduou em São Paulo, o propagandista fazia parte de uma geração de jovens brasileiros que almejava o declínio da Monarquia.

A Região Central também contou com a publicação do jornal “O Contemporâneo”, sob a redação de Arthur Lobo, nascido em Conceição de Jesus – MG, em 9 de setembro de 1869. Filho de Francisco da Silva Lobo, e de Maria Leopoldina da Silva Lobo. Seus primeiros estudos foram feitos na cidade de Uberaba – MG. Como seu pai era militar, as mudanças eram constantes; Lobo morou no Rio de Janeiro e, posteriormente, em Sabará. Em 1884, estudou engenharia em Ouro Preto, mas não chegou a concluir o curso. Arthur Lobo conheceu Luiz Cassiano Martins, quando começou a atuar como professor de português em Sabará, e ambos decidiram fundar o Ateneu Sabarense. Lobo, a partir de seu contato com a educação, aventurou-se no mundo dos livros, com alguns poemas, poesias e romances²²⁶. Em 1891, casou-se com Maria Vaz. Nesse mesmo ano, ingressou no serviço público e, mais tarde, mudou-se para Salvador – BA. Depois de Salvador, foi morar em Ribeirão Preto - SP, e mais tarde foi viver em Uberaba, MG. Em 1897, foi para Belo Horizonte, onde trabalhou como jornalista e tesoureiro. Morreu na capital mineira, em 25 de setembro de 1901, com 32 anos, vítima de tuberculose²²⁷.

²²⁵ Dados extraídos de: SILVA, Adelmo José da. **A moral positivista em João Pinheiro da Silva**. *Revista Estudos Filosóficos* nº 7/2011 – versão eletrônica. São João del-Rei-MG Pág. 260 – 269. Disponível em: < https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/revistaestudosfilosoficos/art23_rev7.pdf>. Acesso em: 02 out. 2019.

²²⁶ Arthur Lobo escreveu em 1890, um livro de poemas, intitulado “*Lei universal*”; no ano seguinte surgiu “*Ritmos e rimas*”, em 1893, “*Evangelhos*”, e em 1896 “*Quermesses*”. Estes dois últimos títulos estão reunidos no volume de “*Poesias*”, publicado em 1911. Dois novos títulos surgem, “*Um escândalo*”, romance de costumes, publicado em 1897, no qual se delineava como autor naturalista, e “*Rosaes*”, romance psicológico, escrito em 1899. Em 1901, duas novelas foram reunidas num só livro, “*O Outro*” que dá título ao volume e “*No cárcere*”.

²²⁷ Dados extraídos de: FANGUEIRO, Maria do Sameiro. **Arthur Lobo**. Periódicos e Literatura. Biblioteca Nacional Digital Brasileira. Disponível em: < <http://bndigital.bn.gov.br/dossies/periodicosliteratura/personagens-periodicos-literatura/arthur-lobo/>>. Acesso em: 5 out. 2019.

Ao contrário da maioria dos propagandistas apresentados, Francisco Corrêa Ferreira Rabello aparece somente à frente das atividades do jornal “O Tambor”. Era advogado Bacharel e Professor de filosofia e retórica. Nasceu no dia 15 de julho de 1844, na cidade de Curralinho, MG. Francisco Rabello cursou Direito na Faculdade de São Paulo, em 1867. Quando retornou a Minas, se mudou para Diamantina, onde ingressou no Ministério Público, tendo sido nomeado promotor de justiça. Casado com Gabriela Antonina da Mata Machado, após entrar na vida pública, filiou-se ao Partido Liberal, e foi consagrado membro do Diretório Liberal de Diamantina, ao lado de Olympio J. de Oliveira Mourão, Dr. João da Matta Machado, Theodomiro Alves Pereira, Josefino Vieira Machado (Barão do Guaicuhy), Fernando Machado Sampaio e João Raimundo Mourão²²⁸. Segundo Dias (2017), Rabello pertencia à Maçonaria, por meio da Loja Maçônica Atalaia do Norte (1874). Em 1878, foi nomeado por concurso à cadeira de Filosofia e Retórica do Externato Diamantinense, sendo também nomeado professor de aritmética para a Escola Normal²²⁹.

Francisco Rabello fez parte de um grupo de jovens que trabalhava ao lado de Joaquim Nabuco pela abolição do cativo. Como diretor de “O Tambor”, quase na fase final da propaganda, aproveitou a visibilidade da folha para mencionar sua candidatura a deputado geral, em oposição ao liberal João Mata Machado, nas últimas eleições do regime monárquico. A notícia do advento da República chegou a Diamantina no próprio 15 de novembro por meio de um telegrama recebido, conforme informação de “O Tambor”, do dia 27 do mesmo mês, sem grande movimentação por parte da cidade. Proclamada a república, elegeu-se deputado à Assembleia Constituinte por Minas, eleito com a expressiva contagem de 40.847 votos (1891)²³⁰. Francisco Corrêa veio a falecer no dia 21 de julho de 1892, na cidade de Sabará, Minas Gerais, com 48 anos.

Como os demais propagandistas republicanos do Triângulo Mineiro, traçar uma biografia e trajetória é uma tarefa árdua, uma vez que a maioria desses homens, diferentemente dos demais propagandistas de outras regiões, não se dedicou à vida política com cargos de destaque com a chegada da República. No Dicionário Bibliográfico de Médicos de Sergipe, consta que Manoel Raymundo de Mello Menezes era natural de Itabaiana/SE. Nasceu em 1864, filho de Manuel Gaspar de Mello Menezes e Cordula Accioly de Menezes (irmã do Barão de Aracaju). Formou-se pela Faculdade de Medicina da Bahia em 3 de maio de 1886, defendendo

²²⁸ NOSSA GENTE. **Francisco Corrêa Ferreira Rabello**. Disponível em: <<https://www.nggenealogia.com.br/tree/individual.php?pid=I629&ged=php.ged>>. Acesso em: 24 maio de 2019.

²²⁹ DIAS, op. cit. p. 47.

²³⁰ NOSSA GENTE. **Estudo Genealógico e Biográfico das Famílias Corrêa, Rabello, e Corrêa Rabello**. Disponível em: <<https://www.nggenealogia.com.br/tree/source.php?sid=S66>>. Acesso em: 24 maio 2019.

a tese “Delivramento artificial”. Atuou em Minas Gerais como médico e jornalista. Em nossa pesquisa, seu nome não aparece associado a outros jornais. Veio a falecer em Uberaba/MG, em 14 de julho de 1898, com 34 anos²³¹.

José de Oliveira Ferreira nasceu na cidade de Uberaba, no dia 13 de agosto de 1864. As informações sobre sua vida estão disponíveis graças à sua participação na Academia Mineira de Medicina, ocupando a cadeira de número 87. Filho de José de Oliveira Ferreira e de Maria Rosa Soares Pinheiro, ambos imigrantes portugueses. Médico formado na Faculdade de medicina do Rio de Janeiro, abriu consultório na capital, e fez viagens para a Europa, onde frequentou hospitais de Paris, Berlim e Viena, dedicando-se ao aprendizado. De volta ao Brasil, fixou residência em Uberaba e continuou atuando como médico.

Sua dedicação à política começou logo após suas viagens, como descreve Almeida²³². Quando voltou a Uberaba, fundou, juntamente com os amigos, o Partido Republicano local e o jornal “Tiradentes”. Almeida também destaca que José de Oliveira Ferreira nunca se candidatou a cargos e nem os aceitou²³³. Entretanto, envolveu-se com a agropecuária, tonando-se um dos mais prestigiados importadores de gado indiano para a região do Triângulo Mineiro. Em 1903, comprou a empresa Força e Luz Caldeira Ferreira e Cia, e começou a investir no progresso da cidade. Em uma de suas viagens para Europa, trouxe equipamentos essenciais para a cidade, como Raio X. Atuou como médico até os 80 anos, quando não conseguiu mais exercer a profissão. Segundo Almeida, José de Oliveira Ferreira era um “Homem de grande simplicidade e aspecto austero infundia confiança em seus clientes e respeito [...] tímido por natureza, não comparecia a Congressos médicos, não ocupou cargos de destaque, nem deixou obras escritas, salvo sua tese de formatura.”²³⁴ Faleceu em Uberaba, no dia 02 de julho de 1951.

Já Francisco Martins de Andrade, redator e proprietário do jornal “O Lavrense”, nasceu em Uberaba, mas mudou-se para Lavras ainda na infância. cursou direito na faculdade de São Paulo, onde provavelmente teve contato com o positivismo e os ideários da República, e retornou à cidade onde ocupou o cargo de promotor público. Em 1888, Andrade conseguiu eleger-se deputado republicano à Assembleia Provincial de Minas, na legislatura de 1888 a

²³¹ DICIONÁRIO BIBLIOGRÁFICO DE MÉDICOS DE SERGIPE. **Verbete M.** Disponível em: <<http://academiasergipanamedicina.com.br/dicionariomedico/dicionario.php?id=31911>>. Acesso em 22 jun. 2019.

²³² ALMEIDA, Christobaldo Motta de. **José de Oliveira Ferreira: é o patrono da Cadeira 87.** *Academia Mineira de Medicina*. 2017. Disponível em: <<http://www.acadmedmg.org.br/ocupante/jose-de-oliveira-ferreira/>>. Acesso em: 26 jun. 2019

²³³Ibidem p. 2.

²³⁴ Ibidem, p. 1.

1889²³⁵. Após a Proclamação da República, Francisco Martins de Andrade ocupou o cargo de vereador em Lavras e presidente da Câmara Municipal. Seu nome está entrelaçado ao jornalismo, conhecido como o fundador da imprensa em Lavras, por meio do republicanismo contido nas páginas do jornal. A carreira política de Andrade foi curta após o advento da República, tendo falecido aos 38 anos, em 9 de maio de 1892, em decorrência da febre amarela na cidade do Rio de Janeiro²³⁶.

É importante destacarmos que não foi somente o ensino superior que teve influência em alguns indivíduos no conhecimento da causa republicana. O contato com o curso primário também mostrou como um forte canal de socialização; é o caso de Theophilo Domingues Alves Ribeiro, redator do jornal “Irradiação”, era rabula e natural de Aracati, no Ceará, que foi sócio da Cia Engenho Central Aracaty, localizada nas proximidades da Estação de Vista Alegre, no município de Leopoldina, onde se beneficiava a cana de açúcar²³⁷. Em 1890, Theofilo foi eleito presidente da Companhia Vila Rica, em Ouro Preto, e vendeu o jornal para Sérvulo Fontes & Barreto. Não encontramos nenhuma informação se o periódico continuou em circulação, após a venda. Um dos colaboradores do jornal Francisco de Paula Ferreira de Rezende. Em seu livro “Minhas Recordações”, relata lembrar-se dos tempos em que estava convicto acerca do republicanismo, após terminar a formação primária e dedicar a seus projetos como advogado.

O mesmo aconteceu com Estevão de Oliveira, redator do periódico “O Povo”; nasceu em 28 de janeiro de 1853, na freguesia S. José do Turvo, município de Piraí, província do Rio de Janeiro. Filho do professor Cesário José Cardoso de Oliveira e de Joaquina Maria de Oliveira. Casou-se em 1882, e teve seis filhos. Ao ser forçado a abandonar o cargo de professor, em consequência de ter se declarado francamente contrário à monarquia, mudou-se para Cataguases e passou a se dedicar exclusivamente ao jornalismo. Foi nessa época que esteve à frente das atividades do jornal “O Povo”. Estabeleceu-se em Juiz de Fora no ano de 1893, onde foi responsável por mais um jornal republicano, intitulado “Minas Livre”. Fundou e dirigiu também os jornais “O Popular” (Cataguazes, 1889- 1893), “Correio de Minas” (Juiz

²³⁵ COSTA, Firmino. (9 de maio) **Dr. Francisco Martins de Andrade**. *Vida Escolar*, n. 2. Disponível em: < <http://historiadelavras.blogspot.com/2019/05/9-de-maio-dr-francisco-martins-de.html>>. Acesso em: 05 jun. 2019.

²³⁶ MONTEIRO, Ian Agostini dos Santos *et al.* **A História da Imprensa de Lavras Através das Eras Políticas Brasileiras**. 9º Encontro Nacional de História da Mídia, 2013. Disponível em: < <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/9o-encontro-2013/artigos/gt-historia-do-jornalismo/a-historia-da-imprensa-de-lavras-atraves-das-eras-politicas-brasileiras>>. Acesso em: 05 jun. 2019.

²³⁷ MACHADO, Luja; CANTONI, Nilza. **Irradiação: a imprensa em Leopoldina (MG) entre 1879 e 1899**. *Leopoldinense*. 2015. Disponível em: < <https://leopoldinense.com.br/coluna/281/irradiacao>>. Acesso em 28 ago. 2019.

de Fora, 1894-1914), além de ter colaborado em jornais cariocas e mineiros²³⁸. Estevão de Oliveira dedicou seus escritos a atacar de forma clara os escravocratas e os monarcas, enaltecendo a promulgação da Lei Áurea e posteriormente o advento da República.

O propagandista completou seu curso primário numa escola particular em Cataguases aos 21 anos, e dedicou-se a estudar sozinho pedagogia, língua inglesa e a literatura latina, foi quando teve o primeiro contato com a causa republicana. Profissionalmente, atuou como professor de ensino primário e secundário, inspetor de ensino, jornalista, literato e tradutor dos clássicos latinos. Iniciou na carreira de professor público de primeiras letras, em 1879. Com a proclamação da República, foi encarregado pelo governo do estado de estudar a organização do ensino primário em São Paulo e Rio de Janeiro, de cuja viagem resultou a publicação de um relatório, sob o título de Reforma do Ensino Primário e Normal em Minas. Em 1909, Estevão de Oliveira exerceu a função de inspetor técnico de ensino até 1909, cargo ao qual ele retornou alguns anos depois e permaneceu até a sua morte na cidade de Juiz de Fora, em 1926²³⁹.

Com a descrição da trajetória dos 15 redatores republicanos, percebemos que a socialização vai se fundamentando ao longo da vida de cada indivíduo. Se a infância e a adolescência criaram valores iniciais, a experiência que um indivíduo obtém ao longo da sua vida, também irá criar ou aprofundar valores.

As instituições de ensino providenciam conhecimento sobre o papel do indivíduo no mundo político, e sobre o funcionamento desse mundo. Sendo também uma forte fonte de transmissão das atitudes e valores da sociedade em questão.

A educação é essencial para a criação e desenvolvimento das aptidões políticas dos indivíduos, mesmo aqueles propagandistas que se declaram autodidatas e não frequentaram os meios formais de ensino, estão continuamente imersos na leitura expandindo seus repertórios políticos.

Nos meios formais de ensino, além da sala de aula e o contato com os professores, o indivíduo também molda seu modo de pensar através de grupos que se caracterizam como unidades sociais que influenciam as atitudes políticas.

Os membros desses grupos partilham opiniões iguais sobre vários assuntos e acabam se influenciando mutuamente. É importante notarmos que quase metade dos propagandistas

²³⁸ CHAMON, Carla Simone e ZICA, Matheus Cruz. **República e educação em Estevão de Oliveira**. ED. FOCO, N. especial, p.51-60 - mar/ago 2007. Disponível em: < <http://www.ufjf.br/revistaedufoco/files/2013/05/03.pdf> >. Acesso em: 02 set. 2019.

²³⁹ KAPPEL, Marília Neto. **O pensamento educacional de Estevam de Oliveira expresso através do jornal correio de minas (1897- 1908)**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São João del-Rei. 2010. 104F.

analisados provavelmente tiveram contato com a causa republicana por meio da educação, o que demonstra a relevância dessa agência de socialização para causa republicana.

3.4 A República através dos jornais e clubes: propaganda e defesa republicana

A família, as instituições de ensino, os grupos sociais e profissionais, os meios de comunicação e os partidos políticos são destacados pela literatura como os principais agentes de socialização política²⁴⁰. Presenciamos nos últimos anos em nosso país como os meios de comunicação têm ocupado papel primordial na formação de agentes difusores de opiniões políticas, não necessariamente tem resultado em vetores positivos. Principalmente a internet com a formação de identidades coletivas e de uma nova forma de comunicar as demandas perante o Estado, constituindo-se, portanto, em uma nova modalidade de socialização política.

No século XIX, sem a internet, a televisão ou o rádio, os meios para atingir um grande público era primordialmente os jornais impressos. Mesmo em uma sociedade em que 82,3% da população era analfabeta, como destaca o censo de 1890, as leituras feitas em voz alta em praças públicas alcançavam um grande público. O que mostra o motivo dos propagandistas republicanos terem elegido os jornais como foco principal de sua tarefa de convencimento para causa republicana. Como a propaganda perdurou em Minas em torno de 18 anos, era de se esperar que de acordo que fosse convencendo mais pessoas, os próprios adeptos passaram a militar sobre o novo sistema político e começaram a criar novos jornais republicanos, transformando assim, a imprensa em uma esfera privilegiado de socialização política.

Um dos casos mais exemplares que temos de socialização pela própria imprensa foi de Arthur Joviano, nascido em Barra Mansa – RJ, em 1862, filho de José Fernando Joviano e Anna Leocádia Joviano. O carioca pertencia a uma família tradicional e monarquista de Barbacena e não teve nenhuma vinculação política destacada antes do começo da propaganda republicana. Sua carreira na imprensa começou como tipógrafo em Minas Gerais, com o cargo de editor do jornal “*A Folha*”, também na cidade de Barbacena. Nessa época a cidade recebia exemplares dos jornais republicanos da Zona da Mata mineira, como “*O Pharol*” de Juiz de Fora. Joviano provavelmente começa a ter os primeiros contatos com o republicanismo e no ano de 1886, funda seu próprio jornal republicano “*O Mineiro*”. Desde então, sua vinculação com a imprensa

²⁴⁰ TOMIZAKI, Kimi. SILVA, Maria Gilvania Valdivino; CARVALHO, Hamilton Harley de. **Socialização Política**. Educ. Soc., Campinas, v. 37, n.º. 137, p.929-934, out.-dez., 2016. Disponível em: < <https://www.scielo.br/pdf/es/v37n137/1678-4626-es-37-137-00929.pdf> >. Acesso em: 15 mar. 2020.

permaneceu por muitos anos; em Belo Horizonte, fundou e dirigiu os jornais “Diário de Minas”, o “Jornal do Povo” e a “Folha Pequena”²⁴¹.

Arthur Joviano casou-se com a carioca Francisca da Rocha, união que resultou em diversos filhos. Ainda na cidade de Barbacena iniciou sua carreira no magistério, através de concurso, como professor de Português no Colégio Nossa Senhora da Piedade, posteriormente na Escola Normal e no Internato do Ginásio Mineiro. Sua ligação com o campo educacional o levou, no ano de 1906, a desenvolver o Programa do Ensino, que tinha como objetivo combater o analfabetismo, ensinando um maior número de crianças a ler e a escrever. Para isso, determinou instruções específicas para aula de leitura, apresentando um novo método que poderia ensinar a ler, para que fossem atingidos os objetivos do ensino primário²⁴².

Após mudar de residência para Belo Horizonte, Arthur Joviano continuou a se dedicar ao estudo dos problemas pedagógicos. Em 1907, foi um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais e, no Governo de João Pinheiro, foi o principal orientador da reforma do ensino primário, feita por Carvalho Brito, então secretário de Estado. Escreveu alguns livros dedicados à educação, entre eles: “Primeira Leitura”, “Colleções de Cadernos de Caligrafia”, “Língua Pátria”, “Composição” e “Prática do Método Analítico de Sentença”. Joviano mudou-se de Belo Horizonte para o Rio de Janeiro, ocupando o cargo de Inspetor Técnico do Ensino, tornando-se posteriormente Superintendente da Instrução Pública do Distrito Federal.

Joviano morreu no dia 14 de dezembro de 1934, aos 72 anos, na cidade do Rio de Janeiro. Ficou conhecido como jornalista, educador e escritor. Em um artigo publicado no jornal “Cidade de Barbacena”, em 9 de novembro de 1943, de autoria de Nestor Massena, o mesmo destaca que Arthur Joviano foi um apaixonado abolicionista e propagandista da República, muito importante na divulgação, e por trazer as ideias republicanas para cidade de Barbacena. Após o advento do regime político implantado no país, Massena descreve que Joviano passou a “ser um dos seus evangelizadores e dos seus mais abnegados apóstolos”. Um ardente florianista, que devido à revolução de Canudos, foi um dos organizadores da Centúria Barbacenense, “instituição cívico-militar, destinada a colaborar na manutenção do regime democrático liberal da República, de 1889 e de 1891”²⁴³.

²⁴¹NETO, Geraldo Lemos. **Métodos de ensino da leitura - Arthur Joviano**. Vinha de Luz Editora. Disponível em: <<http://www.vinhadeluz.com.br/site/noticia.php?id=803>>. Acesso em: 05 jun. 2019

²⁴² Ibidem, p. 3.

²⁴³ MASSENA, Nestor. **Barbacenenses de Prol: Arthur Joviano**. Cidade de Barbacena, Barbacena, pág. 1, 9 de novembro de 1943. Nota da organizadora: artigo publicado no jornal “Cidade de Barbacena”, em 9 de novembro de 1943. Disponível em: <[http://bibliadocaminho.com/ocaminho/TXavieriano/Livros/Slz/SlzJov01 .htm](http://bibliadocaminho.com/ocaminho/TXavieriano/Livros/Slz/SlzJov01.htm)>. Acesso em 05 jun. 2019.

Outro caso que podemos destacar é do redator do jornal “Echo do Povo”, Fonseca Hermes, natural de São Rafael (RS), nasceu em 26 de junho de 1855, filho de Hermes Hermeto da Fonseca e Rita Rodrigues da Fonseca, casado com Elvira de Assis da Fonseca Hermes. Hermes era advogado, promotor de justiça e jornalista, que atuou na redação de mais três jornais: a “Gazeta de Juiz de Fora”, em 1881, o “Diário de Minas”, em 1888, e outro periódico republicano: “A Propaganda”, de 1885²⁴⁴. A família de João Severiano da Fonseca Hermes possui uma longa tradição política. Seu tio Deodoro da Fonseca proclamou a República e foi o primeiro presidente do Brasil, de 1889 a 1891. Já seu irmão, Hermes da Fonseca, foi ministro da Guerra (1906-1909) e Presidente da República (1910-1914).

Em uma pesquisa realizada por Oliveira, encontramos informações relevantes sobre João Severiano da Fonseca Hermes, como seu envolvimento com a política, tomando posse em 24 de julho de 1888, como vereador da Câmara Municipal de Juiz de Fora, na vaga aberta em função da saída de Joaquim Nogueira Jaguaribe²⁴⁵. Como vereador, nas sessões da Câmara, Fonseca Hermes deu início à sua batalha republicana de forma mais efetiva. Uma de suas medidas foi propor multas aos vereadores faltosos, conforme estabelecia a lei de 1º de outubro de 1828, no título II, artigo 28²⁴⁶. Para Oliveira, essa ação pode ser justificada como uma represália de um republicano contra monarquistas, já que, no ano de 1888, a adesão à causa republicana aumentou consideravelmente na cidade. Outra proposta feita por Hermes foi a mudança do nome da Rua Imperatriz para Rua Tiradentes, um dos símbolos do movimento republicano. Como reação monárquica, os vereadores decidiram colocar o nome de Tiradentes na Rua da Serra, bairro periférico da cidade. Assim, a reação monárquica conservadora conseguia afastar o símbolo republicano para uma zona mais periférica da cidade e deixar a imagem da imperatriz na região central²⁴⁷.

²⁴⁴ O jornal “A Propaganda” não consta em nossa análise por não localizamos nenhum de seus exemplares disponível para a leitura. Sua existência é atestada por vários autores como Veiga (1898); Hanriot e Andrade (1999), Oliveira (2012) e Viscardi (2013).

²⁴⁵ João Nogueira Jaguaribe foi exonerado do cargo de vereador por ter aceitado outro cargo. Ver: Arquivo da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora. Livro de Atas da Câmara Municipal (1887-1889), sessão ordinária de 16 de abril de 1888.

²⁴⁶ Lei de 1º de outubro de 1828. Artigo 28. “O vereador que tiver impedimento justo o fará constar ao presidente; e se faltar sem justificado motivo, pagará nas cidades por cada falta 4\$000 e nas villas 2\$000 para as obras do Conselho, que o Secretario carregar [a logo em receita. Faltando os vereadores actuaes, chama-se-hao os immediatos em votos, quando o impedimento passar de 15 dias, ou a urgência, e importância de os negócios exigir o número completo de vereadores”.

²⁴⁷ OLIVEIRA, Fábio Augusto Machado Soares de. **A Batalha Simbólica: cidade do Parahybuna 1888**. XVIII Encontro Regional (ANPUH- MG) 24 A 27 jul. 2012. p. 12. Disponível em: < http://www.encontro2012.mg.anpuh.org/resources/anais/24/1340747205_ARQUIVO_ABatalhaSimbolicacidadedoParahybuna1888-FabioAugustoMachadoSoaresdeOliveira.pdf>. Acesso em 30 ago. 2019.

Após viver alguns anos em Juiz de Fora, Fonseca Hermes mudou-se para o Rio de Janeiro e formou-se em Direito. Após a Proclamação da República, foi nomeado pelo Marechal Deodoro da Fonseca secretário geral do governo provisório. Em 1890, foi eleito deputado federal constituinte pelo Rio de Janeiro. Com a Constituição de 1891, Hermes passou a ocupar uma cadeira na Câmara dos Deputados. Sem conseguir reeleições posteriores, o republicano passou a dedicar-se ao jornalismo, atuando em alguns periódicos cariocas. Com a eleição de seu irmão Hermes da Fonseca para a presidência da República (1910-1914), voltou à política e foi eleito, em 1º de março de 1911, deputado federal pelo estado do Rio Grande do Sul. A última notícia que localizamos sobre Hermes foi da reeleição de seu mandato, em 1912, até 1914, após o que, não conseguiu se reeleger a nenhum outro cargo público. Sem dúvida, Hermes foi essencial para a propaganda republicana em Juiz de Fora²⁴⁸.

Alguns dos propagandistas analisados, através da imprensa, começaram a ter notícias das reuniões dos clubes republicanos e abolicionistas, outros fundaram periódicos com o objetivo de publicar as ações de seus clubes procurando angariar mais adeptos. De fato, a imprensa como espaço de socialização aparece interligado aos encontros em clubes e partidos, quase não tendo como separar essas dois agentes. Por isso decidimos por descrever os redatores convencidos da causa republicana através dos clubes e da imprensa em um mesmo tópico como é o caso de José Sebastião Rodrigues Bago, Josefino Sá, Zoroastro Pires e Josefino de Quadros. Como era comum na época, José Sebastião Rodrigues Bago aparece como redator de outros dois jornais antes de desenvolver suas atividades no jornal “O Tambor”. Foi redator e colaborador dos jornais “Monitor do Norte” e “A Voz do Povo”²⁴⁹. Dias descreve que Rodrigues Bago foi um homem de ideias progressistas, pertenceu ao grupo de sócios do Clube Abolicionista, estava entre os sócios que se demitiram por discordar de ações contraditórias da direção do Clube, sobretudo em decorrência de opções políticas em favor a Antônio Felício dos Santos em disputa eleitoral. Foi Procurador Fiscal da Administração dos terrenos Diamantinos e foi Oficial de Promotor de Capelas e Resíduos, além de colaborar na administração da Santa Casa de Caridade²⁵⁰.

As informações dos redatores são bem escassas; graças à lista da Sociedade Abolicionista divulgada por Dias, sabemos que todos os três redatores se declaravam

²⁴⁸ LOPES, Raimundo Hélio. HERMES, Fonseca. CPDOC. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/HERMES,%20Fonseca.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2019.

²⁴⁹ ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL, vol. 117, 1997, p. 124, 128.

²⁵⁰ DIAS, op. cit. p. 39.

abolicionistas²⁵¹. Josefino Sá esteve à frente do jornal “O Jesuitinha” de 1874. Zoroastro Pires foi nomeado Oficial da Fazenda, em 6 de junho de 1882, por Theophilo Ottoni. Sua permanência em Diamantina foi entrelaçada por várias mudanças para Ouro Preto, local que também fazia parte das sociedades abolicionistas Club Rio Branco e Libertadora do Norte. Era representante do Partido Liberal Mineiro e servia na Comissão de Júri de Ouro Preto, além de receber uma forte oposição dos conservadores que usavam o jornal ouro-pretano. Zoroastro Pires pediu exoneração do cargo de 2º. Oficial da Diretoria de Fazenda, em maio de 1890; depois dessa data, não encontramos notícias de atuação de Zoroastro Pires. Josino de Quadros, ao contrário de Zoroastro Pires, permaneceu em Diamantina ao longo de sua vida, exercendo a atividade de professor. Dias destaca que Josefino Quadros, apesar de secretário da Sociedade Abolicionista, era menos enfático na defesa das causas. Atuava como voluntário na escola noturna, como professor de português, e na Escola Liceu Diamantinense; também participou da União Literária Republicana.

A trajetória de Lafayette de Toledo também apresenta uma série de lacunas, mas fica evidente a participação do propagandista no clube abolicionista local. Em uma publicação do jornal de Uberaba, o Waggon, em 1884 consta que a Sociedade Dramática Abolicionista realizou a eleição dos membros da sua diretoria, e o nome de Toledo aparecia como 1º secretário:

S.D. ABOLICIONISTA

Em sessão do dia 11 deste precedeu-se a eleição dos membros da diretoria que tem de servir no segundo semestre. Foram eleitos:

Presidente – Belmiro Antonio Villarouco (reeleito)

Vice-presidente – Manoel Felipe de Souza

1º Secretário – Lafayette de Toledo (reeleito).

2º Secretário – João Ffernandes

Tesoureiro – Joaquim Ignácio de Souza Lima (reeleito)

Procurador – João Júlio Vianna (reeleito)²⁵²

Já Lafayette de Toledo aparece como redator principal do jornal, a maioria das publicações está em seu nome. Na quarta página do jornal, aparece um anúncio de Toledo, oferecendo seus serviços de escrituração de casas de comércio, mediante a um pequeno pagamento. Na edição 42, de 17 de maio de 1885, o jornal publica uma nota de falecimento da avó de Toledo, dona Luiza Alves França de Araxá, que veio a falecer de velhice²⁵³.

²⁵¹ DIAS, op. cit. p. 25.

²⁵² O WAGGON. Uberaba, 18 maio 1884. BN.

²⁵³ O VOLITIVO, Uberaba, ano II, ed. 42, 17 maio 1885. BN.

Em nossa pesquisa, ficou evidente que Toledo era abolicionista e logo após sua participação no clube fundou o jornal “O Volitivo”, em defesa à República. Poucas são as informações que temos depois sobre a vida de Toledo e sobre a própria Sociedade Dramática Abolicionista. Neto afirma que a sociedade teve curta duração, tendo aparecido em fins de 1883 e desaparecido em 1884²⁵⁴. Sua diretoria contava com trabalhadores intelectuais como: Belmiro Villarouco, João Fernandes, João Julio Vianna, Joaquim Ignacio de Souza Lima, Lafayette de Toledo e Manoel Felipe de Souza. Esses homens tinham como objetivo utilizar do teatro como forma de arrecadar dinheiro e comprar a liberdade para alguns escravos²⁵⁵.

A trajetória de Sebastião Rodrigues Sette e Câmara se confunde com a história do próprio jornal “A Pátria Mineira”. Câmara nasceu na comarca de Caeté – MG, em 1844, em uma família de origem portuguesa. Falava fluentemente inglês, francês, italiano e espanhol. Casou-se pela primeira vez com Tereza Marcelina da Fonseca Marinho, com a qual teve dois filhos: Maria Leonor e Altivo Rodrigues Sette Câmara, sendo este último o principal colaborador direto do jornal republicano “A Pátria Mineira”. Câmara casou-se pela segunda vez com Elisa Lemos e teve mais seis filhos²⁵⁶.

Foi através das viagens de Silva Jardim em Minas, para convencimento da causa republicana e os incentivos aos clubes locais, que descobrimos o nome de Sebastião Sette Câmara vinculado ao pequeno clube republicano local²⁵⁷. A visita de Silva Jardim rendeu frutos à causa republicana local. Um mês após a visita do propagandista, Sebastião Rodrigues Sette e Câmara fundou e dirigiu “A Pátria Mineira”, primeiro jornal republicano e de suma importância para região. Republicano convicto e tendo a democracia americana como exemplo, Câmara viajou aos Estados Unidos, e posteriormente a outros países, tais como; Inglaterra, França, Alemanha, Itália, Grécia, Egito e o território de Jerusalém. Após a Proclamação da República, Câmara foi reconduzido a seu antigo emprego de professor no Liceu de São João, o qual perdeu devido à luta aberta a favor da república e contra a monarquia. No final de sua vida, mudou-se novamente para chácara em Matozinhos e veio a Falecer no dia 11 de janeiro de 1921²⁵⁸.

²⁵⁴ NETO, Miguel Jacob. **O teatro abolicionista em Uberaba. Cenas da história do teatro em Uberaba (1879-1900)**. 2017. P. 7. Disponível em: < <https://www.uberabaemfotos.com.br/search?updated-max=2017-08-09T14:42:00-07:00&max-results=30&reverse-paginate=true>>. Acesso em: 20 jun. 2019.

²⁵⁵Ibidem, p. 7.

²⁵⁶ Os dados da trajetória de Sebastião Rodrigues Sette e Câmara foram extraídos do site “A Pátria Mineira” disponível em: < <http://www.patriamineira.com.br/index.html> >. Acesso em 20 jun. 2019.

²⁵⁷ Na cidade de São João del-Rei, Silva Jardim discursou no dia 23 de abril de 1889, tendo encontrado pequeno bloco republicano. Foi acolhido por Sampaio Ferraz, Aristides Araújo Maia, Eloy Reis e Silva, João Américo Soares Baptista, Paulo Teixeira e o professor Sebastião Rodrigues Sette e Câmara.

²⁵⁸GENEAMINAS. **Sebastião Rodrigues Sette Camara**. Disponível em: <<https://www.geneaminas.com.br/genealogia=-mineira/restrita/enlace.asp?codenlace=1337331>>. Acesso em: 05 jun. 2019.

Como toda regra possui sua exceção, três dos redatores analisados não se encaixaram as categorias de análise acima e/ou não foi possível definir o canal de socialização que influenciou a adesão ao republicanismo. Um deles é o do proprietário do “Pharol”, redator George Charles Dupin, que nasceu na França, em 02 de fevereiro de 1842, e já veio para o Brasil convencido do republicanismo. Como as informações de Dupin são escassas, principalmente no período que residiu na França, não sabemos ao certo quando e onde o propagandista teve contato com as ideias da República. Dupin foi considerado um dos principais homens da imprensa mineira do século XIX²⁵⁹.

Casado com Guilhermina, teve um filho de nome Eduardo. Dupin ficou conhecido por ter introduzido a máquina a vapor na impressão de jornais em Minas Gerais. Entusiasmado pelas ideias de avanço e progresso, incorporou essas demandas ao jornal, do qual esteve à frente como redator durante 12 anos. Enquanto os estudos sobre os jornais destacam-se pela quantidade, as informações sobre Dupin são escassas e muitas são alteradas de um trabalho para o outro. O que de fato sabemos são por intermédio de seus artigos no próprio jornal, que confirmam por exemplo, sua naturalidade francesa²⁶⁰. Já no Arquivo Municipal de Juiz de Fora, na Lista de qualificação de Votantes de 1878, o nome de Dupin aparece com a seguinte informação: “George Charles Dupin, 36 anos, casado, proprietário, ignora-se os pais, 2:00\$000”²⁶¹.

Certo sobre Dupin era seu apego ao progresso e à modernidade e sua ligação com o modelo de sociedade francesa. Qualquer novidade tecnológica merecia ser comunicada à cidade nas páginas do jornal: experiências francesas para a construção de um coração artificial, a invenção de um aparelho na Suécia para localizar trens, impedindo choques. Goodwin destaca que o Pharol procurava não só informar, como também educar, com diversos editoriais e artigos transcritos de outros jornais. Colocavam os leitores juiz-foranos a par das ideias mais modernas nos meios científicos mundiais²⁶².

Outro caso semelhante ao de Dupin é o do português Gaspar da Silva ou Visconde de São Boaventura. As informações sobre o redator são esparsas e foram coletadas de dois

²⁵⁹ GOODWIN, James William Junior. **Cidades de Papel: imprensa, progresso e tradição Diamantina e Juiz de Fora, MG (1884-1914)**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História. Departamento de História, Filosofia Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. 2007. 352f.

²⁶⁰ Sua naturalidade parece ser confirmada por um artigo sobre Juiz de Fora, publicado no *Pharol* de 10 de março de 1888, traduzido de um jornal francês, onde cita-se "um nosso compatriota, M. G. C. Dupin.

²⁶¹ Arquivo Municipal de Juiz de Fora, na Lista de qualificação de Votantes de 1878.

²⁶² GOODWIN, James William Junior. **Cidades de Papel: imprensa, progresso e tradição Diamantina e Juiz de Fora, MG (1884-1914)**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História. Departamento de História, Filosofia Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. 2007. 352f.

trabalhos principais: Boaventura e Silveira²⁶³. A despeito dessas escassas informações, buscou-se traçar a participação de Gaspar Silva frente à imprensa periódica. Gaspar Silva nasceu em Portugal, em 1855, e lá morreu em 1910. Veio para o Brasil em 1876, tendo participado ativamente das discussões político-literárias das últimas décadas do século XIX.

Nelson Werneck Sodré menciona Gaspar Silva em poucas palavras, ao asseverar que ele esteve ligado ao “Diário Mercantil”²⁶⁴. Silveira descreve Gaspar da Silva como um homem que trilhou as duas rotas, da Europa para o Brasil e do Brasil para a Europa. De fato, a passagem de Gaspar Silva em solo brasileiro foi marcada pela sua atuação na imprensa, fosse como colaborador de diversos jornais, como a “Província de São Paulo”, fosse como proprietário e diretor do “Diário Mercantil” (1874-1890)²⁶⁵.

Em São Paulo, foi proprietário da Livraria Internacional entre 1877 e 1878. No mesmo ano foi redator de “A Gazeta de Sorocaba”. Em 1881, mudou-se para Uberaba (MG), onde foi redator do jornal Tiradentes. Mesmo tendo voltado para São Paulo, o jornal continuou o apresentando como redator principal, com textos de sua autoria nas edições, fato que nos leva a crer que, mesmo fora de Uberaba, Gaspar Silva continuou participando das atividades do “Tiradentes”. Retornou à capital paulista em 1883, ano em que foi diretor e redator, juntamente com Raul Pompéia, do Jornal do Comércio, de São Paulo. No ano seguinte, fundaria o já mencionado “O Diário Mercantil”²⁶⁶. Quando voltou a Portugal, divulgou a literatura brasileira Portugal por lá, especialmente quando foi diretor da “*Edição Quinzenal Ilustrada*” (1897-1898), extensão lusa do *Jornal do Brasil*, editada em Lisboa²⁶⁷.

Um último caso emblemático foi de José Ferreira de Andrade Brant Júnior, o chamado Juquinha Brant. Os Anais da biblioteca Nacional de 1997 apresentam Brant como fundador e um dos principais redatores do jornal²⁶⁸. Brant nasceu em 23 janeiro 1863, na cidade de Diamantina – MG, filho de José Ferreira Brant e Maria Carolina de Almeida. Brant casou-se com Etelvina Pimenta, com quem teve 12 filhos. Seu nome está entrelaçado ao anexo da “Escola Normal Oficial de Diamantina”, onde funcionava a escola masculina de José Ferreira

²⁶³ O primeiro trabalho é um livro de Boaventura de 1908, que faz referências a Gaspar Silva e ao Jornal Diário Mercantil. Ver: SÃO BOAVENTURA, Visconde de. *A pasta de um jornalista: escriptos políticos, literários e biographiccs*. Lisboa: Livraria editora, v. 66. 1908. O segundo trabalho faz parte da pesquisa em pós-doutorado em andamento de Célia Silveira. Ver: SILVEIRA, Célia Regina da. Trajetória de Gaspar da Silva na imprensa luso-brasileira em fins do século XIX: mediador cultural entre os dois lados do atlântico.

²⁶⁴ SODRÉ, Nelson. *A História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, p. 291.

²⁶⁵ SILVEIRA, op. cit. p. 2.

²⁶⁶ Dados coletados em: SILVA, Domingos Carvalho. *Gaspar da Silva: agitador das letras no Brasil*. In: Revista Colóquio/Letras. Ensaio, n. 106, nov. 1988, p. 29-38. Disponível em: <<http://coloquio.gulbenkian.pt/bib/sirius.exe/do?bibrecord&id=PT.FCG.RCL.5494>>. Acesso em: 19 jun. de 2019.

²⁶⁷ SILVEIRA, op. cit. p. 3.

²⁶⁸ ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL, vol. 117, 1997, p. 132.

de Andrade Brant Júnior, da qual Brant era proprietário e professor²⁶⁹. Segundo Martins, a família Brant era tradicionalíssima em diamantina, sendo o pai de Juquinha um dos grandes mineradores e chefes políticos locais²⁷⁰. Não se sabe se Brant se convenceu do republicanismo. O jornal “A Propaganda” trouxe várias publicações controversas, uma delas em relação à escravidão. Na mesma edição em que o jornal declarava apoio à abolição, fazia ferrenhas defesas em outro artigo sobre a propriedade privada de escravos. A própria orientação do jornal era confusa; em sua terceira edição, na tentativa de esclarecer sua própria posição, declara-se “[...] órgão imparcial, dedicado aos interesses do partido liberal, porém redigido por um conservador e um republicano”²⁷¹. O redator republicano declarado na frase é Manoel Procópio Ribeirão Leão, sobre o qual não se obteve muita informação. Sabemos, por meio do jornal “A Voz do Povo”, que Manoel Procópio Ribeirão Leão fora eleito tesoureiro do Club abolicionista em 1884, além do mesmo ter sido redator em outro jornal intitulado “Cidade Diamantina”, em 1890, órgão que também se declarava contra a filiação a qualquer partido “[...] e não tem corpo de redação regularmente constituído e solidário, sendo cada um dos redatores apenas responsáveis por sua publicação.”²⁷² Como o próprio jornal apresentava posições controversas, o que se deve, ao nosso ver, às posições díspares dos redatores, não podemos afirmar que Juquinha Brant tenha se convertido ao republicanismo antes da Proclamação da República.

De modo geral, tanto os meios de comunicação, os partidos políticos e os clubes exercem influência significativa na estruturação de opiniões e atitudes políticas dos indivíduos na sociedade.

Como a imprensa no século XIX, era formada por comentários partidários, com o objetivo maior de convencer além de informar, ocupava papel primordial como formadora de opinião. Em relação aos partidos políticos e aos clubes tanto abolicionistas como republicanos são considerados agentes importantes na formação das atitudes políticas dos indivíduos. Essas duas agências estão constantemente a moldar preferências e a procurar novas questões para mobilizarem mais apoio, o que justifica tanto a adesão desses propagandistas aos clubes e a intensa propaganda que se deu em todo o território mineiro.

269 THOMÉ, Luan Manoel. **O exercício da profissão de professor no grupo escolar de Diamantina (1907-1909)**. Dissertação (Mestrado Profissional – Programa de Pós-Graduação em Educação) - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Diamantina, 2017.144 f.

270 MARTINS, Marcos Lobato. **Memorialistas e ensino de história local na Diamantina do século XX**. *Cultura histórica & patrimônio*, vol. 1, n. 1, 2012. Disponível em: < https://publicacoes.unifal-mg.edu.br/revistas/index.php/cultura_historica_patrimonio/article/view/05_v1n1_ChP >. Acesso em: 23 maio 2019.

271 **A PROPAGANDA**, Diamantina, ano I, ed. III, 7 jul. 1888, p. 2.

272 **CIDADE DE DIAMANTINA**, Diamantina, ano I, ed. I, 8 ago. 1890, p.1.

3.5 Esboço geral da análise prosopográfica

Nossa análise procurou apresentar um quadro geral que nos permitiu visualizar o perfil desse grupo de redatores propagandistas que atuou na província mineira nos episódios anteriores à Proclamação da República. Entender as experiências e trajetórias desses homens é essencial para analisarmos o conteúdo de seus ideários políticos e suas tomadas de posições ao longo da campanha em prol da República. Analisamos as trajetórias e biografias de forma comparativa, interligando pontos em comum e apontando diferenças que poderiam levar esses homens a suas tomadas de decisões. É importante ressaltarmos que esse levantamento aponta para dados resumidos, incluindo alguns pressupostos, por não estarem tão claros nas fontes, mas que se basearam nas próprias trajetórias e posicionamentos. Fica evidente que aqueles propagandistas que tiveram uma atuação maior no pós-proclamação possuem uma produção das fontes e de uma biografia muito mais refinada que os demais. Entretanto, acreditamos que nossa amostra satisfaça os objetivos empregados nesta pesquisa e perpassa nas principais questões levantadas ao longo deste capítulo. Ao todo, empreendemos nossa análise prosopográfica sobre 34 redatores que estavam à frente dos jornais republicanos, representados na **Tabela 3**:

Redatores analisados	
1- Joaquim Felício dos Santos	18- Gaspar da Silva
2- Antônio Felício dos Santos	19- Lafayete de Toledo
3- Olímpio Júlio de Oliveira Mourão	20- Manoel Raymundo de Mello Menezes
4- Aurélio Egídio dos Santos Pires	21- José de Oliveira Ferreira
5- Francisco de Sá	22- George Charles Dupin
6- Josefino Felício dos Santos	23- Fonseca Hermes
7- José Ferreira de Andrada Brant	24- Theophilo Domingues Alves Ribeiro
8- Josefino Sá	25- Estevão de Oliveira
9- Zoroastro Pires	26- João Pinheiro da Silva
10- Josefino de Quadros	27- Arthur Lobo
11- Francisco Corrêa Ferreira Rabelo	28- Francisco Honório Ferreira
12- José Sebastião Rodrigues Bago	29- Lúcio de Mendonça
13- Antônio Carlos Ribeiro de Andrade	30- Américo Werneck
14- Arthur Joviano	31- Francisco Bressane
15- Sebastião Sete Câmara	32- Júlio Bueno Brandão
16- Francisco Martins Andrade	33- Manoel Procópio Ribeiro Leão
17- Antônio Olyntho dos Santos Pires	34- Manoel de Oliveira Andrade

Tabela 3

Fonte: Levantamento de dados próprio. Elaborado por: Jéssica Castro, 2019.

Uma das primeiras questões com que nos deparamos ao encontrar o número de 34 redatores foi a idade desses homens que estavam propagando um novo ideário. Afinal, a monarquia era algo que estava constituído e concretizado na sociedade dos oitocentos, e se

Minas Gerais estiver acompanhando as discussões em termos nacionais, como aponta a historiografia especializada, esses homens que estavam enfrentando todo um sistema político eram jovens que buscavam espaço no jogo de poder²⁷³. A amostragem partiu do intervalo entre 1820-1870, dividindo-o em cinco décadas, nas quais foram encontrados registros de nascimento dos redatores que estiveram à frente das publicações republicanas na província mineira. Assim, foram obtidas as variações assinaladas no **Gráfico 5**.

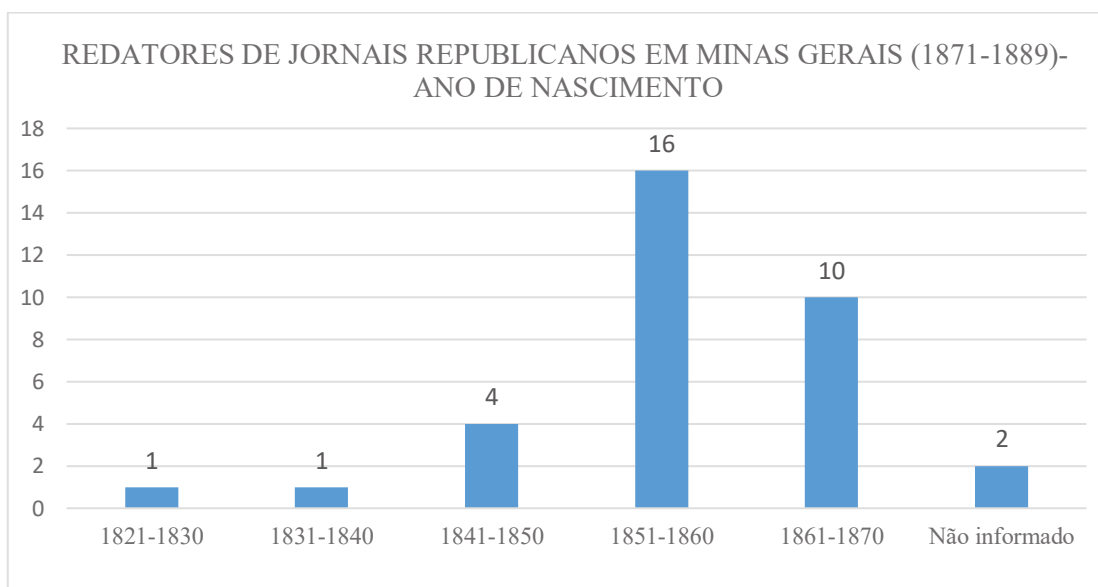


Gráfico 5

Fonte: Levantamento de dados próprio. Elaborado por: Jéssica Castro, 2019.

Nosso levantamento apontou que o propagandista de idade mais avançada, quando começou de forma oficial o Movimento Republicano em Minas, foi o mineiro Joaquim Felício dos Santos, que nasceu em 1828, e tinha 43 anos, quando começou as manifestações favoráveis à República na província. Sua atuação como jornalista teve início aos 32 anos, quando fundou o jornal “O Jequitinhonha”. Entretanto, o caso de Felício dos Santos não é um caso de tipo ideal que represente os outros propagandistas mineiros. Os dados levantados apontaram maior concentração de nascidos nas décadas de 1851-1860 (16) e 1861-1870 (10), que nos leva a perceber que a maioria dos redatores tinha entre 15 e 20 anos de idade, quando começou, em 1871, de forma sistemática a propaganda republicana na província mineira. A maioria deles ingressou jovem no mundo das letras, em média com 23 anos, e teve alguma experiência jornalística antes de ter sido redator, e igualmente, para muitos, a função foi concomitante com outras incursões pela imprensa durante suas trajetórias. O mais jovem propagandista, Arthur

²⁷³ ALONSO, Angela. Op. Cit. p. 75

Lobo, redator do periódico “O Contemporâneo”, nasceu apenas dois anos antes do movimento em Minas, e iniciou sua carreira no jornalismo com 14 anos.

Outro fator de relevância para nossa pesquisa, representado no **Gráfico 6**, é sobre a origem social e regional desses jornalistas. Nosso questionamento era se esses homens de fato eram mineiros ou republicanos de outras regiões que vieram espalhar suas ideias em Minas. Nesse caso, a origem social determina o direcionamento para a carreira como redator? A investigação relativa ao local de nascimento dos propagandistas demonstra claramente que a predominância dos mineiros (24) ultrapassa bastante a dos participantes das demais regiões (9).

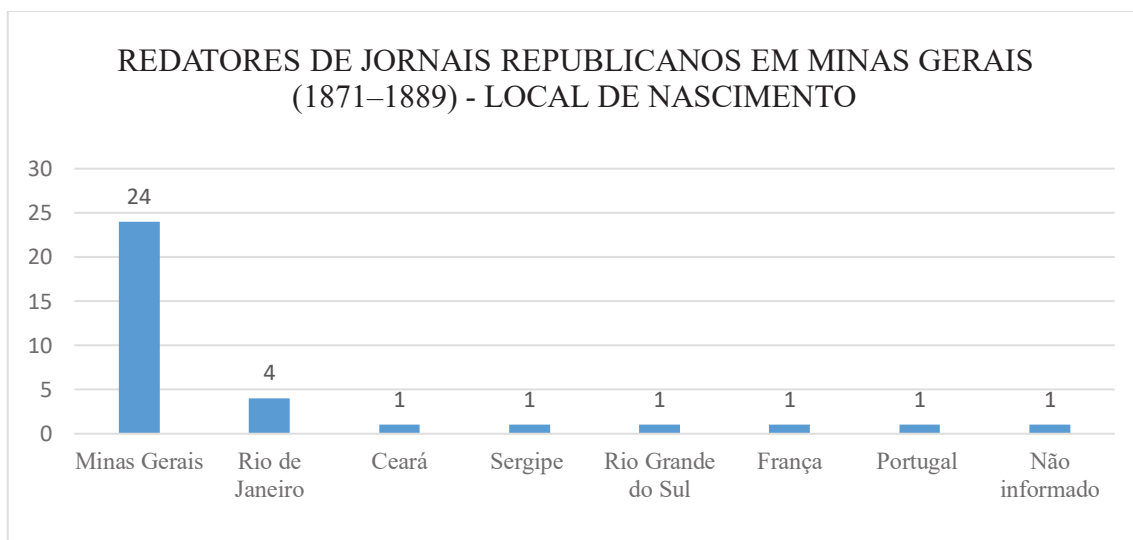


Gráfico 6

Fonte: Levantamento de dados próprio. Elaborado por: Jéssica Castro, 2019.

A propaganda, de fato, foi feita por mineiros, apesar de receberem influências e textos de apoio de propagandistas de outras regiões, é considerável que 70,58% tenha nascido em Minas Gerais. Muitos desses redadores que nasceram na província mineira foram estudar em outros lugares, como: Joaquim Felício dos Santos (RJ), Josefino Felício dos Santos (SP), Antônio Carlos Ribeiro de Andrade (SP), entre outros. Porém, durante o período da propaganda, eles residiram, a maior parte do tempo, na província mineira. Já outros redadores nasceram em outras regiões e escolheram Minas Gerais como lugar de residência, como Arthur Joviano e Américo Werneck, naturais do Rio de Janeiro, ou Manoel Raymundo de Mello Menezes, natural do Sergipe. Alguns propagandistas permaneceram em Minas Gerais por um curto período de tempo, contribuíram para a divulgação da causa republicana e mudaram para outro local, como o português Gaspar da Silva que, após cinco anos em Minas, escolheu residir em São Paulo.

Em relação à origem social, fica evidente que esse grupo não pertence aos setores mais baixos da sociedade. Trata-se de um grupo de letrados no final do século XIX, e só com esse fato, já temos uma distinção clara em um país de analfabetos. A maioria desses homens veio dos setores que estavam em ascensão, ou em declínio, e pertenciam às elites dominantes, como aponta o **Gráfico 7**.

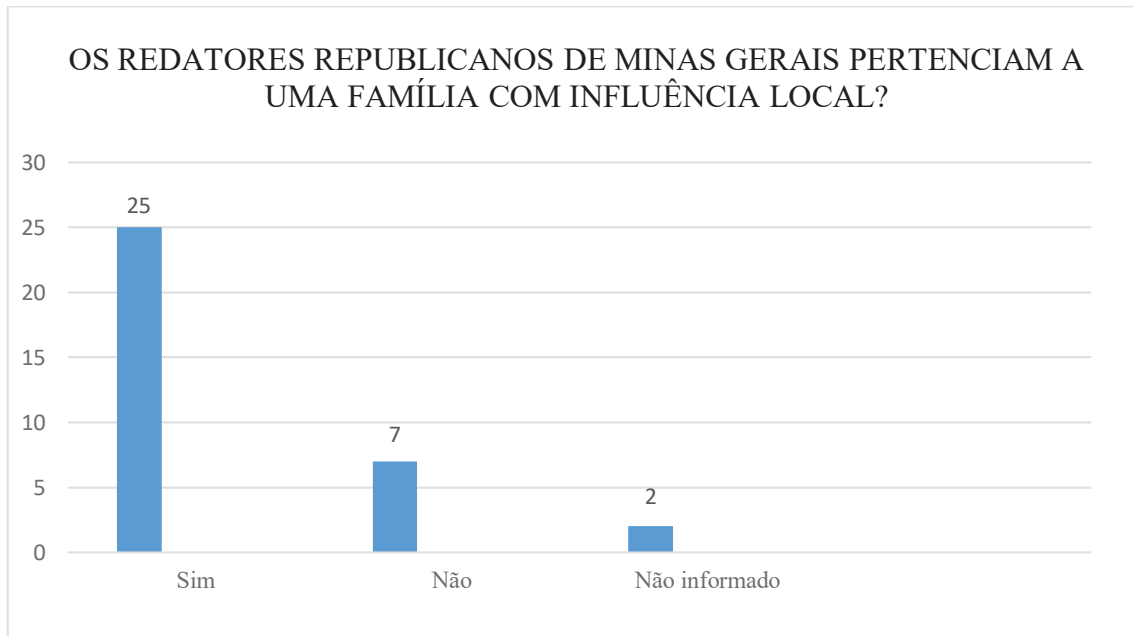


Gráfico 7

Fonte: Levantamento de dados próprio. Elaborado por: Jéssica Castro, 2019.

A amostra revela que 73,52% dos redatores aparecem ligados a sobrenomes de famílias que possuíam algum tipo de influência local, seja por carreira política ou por influência econômica como fazendeiros e empresários. De fato, esses propagandistas não encontravam espaço político, ou quando encontravam, era de forma limitada pela regra do jogo que predominava no sistema monárquico. Sua influência estava, na maioria das vezes, entrelaçada com o sobrenome de sua família, e muitos começaram na carreira jornalística por influência dos próprios pais, como é o caso de Josefino Felício dos Santos, que fundou seu próprio jornal aos 15 anos, com apoio do seu pai Joaquim Felício dos Santos, proprietário do jornal “O Jequitinhonha”.

Como estabelecemos que a maioria desses redatores atuantes na província mineira pertencia aos setores médios da sociedade, a próxima entrada traz indicações a respeito da escolarização dos redatores. Como eram homens pertencentes a família influentes, era de esperarmos que a maioria teve acesso aos estudos, afinal eram homens letrados que escreviam em um jornal. O gráfico 7 mostra que a maioria dos redatores detinha o diploma de ensino

superior (20). Somente 8 redatores, ou seja, 23,52% não frequentaram uma faculdade ou escola primária e se declaravam autodidatas, como aponta o **Gráfico 8**.

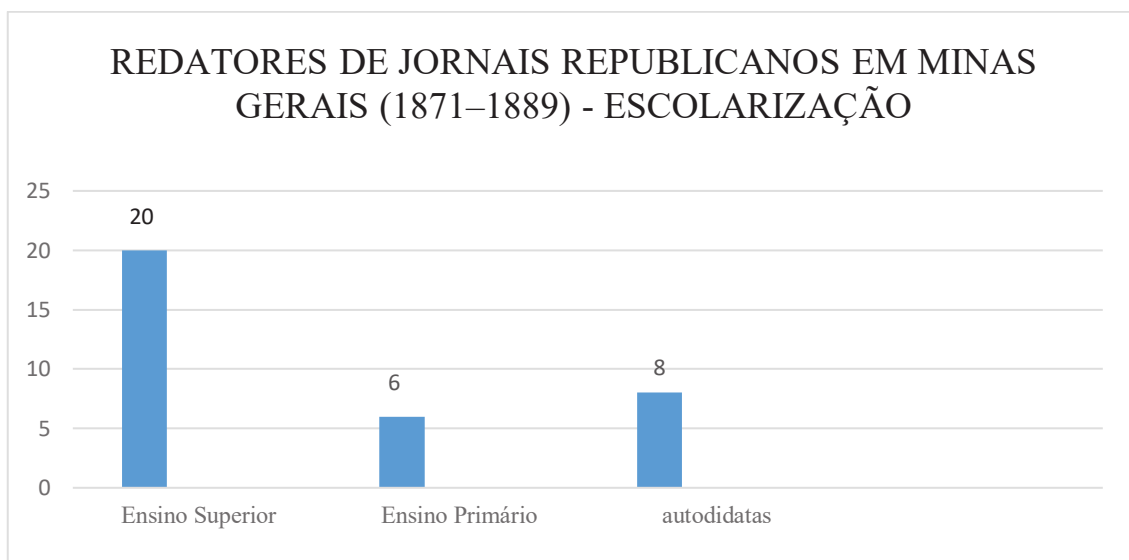


Gráfico 8

Fonte: Levantamento de dados próprio. Elaborado por: Jéssica Castro, 2019.

Embora o número de carreiras, ao final do século XIX, fosse pequeno e pouco diversificado, é importante analisarmos tanto as profissões como as instituições de ensino a que esses homens tiveram acesso, não para comprovar que de fato a camada média do século XIX era letrada e sua maioria rendida à cultura do bacharel, mas para identificar a presença de outras profissões e o local de interlocução que fizeram esses propagandistas a formarem sua cultura política e suas concepções ideológicas. Não era raro as referências dos redatores às doutrinas positivistas ou à maçonaria quando estavam cursando o ensino superior.

O **Gráfico 9** indica as áreas de formação destes redatores bem como suas instituições de ensino.

**Gráfico 09**

Fonte: Levantamento de dados próprio. Elaborado por: Jéssica Castro, 2019.

Ao contrário do que alguns estudiosos apontam²⁷⁴, a propaganda em Minas não foi realizada em sua imensa maioria por médicos, já que os bacharéis precisavam dos favores da monarquia e possuía dificuldades “para se pronunciar ardosamente em favor de um partido, porque, via de regra [...] preferiam não desagradar ao Trono.²⁷⁵” Quase metade dos redatores tinha formação em Direito, sendo que nove estudaram na Faculdade de São Paulo, dois na Faculdade do Rio de Janeiro, um concluiu seus estudos em Portugal e quatro eram autodidatas e receberam o título para advogar em suas cidades, ou seja, rábulas, como aponta a **Tabela 04** abaixo.

Propagandistas por profissões		
Profissão	Propagandista	%
Bacharel	16	47,05
Farmacêutico	1	3,12
Professor	13	40,62
Jornalista	22	68,75
Engenheiro	3	9,37
Médico	4	12,5
Fazendeiro	3	9,37
Historiador	1	3,12

OBS. O total excede a 100 em função de carreiras múltiplas.

Tabela 4

Fonte: Levantamento de dados próprio. Elaborado por: Jéssica Castro, 2019.

²⁷⁴ JOSÉ, op. cit. p. 130.

²⁷⁵ JOSÉ, op. cit. p. 130.

Não é incomum o elevado número de bacharéis, pois a escassez de oportunidades de formação superior no Brasil no Século XIX é algo que deve ser levado em consideração. No que se refere à pouca presença de fazendeiros, acreditamos que muitos que se autodeclaravam como bacharéis ou médicos tenham sido também proprietários rurais. Nem todos os redatores se declaravam como jornalistas em suas profissões, mesmo trabalhando ou estando à frente das atividades de um jornal. Alguns que obtiveram outras formações superiores não se dedicaram ao jornalismo de forma integral, o que não os impedia de atuarem como colaboradores eventuais ou frequentes da imprensa. Como múltiplas profissões era algo comum, muitos dos propagandistas se dedicaram à carreira de professor. Alguns deles escreveram cartilhas relevantes para a alfabetização e outros tiveram atuação política posterior ao advento da República relacionada a questões educacionais do estado: é o caso de João Pinheiro da Silva, que deu início à Reforma do Ensino Primário e Técnico-Profissional, criou a Escola Normal de Belo Horizonte e fundou o Instituto histórico e Geográfico de Minas Gerais.

Através da amostra, percebe-se que era um grupo que possuía um alto capital cultural, sendo que a maioria esteve vinculada a instituições do mundo das letras. Para atingir uma interpretação mais conclusiva a partir do uso da prosopografia. O **Gráfico 10**, a seguir, incorpora a produção intelectual dos biografados. Conhecer o tipo de publicação mais frequente dos propagandistas auxilia a compreender os perfis desse grupo, que almejava um novo sistema político.

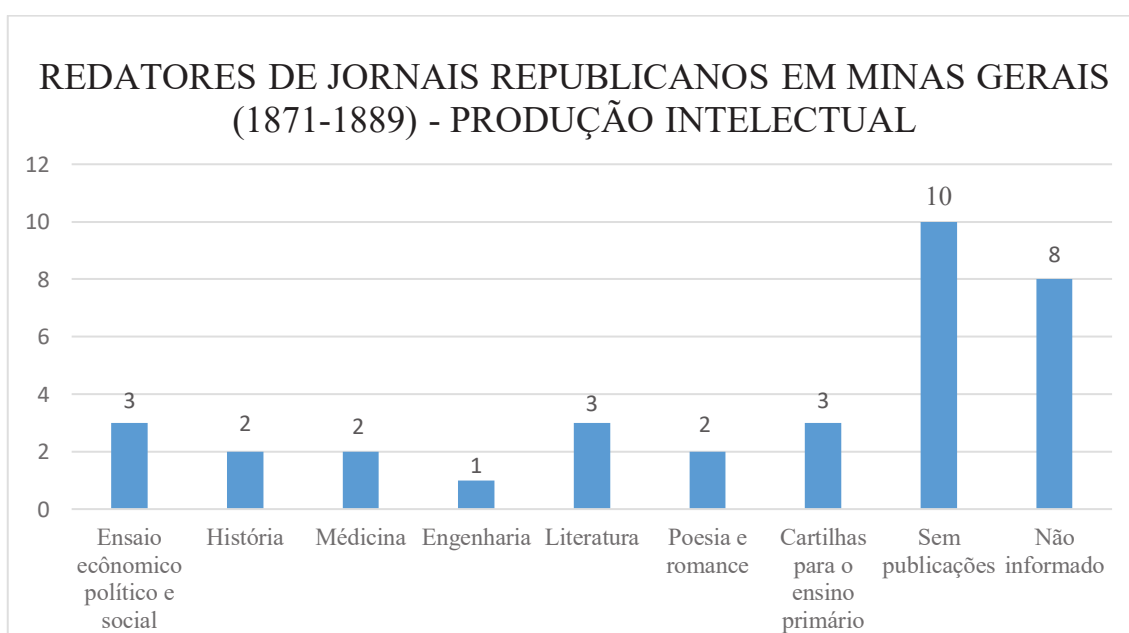


Gráfico 10

Fonte: Levantamento de dados próprio. Elaborado por: Jéssica Castro, 2019.

A pesquisa considerou como produção intelectual apenas aquela apresentada na forma de comunicação escrita (livro ou artigo), desconsiderando o texto jornalístico, visto como inerente à atividade profissional dos seus redatores, não como reflexão resultante da pesquisa científica, erudita ou da criação literária. Assim, observamos que pelo menos 47,05% escreveram obras para além do jornalismo e de outros 23,52% não obtivemos nenhuma informação que tenham publicações em seus nomes.

Observou-se também na trajetória dos redatores, **como ilustra o Gráfico 11**, que mais da metade era filiada ao Partido Liberal, o que nos mostra que o hábito de aderir a um partido que se aproximasse de suas ideias, que tinha mais ou menos suas crenças políticas, era algo mais tentador para aqueles homens do que formar seu próprio partido. Boehrer destaca que essa conduta prejudicou os republicanos mineiros, que impediu uma formação anterior do partido republicano que pudesse influenciar as eleições, ajustar e moldar as reformas que aqueles homens idealizavam²⁷⁶. É importante ressaltarmos que o Partido Republicano Mineiro só foi fundado em 1888, vésperas da Proclamação da República.

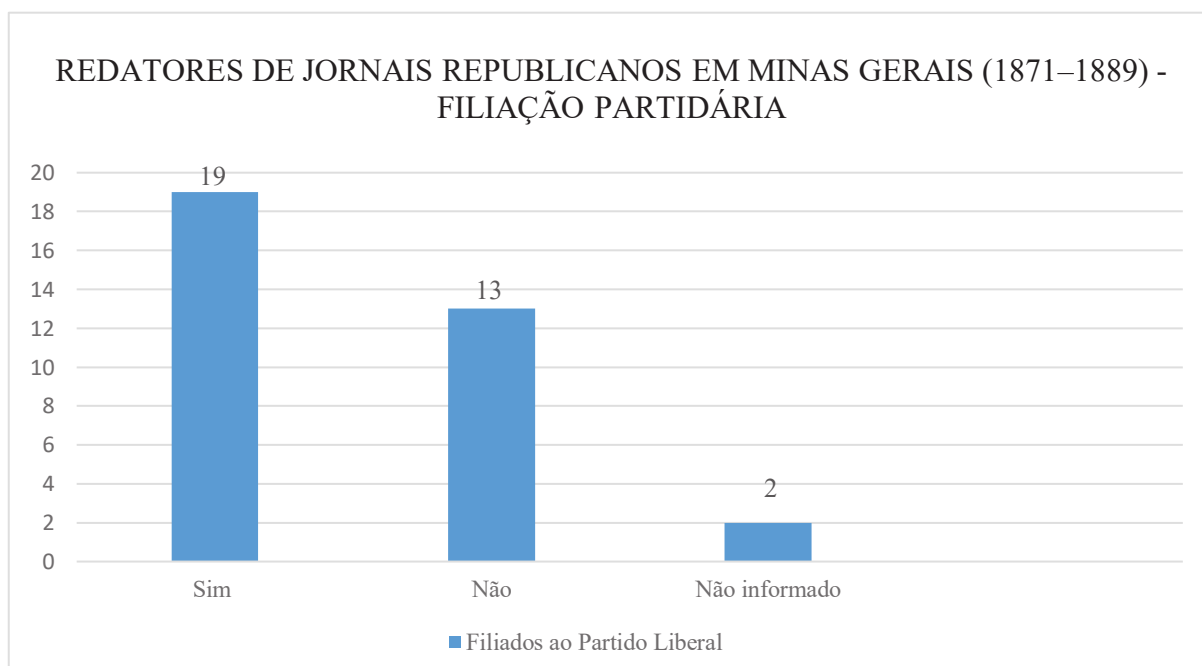


Gráfico 11

Fonte: Levantamento de dados próprio. Elaborado por: Jéssica Castro, 2019.

Oiliam José destaca que a adesão ao Partido Liberal não era bem vista por todos os republicanos. Enquanto alguns republicanos mais moderados argumentavam que o Partido Republicano era ainda fraco, e que para alcançar seus objetivos deveriam aliar-se aos partidos

²⁷⁶ BOEHERER, op. cit. p. 133.

já formados, outros, como Lúcio de Mendonça, acreditava que o ato era passível de alienação²⁷⁷. Fato é que, se de um lado, a aliança favorecia a ascensão dos republicanos e sua inserção no meio político, sendo que 15, como aponta o **Gráfico 12** abaixo, dos redatores analisados tiveram algum cargo político antes da Proclamação da República, do outro ela retardava o fortalecimento do bloco contrário à monarquia. Entretanto, temos que contextualizar que uma vez eleitos, esses homens teriam acesso a uma maior parcela de poder para defender os princípios republicanos.

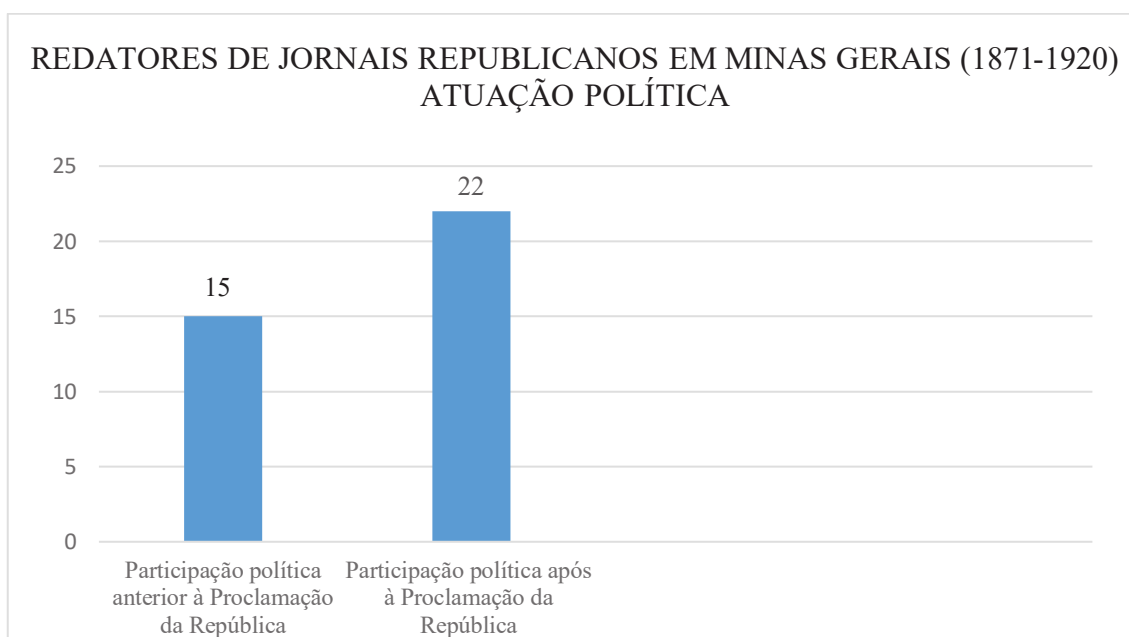


Gráfico 12

Fonte: Levantamento de dados próprio. Elaborado por: Jéssica Castro, 2019.

Após o advento da República, fica evidente que o número dos redatores à frente de cargos públicos aumentou consideravelmente. Entretanto, as boas novas não abriram espaço político para todos, já que 34,37% não chegaram a ocupar nenhum cargo político. Alguns desses redatores apresentaram suas posições políticas de forma mais clara e objetiva, outros eram mais detidos como os próprios jornais que dirigiam e não se declaravam abertamente republicanos.

Nosso levantamento prosopográfico procurou levar em consideração as posições políticas defendidas por esses redatores. Uma das questões nacionais mais importantes, ao final do século XIX no Brasil, era a abolição da escravatura. É sabido que o sonho por um novo sistema político não vinha acompanhado de uma liberdade para todos. Com isso, o advento da República não necessariamente estava vinculado para os propagandistas republicanos com o

²⁷⁷ JOSÉ, op. cit. p. 35.

fim da escravidão; foi o que se verificou na propaganda republicana, de forma geral. Entretanto, os dados coletados na província mineira se mostram surpreendentes, além de jornais abertamente abolicionistas, como o caso da “Gazeta Mineira” que, em sua página inicial, destacava o lema que transcenderia as publicações do periódico: “Não pode haver republicano algum que não seja abolicionista e inimigo desta instituição bárbara²⁷⁸”. Mais da metade, ou precisamente 70,58% dos propagandistas republicanos atuantes na província mineira se declaravam abolicionistas, como mostra o **Gráfico 13**.

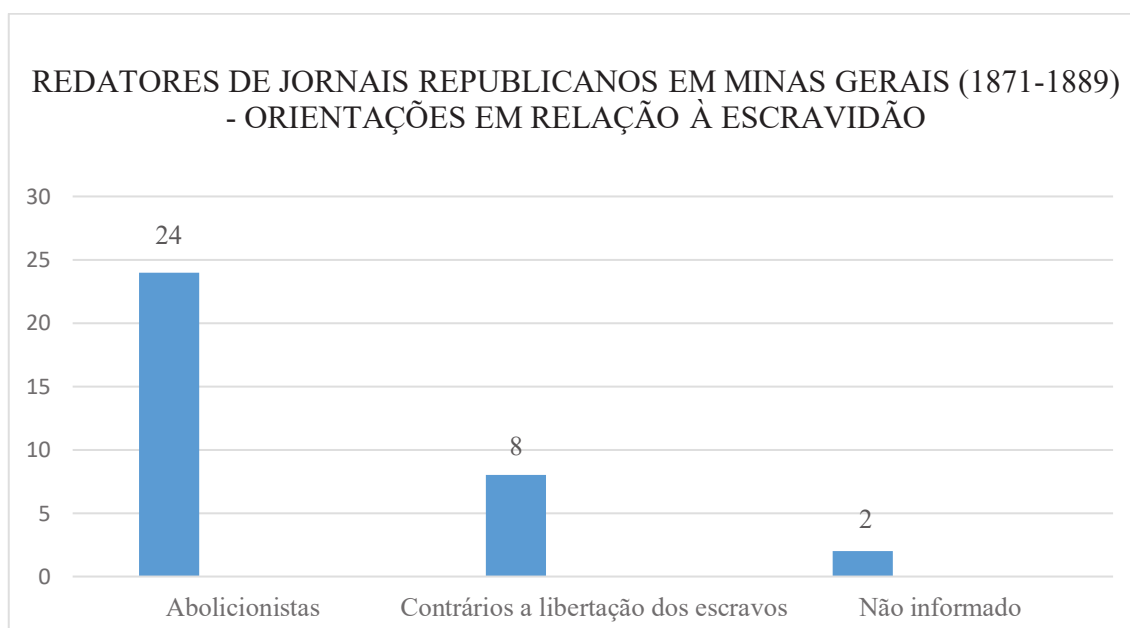


Gráfico 13

Fonte: Levantamento de dados próprio. Elaborado por: Jessica Castro, 2019.

Além de se declararem abolicionistas, percebemos nos mesmos uma forte atuação em prol da libertação dos escravos; a maioria dos republicanos abolicionistas estavam ligados a associações abolicionistas, como a Sociedade Dramática Abolicionista, que contou com a participação de Lafayette de Toledo e Zoroastro Pires, que logo após a mudança para Ouro Preto, continuou pertencendo à Sociedade Abolicionista local. A Sociedade Patrocínio de Nossa Senhora das Mercês, fundada por Joaquim Felício dos Santos, também aparece como uma grande movimentação na luta de libertação dos escravos, com a participação dos republicanos Antônio Felício dos Santos e Josefino Felício dos Santos²⁷⁹. Entretanto, o caso mais emblemático que encontramos foi de Olímpio Júlio de Oliveira Mourão, que financiou fortes

²⁷⁸ A GAZETA SUL MINEIRA, São Gonçalo do Sapucaí, ano III, edição 16. 16 maio 1886.

²⁷⁹ FERREIRA, Raína de Castro. **Utopia e prognóstico na história do Brasil imaginada por Joaquim Felício dos Santos (1960-1873)**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Ouro Preto, Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Ouro Preto: 2017, 148f.

campanhas pelo fim da escravidão. Mourão fundou, sob o patrocínio do Bispo D. João A. dos Santos, uma das primeiras sociedades emancipadoras que houve no Brasil, que conseguiu libertar milhares de escravos. Como advogado, em uma de suas viagens pelos distritos, conseguiu obter, de uma única vez, oitocentas cartas para libertar os escravos²⁸⁰. O percentual 70,58% de republicanos abolicionistas é importante, principalmente quando agregado aos relatos de luta pela libertação dos escravos, pois informa que uma significativa parcela dos futuros líderes do novo regime havia sido formada na luta pela abolição.

Em suma, trata-se de um grupo de homens que buscavam estratégias para divulgar um novo ideário republicano. Em sua maioria, 75% escreveram em vários outros jornais, participaram da construção de um campo de produção cultural, contribuíram para a ampliação dos processos educacionais e, não menos importante, participaram da ação política, seja por meio do Partido Liberal ou pós-proclamação, quando conseguiram maior espaço de atuação. Esses dados apontam que a imprensa foi um veículo fundamental na construção de ideários e da cultura política brasileira no final do século XIX. Os jornalistas não tinham a pretensão de simplesmente informar; ao contrário, engajavam-se e participavam ativamente dos jogos do poder da sociedade em que viveram.

²⁸⁰ A VOZ DO POVO, Diamantina, ano V, ed 46, 24 ago. 1884, p. 1.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta investigação mostrou, ao longo destas páginas, as propostas e a importância das campanhas republicanas na província mineira, através do estudo de um tema clássico da historiografia: o movimento republicano. Procuramos, através de novos métodos, técnicas e a partir de uma nova abordagem, tratar a temática com vistas a contribuir com o debate e um maior entendimento dos momentos decisivos que ocasionaram a troca de sistema político no fim do século XIX.

Os propagandistas republicanos se utilizavam da imprensa, com a intenção, para além de formar uma opinião favorável à República, de divulgar uma nova cultura política. Entender quem eram esses propagandistas que advogavam em prol da República, o conjunto de normas e valores transmitidos através da imprensa, seus objetivos políticos, suas propostas, seus desejos e esperanças esboçados nos jornais republicanos mineiros foi a proposta central deste trabalho. Defendemos a importância da utilização da imprensa enquanto fonte de nossa análise, uma vez que todo movimento se articula por meio de uma imprensa. Nesse sentido, a importância da análise dos jornais se amplia consideravelmente, principalmente pelo seu caráter de formadores de opinião. Nos periódicos, é possível encontrar projetos políticos e visões de mundo representativos de diversos setores da sociedade. Os republicanos utilizavam-se dos jornais que eram lidos nas praças e vilas, para a construção de uma opinião pública favorável à república. Eles eram portadores e divulgadores de uma nova cultura política que, aos poucos, legitimou-se como hegemônica.

Constatou-se que, devido ao crescente número de periódicos e à sua utilização durante todo o período de propaganda republicana e mesmo posteriormente à Proclamação da República, os propagandistas acreditavam e cada vez mais visualizavam a propaganda feita através dos jornais como um instrumento fundamental para a criação de um clima favorável à República, o que implicou na apropriação e na construção dos meios de uma relação pedagógica em busca do consentimento ativo da sociedade mineira. Como o movimento republicano, em sua totalidade, era um movimento antimonárquico dentro de um sistema monárquico, esses propagandistas tiveram que desenvolver estratégias para convencer a opinião pública e conseguir adesão à sua causa. Nesse sentido, os republicanos utilizaram principalmente de um grande instrumento de seu repertório: os jornais republicanos, nos quais produziram seus discursos, seus anseios, suas angústias, suas esperanças e seus desejos. É o lugar de produção dos repertórios mobilizados na relação entre o passado e o futuro, vivenciado pelos propagandistas.

Primeiro, devemos destacar que a propaganda não foi homogênea em todo território. Apesar de ela ter ocorrido nas seis regiões mineiras, os redatores discordavam sobre temas relevantes da época e até mesmo sobre os meios para alcançar seus objetivos políticos. A propaganda também sofria com a fragilidade econômica, principalmente aqueles periódicos que não eram ligados a nomes de famílias importantes na época. Os redatores se mostravam confiantes na propaganda, em vários momentos acreditavam que é ela que levaria ao advento da República, ou pelo menos seria ela que estaria fortalecendo o ideal republicano. A estratégia da forma de mudança do sistema monárquico para o republicano não era consenso entre os jornais. Enquanto alguns periódicos acreditavam na República pelas vias da evolução, outros, principalmente que surgiram nos anos finais do regime monárquico, endureceram o discurso, pregando as ações revolucionárias, e acreditavam na revolução para os objetivos da República.

A principal crítica presente nos jornais era contra o regime monárquico brasileiro, visto como uma 'anomalia' nas Américas e responsável por todo o atraso e mal presente em solo brasileiro. A figura do Imperador e da família real era frequentemente descaracterizada, como algo alegórico e incompatível com a realidade do país. A centralização política era vista como um problema para a nação, seria uma espécie de fosso da sociedade, um buraco, um abismo de ambição. Uma das principais estratégias utilizada pelos propagandistas era mostrar tudo de errado que havia na monarquia e estabelecer um contraponto com o sistema republicano. Utilizavam-se de perguntas ao longo dos textos para tornar a ideia republicana mais acessível, com o papel de guias da opinião pública e de educadores das classes subalternas, com artigos que constituíam uma espécie de “pedagogia” que objetivava civilizar seus leitores.

Entendemos que o fato de a palavra República não aparecer escrita em todos os jornais tem como um dos motivos que os republicanos a enxergava como sinônimo de democracia, autonomia ou até mesmo federalismo. Nos jornais em que a República aparecia associada intrinsecamente com o federalismo, os redatores pareciam convencidos de que somente dentro do sistema federal republicano poderia operar o progresso. A República seria a concretização de todos esses anseios e ainda abria espaço político para esses novos atores no campo do poder.

De modo geral, havia dois temas controversos e importantes para o movimento republicano presente dos jornais: a abolição e a laicização. A abolição da escravatura não era um consenso entre os republicanos, muitos dos redatores dos jornais possuíam escravos e eram contrários à libertação. Entrelaçar o movimento republicano à causa abolicionista poderia ser uma estratégia perigosa para os redatores que queriam convencer aos seus leitores, muito deles fazendeiros e proprietários de escravos. Apesar de um grande número de jornais optaram por não fazer nenhuma menção à questão da escravidão, como se não fosse um tema importante na

época, que estivesse no centro das discussões do Império, não necessariamente possuíam redatores contrários ao fim da abolição, grande parte dos redatores, cerca de 70,58% se declaram abertamente abolicionista, mas por estratégia de adesão à causa, optaram pelo silêncio em relação ao tema nos jornais.

Em relação à laicização do Estado, a maioria dos jornais não se posicionaram, ou seja, para os republicanos mineiros era mais fácil encarar o tema da escravidão do que da separação entre Igreja e Estado. Essa omissão fez parte de uma estratégia cuidadosa dos republicanos em não afastar do movimento os católicos e suas lideranças, importantes para a composição de uma opinião pública dominante. Também não podemos esquecer que a província mineira sempre teve uma tradição muito católica e devota, o que dificultava os redatores se posicionarem ao longo das edições sem perderem possíveis adeptos.

O objetivo da maioria dos jornais republicanos era apresentar um sistema político alternativo e melhor à Monarquia. Os propagandistas estavam tentando criar os pilares de uma nova alternativa política e convencer adeptos para a causa republicana. Daí o caráter ambíguo em relação às principais propostas que dividiam a Nação. Tais propostas obrigavam o país a se inserir na modernidade liberal europeia; o silêncio em relação a essas questões se explica não só pelo receio em não angariar apoio suficiente para a nova causa, mas, sobretudo, pelos vestígios das relações paternalistas que haviam fundamentado, durante séculos, a cultura política monárquica brasileira.

Acreditamos que compreender as especificidades e semelhanças das ações dos propagandistas mineiros para conseguir espaço político, é também compreender melhor a própria sociedade em que vivemos. Em meio à agitação político social em que nosso país se encontra, um país que historicamente resolveu suas transições políticas com acordos firmados pela elite sem a presença da população. Uma saída pelo alto, com planos de natureza distintas para beneficiar uma parcela mínima dos brasileiros. Foi assim em 1889, 1930, 1937, 1945, 1964, e infelizmente nossa última ruptura institucional, em 2016, nos leva a crer que essa prática, que não leva em consideração o cenário político da história do país, ainda se encontra em curso. Estudar as sociedades do passado, por sua vez, é de uma importância tremenda para entender as próprias sociedades do presente, não de modo teleológico e nem anacrônico, mas sim no sentido das rupturas, e, em grande medida, permanências que ainda influenciam o momento que atualmente se vive. Entender os discursos, estratégias e ações que os propagandistas republicanos utilizaram para chegar ao poder é de suma importância na história de nosso país.

A análise prosopográfica e a elaboração das trajetórias nos ajudaram a entender as origens sociais, as redes de sociabilidade e a vinculação dos propagandistas com a imprensa. Pode-se concluir que se tratou de um grupo heterogêneo de jovens, pertencentes a famílias com alto poder aquisitivo, de classes dominantes. Um grupo que possuía um alto capital cultural, sendo que a maioria esteve vinculada a instituições do mundo das letras. Propagandistas que almejavam um novo sistema político, que tiveram acesso a uma boa formação pelos moldes da época, fazendeiros, engenheiros, médicos e advogados, que viam em uma nova forma de política um meio para alcançar seus objetivos. Esses propagandistas não encontravam espaço político, ou, quando encontravam, era de forma limitada, pela regra do jogo que predominava o sistema monárquico. Sua influência estava, na maioria das vezes, entrelaçada com o sobrenome de sua família, e muitos começaram na carreira jornalística por influência dos próprios pais. A propaganda em Minas, de fato, foi feita por mineiros, apesar de receberem influências e textos de apoio de propagandistas de outras regiões, mais da metade dos redatores nasceram em Minas Gerais.

Os republicanos mineiros estavam construindo uma nova representação de Brasil e, conseqüentemente, de Minas Gerais. Por meio das publicações, percebemos a construção de uma nova representação para a província, como revolucionária, herdeira da luta pela liberdade de Tiradentes, e, para tanto, deveria honrar seu destino. A estratégia dos jornalistas foi a ressignificação dos usos do passado para que o projeto republicano fosse justificado. A estratégia reformista foi substituída por uma proposta revolucionária, em tom mais agressivo, mesmo que, para a mudança desse tom, tivessem os mineiros de construir uma nova representação de sua História, que passou a ser narrada a partir da disputa entre dois projetos distintos, entre duas culturas políticas em choque.

A proposta para a província mineira era de autonomia política, com todas as potencialidades que Minas possuía, principalmente voltada para a lavoura e o comércio. Os propagandistas apresentavam a seus leitores que com a República, a província iria prosperar. Os cidadãos teriam direito ao voto, escolheriam seus representantes e não precisariam obedecer de forma insubordinada à Corte, que fazia decretos sem conhecer a realidade da província. Para os redatores, Minas iria seguir seu destino de liberdade e concretizar como uma das províncias mais importantes, com o advento da República.

De modo geral, a proposta presente nos jornais era a necessidade de convencer o maior número de pessoas da importância e da necessidade de se implantar o republicanismo e deixar o Brasil mais adequado à forma de governo nas Américas. Fica evidente que esses homens almejavam espaço político e não visualizavam tal possibilidade em um sistema monárquico.

Tinham esperança em sistema que não tivesse os vícios da monarquia, o autoritarismo do poder moderador, o despotismo e a hereditariedade na troca do poder, queriam poder votar e serem votados, queriam alavancar a economia mineira, queriam que todos acreditassem na República por ela ser um sistema perfeito, sem falhas que todos aderissem por convicção. Os próprios republicanos pareciam querer se convencer que a República era perfeita e sem erros.

Apesar da dinamicidade da propaganda republicana mineira, ela sozinha não seria capaz, a curto passo, de levar à população a uma revolta contra o sistema vigente. Nem em outras províncias é capaz de tal afirmativa. Os jornais republicanos mineiros anunciaram com espanto a Proclamação da República, que mostrou não só a falta de participação dos mineiros, como a preocupação dos propagandistas com o novo sistema político; no fundo os republicanos sabiam que o sistema republicano não seria a resolução de todos os problemas e males do país. Sua implementação, que fugiu do controle e do esperado, causou medo em relação ao futuro, de não concretizar aquela esperança que eles tinham.

Nesse sentido, o estudo procurou recuperar o ideário republicano que circulava na imprensa mineira, seus objetivos políticos, o conjunto de normas e valores compartilhados, suas propostas, seus desejos, esperanças e formas de organização esboçadas nos jornais republicanos. Os dados levantados apontam que a imprensa foi um veículo fundamental na construção de ideários e da cultura política brasileira no final do século XIX. Os jornalistas não tinham a pretensão de simplesmente informar; ao contrário, engajavam-se e participavam ativamente dos jogos do poder da sociedade em que viveram.

REFERÊNCIAS

ACADEMIA NACIONAL DE MEDICINA. **Antônio Felício dos Santos: Membro Honorário Nacional.** Disponível em: < http://www.anm.org.br/conteudo_view.asp?id=2242>. Acesso em: 20 maio 2019.

A **CONJURAÇÃO**. Campanha. (SIA- APM), 22 Maio 1888.

A **GAZETA SUL MINEIRA**. São Gonçalo do Sapucaí. (SIA- APM), Ano III, Ed. 16, 16 maio 1886.

A **IDÉA NOVA**. Diamantina. (BN-Digital), Ed. 10, 31 Maio 1880.

ALMEIDA, Carla Beatriz de. **A prosopografia ou biografia coletiva: limites, desafios e possibilidades.** Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300892678_ARQUIVO_anpuhsp2011.pdf>. Acesso em: 15 de abr. 2019.

ALMEIDA, Christobaldo Motta de. **Aurélio Egídio dos Santos Pires: o patrono da Cadeira 29.** Academia Mineira de Medicina. Disponível em: <<http://www.acadmedmg.org.br/ocupante/cadeira-29-patrono-aurelio-egidio-dos-santos-pires/>>. Acesso em: 23 maio 2019.

ALMEIDA, Christobaldo Motta de. **José de Oliveira Ferreira: é o patrono da Cadeira 87.** Academia Mineira de Medicina. 2017. Disponível em: <<http://www.acadmedmg.org.br/ocupante/jose-de-oliveira-ferreira/>>. Acesso em: 26 jun. 2019.

ALMOND, G. e POWELL, G.B. **Uma teoria de política comparada.** Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1972.

ALMOND, Gabriel A.; POWELL, JR, Bingham. **Uma Teoria da Política Comparada.** Rio de Janeiro: ed. 2. Zahar editores. 1980. Disponível em: <https://rodrigocantu.weebly.com/uploads/2/3/0/7/23070264/almond_powell_1966_por_uma_teorias_de_desenvolvimento_politico.pdf>. Acesso em: 07 mar. 2020.

ALONSO, Ângela. **Idéias em movimento. A geração de 1870 na crise do Brasil Império.** São Paulo: Paz e Terra, 2002

ALONSO, Ângela. **Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito.** Sociologia e Antropologia: v. 2, n.3, Rio de Jan/Jun 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238-38752012000300021> Acesso em: 12 dez. 2018.

A MARCHA. Uberaba. 22. Set. 1889. (BN-Digital)

ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL, vol. 117, 1997.

ANDRADE, Marize G. de e HANRIOT, Renata da Veiga. **Notas sobre a Imprensa Mineira.** In: *O Debate e a Propaganda Republicana na Imprensa Mineira (1869-1889)*. Revista do Arquivo Público Mineiro. Edição comemorativa: inconfidência e República. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, ano 38, 1990, p. 140.

ANTONIOLLI, Juliano Francesco **"Tão longe quanto a previsão científica possa alcançar": a experiência do tempo da geração republicana da Faculdade de Direito de São Paulo (1878-1882)** / Juliano Francesco Antoniolli. -- 2017. 247 f.

A PÁTRIA MINEIRA. São João Del-Rei. (SIA-APM) Edições 4 e 18, de 6 jun. e 12 set. de 1889.

A PROPAGANDA. Diamantina. (SIA- APM) Ed. 3, 7 jul. 1888.

ARAUJO, Dilton Oliveira. **Republicanism e classe média em salvador (1870 – 1889).** 207 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. 2006.

A REVOLUÇÃO. Campanha. (SIA-APM), Edições 1, de 5 jan. 1889, 3, S/data, e 37, de 23 nov. 1889.

BACELAR, Winston Kleiber de Almeida. **As pequenas cidades no brasil e no triângulo mineiro.** *Observatório Geográfico da América Latina.* Disponível em:<<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal14/Geografiasocioeconomica/Geografiaagraria/07.pf>>. Acesso em: 16 jun. 2019.

BARBOSA, Silvana Mota. **República das Letras: Discursos republicanos na província de São Paulo (1870- 1889).** 1995. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História- UNICAMP, Campinas, 1995.

BARBOSA, W. *História*; BENJAMIM, F. *Silviano*; BIOG. **Francisco Bressane Azevedo**. Disponível em: <<http://www.dicion%C3%A1rio/Francisco%20Bressane%20AZEVEDO/comunidade.do.htm>>. Acesso em 15 out. 2019.

BAQUERO, M. **O Papel dos Adolescentes no Processo de Construção Democrática no Brasil. Um estudo preliminar de Socialização Política**. *Cadernos de Ciência Política*, n. 8, Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGs, 1997.

BLASENHEIM, Peter. **Uma história regional: a Zona da Mata Mineira (1870-1906)**. *As minas gerais*. 1982. Disponível em: <<http://www.asminasgerais.com.br/zona%20da%20mata/univlrcidades/hist%C3%B3ria/textos/texto4.htm>>. Acesso em: 25 ago. 2019.

BOEHRER, George C. A. **Da Monarquia a República: História do Partido Republicano do Brasil**. Tradução Berenice Xavier. Belo Horizonte: Itatiaia, vol. 164. 2000.

BOGÉA, Camila de Feitas Silva. **A Federação, o Paiz e a Província: campanhas republicanas na imprensa (1884-1889)**. 220 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. UNIRIO – Centro de Ciências Humanas e Sociais. Rio de Janeiro: 2019.

BRAGA, Flávia Ribeiro da Silva Braga. **DITADURA, ABOLIÇÃO E REPÚBLICA: A propaganda da geração positivista em Pernambuco (1875-1889)**. 265 f. dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2017.

BUENO, Almir. **Visões de República: idéias e práticas políticas no Rio Grande do Norte (1880-1895)**. 1999. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1999.

BULST, Neithard. **Sobre o objeto e o método da prosopografia**. In: *Revista Politéia: História e Sociedade*. Vitória da Conquista, vol. 5, nº 1, 2005.

CAETANO, Raquel Damasceno Gomes Sigaud. **Barbacena: a cidade e o jogo político nas páginas dos jornais**. Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdade de Comunicação Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2008.

CAMELUCCI, Anderson Luis. **Crise Monárquica e as experiências de República no Município de Franca (1880-1906)**. 2008. Dissertação de Mestrado- Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Franca, 2008.

CARDOSO, Gleudson Passos. **As repúblicas das letras cearenses: literatura, imprensa e política (1873 – 1904)**. 272 F. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo Programa de Pós-Graduação em história, 2000.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CASALECCHI, José E. **A Proclamação da República**. 5ed, São Paulo: Brasiliense, 1992.

CASTILHO, Fábio Francisco de Almeida. **As Estradas de Ferro do Sul de Minas**. *Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada* – Vol. 7 N° 12 Jan-Jun 2012. Disponível em: < <http://www.ufjf.br/heera/files/2009/11/EF-Sul-de-Minas-para-pdf.pdf> >. Acesso em: 10 out. 2019.

CASTILHO, Fábio Francisco de Almeida. **O republicanismo histórico no sul de minas: a linhagem dos periódicos republicanos locais**. *VIII Encontro regional (ANPUH- MG)*. 24 a 27 jul. 2012. Disponível em: <http://www.encontro2012.mg.anpuh.org/site/anaiscomplementares>. Acesso em 10 out. 2019.

CHAMON, Carla Simone e ZICA, Matheus Cruz. **República e educação em Estevão de Oliveira**. ED. FOCO, N. especial, p.51-60 - mar/ago 2007. Disponível em: < <http://www.ufjf.br/revistaedufoco/files/2013/05/03.pdf> >. Acesso em: 02 set. 2019.

CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. **A fotografia através dos anúncios de jornais**. In: CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. *LOCUS - Revista de História*. Volume 6, número 01. Juiz de Fora: Núcleo de História Regional, UFJF, 2000. Pp 128.

CIDADE DE DIAMANTINA. Diamantina. (SIA-APM), 8 ag. 1890.

CORREA, Amélia Siegel. **Imprensa e política no Paraná: prosopografia dos redatores e pensamento republicanos no final do século XIX**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná, 2006.

COSTA, Emilia Viotti da. **Da Monarquia à República. Momentos decisivos**. São Paulo: Editora UNESP, 1999. P. 395.

COSTA, Firmino. (9 de maio) **Dr. Francisco Martins de Andrade**. *Vida Escolar*, n. 2. Disponível em: < <http://historiadelavras.blogspot.com/2019/05/9-de-maio-dr-francisco-martins-de.html>>. Acesso em: 05 jun. 2019.

COSTA, Milene Ribas da. **A implosão da ordem: a crise final do Império e o Movimento republicano paulista**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-28052007-141852/>>. Acesso em: 24/10/2015.

DAHL, Robert. **Poliarquia**. São Paulo: EDEUSP, 1997. p. 163.

DIAS, José Carlos. **As Ideias Políticas em Diamantina no séc. XIX: vistas através de seus Jornais**. As Ideias Políticas de Diamantina. Disponível em: <<http://padbatch.blogspot.com/>>. Acesso em: 21 maio 2019.

DICIONÁRIO BIBLIOGRÁFICO DE MÉDICOS DE SERGIPE. **Verbetes M**. Disponível em: <<http://academiasergipanamedicina.com.br/dicionariomedico/dicionario.php?id=31911>>. Acesso em 22 jun. 2019.

DIHL, Tuane Ludwig. **Plurais (in) visibilidades: representações republicanas sobre o negro (jornal A Federação – RS, 1884-1903)**. 170 f. dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, 2017.

ECHO DO POVO. Juiz de Fora (BN-Digital) Edições N. 1, 11 jun. 1882, N. 12, 17 ag. 1882, e N. 20, de 14 set. 1882.

GAZETA DE BARBACENA. Barbacena (BN-Digital). Ed. 25, 7 jun. 1887.

IRRADIAÇÃO. Leopoldina. (BN-Digital), Ed. 39, 14 Nov. 1888.

FANGUEIRO, Maria do Sameiro. **Arthur Lobo**. Periódicos e Literatura. Biblioteca Nacional Digital Brasileira. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/dossies/periodicosliteratura/personagens-periodicos-literatura/arthur-lobo/>>. Acesso em: 5 out. 2019.

FARIAS, William Gaia. **A Construção da República no Pará (1886-1897)**. Belém: Açáí, 2016.

FECOMERCIO MG/SENAI. **Estudo sobre as regiões de planejamento de Minas Gerais Sul de Minas.** Disponível em: < <http://www.fecomerciomg.org.br/wp-content/uploads/2018/05/Projeto-Estadual-Sul-de-Minas.pdf>>. Acesso em: 06 out. 2019.

FERNANDES, Mario Luiz. **1962- República de penas e espadas: o discurso da imprensa republicana catarinense (1885-1889).** 2007. 265 f . Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Faculdade de Comunicação Social, 2007.

FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). **A República na velha Província: oligarquias e crise do estado do Rio de Janeiro (1889-1930).** Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989.

FERREIRA, Raína de Castro. **Utopia e prognóstico na história do Brasil imaginada por Joaquim Felício dos Santos (1960-1873)** Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Ouro Preto, Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Ouro Preto: 2017, 148f.

FIGUEIREDO, Ivan Vasconcelos *et al.* **Imprensa em Barbacena: traços do percurso histórico.** Encontro Nacional de História e Mídia, 2013.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Micro-região dos Campos das Vertentes: estudo preliminar e diretrizes de desenvolvimento.** Belo Horizonte: 1977. vol. 1. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.mg.gov.br/consulta/verDocumento.php?iCodigo=49017&codUsuario=0>>. Acesso em 24 maio 2019.

GENEAMINAS. **Sebastião Rodrigues Sette Câmara.** Disponível em: <<https://www.geneaminas.com.br/mineira/restrita/enlace.asp?codenlace=1337331>>. Acesso em: 05 jun. 2019.

GOMES, Cristiano; MAIA, Marta R. **Da prensa à imprensa na região dos Inconfidentes.** Encontro Nacional de História da Mídia. Ouro Preto: 30 de maio 1 jun. 2013. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/9o-encontro-2013/artigos/gt-historia-da-midia-imprensa/da-prensa-a-imprensa-na-regiao-dos-inconfidentes>>. Acesso em: 15 maio 2019.

GOMES, Maysa. **Notas sobre positivismo e educação em minas gerais, entre o império e a república.** *Anais do IX Congresso Brasileiro de História da Educação João Pessoa.* Universidade Federal da Paraíba – 15 a 18 de agosto de 2017.

GOODWIN, James William Junior. **A luz do progresso em Juiz de Fora: o jornal Pharol nas décadas de 1870-1880.** *Varia História*, Belo Horizonte, n.17, Mar/97, p.195-218.

GOODWIN, James William Junior. *Cidades de Papel: imprensa, progresso e tradição Diamantina e Juiz de Fora, MG (1884-1914)*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História. Departamento de História, Filosofia Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. 2007. 352f.

GOULART, Barbara. **O conceito de cultura política nas ciências sociais e as especificidades brasileiras**. *Século XXI: Revista de Ciências Sociais*. v. 5, n. 1. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/seculoxxi/article/view/19651>>. Acesso em: 27 nov. 2018.

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **HISTÓRIA**. Disponível em: <<https://www.mg.gov.br/conhecaminas/historia#targetText=Hist%C3%B3ria,de%20ouro%20e%20pedras%20preciosas>>. Acesso em: 15 set. 2019.
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE- 2016). Divisão Territorial Brasileira 2016. Disponível em: <<https://ibge.gov.br/>>. Acesso em: 15 jul. 2019.

JESUS, Matheus Gato. **Negro, porém republicano: investigações sobre a trajetória intelectual de Raul Astolfo Marques (1876-1918)**. 131 f. (Dissertação de Mestrado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. São Paulo, 2010.

JOSÉ, Oiliam. **A Propaganda Republicana em Minas**. Belo Horizonte; Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais, 1960.

KAPPEL, Marília Neto. **O pensamento educacional de Estevam de Oliveira expresso através do jornal correio de minas (1897- 1908)**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São João del-Rei. 2010. 104F.

LADEIRA, Francisco Fernandes. **As relações políticas entre as famílias Bias Fortes e Andrada na cidade de Barbacena: da formação da poderosa aliança à criação do mito da acirrada rivalidade**. *Mal-Estar e Sociedade* - Ano II - n. 3 - Barbacena - nov. 2009 - p. 55-76. Disponível em: <<http://revista.uemg.br/index.php/malestar/article/viewFile/20/48>>. Acesso em: 03 jun. 2019.

LAMAS, Fernando Gaudereto. **Povoamento e colonização da Zona da Mata Mineira no século XVIII**. Disponível em: <<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao08/materia01/texto01.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2019.

LEAL, Ana Regina Barros Rego. **Imprensa Piauiense e os Ideais Republicanos: A atuação do Jornalista David Moreira Caldas no Piauí.** *Anais do II Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho.* Florianópolis, 2004.

LENHARO, Alcir. **As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil (1808-1842).** Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, ed. 2, v. 25, 1993.

LOPES, Raimundo Hélio. HERMES, Fonseca. **CPDOC.** Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/HERMES%20Fonseca.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2019.

LUZ, Aline da Costa. **Contribuições dos viajantes para a construção da história regional: um enfoque aos relatos de Oscar Leal.** Disponível em: <[http://www.congressohistoriajatai.org/anais2008/doc%20\(3\).pdf](http://www.congressohistoriajatai.org/anais2008/doc%20(3).pdf)>. Acesso em: 15 maio 2020.

LUZ, Aline da Costa. **Goiás e o desejo pela República: movimentos favoráveis ao republicanismo nos relatos de Oscar Leal (1889-92).** XVIII Encontro Regional (ANPUH-MG). Ed. 1. 2013. Disponível em: <http://www.encontro2012.mg.anpuh.org/resources/anais/24/1340713125_ARQUIVO_GoiaseodesejopelaRepublica-anpuhmg.pdf>. Acesso em: 15 maio 2020.

MACHADO, Luja; CANTONI, Nilza. **Irradiação: a imprensa em Leopoldina (MG) entre 1879 e 1899.** *Leopoldinense.* 2015. Disponível em: <<https://leopoldinense.com.br/coluna/281/irradiacao>>. Acesso em 28 ago. 2019.

MACHADO, Luja; CANTONI, Nilza. **Trem de História: Imprensa em Leopoldina.** *Leopoldina – História e Memória.* 2016. Disponível em: <<https://cantoni.pro.br/estudos-sobre-a-historia-de-leopoldina-mg/trem-de-historia/>>. Acesso em 28 ago. 2019.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina. **História da imprensa no Brasil.** 2 ed. São Paulo: Contexto, 2013.

MARTINS, Camila Pereira. **Republicanismos: Rio de Janeiro e Lisboa (1870-1891).** 151 f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de pós-graduação em História UFJF. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2015.

MARTINS, Marcos Lobato. **Memorialistas e ensino de história local na Diamantina do século XX.** *Cultura histórica & patrimônio*, vol. 1, n. 1, 2012. Disponível em: <https://publicacoes.unifal-mg.edu.br/revistas/index.php/cultura_historica_patrimonio/article/view/05_v1n1_ChP>. Acesso em: 23 maio 2019.

MASSENA, Nestor. **Barbacena. A Terra e o Homem** (Primeira Parte). Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1985, pg. 123.

MASSENA, Nestor. **Barbacenses de Prol: Arthur Joviano**. Cidade de Barbacena, Barbacena, pág. 1, 9 de novembro de 1943. Nota da organizadora: artigo publicado no jornal “Cidade de Barbacena”, em 9 de novembro de 1943. Disponível em: <[http://bibliadocaminho.com/ocaminho/TXavieriano/Livros/Slz/SlzJov01 .htm](http://bibliadocaminho.com/ocaminho/TXavieriano/Livros/Slz/SlzJov01.htm)>. Acesso em 05 jun. 2019.

MATA-MACHADO, Bernardo. **História do Sertão Noroeste de Minas Gerais 1690-1930**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991.

MELLO, Maria T. C. de. **A República Consentida: Cultura Democrática e Científica no Final do Império**. Rio de Janeiro, FGV, EDUR, 2007.

MENDES, Jairo. **O silêncio das Gerais: o nascimento tardio e a lenta consolidação dos jornais mineiros**. Tese de Doutorado defendida no Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Metodista de São Paulo. São Bernardo do Campo: 2006. p. 82

MENEGHITE, João Gabriel Baia. **História do Município de Leopoldina**. Leopoldinense. Disponível em: <<https://leopoldinense.com.br/noticia/15436/historia-do-municipio-de-leopoldina>>. Acesso em: 02 out. 2019.

MONTEIRO, Ian Agostini dos Santos, et al. **A História da Imprensa de Lavras Através das Eras Políticas Brasileiras**. 9º Encontro Nacional de História da Mídia, 2013. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/9o-encontro-2013/artigos/gt-historia-do-jornalismo/a-historia-da-imprensa-de-lavras-atraves-das-eras-politicas-brasileiras>>. Acesso em: 05 jun. 2019.

MOURA, Antônio de Paiva. **A poesia das mãos do norte-mineiro**. *As Minas Gerais*. 2005. Disponível em: <<http://www.asminasgerais.com.br/index.asp?item=CONTEUDO&codConteudoRaiz=91>>. Acesso em: 16 maio 2019.

MOURA, Antônio de Paiva. **A vocação mineira do Triângulo**. *As Minas Gerais*, 2002. Disponível em: <<http://www.asminasgerais.com.br/index.asp?item=CONTEUDO&codConteudoRaiz=93>>. Acesso em: 16 jun. 2019.

MOURA, Antônio de Paiva. **As minas gerais.** As Minas Gerais. 2005. Disponível em: <<http://www.asminasgerais.com.br/index.asp?item=CONTEUDO&codConteudoRaiz=91>>. Acesso em: 16 maio 2019.

MOURA, Antônio de Paiva. **Campo das Vertentes: sua origem e sua característica.** As Minas Gerais, 2012. Disponível em: <<http://www.asminasgerais.com.br/?item=CONTEUDO&codConteudoRaiz=87>>. Acesso em: 01 jun. 2019.

MOURA, Antônio de Paiva. **O debate e a propaganda republicana na imprensa mineira (1869-1889).** Revista do Arquivo Público Mineiro, Edição comemorativa: Inconfidência e República: Belo Horizonte, v. 38, 1990.

MOURA, Antônio de Paiva. **O Movimento Republicano em Minas Gerais.** As Minas Gerais. Belo Horizonte: 14 nov. 1998. Disponível em: <<http://www.asminasgerais.com.br/?item=ALBUM&codAlbum=126>>. Acesso em: 05 set. 2019.

MOURA, Antônio de Paiva. **O Sul de Minas na história das Gerais.** As Minas Gerais. 2002. Disponível em: <<http://www.asminasgerais.com.br/index.asp?item=CONTEUDO&codConteudoRaiz=94>>. Acesso em: 10 out. 2019.

MOURA, Daniella de Almeida. **A República paraense em Festa.** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará, 2008.

MUSSE, Christina Ferraz. **A imprensa e a memória do lugar: Juiz de Fora (1870/1940).** Intercom - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação da Região Sudeste, MG. 2012. Disponível em: <<http://intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2007/resumos/R0083-1.pdf>>. Acesso em 08 set. 2019.

NETO, Geraldo Lemos. **Métodos de ensino da leitura - Arthur Joviano.** *Vinha de Luz Editora.* Disponível em: <<http://www.vinhadeluz.com.br/site/noticia.php?id=803>>. Acesso em: 05 jun. 2019

NETO, Miguel Jacob. **O teatro abolicionista em Uberaba. Cenas da história do teatro em Uberaba (1879-1900).** 2017. Disponível em: <<https://www.uberabaemfotos.com.br/search?updated-max=2017-08-09T14:42:00-07:00&max-results=30&reverse-paginate=true>>. Acesso em: 20 jun. 2019.

NOSSA GENTE. Estudo Genealógico e Biográfico das Famílias Corrêa, Rabello, e Corrêa Rabello. Disponível em: < <https://www.nggenealogia.com.br/tree/source.php?sid=S66>>. Acesso em: 24 maio 2019.

NOSSA GENTE. Francisco Corrêa Ferreira Rabello. Disponível em: <<https://www.nggenealogia.com.br/tree/individual.php?pid=I629&ged=php.ged>>. Acesso em: 24 maio de 2019.

NOVAES, Eder Liz. Joaquim Felício dos Santos: Republicanismo e Cultura Historiográfica (1860-1871). Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. 2014. 196f.

O COLOMBO. Campanha. (SIA- APM), Edições 1 e 2, 1 jan. 1873, 8 jan. 1873.

O CONTEMPORÂNEO. Ouro Preto. (BN-Digital)

O CORREIO DE BARBACENA. Barbacena. (BN-Digital), Ed. I, 14 fev. 1886, Ed. 7, 4 abr. 1886, Ed. 10 maio 1886.

O ESTADO DE MINAS. Ouro Preto. (SIA-APM), 1891.

O ESTUDANTE. Diamantina. (SIA-APM), Edições 10, 21 ag. 1873, 11, 29 ag. 1873, 19, 24 out. 1873.

O JEQUITINHONHA. Diamantina. (SAI – APM), Ano IX, Ed. 23, 03 abri. 1870.

O JEQUITINHONHA. Diamantina. (SIA-APM), Ano X, Ed. 62, 1 Jan. 1871.

O LÁBARO DO FUTURO. Diamantina (BN-Digital), Ed. 2, 29 Jan. 1882, Ed. 3, 12 Fev. 1882, Ed. 4, 23 Fev. 1882, Ed. 8, 23 Abr. 1882.

O LAVRENSE. Lavras. (SIA-APM), Ed. 24, 24 Jul. 1887.

O MINEIRO. Barbacena (BN-Digital), 1886.

O MINEIRO. Uberaba. (BN-Digital), Ed. 2, 19 dez. 1881.

O MOVIMENTO. Ouro Preto. (SIA-APM), Ed. 1, 23 Jan. 1889, Ed. 2, 30 Jan. 1889, Ed. 9, 17 Mar. 1889, Ed. 14, 21 Abr. 1889, Ed. 20, 1 Jun. 1889.

O PHAROL. Juiz de Fora. (SIA-APM). Ano XII , Ed. 11, 15 maio 1878, Ed. 99, 19 Dez. 1878.

O PHAROL. Juiz de Fora. (SIA-APM). Ano XXII , ed. 268, 16 nov. 1889.

O POVO. Campo Limpo. (BN-Digital). Ed. 7. 20 Dez. 1885.

O TAMBOR. Diamantina. (BN-Digital), 1889.

O TIRADENTES. Ouro Preto. (BN-Digital). Ano II, Ed. 18. 21 abr. 1887.

O TIRADENTES. Uberaba. (BN-Digital). Ed. 23, 10 nov. 1881.

O VOLITIVO. Uberaba (BN-Digital). Ano II, ed. 9, 28 set. 1884.

O VOLITIVO. Uberaba (BN-Digital). Ano II, Ed. 42, 17 maio 1885, Ed. 61, 27 set. 1885.

OLIVEIRA, Fábio Augusto Machado Soares de. **A Batalha Simbólica: cidade do Parahybuna 1888.** XVIII Encontro Regional (ANPUH- MG) 24 A 27 jul. 2012. p. 12. Disponível em: http://www.encontro2012.mg.anpuh.org/resources/anais/24/1340747205_ARQUIVO_ABatalhaSimbolicacidadedoParahybuna1888-FabioAugustoMachadoSoaresdeOliveira.pdf. Acesso em 30 ago. 2019.

OLIVEIRA, Felipe Carlos de. **A aclamação da república: imagens do ideário político catarinense.** 2008. 211 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina. Santa Catarina: 2008.

OTTONI, Christiano. **O advento da República no Brasil.** Rio de Janeiro: Typ. Perseverança, 1890.

PEREIRA, Edmo da Cunha. **Guia do Serro - A capital do Norte na Minas colonial.** INAPP e Editora Papel & Virtual, RJ, 2003.

PINTO, Céli Regina. **Positivismo: um Projeto político Alternativo (RS:1889-1930)**. Porto Alegre: L&PM, 1986.

PORTAL ACERVO FRANCISCO DE SÁ. Francisco Sá - **O homem a cidade**. Disponível em: <<http://acervofsa.blogspot.com/p/francisco-sa.html>>. Acesso em: 23 maio 2018.

PREFEITURA DE OURO PRETO. **História**. Disponível em: <<https://ouropreto.mg.gov.br/historia>>. Acesso em: 05 set. 2019.

PROCÓPIO FILHO, José. **Salvo Erro ou Omissão** – Gente Juizforana. Juiz de Fora: Estevão, 1979.

REIS, Antônio. **A imprensa em Barbacena de 1744 até os dias atuais** CITY10, 2017. Disponível em: <<http://www.city10.com.br/borges/?p=3408>>. Acesso em: 05 jun. 2019.

RÉMOND, René (org). **Por uma História Política**. Rio de Janeiro, UFRJ/FGV, 1996. p. 92.

REZENDE, Guilherme Jorge de. **Base de Dados mostra História da Imprensa de São João del-Rei**. GT História da Midiologia. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/6o-encontro-20081/Base%20de%20Dados%20mostra%20Historia%20da%20Imprensa%20de%20Sao%20Joao.pdf>>. Acesso em 06 jun. 2019.

REZENDE, Maria Efigênia Lage de. **Formação da estrutura de dominação em Minas Gerais: o novo PRM – 1889-1906**. Belo Horizonte: UFMG/PROED. 1982

RIBEIRO, Ednaldo Aparecido; FARINA, Marli Burato. **Cultura Política e Agentes de Socialização**. *Mediações Revista de Ciências Sociais*. V. 9, n. 2/2004.

RICCIOPPO, Thiago. **Breve História da Imprensa: Os primeiros veículos de imprensa no Brasil, Minas e em Uberaba**. Disponível em: <<http://arquivopublicouberaba.blogspot.com/2017/06/a-superintendencia-do-arquivo-publico.html>>. Acesso em: 16 jun. 2019.

RODRIGUES, José Carlos. **Idéias filosóficas e políticas em Minas Gerais no século XIX**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1986.

SANTOS, Adilson. **Um republicano histórico no Espírito Santo da primeira república: a carreira De Bernardo Horta De Araújo (1887-1913)**. 2009. 142 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009.

SÃO BOAVENTURA, Visconde de. **A pasta de um jornalista: escriptos políticos, literários e biographiccs**. Lisboa: Livraria editora, v. 66. 1908.

SARAIVA, Luiz Fernando. **Império nas Minas Gerais. O Império em Minas Gerais: economia e poder na Zona da Mata mineira do século XIX**. p. 17-18. 2004. Disponível em: < http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2008/D08A075.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2019.

SÊGA, Rafael Augustus; PERISSINOTTO, Renato Monseff. **Republicanism Paulista e Republicanismo Gaúcho, entre o partido de classe e o partido de Estado: aproximações e distinções (1873-1930)**. Almanack. Guarulhos, n.02, p.101-113, 2º semestre de 2011. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/alm/n2/2236-4633-alm-02-00101.pdf> >. Acesso em: 20 nov. 2018.

SILVA, Adelmo José da. **A moral positivista em João Pinheiro da Silva**. *Revista Estudos Filosóficos* nº 7/2011 – versão eletrônica. São João del-Rei-MG Pág. 260 – 269. Disponível em: < https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/revistaestudosfilosoficos/art23_rev7.pdf>. Acesso em: 02 out. 2019.

SILVA, Domingos Carvalho. **Gaspar da Silva: agitador das letras no Brasil**. In: Revista Colóquio/Letras. Ensaio, n. 106, nov. 1988, p. 29-38. Disponível em:<<http://coloquio.gulbenkian.pt/bib/sirius.exe/do?bibrecord&id=PT.FCG.RCL.5494>>. Acesso em: 19 jun. de 2019.

SILVA, Wlamir. **A abelha sinalagmática e hiperbólica: o periódico mineiro Abelha do Itaculumy (1824-1825)**. *XVII Simpósio Nacional de História*. Natal: 22 a 29 jul. 2013. Disponível em: < http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364887864_ARQUIVO_AAabelhasinalagmaticaehiperbolica,WlamirSilva.pdf>. Acesso em 15 maio 2019.

SILVEIRA, Célia Regina da. **Trajetória de Gaspar da Silva na imprensa luso-brasileira em fins do século XIX: mediador cultural entre os dois lados do atlântico**. Disponível em: <https://www.seo.org.br/images/Anais/Anais_IIEncounter/Celia_Silveira_completo.pdf >. Acesso em: 17 jun. 2019.

SIQUEIRA, Karulliny Silverol. **O Império das Repúblicas: projetos políticos republicanos no Espírito Santo, 1870-1908**. 2016.313 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade

Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Espírito Santo, Belo Horizonte, 2016.

SOBRINHO, Juliano Custó. **Ao sul da capitania das Minas: formação da Freguesia de Itajubá.** 2010. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/virtu/files/2010/05/artigo-3a4.pdf>>. Acesso em: 05 set. 2019.

SODRÉ, Nelson. **A História da imprensa no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

STONE, Lawrence. **Prosopografia.** *Revista de Sociologia e Política.* v. 19, nº 39: 115-137 jun. 2011.

TAVARES, João Rozendo Neto. **A república no Amazonas: disputas políticas e relações de poder (1888-1896).** 133 F. Dissertação (Mestrado em História) - Manaus: UFAM / Instituto de Ciências Humanas e Letras, 2011.

THOMÉ, Luan Manoel. **O exercício da profissão de professor no grupo escolar de Diamantina (1907-1909).** Dissertação (Mestrado Profissional – Programa de Pós-Graduação em Educação) - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Diamantina, 2017.144 f.

TILLY, Charles. **Movimentos sociais como política.** *Revista Brasileira de Ciência Política,* n.3, Brasília, 2010.

TOMIZAKI, Kimi. SILVA, Maria Gilvania Valdivino; Carvalho, Hamilton Harley de. **Socialização Política.** *Educ. Soc., Campinas,* v. 37, nº. 137, p.929-934, out.-dez., 2016. Disponível em: < <https://www.scielo.br/pdf/es/v37n137/1678-4626-es-37-137-00929.pdf> >. Acesso em: 15 mar. 2020.

TOVO, Fábio Caetano. **“Aceitamos a causa dos vencidos como bandeira de futuras vitórias”: a memória da Revolução Farroupilha na propaganda republicana de Joaquim Francisco de Assis Brasil.** 244 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de pós-graduação em História, 2019.

VEIGA, José Pedro X. da. (dir.) **A Imprensa em Minas Gerais (1807-1897).** *Revista do Arquivo Público Mineiro, Ouro Preto: Ano 3, 1898,* p. 207.

VISCARDI, Cláudia M. R. **Elites políticas mineras na Primeira República Brasileira: um levantamento prosopográfico**. História Unisinos. Centro de Ciências Humanas, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, v. 5, n. 4. São Leopoldo: Unisinos, 2001.

VISCARDI, Cláudia M. R. **Federalismo e cidadania na imprensa republicana (1870-1889)**. Tempo, 2011. p. 152 Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/tem/v18n32/v18n32a07.pdf>>. Acesso em: 02 out. 2019.

VISCARDI, Cláudia M. R.. **O movimento republicano: formas de estruturação e valores políticos**. In: RESENDE, Maria Efigênia Lafe. História de Minas Gerais: A província de Minas 2. Belo Horizonte: Autêntica Editora; Companhia do Tempo, 2013.

VISCARDI, Cláudia M. R. **O Teatro das Oligarquias: Uma revisão da “política do café com leite”**. Belo Horizonte: C/Arte, 2001.

VISCARDI, Cláudia M. R.. **Unidos perderemos: a construção do federalismo republicano brasileiro**. Curitiba: CRV, 2017.

VITAL, Dievani Lopes. **Iluminismo e Revolução nas ideias e nas práticas políticas da “ilustração” brasileira**. 220 f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de pós-graduação em História UFJF. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2015.

WIRTH, John D. **O fiel da Balança: Minas Gerais na Federação Brasileira 1889/1937**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1892.

ZEMELLA, Mafalda. **O abastecimento da Capitania das Minas Gerais no século XVIII**. São Paulo: USP/Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1951.